AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS TERRITORIAIS

ANEXO IV RELATÓRIO FINAL

FICHAS DE AVALIAÇÃO DLBC URBANOS

Equipa de Avaliação:

Cofinanciado por:

Equipa de Avaliação

Coordenação
Paulo Feliciano
Gisela Ferreira

Direção Executiva
Tatiana Alves

Equipa Técnica
Ana Simões
Cláudia Camacho
Filipa Seiceira
Magda Porta
Maria Dulce Santana
Rosa Palma
Rui Godinho
Teresa Evaristo

Peritos
Luís Capucha
Paulo Pedroso
Sérgio Caramelo

Índice

I. Região Norte 5

GAL Frente Atlântica – IPAV 6
GAL Urbano Gaia – Cruz Vermelha Portuguesa 36
GAL Porto Ocidental – ADILO 63

II. Lisboa 90

GAL Rede DLBC Lisboa - REDE DLBC LISBOA 91
GAL ADREPES Urbano 121
GAL Envolve Almada – Santa Casa Da Misericórdia de Almada 157
GAL Capacitar O Montijo - IDSET 189
GAL Eu… Também Conto! - IDSET 221
GAL Sintra Urban – Olho Vivo 253
GAL Fator C – TESE 285

III. Algarve 317

GAL Faro 2020 – Fundação António Silva Leal 318
GAL Lagos Cidade 2020 – Vicentina 345
GAL Silves Cidade 2020– Vicentina 374
GAL Tavira 2020 – Fundação Irene Rolo 403

SIGLAS

AG – Autoridade de Gestão
AM -Área Metropolitana
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIC – Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020
CIM - Comunidades Intermunicipais
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EDL - Estratégias de Desenvolvimento Local
EIDT - Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
FEEI – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento
FSE- Fundo Social Europeu
FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
FEAMP - Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GA – Grupo de Acompanhamento
GAL – Grupo de Ação Local
GAT – Grupo de Apoio Técnico
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
INE – Instituto Nacional de Estatística
MAR2020 - Programa Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020)
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional
PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDR – Programa de Desenvolvimento Regional do Continente
PO Regional – Programa Operacional Regional
PRODERAM 2020- Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira. 2014-2020
PRORURAL + - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
PT2020 – Portugal 2020
QA – Questão de Avaliação
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

I. Região Norte

Ficha de Avaliação

GAL Frente Atlântica – IPAV

Entidade Gestora: Instituto Padre António Vieira

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Frente Atlântica abrange três municípios contíguos e seis freguesias do concelho de Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia, nomeadamente:

São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (Matosinhos)

Bonfim e Campanhã (Porto)

Avintes e Oliveira do Douro (Vila Nova de Gaia)

Mapa do território de intervenção:

1 – Matosinhos

População total abrangida: 63.088 habitantes (Censos 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/DLBC contratualizada encontra-se, de modo geral, alinhado com a respetiva EDL apresentada na candidatura da 2ª fase i.e., os objetivos da EDL encontram-se cobertos, existindo correspondência entre os objetivos estratégicos da EDL e as medidas do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	A totalidade dos objetivos definidos na EDL tem correspondências com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase). (Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase)
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 5 8.3/8iii.: 5 10.1/10.i: 6 9.1/9i: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

Na Estratégia de Desenvolvimento Local, o GAL Frente Atlântica (Gaia, Porto, Matosinhos), ao realizar o diagnóstico do território, constatou um conjunto de fragilidades. Entre estas fragilidades estão o declínio da evolução e estrutura demográfica; a degradação das condições de habitação em todos os concelhos; o número significativo de abandono escolar e uma elevada taxa de analfabetismo; o elevado número de desemprego, tendencialmente população jovem e portadores de deficiência ou problemas de saúde mental; o elevado número de população que vive total ou parcialmente de outros rendimentos que não os do seu trabalho; o elevado número de famílias monoparentais, o elevado número de crianças e jovens sinalizados em situações de risco às CPCJ e o grande número de situações de violência doméstica; elevado número de toxicodependência.

De acordo com a opinião exposta na entrevista, o GAL considera que existiu um alinhamento da estratégia do DLBC com a EDL correspondendo às necessidades do território: as necessidades identificadas pelos parceiros estiveram presentes nas ações desenvolvidas.

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC contratualizada

Objetivos Específicos da EDL Global	EDL/DLBC Contratualizado
Apoio integrado a crianças e jovens com problemas de abandono, insucesso e absentismo escolar.	Promover o acesso e do sucesso dos percursos educativos das crianças e jovens e na redução do abandono precoce da educação e formação.
Apoio integrado a pessoas em situações de exclusão social, com um perfil de empregabilidade muito difícil, ou inempregáveis (Jovens NEET; Toxicodependentes; Pessoas sem abrigo; Pessoas com problema de saúde mental; Grupos sociais vulneráveis).	Promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de públicos vulneráveis
	Impulsionar iniciativas socialmente empreendedoras para a empregabilidade.

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Promover o acesso e do sucesso dos percursos educativos das crianças e jovens e na redução do abandono precoce da educação e formação.	Equidade no acesso à educação; Prevenção do insucesso e abandono escolar através da melhoria dos processos e resultados de aprendizagem; Intervenção precoce e integrada em situações de risco de abandono escolar; Compensação educativa de jovens em situação de abandono precoce da educação e formação (educação de segunda oportunidade) no sentido da sua reintegração em percursos educativos e formativos (formais ou não formais).	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional.
Promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de públicos vulneráveis.	Capacitação dos públicos vulneráveis (inativos, DLD, jovens NEET, outras pessoas com perfil de empregabilidade difícil) para o desenvolvimento de projetos de inovação social Apoio ao desenvolvimento de projetos de empreendedorismo intersectoriais que promovam a criação de emprego.	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. 8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais. 8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas. 8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.
Impulsionar iniciativas socialmente empreendedoras para a empregabilidade.	Apoio a projetos empresariais de base local Estruturas de incubação de empresas e de OES.	

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase. Contrato.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 3.600.000,00€, sendo mais de metade do montante proveniente do FSE. O GAL considerou que existiu um financiamento ajustado em todas as prioridades de investimento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>2 250 000,00 €</td><td>63%</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>1 350 000,00 €</td><td>38%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>3 600 000,00 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI</td><td>Existe correspondência entre os indicadores de realização e resultado e a natureza das medidas previstas.
(Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase.)</td></tr>
<tr><td>Indicador 7.</td><td>N/A</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

De acordo com a entrevista realizada ao GAL, a dotação financeira do Fundo Social Europeu cobriu todas as necessidades: apesar de no SI2E o número de candidaturas ter ficado aquém do esperado, no +COESO a situação inverteu-se e após uma dotação orçamental suplementar por parte da CCDR Norte foi possível financiar todas as candidaturas submetidas, ou seja, não tiveram nenhuma candidatura relevante que não tivesse sido financiada.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	749 925,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	1 500 075,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**2 250 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	443 610,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	443 610,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	462 780,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**1 350 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**3 600 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

Relativamente aos indicadores, na entrevista foi referido que houve um alinhamento entre os indicadores propostos e os resultados obtidos: não houve nenhuma área específica que considerassem que deveria ter sido trabalhada que "ficou para trás". Há projetos que gostariam de ter financiado, mas não foi possível, no entanto tal deve-se não à falta de financiamento, mas às definições especificas do programa. De facto, foi referido que há algum desalinhamento entre o que cada um dos programas financia e o que seria mais benéfico para o território dando o exemplo da área do empreendedorismo social que tem especificidades próprias: muitos dos programas com que trabalham têm na sua génese o empreendedorismo, mas mais direcionado para as questões das PME.

É igualmente referido que, no caso do SI2E, lançaram dois avisos e no primeiro não estavam preparados para os limites (que consideraram muito restritos) em termos de território/polígono que teve um grande impacto na submissão de candidaturas. O GAL teve muitas manifestações de interesse por parte de uma serie projetos que não se puderam candidatar, porque não enquadravam territorialmente nas zonas elegíveis. Tiveram igualmente dificuldade em precisar se o projeto deveria estar no território ou se os empreendedores deveriam ser do território ou se o público alvo deveria estar no território. Discutiram estes assuntos com a comissão de coordenação para ver de que forma estes projetos de empreendedorismo social puderiam ser aprovados e financiados, mas não houve a abertura para fazer alterações.

Quando definiram os territórios não havia a perceção de qual era a repercussão em termos dos projetos que poderiam ser apresentados. Referem que quando se trabalha em áreas/bairros carenciados apesar de fazer sentido que os projetos se desenvolvam nesses locais, há igualmente impossibilidades físicas relacionadas com, por exemplo, a inexistência de meios/instalações para se desenvolverem os projetos. O GAL está em três conselhos e como tem uma área mais extensa no Porto e em Matosinhos, conseguiu ter projetos no SI2E, mas tal já não aconteceu em Vila Nova de Gaia onde o GAL intervém numa área geográfica mais específica e mais problemática onde foi mais difícil a aprovação de projetos. O que conseguiram fazer juntamente com a CCDR Norte, que percebeu esta dificuldade, foi no +COESO ser possível financiar não só projetos de entidades cuja atividade estivesse dentro dos limites geográficos do GAL, como também projetos que envolvessem/beneficiassem diretamente pessoas com residência dentro dos territórios. Foi seguido o raciocínio aplicado aos projetos desenvolvidos na área da educação onde perceberam que as escolas não estão necessariamente dentro dos territórios, pelo que consideraram que os beneficiários não eram as escolas, mas sim os alunos e então estes teriam que ter a sua residência no território.

Por outro aldo, ao nível da adequação do financiamento, foi referido na entrevista que consideraram o financiamento do SI2E (combinando o FEDER com o FSE) mais adaptado às necessidades do ponto de vista das instituições que consideravam relevante apoiar uma vez que o no +COESO, com um financiamento FSE, tinham apenas 40% para investimento e este valor deveria ser maior uma vez que eram projetos que estavam a arrancar naquele momento.

Ao nível da educação houve apenas um financiamento e na entrevista foi referido que se tivesse havido um segundo poderia haver uma continuação dos projetos mediante uma análise do que foi bem e mal executado, à semelhança do que aconteceu entre o SI2E e o +COESO onde tiveram uma melhor perceção do que tinha falhado.

Em termos gerais, consideram que as entidades da economia social, como têm especificidades próprias, têm dificuldades com as definições de base das tipologias de intervenção uma vez que o facto de serem executadas com base em reembolsos e não adiantamentos (como acontece com outros programas como o Erasmus+), faz com que exista um stress elevado no financiamento das atividades resultado dos atrasos nos reembolsos em alguns dos projetos que não possuem fundos de maneio, principalmente nos projetos que são desenvolvidos por entidades de pequena dimensão que não têm capacidade de ir procurar outro tipo de financiamentos. Há o mesmo nível de exigência para a área social que existe para grandes projetos da área da indústria ou de I&D, o que consideram desajustado. Os projetos iniciam-se e as entidades 30 dias depois já têm que pagar vencimentos, sem capacidade financeira para o fazer.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com a Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e com o Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP). De acordo com a entrevista, houve igualmente a articulação com os planos municipais, principalmente nas questões relacionadas com a educação. A este nível alguns parceiros da Frente Atlântica desempenharam um papel mais ativo que o IPAV. Os stakeholders da Frente Atlântica possuíam maior conhecimento do público-alvo e das necessidades do território, sendo benéfico para o GAL a partilha de conhecimento. Fazem um balanço positivo da articulação com estes instrumentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Rede Local de Invenção Social - RLIS • Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP (Fonte: Inquérito ao GAL)

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

Na entrevista foi referido pelo GAL que na fase inicial houve uma maior abertura para negociação, alterações/ajustes e o GAL considerou ter tido uma maior capacidade de influência no que foi desenhado em termos de programa, o que já não aconteceu na fase de abertura dos avisos de candidatura onde tiveram muita dificuldade em conseguir alterações para fazer face à sua realidade, com pormenores (como a questão já referida do ajustamento territorial) que não estavam ajustados ao pretendido (nem a própria CCDR tinha capacidade de decisão).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Co o do modelo aprovação/negocia para reforçar a rele e articulação estra da abordagem da da programação d aos problemas desenvolvimento território	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Transparência do processo de seleção dos GAL: 6 Relevância do instrumento para a estratégia: 6 Simplificação do processo de seleção: 6 Celeridade do processo de seleção: 6 Aumento da qualidade das EDL: 6 Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território: 5 Envolvimento dos parceiros na EDL: 5 Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos: 5 Criação de novas parcerias nos territórios: 5 Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL: 5 Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 10. Listagem dos modelos de	Não foram iodentificados modelos alternativos

aprovação/negociação alternativos identificados	
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)**

Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	6
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	6
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	5
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	5
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	5
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	5
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	5
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,....)	5
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	5

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 84 entidades, sendo 22 entidades do concelho de Matosinhos, 37 do concelho do Porto 17 de Vila Nova de Gaia, 8 de outros conselhos. 56 entidades são privadas e 28 públicas ederam o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. O elevado número de entidades justifica-se através da elevada densidade de organizações no território com atuação relevante para os eixos estratégicos desta EDL. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram POR/CCPPOR/CCDR, municípios, CIM/AM, entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos) e as entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos). Por outro lado, o GAL não contou com a participação das entidades privadas com fins lucrativos (empresas), agências públicas da administração central e das agências públicas da administração regional. A participação ocorreu através da recolha da pareceres e contributos e da inclusão em grupos de trabalho e teve resultados positivos com a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários e a identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

Indicador	Resposta
Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade	**Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)**

POR/CCPPOR/CCDR	6
Municípios	6
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	5
CIM/AM	5
Juntas de freguesia	3
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	2
Agências públicas da administração regional	2
Agências públicas da administração central	2

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos	As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através de sessões públicas de debate e da inclusão em grupos de trabalho, sendo a sua participação considerada

Indicador	Resposta
setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade	pelo GAL como formal no caso das agências públicas da administração central; e substantiva, no caso dos Municípios, CIM/AM,POR/CCPPOR/CCDR, Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos),Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins Lucrativos),Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), Agências públicas da administração Regional. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados: • Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários. • Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).	O GAL é constituído por 84 entidades

Entidade
A "Benéfica e Previdente"- Associação Mutualista
A3S- Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector
Agência PIAGET pra o Desenvolvimento
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI- Porto Oriental
Agrupamento de Escolas Abel Salazar São Mamede de Infesta
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano
Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora
Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto
Agrupamento de Escolas do Padrão da Légua
Agrupamento de Escolas Escultor António Fernandes de Sá, Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas Gaia Nascente
Águas e Parque Biológico d Gaia, EM,SA
ALTERNANIA- Ensino e Formação Profissional CRL
AMDL-Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro
APPACDM de Matosinhos- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
APPC-Associação do Poro de Paralisia Cerebral
ARRIMO-Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Social e Comunitário, CRL
Associação Alzheimer Portugal - Delegação Norte
Associação de Familiares, Utentes e Amigos do Hospital Magalhães Lemos
Associação de Solidariedade Social da Urbanização do Seixo
Associação Empresarial do Conselho de Matosinhos
Associação Mais- Matosinhos Apoia Inserção Social
Associação Movimento Terra Solta
Associação Nacional de Direito ao Crédito
Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial- ANARP
Associação NUN'ALVARES de Campanha
Associação para a Educação de Segunda Oportunidade
Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos- ADEIMA
Associação Rumo à Vida
Associação VilaNovense de Socorro Mutuo
Bio Rumo- Consultoria em Ambiente e Sustentabilidade, Lda
BioRumo- Consultoria em Ambiente e Sustentabilidade, Lda.
C.E.P.- Cooperativa de Ensino Politécnico CRL
CAIS- Associação de Solidariedade Social
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde CRL

Indicador	Resposta
	Campanhã XXI- Associação para o Desenvolvimento Integrado
	Centro Comunitário São Cirilo
	Centro Juvenil de Campanhã- Seminário dos Meninos Desamparados
	Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro
	Centro Social e Paroquial Senhora do Calvário
	CERPORTO- Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco do Porto
	Cooperativa de Ensino Escola Profissional do Centro Juvenil de Campanhã CRL
	COOPERATIVA de Ensino Superior de Serviço Social, CRL (Entidade instituidora do Instituto Superior de Serviço Social do Porto/Matosinhos)
	Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior CRL
	CPCJ Porto Oriental
	Cruz Vermelha Portuguesa
	D. Sancho- Ensino Lda
	EAPN- Rede Europeia Antipobreza/Portugal, Associação
	ENCONTRAR+SE- Associação para a Promoção da Saúde Mental
	ESAD IDEA - Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte
	Espaço T- Associação para o apoio à Integração Social e Comunitária
	EUROCONSULT- Consultores de Engenharia e Gestão LDA
	Fios e Desafios- Associação de Apoio Integrado à Família
	Freguesia de Bonfim
	Freguesia de Campanhã
	Freguesia de Oliveira do Douro
	Freguesia do Bonfim
	Fundação Joaquim Oliveira Lopes
	Fundação Padre Luís
	GAIURB-Urbanismo e Habitação, E.M
	INCOMUNIDADE- Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
	INOVA.GAIA- Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia
	Instituto Padre António Vieira
	Instituto Politécnico do Porto
	IPSUM HOME- Associação para Análise, Apoio, Educação e Formação em Matéria de Créditos, Seguros e Contratos e Apoios no Empreendedorismo e Empregabilidade
	Junta de Freguesia de Avintes
	LIPOR- Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
	MatosinhosHabitMH, Empresa Municipal de Habitação
	Movimento de Defesa da Vida
	Município de Matosinhos
	Município de Vila Nova de Gaia
	Município do Porto
	Obra Diocesana de Promoção Social
	Pari Passu, Lda
	PELE, associação Social e Cultural
	Qualificar para Incluir- Associação de Solidariedade Social
	Rede Inducar, CRL
	Rumo ao Saber, Lda

Indicador	Resposta
	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia Santa Casa da Misericórdia do Porto TESE-Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação União de Freguesias de S.Mamede de Infesta e Senhora da Hora Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E Universidade Católica Portuguesa WELCOMEHOME- Cooperativa de Solidariedade Social CRL (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através de sessões públicas de debate e na inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

Como a rede da Frente Atlântica é bastante extensa e tem entidades com um conjunto de competências distribuídas por várias áreas, baseou-se na experiência destas para a definição das atividades onde os parceiros foram bastante ativos. A título de exemplo, ao nível das câmaras há um grande conhecimento do público alvo e transportaram todo o conhecimento que existia para definição das atividades da Frente Atlântica, e posteriormente alinhar com o que foi sendo lançado em termos de prioridades de investimento. Nesta fase de conceção houve uma ligação forte do IPAV com as autarquias e as IPSS que fazem parte da rede de parceiros e com a Universidade Católica que teve uma grande importância na definição da candidatura do DLBC (tendo na fase de desenvolvimento uma participação menor).

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL afirma que a dinâmica de envolvimento diminuiu ao longo do período de implementação do DLBC. Nesta fase, o GAL contou de forma contínua com os municípios, POR/CCPPOR/CCDR, entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos), entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), através da inclusão em grupos de trabalho. De forma pontual, com a CIM/AM, entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos) e com as Agências Públicas da administração regional, através da inclusão em grupos de trabalho. Os resultados deste envolvimento prenderam-se sobretudo com a continuidade de intervenções, complementaridade de intervenções e com a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>
Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Agências Públicas da administração regional</td><td>Sim, pontualmente</td><td>O GAL não respondeu</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>O Gal não respondeu</td></tr>
<tr><td>Juntas de Freguesia</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências Públicas da administração central</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL.)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Continuidade de intervenções
• Complementaridade de intervenções
• Construção de parcerias
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

A parceria tem um órgão informal de gestão, o Conselho de Administração (sem personalidade jurídica) que é constituído por sete membros: IPAV que preside, cada uma das autarquias que fazem parte do DLBC e uma IPSS de cada um dos concelhos. Reúnem todos os anos mais do que uma vez (com menos periocidade devido ao COVID) e estas reuniões decorrem nas autarquias com a presença dos vereadores e nalguns casos dos Presidentes da Câmara. Os membros deste órgão estão sempre em contacto (ex. por e-mail) principalmente antes do lançamento dos avisos.

Os 84 parceiros do DLBC reúnem em Assembleia Geral todos os anos (à exceção de 2021 devido ao COVID) onde chegam a estar presentes mais de 100 pessoas. Nestas reuniões são apresentados os programas antes de serem abertas as candidaturas.

Na entrevista foi referido que os parceiros tiveram um papel muito ativo na fase de definição do DLBC, mas quando os programas se iniciaram "fecharam um bocadinho". Os parceiros fizeram o acompanhamento, não de ações específicas, mas mais na revisão do que aconteceu e até que ponto as necessidades dos grupos que representavam foram satisfeitas. Os parceiros participavam mais nas reuniões de acordo com os seus interesses. Por exemplo, na educação houve um acompanhamento maior por parte das autarquias (até porque existem os Planos Municipais) sendo este mais fraco na parte do empreendedorismo social.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL teve competências delegadas para verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas, emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO, assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO e acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão. Segundo a entrevista realizada a GAL, as competências delegadas foram bem ajustadas e o decorrer do processo foi positivo

Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo a simplificação administrativa, redução da carga administrativa, proximidade aos beneficiários, etc. No entanto, poderia ter sido delegada a competência de determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas de operação e a decisão sobre os pedidos de alterações às operações. Na entrevista realizada a GAL destaca o facto de "não existe uma formação e estipulação concreta das competências que nos eram atribuídas, dificultando o processo de atribuição de funções"

A GAL destaca negativamente o grau de pertinência/adequação das competências delegadas no domínio das verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários e na componente de assegurar que os beneficiários mantivessem um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20** POR

Indicador	Resposta/Evidências
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas: 6 Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO: 6 Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO: 5 Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão: 5 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 5 Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: 4 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 4 Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: 3 Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 3 Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: 2 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 2 (Fonte: Inquérito ao GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Proximidade aos beneficiários • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito ao GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação • Decidir sobre pedidos de alterações às operações (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Na entrevista é referido que desde a emissão do aviso até ao encerramento dos projetos o Gal tem um conjunto de competências mais focadas na parte inicial, na participação da definição e emissão dos avisos, receção das candidaturas e a sua avaliação e consideram que é adequado tal estar do lado dos GAL e o processo correu bem. O que não correu bem e teve impacto em termos de timings foi terem um processo de avaliação que assenta num conjunto de ferramentas, que não sendo muito complexas, ainda não estão habituados a trabalhar com elas (ver SQ11).

A partir da emissão do termo de aceitação, arranque do projeto e das ações para os pedidos de reembolso, há questões que não eram da responsabilidade dos GAL, mas que posteriormente recebiam a indicação de que deveriam ter visto. O GAL devia receber à partida a indicação clara das suas responsabilidades e os "manuais" de como as desempenhar, que foram aparecendo ao longo da implementação. Há medida que os projetos avançam os GAL são menos solicitados e as responsabilidades e as competências já não estão do lado deles, à exceção dos pedidos de alteração ou de reprogramação em termos dos financiamentos, que consideram que é correto terem responsabilidade a este nível.

Em suma referem que a parte da avaliação das candidaturas é responsabilidade do GAL; a parte dos reembolsos é da CCDR; a parte dos pedidos de alteração é do GAL, mas existe uma zona cinzenta (pequenas alturas em que há indefinição de quem é o responsável a nível prático e processual) que lhes retira alguma eficiência, mas tal pode ser resultado da falta de experiência do GAL.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que a articulação com a Autoridade de Gestão foi bastante positiva. Os mecanismos de articulação utilizados foram as reuniões periódicas, a emissão de pareceres, as reuniões de coordenação e a ligação com um ponto focal.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Mecanismos de articulação com o PO regional:
Reuniões periódicas
Emissão de pareceres
Reuniões de coordenação
Ligação com um ponto focal
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação
(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)<table><tr><th></th><th>POR</th></tr><tr><td>Reuniões periódicas</td><td>6</td></tr><tr><td>Reuniões de coordenação</td><td>6</td></tr><tr><td>Emissão de pareceres</td><td>6</td></tr><tr><td>Ligação com um ponto focal</td><td>4</td></tr></table>(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

Segundo a entrevista realizada ao GAL, a relação com a Autoridade de Gestão, "foi uma relação muito próxima" principalmente após terem estabilizado quem eram os interlocutores com quem tinham que falar para resolver determinados assuntos. A AG procura sempre entender o que o GAL necessita, com reuniões de acompanhamento, bem como foram realizadas reuniões introdutórias de preparação sobre as questões gerais sobre o SI2E e o +COESO. Sempre que necessitaram mais de ajuda, houve resposta. No entanto, consideram que as equipas da AG (neste caso a CCDRN delegação de Braga) estão saturadas (com falta de recursos humanos), o que impossibilita algumas vezes um acompanhamento tão próximo em determinadas alturas como o que gostariam de ter: apesar de adequadas, as respostas por vezes demoram a chegar.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira foi adequada devido ao facto de ter sofrido um alinhamento, com o objetivo de dar resposta a todos os projetos candidatos que faziam sentido serem implementados no território.

A dimensão e competências da equipa técnica foram consideradas totalmente adequadas. A principal necessidade identificada quanto à equipa técnica tem que ver com a insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do FEDER: 337 500,00 € (Fonte: Contrato)
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Não foi possível aferir o peso do financiamento do DLBC. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 5 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 3 Elementos externos: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?.

Na entrevista realizada ao GAL, a entidade afirma que o IPAV realiza gestão de projetos/iniciativas semelhantes ao DLBC há muitos anos, facilitando o processo. A equipa técnica possuía formação e experiência necessária no domínio do empreendedorismo social. Outro ponto que também foi realçado foi o facto dos DLBC costeiros e rurais possuírem experiência há mais de 20 anos, facilitando a partilha de conhecimentos com os DLBC urbanos que eram recentes.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação pública • Sistemas de Informação (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 - Totalmente adequado) Contratação Pública: 5 Sistemas de Informação: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Sistemas de Informação. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Na entrevista foi referido que algo que não correu tão bem e que teve algum impacto em termos de timings foi ter um processo de avaliação de candidaturas que assenta num conjunto de ferramentas com as quais a equipa não estava habitada a trabalhar. A disponibilidade da CCDR, apesar de toda a boa vontade, para ajudar nas questões de processo é limitada principalmente quando há muitas instituições a fazer pedidos.

Consideram que deveria ter havido uma formação inicial nos processos em que eram responsáveis e para os quais tinham competências, pelo que consideram que aprenderam *on the go* e não deveria ter sido assim.

Até à fase de avaliação das candidaturas consideram que tinham as competências corretas e não foi muito complicado. Após a fase de avaliação das candidaturas já denotaram mais problemas ainda que as instruções fossem sendo dadas e as equipas dos GAL fossem aprendendo. No entanto, ainda se denotam dificuldades técnicas a nível da gestão dos sistemas. Chegou a haver uma formação em sistemas de informação, que não tocou todas as plataformas pelo que não se sentiram 100% à vontade para implementar tecnicamente o que tinha que fazer, mas que se revelou não ser especialmente problemático.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL apresentou um elevado grau de envolvimento na elaboração dos avisos, ao ser responsável pela definição das TO/medidas, definição dos requisitos (formais e documentais) e ao dar contributos, que foram integrados, na adaptação dos avisos às especificidades territoriais, dotação financeira, critérios de seleção das operações, definição dos indicadores e prazos de apresentação das candidaturas. Por fim, deu contributos, que foram parcialmente integrados nas ações de divulgação, informação e publicidade realizadas e na definição do calendário de abertura dos AAC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Definição das TO/medidas	Foram responsáveis pela definição
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Foram responsáveis pela definição
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	Deram contributos e foram integrados
Dotação financeira	Deram contributos e foram integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram integrados
Definição de indicadores	Deram contributos e foram integrados

		Prazos de apresentação das candidaturas	Deram contributos e foram integrados
		Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Deram contributos e foram parcialmente integrados
		Definição do calendário de abertura dos AAC	Deram contributos e foram parcialmente integrados
	(Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Não foram identificadas especificidades territoriais.		

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 35 E 36:

Na entrevista foi referido que, apesar do GAL ter dado contributos, os avisos estavam muito pré-formatados e não tiveram muita capacidade para grandes alterações. Os parceiros viram-se "impotentes" para alterar algumas coisas que consideravam necessárias, como foi referido anteriormente relativamente ao SI2E no que se refere à definição do território/polígonos.

O país apesar de ser pequeno tem realidades diferentes e consideram que que houve na fase dos avisos uma dificuldade em conseguir alterações para fazer face a essas realidades diferentes e nem a própria CCDR tinha capacidade de decisão. Os programas já vinham bastante formatados e surgiram especificidades em termos de financiamento que não poderam ser resolvidas (ver resposta SQ2)

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma geralmente positiva a adequação dos calendários de abertura dos avisos, no entanto considera que devia ter existido um maior tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas; o ritmo maior do lançamento dos concursos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	4	6	4	5
8.3/8iii.	4	6	4	5
10.1/10.i	5	6	6	5
9.1/9i	4	6	4	5

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL considera totalmente adequadas as diferentes tipologias de operação, no entanto, e como se verificou na resposta à SQ2, na entrevista foram apontadas algumas limitações ao nível da definição do acesso ao financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado</td><td>Foram lançadas quatro tipologias de operação:
• +CO3SO Emprego – Empreendedorismo
• +CO3SO Urbano
• Medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar
• SI2E
(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)</td></tr>
<tr><td>Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)</td><td>Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado
(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)
<table>
<tr><th>PI</th><th>Objetivos da EDL e DLBC</th><th>Indicadores de realização e resultados</th><th>Público-alvo</th><th>Necessidades do território</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>5</td><td>6</td><td>5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>5</td><td>6</td><td>5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>6</td><td>6</td><td>6</td><td>6</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES .83 E 39:

Na entrevista, e tal como referido anteriormente, foi referido que o SI2E teve limites muito restritos em termos de território/polígono que teve um grande impacto na submissão de candidaturas. O GAL teve muitas manifestações de interesse por parte de uma serie projetos que não se puderam candidatar, porque não enquadravam territorialmente nas zonas elegíveis (algo que foi atenuado no +COESO).

Ao nível da educação consideraram que tudo estava bem dimensionado face às necessidades do território, ao qual se adicionou as competências das instituições que fizeram a gestão dos projetos que sabem como fazer esta gestão e sabem como ir para o terreno.

Na parte do empreendedorismo social, receberam ideias que seriam interessantes ir para o terreno, mas que falharam porque a "máquina" não é suficientemente simples nem célere para contrabalançar as suas dificuldades e necessidades (ver as questões dos reembolsos na SQ2).

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação relativamente positiva dos procedimentos definidos para essa análise e seleção. Destacou pela positiva os procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos), metodologia de apuramentos do mérito, periodicidade das reuniões do órgão de gestão e a interação com o SI FSE e o SI FEDER. Os motivos para os desvios face aos prazos de análise e seleção de candidaturas prenderam-se sobretudo com elevado número de candidaturas e com a reduzida dimensão da equipa, com a funções de análise de candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	5	5	6	5
Critérios de seleção	4	4	6	4
Metodologia de apuramento do mérito	5	5	5	5
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	4	4	5	5
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	5	5	5	5
Carga burocrática	4	4	4	4
Interação com o SI FSE	5	5	5	5
Interação com o SI FEDER	5	5	N/R	5
Interação com o SI PDR/	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com o SI IFAP	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com outros SI	N/A	N/A	N/A	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Ver Quadro abaixo
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	**Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas: • Elevado número de candidaturas 8.3/8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras: • Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 40,41 e 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 313 dias (cerca de dez meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	42	38	254	42	297
1001	5	5	284	24	308
COESOEmp	3	3	200	33	233
COESOUrb	29	26	237	37	273
SI2E	5	4	353	103	483
09.10	9	5	279	78	440
SI2E	9	5	279	78	440
Total Geral	**51**	**43**	**258**	**46**	**313**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O papel do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações passa por validar o parecer da equipa técnica acerca das candidaturas, que é posteriormente submetido à AG.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	Informação não disponibilizada.
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Não existiu alteração da composição do Órgão de Gestão. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O Órgão de gestão envolveu-se através de reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão (Escala 1 – Nada adequado a 6 – Totalmente adequado)** POR: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não existiu envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram a realização de reuniões da equipa técnica para balanço e a realização de reuniões/contactos regulares da equipa técnica com os beneficiários.

As entidades envolvidas na monitorização são as mesmas que compõem o órgão de gestão e o GAL tem a intenção de realizar uma avaliação final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 5 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 5 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 4

		Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	5
		Realizações de balanço com as AG	5
		Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	5
	(Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recurso internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)		

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Os indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados no DLBC constituíram um constrangimento à eficiente monitorização e avaliação dos contratos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados. (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação. (Fonte: Entrevista GAL)

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram assegurados os mecanismos necessários por parte do GAL para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC, através do reforço da equipa técnica e um maior acompanhamento das entidades beneficiárias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Sim foi um exercício do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	• Reforço da equipa técnica • Maior acompanhamento às entidades beneficiárias. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação para o DLBC, que se traduziu em reuniões/encontros com parceiros promovidos, realização de sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento, reuniões seminários e workshops públicos e visitas a projetos de investimento. O GAL na entrevista realizada afirmou que "*não sentimos por parte dos nossos interlocutores falhas na comunicação adotada*[1]"

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Ações de **divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**
Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	O GAL não realizou nenhum processo de auscultação sobre os potenciais beneficiários dos territórios (Fonte: Inquérito aos GAL)

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	10	50	5
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	8	20	4
Reuniões, seminários, workshops públicos	8	20	4
Visitas a projetos de investimento	8	-	4

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito da partilha de conhecimentos e também de algumas operações inovadoras para o território. Na entrevista a GAL afirma "*A nossa principal missão foi potencializar a resolução dos problemas locais através de projetos*[2]."

[1] Entrevista ao GAL Frente Atlântica
[2] *Idem*

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Partilha de conhecimentos • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão muito elevada em todas as tipologias, 8.8/8a, 8.3/8iii,10.1/10.i,9.1/9i. Os fatores que condicionaram a adesão foram as já referidas condições de elegibilidade e os critérios de seleção das operações, principalmente no que se refere às questões relacionadas com os critérios relacionados com os limites do território, principalmente no caso do SI2E tal como explicado na SQ2.

O número total de candidaturas apresentadas foi de 62, o que corresponde a uma procura relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 91,1%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 62 candidaturas com um custo de 8.566.175,53euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>5</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>6</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>6</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>5</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Condições de elegibilidade das operações
• Critérios de seleção das operações

(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>O Gal não respondeu a esta questão</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**52**	**83,9**	**7.726.983,86**	**90,2**
1001	5	8,1	2.136.787,76	24,9
COESOEmp	5	8,1	589.156,33	6,9

COESOUrb	32	51,6	4.717.291,51	55,1
SI2E	10	16,1	283.748,26	3,3
09.10	**10**	**16,1**	**839.191,67**	**9,8**
SI2E	10	16,1	839.191,67	9,8
Total Geral	62	100,0	8.566.175,53	100,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	1001	COESOEmp	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**42**	5	3	29	5	**9**	9	**51**
2.Não admitida								
3.Não aprovada	**4**		2	1	1	**1**	1	**5**
4.Anulada								
5.Desistida /rescindida/revogada								
6.Submetida/admitida	**6**			2	4			**6**
7. Total	**52**	5	5	32	10	**10**	10	**62**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	91,3	100,0	60,0	96,7	83,3	90,0	90,0	91,1
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	8,7	0,0	40,0	3,3	16,7	10,0	10,0	8,9
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram bastante acima da dotação contratualizada no caso do FSE, com uma taxa de compromisso acima dos 200%. O mesmo não se verificou no FEDER, onde a procura foi mais reduzida e a taxa de compromisso ficou nos 23%. A taxa de execução é mais reduzida em ambos os fundos: 14,4% para o FSE e 3,8% para o FEDER. O principal estrangulamento identificado pelo GAL no questionário foi as condições de elegibilidade das operações.

De acordo com a informação exposta na entrevista, "A falta de dinâmica e flexibilidade no domínio do financiamento dos projetos, muitas das vezes, dificulta o processo de alcance dos objetivos desejados. Uma vez que não é possível financiar componentes dos projetos que não estejam inicialmente estipuladas."

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)

investimento/tipologia de intervenção	
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação** PI/TI: 8.8/8a — Condições de elegibilidade das operações: X; Tipo de despesas elegíveis: -; Taxa de incentivo: -; Contexto socio-económico: - PI/TI: 8.3/8iii. — Condições de elegibilidade das operações: X; Tipo de despesas elegíveis: -; Taxa de incentivo: -; Contexto socio-económico: - PI/TI: 10.1/10.i — Condições de elegibilidade das operações: -; Tipo de despesas elegíveis: -; Taxa de incentivo: -; Contexto socio-económico: - PI/TI: 9.1/9i — Condições de elegibilidade das operações: X; Tipo de despesas elegíveis: -; Taxa de incentivo: -; Contexto socio-económico: - (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 31 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. As 20 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 531 dias a essa data. (Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 31 de dezembro de 2021 não existiam operações concluídas. (Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados: 8.8/8a, 8.3/iii. Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso: 8.8/8ª, 8.3/iii. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**2.250.000**	52	5.359.384,96	323.899,28	238,2	14,4	6,0
1001		5	1.731.201,77	320.995,65			18,5
COESOEmp		5	226.664,38	0,00			0,0
COESOUrb		32	3.363.289,43	0,00			0,0
SI2E		10	38.229,38	2.903,63			7,6
09.10	**1.350.000**	10	309.090,56	50.712,37	22,9	3,8	16,4
SI2E		10	309.090,56	50.712,37			16,4

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL considera que é muito provável vir a cumprir as metas definidas quer para o FEDER, quer para o FSE. Uma vez que o GAL não realizou avaliação intercalar, não é possível aferir o grau de cumprimento das metas em 2018.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Não respondeu (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii.: 6 10.1/10.i: 6 9.1/9i: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim foram cumpridos todos os critérios de atribuição de reserva da eficiência (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Grau de cumprimento
09.10	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	4	22	Não é possível aferir o grau de cumprimento[3]
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	31	
	8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	4	22	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	31	
	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	5	23	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	32	
		Realização	Nº Estratégias	Nº	1	1	

[3] O GAL não realizou avaliação intercalar.

		Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	Nº	0,8	1,4	
	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	20	34	
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	40%	50%	
	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional	Realização	Iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa estabelecidas na EDL	Nº	9	15	
09.06		Resultado	Alunos abrangidos	Nº	2314	3857	

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm tido um contributo evidente para a promoção do acesso e do sucesso dos percursos educativos das crianças e jovens e na redução do abandono precoce da educação e formação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promoção do acesso e do sucesso dos percursos educativos das crianças e jovens e na redução do abandono precoce da educação e formação	
Promovera inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de públicos vulneráveis	
Impulsionar iniciativas socialmente empreenderas para a empregabilidade	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o valor acrescentado da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações), o grande conhecimento adquirido das necessidades e potencialidades do território, o estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território, a participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, o trabalho realizado em rede juntamente com colaborações no território, na capacitação e criação de sinergias entre parceiros e o envolvimento em torno de objetivos e interesses em comum e a cooperação com outro territórios.

Por outro lado, o GAL considera que existiu um contributo menor na valorização do capital social e humano dos territórios, na densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão), na densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e, novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva, na confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN,OP, Ags,...), na capacidade para gerir vários fundos, na relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território, na mobilização da comunidade local, no acompanhamento e proximidade com as entidades beneficiárias e potências promotoras, na inovação e qualidade dos projetos apoiados, na capacidade dos projetos geraram efeitos multiplicadores, na alavancagem financeira dos projetos apoiados, na divulgação dos produtos e serviços criados pelos projetos apoiados, na disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas e no apoio à sustentabilidade dos projetos apoiados

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas,empresas,organizações)	5
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	5
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	5
	Trabalho em rede/colaboração no território	5
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5
	Cooperação com outros territórios	5
	Valorização do capital social e humano dos territórios	4
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	4
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)	4
	Capacidade para gerir vários fundos	4
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	4
	Mobilização da comunidade local	4
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias	4

e potenciais promotores	
Inovação dos projetos apoiados	4
Qualidade dos projetos apoiados	4
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	4
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	4
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4
Sustentabilidade dos projetos apoiados	3

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou-se exclusivamente com instrumentos do Portugal 2020 e fê-lo *a priori*, no âmbito da conceção de projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos (Inquérito aos GAL)

Ficha de Avaliação

GAL Urbano Gaia – Cruz Vermelha Portuguesa

Entidade Gestora: Cruz Vermelha Portuguesa

DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA
URBANO | GAIA

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Urbano Gaia abrange seis freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia, nomeadamente:

Vilar de Andorinho

Canelas

Pedroso e Seixezelo

Serzedo e Perosinho

Mafamude e Vilar do Paraíso

Grijó e Sermonde

População total abrangida: 130.768 habitantes (Censos 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

O DLBC contratualizado sofreu algumas alterações face à EDL definida inicialmente pela parceira, nomeadamente tendo sido agrupados todos os 10 objetivos estratégicos em apenas dois. O GAL revela ainda que o território delimitado condicionou muito a sua intervenção e a implementação da estratégia desenhada. As prioridades de investimento estiveram totalmente adequadas, sendo considerado menos adequada a PI 9.1/9i *Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade*, por não ter sido disponibilizada aos GAL da região Norte.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	A totalidade dos objetivos dos objetivos definidos na EDL tem correspondências com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase).
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii.: 6 10.1/10.i: 6 9.1/9i: 4 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

Um dos principais objetivos definidos para a Estratégia de Desenvolvimento Local do DLBC Urbano Gaia era a capacitação dos atores intervenientes no território, de modo a que pudessem desenvolver competências de empreendedorismo e responder às necessidades diagnosticadas, sejam elas de vertente social, económica ou de base comunitária. Assim, as áreas que se pretendia intervencionar eram a "*promoção da empregabilidade dos grupos populacionais com perfil de empregabilidade difícil, apoio à criação de empresas através do desenvolvimento de um sistema de relações facilitadoras desse processo e o combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar*"[4].

De acordo com a opinião exposta na entrevista, o GAL considera que um dos fatores que mais condicionou a intervenção do DLBC foi a delimitação do território, por um lado por este se encontrar muito delimitado e restringir o apoio a algumas entidades que potencialmente poderiam beneficiar de apoios; e, por outro lado, por ser um território com bastante necessidade de capacitação dos atores, para que pudessem posteriormente candidatar-se aos apoios disponibilizados.

[4] Candidatura 2ª Fase – DLBC Urbano Gaia

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC contratualizada

Objetivos Específicos da EDL Global	EDL/DLBC Contratualizado
Contribuir para a diminuição do número de jovens e crianças em situação de insucesso, abandono e/ou absentismo escolar	Contrariar os processos de insucesso, absentismo e abandono escolar, fomentando a participação ativa de todos os atores locais (escola/alunos/família)
Fomentar um maior envolvimento/aproximação das escolas/empresas com os jovens facilitando o ingresso no mercado de trabalho	
Fomentar um maior envolvimento/aproximação das escolas/empresas com os desempregados facilitando o reingresso no mercado de trabalho	
Implementação de projetos de empreendedorismo integrados num serviço de reforço e apoio técnico às iniciativas de empreendedorismo local	Promover a inclusão social ativa fomentando a participação no mercado de trabalho
Promover a aquisição de competências sociais para desempregados	
Promover o apoio às famílias no desempenho das suas funções, responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social	
Criar uma equipa que acompanhe a implementação das propostas em cada território; funcionando como consultores do programa	Pretende-se, ainda, acompanhar a implementação do projeto através de um sistema de avaliação permanente garantindo os princípios de Transparência, Equidade, Eficácia, Eficiência na gestão de recursos, Coerência e Sustentabilidade, envolvendo todos os *stakeholders* do DLBC. a) Criando uma equipa que acompanhe a implementação das propostas em cada território. b) Criando instrumentos específicos capazes de avaliar o impacto das medidas / respostas / projetos que se vão concretizando. c)Avaliando e comunicando os resultados alcançados à comunidade e aos parceiros. d)Desenvolvendo estudos, metodologias e tecnologias de apoio e suporte às intervenções.
Criar instrumentos específicos capazes de avaliar o impacto das medidas/resposta/projetos que se vão concretizando	
Avaliação e comunicação dos resultados alcançados à comunidade e aos parceiros	
Desenvolvimento de estudos, metodologias e tecnologias de apoio e suporte às intervenções	

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Promover a inclusão social ativa fomentando a participação no mercado de trabalho	Apoiando a criação de empresas, incluindo autoemprego, que promovam a criação de emprego Apoiando projetos de investimento para a expansão de micro e pequenas empresas ou para a criação de novas empresas, no sentido de maximizar a sua sustentabilidade e a modernização do tecido empresarial Apoiar a criação de projetos de empreendedorismo social	8iii b) e 8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho 8a e) projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais 8a g) projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

Contrariar os processos de insucesso, absentismo e abandono escolar, fomentando a participação ativa de todos os atores locais (escola/alunos/família)	Combatendo o insucesso, absentismo e abandono escolar, apostando no fomento da inclusão e integração escolares	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase. Contrato.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 3.600.000,00€, sendo mais de metade do montante proveniente do FSE. O GAL considerou que existiu um financiamento ajustado em todas as prioridades de investimento.

Tabela síntese – Indicadores 3 , 4, 5, 6 e 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>2 250 000,00 €</td><td>63%</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>1 350 000,00 €</td><td>38%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>3 600 000,00 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>2</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI</td><td>Existe correspondência entre os indicadores de realização e resultado e a natureza das medidas previstas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado</td><td>N/A</td></tr>
</table>

Informação de Detalhe – Indicadores 3, 4, 5, 6 e 7:

De acordo com a entrevista realizada ao GAL, a dotação financeira do Fundo Social Europeu foi insuficiente e foi possível obter um reforço da mesma, de modo a dar resposta às pretensões do território. Por outro lado, a verba disponível para o FEDER resultou num excedente, que não foi realocado nem utilizado em novos avisos.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	1 250 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	1 000 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**2 250 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	500 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	150 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	700 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**1 350 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**3 300 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com o Gabinete de Inserção Profissional nas suas ações de divulgação. Articulou-se também com planos municipais de educação, no sentido de compreenderem aquilo que já estava a ser implementado e criarem novas oportunidades ou oportunidades complementares, numa tentativa de não existir sobreposição.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Gabinete de Inserção Profissional – GIP (Fonte: Inquérito ao GAL)

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

A equipa de avaliação não dispõe de informação para responder a esta questão.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	O GAL não respondeu a esta questão

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 33 entidades, de setores diversificados, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram as juntas de freguesia e as organizações do setor social sem fins lucrativos. Por outro lado, o GAL não contou com a participação da AM, das entidades representativas do setor económico nem ambiental (sem fins lucrativos) e das agências públicas da administração central e regional. A participação ocorreu através de recolha da pareceres e contributos e da inclusão em grupos de trabalho e gerou resultados pouco efetivos, embora tenha produzido a perceção de que a participação é relevante para o território. Na entrevista, o GAL expõe a perceção de que os parceiros esperavam alguma contrapartida com a sua participação no DLBC, algo que posteriormente não se veio a concretizar e provocou alguma desmotivação e desmobilização dos mesmos desde a fase de desenho da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>2</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração regional</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da recolha de pareceres e contributos e da inclusão em grupos de trabalho, sendo a sua participação considerada pelo GAL como formal no caso dos municípios, entidades do setor social e empresas; e substantiva, no caso das juntas de freguesia.</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 33 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th></tr>
<tr><td>Academia José Moreira da Silva – Cooperativa de Estudos de Economia Social, CRL</td></tr>
<tr><td>Agência Piaget para o Desenvolvimento</td></tr>
<tr><td>Agrupamento de Escolas Júlio Dinis</td></tr>
<tr><td>Associação Vilanovense Socorro Mútuo</td></tr>
<tr><td>Caixa de Crédito Agrícola Mútua da Costa Verde, Crl</td></tr>
<tr><td>Centro de Dia e Jardim de Infância Salvador Caetano e Ana Caetano – IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro de Solidariedade Cristã</td></tr>
<tr><td>Centro Social da Paróquia de São Salvador de Grijó</td></tr>
<tr><td>CEP – Cooperativa de Ensino Politécnico, CRL</td></tr>
<tr><td>COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL</td></tr>
<tr><td>Cooperativa de Produção dos Operários Pedreiros Portuenses, CRL</td></tr>
<tr><td>Cooperativa de Solidariedade Social do Povo Portuense, Crl</td></tr>
<tr><td>Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior, CRL</td></tr>
<tr><td>CPCJ Gaia Norte</td></tr>
<tr><td>Cruz Vermelha Portuguesa</td></tr>
<tr><td>D. Sancho – Ensino Lda</td></tr>
<tr><td>DECIFRENIGMA – Associação</td></tr>
<tr><td>EPCE – Escola Profissional de Comércio Externo, Lda</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Canelas</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Grijó e Sermonde</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Pedroso e Seixezelo</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Serzedo e Perosinho</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Vilar de Andorinho</td></tr>
<tr><td>GAIURB – Urbanismo e Habitação, EM</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	INOVA.GAIA – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia Instituto de Soldadura e Qualidade Instituto Politécnico do Porto Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia Município de Vila Nova de Gaia Seminário Menor de Sagrado Coração de Jesus de Gaia ou Seminário de Gaia Tangerina Mágica Lda UNINORTE – Unidade Cooperativa Polivalente da Região Norte, CRL Fonte: GAL
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da recolha formal de pareceres e a sua inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL afirma que a dinâmica de envolvimento diminuiu ao longo do período de implementação do DLBC. Nesta fase, o GAL contou quase exclusivamente com as juntas de freguesia, especialmente nas sessões de divulgação, e com algumas entidades parceiras do setor social. Teve, no entanto, o envolvimento contínuo da CCDR Norte. Os resultados deste envolvimento prenderam-se sobretudo com a multidimensionalidade e complementaridade das intervenções e com o aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Juntas de Freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Não se envolveram</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências Públicas da administração regional</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências Públicas da administração central</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:</td></tr>
</table>

	• Multidimensionalidade das intervenções • Complementaridade de intervenções • Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

O Gal na entrevista refere que considera que a ideia inicial aquando da constituição do GAL não passava muito pelo envolvimento dos parceiros. Na sua opinião, caso os parceiros tivessem sido mais envolvidos desde o início, desde a conceção da estratégia, teriam tido também uma participação mais ativa durante a implementação da mesma. Quanto a equipa técnica foi constituída e procurou fazer esse trabalho de dinamização da parceria, os *stakeholders* já se encontravam desmobilizados, pelo que não foi fácil contar com a sua participação.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou o modelo de delegação de competências do PO Regional como totalmente adequado no que se refere a: verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão. A competência de acompanhamento não estava formalmente delegada nos GAL, contudo o GAL Urbano Gaia realizou algum trabalho de acompanhamento das operações. O GAL considera que seria pertinente ter um papel mais ativo e participativo nesta fase de implementação das operações, tendo em conta a proximidade com os beneficiários e com o território e o apoio e alívio de sobrecarga que poderiam oferecer à Autoridade de Gestão.

Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo a simplificação administrativa, para a celeridade dos procedimentos, para a monitorização dos resultados, etc. No entanto, poderia ter sido delegada a competência de definição do calendário de abertura dos AAC, assim como uma maior capacidade para adaptar os avisos ao território de intervenção e a análise dos pedidos de reembolso. Neste último caso, a Autoridade de Gestão encontrava-se bastante sobrecarregada com esta tarefa e o GAL considera que poderia ter sido delegada a competência de analisar estes pedidos, de forma a apoiar a AG e existir uma maior celeridade no processo. Mais que não fosse, o GAL poderia fazer uma primeira triagem dos pedidos de reembolso, de forma a ver se estavam bem elaborados e, caso estivessem, reencaminhar para a AG; caso não estivessem, poderiam articular com os beneficiários a correção dos mesmos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20**

Indicador	Resposta/Evidências

	POR
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	6
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos	N/A
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	N/A
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	N/A
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	N/A
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	N/A
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos • Proximidade aos beneficiários • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir o calendário de abertura dos AAC (Fonte Inquérito ao GAL)

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que a articulação com a Autoridade de Gestão foi bastante positiva. Os mecanismos de articulação utilizados foram as reuniões periódicas, a emissão de pareceres, as reuniões de coordenação e a ligação com um ponto focal.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação** **(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Reuniões periódicas: POR 6 Reuniões de coordenação: POR 6 Emissão de pareceres: POR 6 Ligação com um ponto focal: POR 5 Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira afeta às funções de gestão estava adequada. A dimensão e competências da equipa técnica também foram consideradas totalmente adequadas. A principal necessidade identificada quanto à equipa técnica tem que ver com a desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do FEDER: 337 500,00 €
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Não foi possível aferir o peso do financiamento do DLBC no conjunto da atividade da entidade gestora, contudo a Cruz Vermelha desenvolve muitos outros projetos além do DLBC. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 5 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

O GAL considera que a equipa técnica era muito inexperiente, devido ao facto de os DLBC urbanos serem novos. Nesse sentido, considera pertinente que tivesse existido uma capacitação inicial das equipas para as funções que iriam desempenhar. O trabalho foi realizado na mesma, mas teria sido realizado com maior qualidade caso as equipas tivessem beneficiado desta capacitação.

A participação nas ações de capacitação sobre contratação pública e sistemas de informação ocorreu por iniciativa da equipa. As áreas onde a equipa sente mais necessidade formativa são os critérios de análise dos projetos, a monotorização e avaliação e a conceção de documentos estratégicos de programação. De qualquer forma, o GAL contou sempre com o apoio da AG para o esclarecimento de dúvidas e prestação de apoio.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação pública • Sistemas de Informação Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 6 Sistemas de Informação: 6 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Critérios de análise dos projetos; • Monotorização e Avaliação; • Conceção de documentos estratégicos de programação. Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL deu contributos, que foram parcialmente integrados, para a definição do calendário de abertura dos AAC, para as ações de divulgação, informação e publicidade realizadas e para a adaptação dos avisos às especificidades territoriais. O GAL considera

que deveria ter existido a possibilidade de adaptar os avisos e os seus calendários de abertura às realidades territoriais. Os avisos não estavam totalmente desadequados face ao território, contudo o GAL acredita que poderia ter sido realizado um maior trabalho de adaptação dos avisos às especificidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Prazo de apresentação das candidaturas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Não deram contributos</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>Não foram identificadas especificidades territoriais.</td></tr>
</table>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma geralmente positiva a adequação dos calendários de abertura dos avisos, no entanto considera que devia ter existido uma maior permeabilidade dos calendários às especificidades do território. Em alguns casos, o *timing* dado para a divulgação dos concursos não era compatível com a dinâmica territorial e isso afetou a adesão dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas</td><td>Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)
<table>
<tr><th>PI</th><th>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas</th><th>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)</th><th>Ritmo de lançamento dos concursos</th><th>Promoção de articulação entre os concursos/ projetos</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>6</td><td>6</td><td>N/R</td><td>N/R</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>5</td><td>5</td><td>N/R</td><td>N/R</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>6</td><td>6</td><td>N/R</td><td>N/R</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL faz uma avaliação positiva das diferentes tipologias de operação, com exceção para a medida 8.8/8a, onde avalia como fraca a adequação das medidas com concurso lançado aos objetivos da EDL e DLBC, o público-alvo e a necessidade do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • +CO3SO Emprego – Empreendedorismo • +CO3SO Urbano • Medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar • SI2E
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado** **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	3	3	3	3
8.3/8iii.	5	6	6	6
10.1/10.i	6	6	6	6
9.1/9i	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação relativamente positiva dos procedimentos definidos para essa análise e seleção, bem como dos critérios de seleção, metodologia de apuramento do mérito, dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas e interação com o FSE. A periodicidade das reuniões do órgão de gestão revelou-se adequada.

Os motivos para os desvios face aos prazos de análise e seleção de candidaturas prenderam-se sobretudo com a reduzida dimensão da equipa, com a elevada quantidade de candidaturas, com alguns atrasos da AG e com a complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas.

O GAL refere ainda que a inexperiência da equipa face a estes procedimentos, aliada ao elevado número de candidaturas, foi o principal constrangimento enfrentado, particularmente numa fase inicial.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i

Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	4	5	4	N/A
Critérios de seleção	4	6	4	N/A
Metodologia de apuramento do mérito	4	5	4	N/A
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	6	3	N/A
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	5	5	5	N/A
Carga burocrática	3	4	3	N/A
Interação com o SI FSE	4	5	4	N/A
Interação com o SI FEDER	3	N/R	N/R	N/A
Interação com o SI PDR/	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com o SI IFAP	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com outros SI	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação

Ver Quadro abaixo

Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas

Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas

8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas:

- Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas

8.3/8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras:

- Elevado nº de candidaturas recebido
- Atrasos da AG no processo de análise e decisão

10.1/10.i redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação:

- Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 40,41 e 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 289 dias (cerca de nove meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**44**	**44**	**222**	**46**	**268**
1001	3	3	245	67	312
COESOEmp	5	5	169	29	199
COESOUrb	32	32	205	32	236
SI2E	4	4	413	163	576
09.10	**5**	**5**	**470**		**470**
SI2E	5	5	470		470
Total Geral	**49**	**49**	**248**	**46**	**289**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão do DLBC é constituído por 5 entidades. O papel do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações passa por validar o parecer da equipa técnica acerca das candidaturas, que é posteriormente submetido à AG.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	1 – Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Vila Nova de Gaia 2 – Câmara Municipal de Gaia 3 – Crédito Agrícola da Costa Verde 4 – Gaiurb, EM 5 – A Vilanovense – Associação Mutualista
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Não existiu alteração da composição do Órgão de Gestão. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O Órgão de gestão envolveu-se através da emissão de pareceres escritos.
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão (Escala 1 – Nada adequado a 6 – Totalmente adequado)** POR: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não existiu envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram a resposta a solicitações dos programas operacionais, a definição de indicadores de monitorização, a realização de reuniões da equipa técnica e com a AG para balanço e contactos regulares com os beneficiários. As entidades envolvidas na monitorização são as que compõem o órgão de gestão e o GAL tem a intenção de realizar uma avaliação final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Realização de balanço com as AG: 6

		Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	6
		Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	6
		Resposta a solicitações dos PO financiadores	6
	(Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	O Gal não respondeu a esta questão		

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A diversidade e complexidade das tipologias de intervenção contratadas no DLBC constituíram um constrangimento à eficiente monitorização e avaliação dos contratos, assim como a disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores e a ausência de orientações do PO financiadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Diversidade e complexidade de intervenções; • Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores; • Ausência de orientações do PO financiadores.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários a uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC, embora o GAL considere necessária a sua existência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	Não foram efetuadas revisões nem ajustamentos à EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação para o DLBC, que se traduziu na realização de sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento, reuniões, seminários e workshops públicos, a divulgação nas redes sociais, newsletter e website, bem como a participação em feiras e festas temáticas da região e na realização de reuniões e encontros com parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Ações de **divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	33	936	6
Reuniões, seminários, *workshops* públicos	20	446	5
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	4	155	5
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	47		4
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)	-	-	4
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	O GAL realizou um inquérito presencial com o objetivo de auscultar o conhecimento das populações sobre o DLBC. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito do modelo de funcionamento e gestão dos DLBC, da partilha de conhecimentos e também de algumas operações inovadoras para o território.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL, • Modelo de gestão do DLBC, • Partilha de conhecimentos, • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão muito elevada nas tipologias 8.3/8iii. As tipologias 8.8/8ª e 10.1/10i tiveram uma adesão mais fraca. O número total de candidaturas apresentadas foi de 66, o que corresponde a uma procura relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 74,2%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 66 candidaturas com um custo de 9 371 185,28 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>2</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>6</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Capacidade de iniciativa do território
• Crise económica
• Critérios de seleção das operações

Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Falta de dotação financeira disponível</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td>-</td><td>x</td><td>x</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Falta de documentos necessários à instrução da candidatura</td><td>-</td><td>-</td><td>x</td><td>N/A</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

		Critérios de seleção das operações	-	-	x	N/A
	Fonte: Inquérito aos GAL					

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**60**	**90,9**	**8 719 380,96**	**93,0**
1001	3	4,5	1 222 421,10	13,0
COESOEmp	8	12,1	900 608,83	9,6
COESOUrb	45	68,2	6 513 967,80	69,5
SI2E	4	6,1	82 383,23	0,9
09.10	**6**	**9,1**	**651 804,32**	**7,0**
SI2E	6	9,1	651 804,32	7,0
Total Geral	**66**	**100,0**	**9 371 185,28**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	1001	COESOEmp	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**44**	3	5	32	4	**5**	5	**49**
2.Não admitida						**1**	1	**1**
3.Não aprovada	**15**		3	12				**15**
4.Anulada								
5.Desistida /rescindida/revogada	**1**			1				**1**
6.Submetida/admitida								
7. Total	**60**	3	8	45	4	**6**	6	**66**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	98,3	100,0	100,0	97,8	100,0	83,3	83,3	97,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	73,3	100,0	62,5	71,1	100,0	83,3	83,3	74,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	25,0	0,0	37,5	26,7	0,0	16,7	16,7	24,2
Taxa de desistência (5)/(7-6)	1,7	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	1,5

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram bastante acima da dotação contratualizada no caso do FSE, com uma taxa de compromisso acima dos 200%. De acordo com a informação exposta na entrevista, o fundo alocado ao FSE não foi suficiente para a procura registada e foi possível alocar verba adicional para as tipologias de operação deste fundo. O mesmo não se verificou no FEDER, onde a procura foi mais reduzida e a taxa de compromisso ficou nos 13,1%. A taxa de execução é, no entanto, mais reduzida em ambos os fundos: 12,5% para o FSE e 8,5% para o FEDER.

O principal estrangulamento identificado pelo GAL no questionário foi as condições de elegibilidade das operações, nomeadamente o território. O facto de se tratar de uma delimitação tão específica do território, que não abrangia uma

freguesia inteira, tornava difícil passar a informação aos potenciais beneficiários. Além disso, é também referida a baixa literacia dos beneficiários, que dificultava a sua capacidade de submeter candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 11 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 565 dias a essa data.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC</td><td>Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações
<table>
<tr><td>Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura</td><td>8.8/8a, 10.1/10.i</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	2 250 000,00	**44**	**5 058 731**	**281 190**	224,8	12,5	5,6
1001		3	805 339	259 366			32,2
COESOEmp		5	545 468	4 590			0,8
COESOUrb		32	3 688 161	13 451			0,4
SI2E		4	19 763	3 783			19,1
09.10	1 350 000,00	**5**	**176 248**	**114 939**	13,1	8,5	65,2
SI2E		5	176 248	114 939			65,2

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL considera que não é nada provável vir a cumprir as metas definidas para o FEDER, tendo em conta a baixa procura que houve no âmbito deste fundo. É, contudo, mais provável que venha a cumprir as metas definidas para as tipologias do FSE. Uma vez que o GAL não realizou avaliação intercalar, não é possível aferir o grau de cumprimento das metas em 2018.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Fraca adesão dos beneficiários Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 1 8.3/8iii.: 4 10.1/10.i: 4 9.1/9i: N/A Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu.
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Grau de cumprimento
09.10	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	5	25	Não é possível aferir o grau de cumprimento[5]
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	7	35	
	8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	2	8	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	2	11	
	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	7	35	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	10	49	

[5] O GAL não realizou avaliação intercalar.

	endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas					
		Realização	Nº Estratégias	Nº	1	1
		Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	Nº	0,8	1,4
	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	34	57
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	40%	50%
	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional	Realização	Iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa estabelecidas na EDL	Nº	4	11
09.06		Resultado	Alunos abrangidos	Nº	600	1000

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm tido um contributo evidente para o objetivo de promover a inclusão social ativa, contudo têm tido um contributo mais fraco no combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promover a inclusão social ativa fomentando a participação no mercado de trabalho	
Contrariar os processos de insucesso, absentismo e abandono escolar, fomentando a participação ativa de todos os atores locais (escola/alunos/família)	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o elevado valor acrescentado da abordagem LEADER sobretudo para a capacidade de gerir vários fundos, para a valorização do capital social e humano dos territórios, para o maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território, para o reforço da governança local, para a relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território, para a melhoria do sistema de governança, para a confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros, para a proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores, para o estímulo à identificação de oportunidades de investimento e para a alavancagem financeira dos projetos apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Capacidade para gerir vários fundos	6
	Valorização do capital social e humano dos territórios	5
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
	Reforço da governança local	5
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	5
	Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	5
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	5
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	5
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5
	Trabalho em rede/colaboração no território	4
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4
	Qualidade dos projetos apoiados	4
	Sustentabilidade dos projetos apoiados	4
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4
	Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	3
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	3
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	3
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3

Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	3
Inovação dos projetos apoiados	3
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	3
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	2
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	2
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2
Mobilização da comunidade local comunidade local	2
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1
Cooperação com outros territórios	1

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou-se exclusivamente com instrumentos do Portugal 2020 e fê-lo *a priori*, no âmbito da conceção de projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC exclusivamente com instrumentos do PT 2020. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos

Ficha de Avaliação

GAL Porto Ocidental – ADILO

Entidade Gestora: ADILO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Porto Ocidental abrange duas freguesias do concelho do Porto, nomeadamente a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos; e a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

População total abrangida: 57.000 habitantes (Censos 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

O DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceira, ainda que o GAL revele que o território delimitado foi determinante e condicionou muito a sua intervenção e a implementação da estratégia desenhada. As prioridades de investimento estiveram parcialmente adequadas, no caso das PI 8.8/8a e 8.3/8iii; e totalmente adequadas no caso da PI 10.1/10.i.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	A totalidade dos objetivos dos objetivos definidos na EDL tem correspondências com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase).
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 4 8.3/8iii.: 4 10.1/10.i: 6 9.1/9i: N/A (Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

Partindo de um diagnóstico das necessidades e potencialidades do território, foram estabelecidos quatro objetivos estratégicos para a prossecução da EDL, que se mantiveram idênticos durante as duas fases de seleção. Estes objetivos organizam-se em torno de dois eixos temáticos, nomeadamente o emprego e o empreendedorismo; e a prevenção do abandono escolar.

Em entrevista, o GAL afirma que a EDL não se trata de uma visão muito estratégica do território, o que se deve ao tecido institucional que compõe o GAL e à inexperiência da própria entidade gestora neste tipo de modelo de delegação de competências. Criou-se assim um documento, na sua opinião, muito centrado no diagnóstico e pouco na estratégia. O diagnóstico teve áreas de intervenção que não foram trabalhadas, como por exemplo a área da saúde, da exclusão, da pobreza, e a estratégia foi desenvolvida mais como um plano de ação. Adicionalmente, o GAL diz não ter compreendido a diferença entre o primeiro e o segundo aviso para a constituição dos GAL.

O GAL revela ainda que a questão do território foi determinante, no sentido em que condicionou a sua intervenção. Da primeira para a segunda fase do concurso, foi necessário proceder a uma redefinição do território (na primeira fase a candidatura foi "devolvida" para esta redefinição). Inicialmente tinham como território as duas uniões de freguesia da zona Ocidental do Porto para cumprir o critério do valor mínimo de população exigida no concurso. E foram informados posteriormente que o DLBC devia dirigir-se apenas às zonas altamente vulneráveis daquelas freguesias, ficando como zona de intervenção do DLBC os bairros de habitação social e "ilhas" (bairros operários) das duas uniões de freguesia (total de 11 bairros de habitação social e várias "ilhas").

Por fim, a prioridade 9.1/9i. *Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade* do FSE não esteve disponível no Norte, embora o GAL do Porto Ocidental considerasse que era uma medida pertinente para o território, que está mais relacionada com o trabalho desenvolvido pela Adilo e pelas instituições locais e que permitiria outro tipo de liberdade nas respostas sociais que não tiveram. A questão das empresas é considerada pelo GAL muito específica.

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC contratualizada

Objetivos Específicos da EDL Global	EDL/DLBC Contratualizado
Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor	Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor
Incentivar iniciativas de empreendedorismo social	Incentivar iniciativas de empreendedorismo social
Promover a revitalização do tecido empresarial existente	Promover a revitalização do tecido empresarial existente
Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino.	Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas contratualizadas

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor Incentivar iniciativas de empreendedorismo social Promover a revitalização do tecido empresarial existente	Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais; Sensibilização, dinamização e capacitação de agentes da comunidade local para a criação de micro empresas e de projetos de empreendedorismo social; Apoio financeiro a pessoas com capacidade empreendedora para a criação do seu próprio emprego; Apoio ao tecido empresarial local, nomeadamente as PME´s, com vista à sua expansão e sustentabilidade. Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho 8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho 8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais 8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino	Potenciar a cooperação entre as instituições, as crianças e jovens e as famílias para a construção de percursos escolares positivos, com especial enfoque na primeira infância. Promoção de medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequada e focalizadas para os diferentes níveis de ensino. Estimular o associativismo valorizando o papel das associações de pais/encarregados de educação e de estudantes na promoção do sucesso educativo. Promover programas de educação/aprendizagem não formal na escola e na comunidade em articulação com os níveis de educação formal e informal. Promover a partilha de boas práticas entre os diferentes agentes educativos (pessoal docente e não docente)	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 3.300.000,00€, sendo mais de metade do montante proveniente do FEDER. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado em algumas das Prioridades de investimento, nomeadamente um financiamento excessivo na tipologia de 8.8/8a; e um financiamento insuficiente na tipologia 8.3/8iii.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>2 062 500,00€</td><td>63%</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>1 237 500,00€</td><td>38%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>3 300 000,00€</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>3</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI</td><td>Existe correspondência entre os indicadores de realização e resultado e a natureza das medidas previstas e os indicadores são considerados adequados pelo GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado</td><td>N/A</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

A única tipologia de intervenção cujo financiamento foi considerado adequado foi a 10.1/10.i *Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação* do FSE.

A tipologia 8.8/8a do FEDER foi considerada sobrefinanciada, enquanto a 8.3/8iii do FSE foi considerada subfinanciada (no entanto, na entrevista foi referido que com o auxílio da Câmara tiveram verba para aprovar todos os projetos no âmbito do + COESO que tiveram uma análise de mérito positiva – aprovaram 19 candidaturas). No caso do FEDER, o SI2E obrigava que o local de realização do projeto estivesse localizado no território de intervenção e, no caso do DLBC, como o território de intervenção são os bairros de habitação social, não tinham tecido empresarial nesses bairros para concorrer a este tipo de incentivos. Por outro lado, nestes bairros também não existiam espaços livres para criar empresas nem pessoas com vontade de criar a sua empresa. Neste ponto a questão do território foi crucial e condicionou a intervenção do GAL, pois apesar de terem tido candidaturas ao SI2E (quer FEDER e quer FSE) estas foram recusadas devido a não cumprir o critério da elegibilidade geográfica.

O GAL afirma não ter existido negociação dos montantes.

Os indicadores são considerados adequados pelo GAL, no entanto para o seu cumprimento, só conseguiu mobilizar o + COESO. Se tivessem tido possibilidade de mobilizar o SI2E teriam atingido os valores definidos. Na entrevista foi referido que os indicadores da PI 10.1 até são bastante simples (ex. alunos abrangidos), quando comparados com outros projetos da área da educação com indicadores mais difíceis de alcançar por exemplo quando estão associados aos resultados escolares ou ao absentismo.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	1 062 500,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	1 000 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**2 062 500,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	635 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	200 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	402 500,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**1 237 500,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**3 300 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com os planos municipais para evitar que existissem sobreposições. Contudo, esta articulação ocorreu durante a implementação e não durante a conceção da estratégia, trabalhando na operacionalização dos projetos em complementaridade.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS • Gabinete de Inserção Profissional – GIP • Território Educativo de Intervenção Prioritária (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Na entrevista com o GAL foi referido que a articulação ocorreu essencialmente com a Câmara Municipal e foi centrada nas questões de prevenção do abandono escolar, articulando com a estratégia de educação da autarquia e os projetos por esta desenvolvidos. A nível central foi realizada uma reunião na CCDRN com o coordenador/representante do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar para avaliar o que seria relevante efetuar a nível local.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

A equipa de avaliação não dispõe de informação para responder a esta questão, no entanto na entrevista foi referido que não houve negociação: foi-lhes comunicado as tipologias e que dotação estas tinham e o GAL concordou.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	O GAL não respondeu a esta questão

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um conjunto bastante diversificado de *stakeholders*, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional (IEFP; CPCJ)</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>1</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da recolha de pareceres e contributos, da inclusão em grupos de trabalho e da realização de sessões públicas de debate, sendo a sua participação considerada pelo GAL como substantiva no faco das juntas de freguesia, entidades representativas do setor social e das agências públicas da administração regional. (Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 43 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th></tr>
<tr><td>A. N. E. – Associação Nacional Das Empresárias</td></tr>
<tr><td>A3s - Associação Para O Empreendedorismo Social E A Sustentabilidade Do Terceiro Sector</td></tr>
<tr><td>Academia Jose Moreira Da Silva-Cooperativa De Estudos De Economia Social Crl</td></tr>
<tr><td>Administração Regional De Saude Do Norte, I.P.</td></tr>
<tr><td>Ágil - Associação De Jovens De Lordelo Do Ouro</td></tr>
<tr><td>Agrupamento De Escolas Infante D. Henrique, Porto</td></tr>
<tr><td>Agrupamento De Escolas Leonardo Coimbra Filho</td></tr>
<tr><td>Agrupamento De Escolas Manoel De Oliveira, Porto</td></tr>
<tr><td>APPACDM Do Porto – Associação Portuguesa De Pais E Amigos Do Cidadão Deficiente Mental</td></tr>
<tr><td>Associação De Familiares, Utentes E Amigos Do Hospital Magalhães Lemos</td></tr>
<tr><td>Associação De Ludotecas Do Porto (A.L.P.)</td></tr>
<tr><td>Associação De Moradores De Massarelos</td></tr>
<tr><td>Associação De Moradores Do Bairro Da Mouteira</td></tr>
<tr><td>Associação De Moradores Do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres</td></tr>
<tr><td>Associação De Moradores Do Bairro Lordelo Do Ouro</td></tr>
<tr><td>Associação De Pais E Encarregados De Educação Do Pré-Escolar E Ensino Básico De Aldoar Do Agrupamento Vertical Manoel De Oliveira</td></tr>
<tr><td>Associação De Promoção E Defesa Da Vida E Família – Vida Norte</td></tr>
<tr><td>Associação De Promoção Social Da População Do Bairro Do Aleixo</td></tr>
<tr><td>Associação Nacional De Direito Ao Crédito</td></tr>
<tr><td>Centro De Educação E Formação Profissional Integrada</td></tr>
<tr><td>Centro De Formação Profissional Da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção E Lanifícios (Modatex)</td></tr>
<tr><td>Centro Social Da Foz Do Douro</td></tr>
<tr><td>Centro Social Da Paróquia Nª Srª Ajuda</td></tr>
<tr><td>Centro Social E Paroquial Santíssimo Sacramento</td></tr>
<tr><td>CESAE-Centro De Serviços E Apoio Ás Empresas</td></tr>
<tr><td>Ceta Social - Cooperativa De Solidariedade Crl</td></tr>
<tr><td>COFAC – Cooperativa De Formação E Animação Cultural, Crl</td></tr>
<tr><td>EAPN - Rede Europeia Antipobreza/ Portugal, Associação</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Em Matéria De Crédito, Seguros E Contratos E Apoio No Empreendedorismo E Empregabilidade Encontrar+Se - Associação Para A Promoção Da Saúde Mental Freguesia De Aldoar, Foz Do Douro E Nevogilde Freguesia De Lordelo Do Ouro E Massarelos Fundação De Serralves Instituto Politécnico Do Porto Ipsum Home - Associação Para Análise, Apoio, Educação E Formação Manobras No Ar - Associação Cultural Norte Crl Norte Vida - Associação Para A Promoção Da Saúde Psiporto - Centro De Psicologia Lda Rede Inducar, Crl Uninorte – União Cooperativa Polivalente Da Região Universidade Católica Portuguesa Welcomehome - Cooperativa De Solidariedade Social, Crl (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da recolha formal de pareceres e a sua inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 12, 13, 14, 15, 16 e 17:

Na conceção da estratégia houve um grande envolvimento dos parceiros (ainda que não todos) o que gerou uma dinâmica interessante e produtiva. As entidades com uma participação mais ativa durante a conceção da estratégia foram, em primeiro lugar, as juntas de freguesia, seguidas pelas entidades representativas do setor social (sem fins lucrativos). Na entrevista, o GAL refere também que as universidades foram um parceiro muito interessante para a conceção da estratégia. A participação no desenho da EDL concretizou-se através da recolha formal de pareceres e contributos, da inclusão em grupos de trabalho (um mais da área da educação e um mais da área do emprego/empreendedorismo) e da realização de sessões públicas de debate.

O GAL considera que a participação e articulação nesta fase foi, em geral, positiva. Os resultados produzidos podem não ter sido muito efetivos, contudo produziram a perceção de que a participação é relevante para o território, conforme exposto no inquérito aplicado ao GAL. Foi referido na entrevista que a maior dificuldade que consideram ter tido ao nível da parceria teve que ver com a articulação com as empresas, pois não estavam habituados a chamar o setor privado com fins lucrativos para a lógica da intervenção social. Como inicialmente não tinham claros quais seriam os objetivos e as possibilidades de ação, também não sabiam qual seria o papel destes parceiros no GAL

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL afirma que a dinâmica de envolvimento se manteve semelhante durante a fase de implementação. A participação concretizou-se através da recolha formal de pareceres e contributos, da inclusão em grupos de trabalho e da realização de sessões públicas de divulgação e debate. Os resultados gerados pela participação dos *stakeholders* na fase de implementação foram ao nível da multidimensionalidade e complementaridade das intervenções, bem como do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Outras. Quais?</td><td>Sim, pontualmente</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Não de envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Não de envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>Não de envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>Não de envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>NR</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL.)</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Multidimensionalidade das intervenções
• Complementaridade de intervenções
• Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

O envolvimento dos parceiros na implementação foi considerado na entrevista como muito interessante. Sempre que possível os avisos eram construídos e negociados com os parceiros do GAL das respetivas áreas, tendo sido dado o exemplo específico da educação onde tiveram mais liberdade para a tomada de decisões e onde foi decidido em conjunto, por exemplo, se faziam um grande projeto, se dividiam em dois projetos ou faziam pequenos projetos de intervenção; se focalizavam em alguns ciclos de ensino, etc.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou o modelo de delegação de competências do PO Regional como totalmente adequado. O GAL teve a competência de verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas, emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO, assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO e acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão

Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo a simplificação administrativa, para a celeridade dos procedimentos, para a monitorização dos resultados, etc.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20**

	POR
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	6
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da	N/A

Indicador	Resposta/Evidências
	aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação — N/A
	Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários — N/A
	Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão — N/A
	Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria — N/A
	Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação — N/A (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos • Proximidade aos beneficiários • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir o calendário de abertura dos AAC (Fonte Inquérito ao GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 20, 21 e 22:

Não obstante a avaliação positiva que o GAL faz das competências delegadas pelo PO e de considerar que o presente modelo é pertinente, a entidade gestora considera-se inexperiente neste tipo de modelo de delegação de competências. Na entrevista foi referido que as competências estão muito centradas na publicação dos avisos e na análise das candidaturas. Adicionalmente, o GAL considera que poderiam ter sido delegadas competências que permitissem definir o calendário de abertura dos AAC, também poderiam ter sido delegadas competências que permitissem adequar o instrumento ao território, permitindo ao GAL tomar decisões de uma forma mais célere e mais autónoma.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que a articulação com a Autoridade de Gestão foi bastante positiva.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** POR Reuniões periódicas: 6 Reuniões de coordenação: 6 Emissão de pareceres: 5 Ligação com um ponto focal: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

Houve sempre uma grande disponibilidade de articulação por parte da Comissão de Coordenação, tendo demonstrado uma grande compreensão com as limitações iniciais e as questões colocadas pelo GAL. Foi referido que foi visível que em algumas situações a própria Comissão de Coordenação não tinha autonomia para tomar determinado tipo de decisões.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira afeta às funções de gestão estava relativamente adequada. Contudo, referem que se tivessem mais dotação poderiam contratar profissionais mais qualificados. Apesar disso, a dimensão e competências da equipa técnica foram consideradas totalmente adequadas. A principal necessidade identificada quanto à equipa técnica tem que ver com a desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	O GAL não respondeu.
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 14% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 5 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 2 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 28, 29, 30 e 31:

Na entrevista, o GAL refere que sentiram necessidade de ter uma estrutura de apoio de proximidade para auxiliar na elaboração das candidaturas, principalmente no que se refere às questões burocráticas. Criaram essa estrutura de apoio que avalia como muito relevante no território: se não tivessem aquela unidade técnica os sistemas de incentivos, os apoios não teriam chegado à população.

Em termos de número de elementos, a unidade técnica tem alturas de grandes picos de trabalho, com muitos pedidos de informação e de esclarecimento, no entanto esta situação dura dois ou três meses. Pensando na razoabilidade dos custos das unidades técnicas acha que o número de técnicos disponível é um número suficiente (nestes picos de trabalho recorrem a recursos de outros stakeholders). Em termos de habilitações, têm dificuldades em encontrar recursos humanos das áreas da economia, gestão, finanças e contabilidade que são necessários para as unidades técnicas, pelo que foi difícil manter uma equipa estável.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

O GAL considera que a Equipa Técnica Local está globalmente capacitada para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas tendo participado em algumas ações de formação e capacitação, ainda assim referem que haveria necessidade de realizar uma formação inicial das equipas.

Tabela Síntese – Indicadores 32, 33 e 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Sistemas de Informação (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 5 Sistemas de Informação: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Instrumentos para planeamento e diagnóstico de desenvolvimento económico local. (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicador 32., 33. e 34:

O GAL assinalou no inquérito ter participado numa ação de capacitação sobre sistemas de informação. Esta formação foi realizada numa fase muito inicial, o que a tornou num exercício muito teórico, pois na altura em que a frequentaram nem sequer tinham visto um aviso de candidatura, conheciam o circuito de análise, etc. Devido à proximidade com a Autoridade de Gestão, a interlocutora afirma na entrevista que tiveram uma espécie de formação em contínuo.

Consideram que devia ter existido uma formação inicial de contexto sobre o que é o instrumento DLBC e a sua aplicabilidade noutros territórios e partilha de experiências de equipas do terreno. As áreas onde os técnicos sentiram maior necessidade de

capacitação foram os instrumentos de planeamento e diagnóstico de desenvolvimento económico local e em questões relativas à elegibilidade dos beneficiários e das operações na fase de análise de candidaturas. O GAL considera também que teria sido positiva a promoção do contacto com outros GAL, no sentido de desenvolver um trabalho em rede.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL foi responsável pela definição financeira e pelos prazos de apresentação das candidaturas. Adicionalmente, deram contributos para a definição do calendário de abertura dos AAC, pela definição dos indicadores e pela adaptação dos avisos às especificidades territoriais. Os seus contributos quanto aos critérios de seleção das operações foram parcialmente integrados. Já na definição das medidas e dos requisitos e nas ações de divulgação, informação e publicidade realizadas, o GAL não deu contributos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Prazos de apresentação das candidaturas</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>O referencial de mérito remete para o enquadramento na EDL.</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 35., 33. E 34:

De forma a adaptar os avisos às necessidades do território, foi referida uma iniciativa que não partiu só da Adilo, mas sim dos três DLBC urbanos do Norte, uma vez que a desadequação à realidade era comum. Foi referido em entrevista que os DLBC urbanos conseguiram junto da Secretaria de Estado sugerir outros critérios para a questão da elegibilidade associada ao território levantada nos avisos do SI2E (referido na SQ2). No +Coeso foi aceite a proposta dos DLBC urbanos e o critério que passou a ser aplicado, sem perder referência ao território, foi as empresas da cidade poderem ser apoiadas desde que os postos de trabalho a criar fossem de residentes do território de intervenção do DLBC (e não a empresa estar no território como inicialmente estabelecido que era totalmente desadequado à realidade de um território tão homogéneo). Esta foi uma questão tão determinante nos avisos e durante tanto tempo que nem chegaram a discutir outras questões técnicas na análise do SI2E, pois não avançaram (tiveram apenas um projeto aprovado, porque a entidade sediou-se num bairro de habitação social).

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma geralmente positiva a adequação dos calendários de abertura dos avisos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	5	5	5	N/R
8.3/8iii.	5	4	N/R	N/R
10.1/10.i	6	6	N/R	N/R
9.1/9i	N/A	N/A	N/A	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL faz uma avaliação positiva das diferentes tipologias de operação, exceção para a medida 8.8/8a, onde avalia como fraca a adequação das medidas com concurso lançado aos objetivos da EDL e DLBC, o público-alvo e a necessidade do território. Conforme mencionado no âmbito da SQ2, no caso do FEDER, o SI2E obrigava que o local de realização do projeto estivesse localizado no território de intervenção e, no caso do DLBC, como o território de intervenção são os bairros de habitação social, não tinham tecido empresarial nesses bairros para concorrer a este tipo de incentivos. Por outro lado, nestes bairros também não existiam espaços livres para criar empresas nem pessoas com vontade de criar a sua empresa.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • +CO3SO Emprego – Empreendedorismo • +CO3SO Urbano • Medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar • SI2E
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	3	5	3	3
8.3/8iii.	5	6	6	6
10.1/10.i	6	6	6	6
9.1/9i	N/A	N/A	N/A	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação mais positiva dos procedimentos definidos para essa análise e seleção, bem como dos critérios de seleção, metodologia de apuramento do mérito, dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas e interação com o FSE. A periodicidade das reuniões do órgão de gestão revelou-se pouco adequada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações</td><td>Adequação do processo de análise e seleção de operações
(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</td><td>4</td><td>5</td><td>5</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Metodologia de apuramento do mérito</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Periodicidade das reuniões do órgão de gestão</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Carga burocrática</td><td>4</td><td>4</td><td>5</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FSE</td><td></td><td>5</td><td></td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FEDER</td><td>4</td><td></td><td></td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI PDR/</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI IFAP</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Interação com outros SI</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação</td><td>Ver Quadro abaixo</td></tr>
<tr><td>Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas</td><td>Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas
<u>8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas:</u>
• Necessidade de articulação entre OI e AG
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi de 239 dias (cerca de oito meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**22**	**22**	**196**	**38**	**233**
1001	2	2	192	107	298
COESOUrb	19	19	189	30	219
SI2E	1	1	329	34	363
09.10	**1**	**1**	**329**	**33**	**362**
SI2E	1	1	329	33	362
Total Geral	**23**	**23**	**201**	**37**	**239**

Nota: Inclui 10 operações rescindida /revogadas.
(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021).

O processo de análise e seleção das candidaturas no abandono escolar foi simples (eram dois grandes projetos), mas no + Coeso tiveram algumas questões relacionadas com o racional dos instrumentos, a utilização da plataforma, etc. No entanto, como houve um reforço na equipa da Comissão de Coordenação tiveram um técnico mais próximo do GAL para o esclarecimento de dúvidas que surgiam. Consideram que o + Coeso é um sistema bastante simples, mas na sua aplicação prática surgem sempre duvidas relativamente, por exemplo, às situações das empresas, aos postos de trabalho que vão criar, ao perfil dos desempregados a contratar, etc. dúvidas que esclareciam junto desse técnico com alguma rapidez de resposta.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão é constituído por 5 entidades. Contudo, este órgão não esteve muito envolvido no processo de análise e seleção de operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	1 – ADILO 2 – União de Freguesias de Aldoar, Foz e Nevogilde 3 – União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos 4 – Associação de moradores da Mouteira 5 – Psiporto
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Não existiu alteração da composição do Órgão de Gestão. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O Órgão de gestão não esteve muito envolvido no processo de análise e seleção de operações.
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	O GAL não respondeu. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não existiu envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

De acordo com a opinião expressa na entrevista, o órgão de gestão não se envolveu muito no processo de análise e seleção de operações. É ainda expresso que o GAL teve pouco para *gerir,* deu pouca possibilidade de gestão do território ou de fazer opções estratégicas relevantes. Foram "estrangulados" de tal forma na questão do SI2E que, como não tinham nada aplicado e tinham muita dotação financeira, acabaram por não fazer grandes opções estratégicas. Na seleção das candidaturas, aprovavam aquelas que cumpriam os critérios. Chega mesmo a ser afirmado que, uma vez que o território de intervenção já era tão difícil, não adiantava complicar mais a seleção das operações.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram a resposta a solicitações dos programas operacionais, a definição de indicadores de monitorização, a realização de reuniões da equipa técnica e com a AG para balanço e contactos regulares com os beneficiários. O GAL realiza ainda uma avaliação contínua e tem pretensões de realizar uma avaliação final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Definição de indicadores de monitorização pelo GAL • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Realização de balanço com as AG: 6 Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 5 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 5 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 5 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Parceiros do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos • Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

O GAL tem competências limitadas quanto ao acompanhamento das operações. Não fazem acompanhamento à execução física e financeira dos projetos, não analisam pedidos de reembolso, por exemplo, pois não têm essas competências (analisam os pedidos de alteração das operações). Ainda assim, apesar de não terem formalmente essas competências, o GAL considera que tem dado muito apoio no acompanhamento do início dos projetos e na submissão das execuções físicas e financeiras das operações que foram aprovadas no início de 2021. Os promotores vão conhecendo o GAL durante todo o percurso, desde as sessões de esclarecimento ao processo de análise das candidaturas, o que lhes vai dando uma sensação de segurança e é muito útil haver esta estrutura de proximidade porque faz com que os documentos e a informação chegue mais preparada às estruturas sub-regionais que é quem está a fazer o acompanhamento da execução física e financeira.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Não, contudo o GAL considera que houve pouco espaço para o envolvimento dos parceiros e da comunidade, o que, em adição à predefinição dos avisos e das tipologias de operação, constitui um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação das operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Outros. Pouco espaço para o envolvimento dos parceiros e da comunidade; avisos e TO predefinidos

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

O GAL considera que foram assegurados os mecanismos para a revisão e ajustamento da EDL e, por esta via, foi possível melhorar o seu desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL não indicou o tipo de alterações introduzidas, embora tenha apontado que estas permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação, que se traduziu em reuniões com parceiros, sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento, constituição de grupos de trabalho temáticos e elaboração de produtos de comunicação, tais como *newsletter*, *site* e páginas nas redes sociais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim

<table>
<tr><td rowspan="2">Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>7</td><td>35</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>45</td><td>72</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>2</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>1</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>1</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>Não foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários têm do território.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Cooperação entre beneficiários e *stakeholders* • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 60:

Na entrevista destacam o centro de acolhimento de empresas do Bairro da Mouteira que foi considerado uma resposta inovadora no contexto dos bairros de habitação social e por ser promovido por uma entidade sem fins lucrativos. Este centro começou quando o GAL conseguiu um espaço no bairro de habitação social da Mouteira que negociou e arrendou à Câmara Municipal (que colaborou apesar de não ser um parceiro formal), para poder ser um centro de acolhimento de projetos para que eles pudessem ser elegíveis aos financiamentos que estão previstos no DLBC uma vez que o espaço cumpre a elegibilidade geográfica. Conseguiram que se sediasse lá oito empresas. Deram prioridade a quem era residente no bairro e no território, mas também tiveram outras pessoas de outras uniões de freguesia que conseguiram criar a sua empresa ter ali o seu espaço de trabalho. Também não admitiram empresas que fecharam sedes noutros locais para se instalar no centro – teriam que ser novas empresas.

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão muito elevada nas tipologias 8.3/8a (*Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas*) e 10.1/10.i (*Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação*). O mesmo não se verificou na tipologia 8.8/8a, onde a adesão dos promotores foi mais fraca. O GAL considera que os critérios de elegibilidade dos promotores e dos projetos foram fatores condicionantes da adesão.

Em geral, houve uma dinâmica de procura relevante, com um total de 57 candidaturas recebidas. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 40%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 11 candidaturas com um custo de 9.368.163,05 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>3</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>6</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>6</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Condições de elegibilidade dos promotores;
• Condições de elegibilidade das operações.

Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Falta de dotação financeira disponível</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>N/A</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

		Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	x	-	-	N/A
		Critérios de seleção das operações	x	-	-	N/A
	Fonte: Inquérito aos GAL					

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**52**	**91,2**	**6 986 022,16**	**93,1**
1001	2	3,5	879 382,26	11,7
COESOEmp	1	1,8	162 234,36	2,2
COESOUrb	44	77,2	5 815 289,58	77,5
SI2E	5	8,8	129 115,96	1,7
09.10	**5**	**8,8**	**517 003,06**	**6,9**
SI2E	5	8,8	517 003,06	6,9
Total Geral	**57**	**100,0**	**7 503 025,22**	**100,0**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	COESOEmp	1001	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**22**		2	19	1	**1**	1	**23**
2.Não admitida						**4**	4	**4**
3.Não aprovada	**30**	1		25	4			**30**
4.Anulada								
5.Desistida /rescindida/revogada								
6.Submetida/admitida								
7. Total	**52**	1	2	44	5	**5**	5	**57**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	20,0	20,0	93,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	42,3	0,0	100,0	43,2	20,0	20,0	20,0	40,4
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	57,7	100,0	0,0	56,8	80,0	80,0	80,0	59,6
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Apesar de terem tido candidaturas, as candidaturas nem sempre são efetuadas pelo público que o GAL gostaria, que a AG pensou que o GAL chegaria quando lhe foram delegadas as competências. É difícil envolver pessoas com poucos recursos académicos e profissionais, literacia financeira, etc. Além disso há todo o risco associado à abertura de uma empresa. Foi referido na entrevista que o +Coeso, do ponto de vista dos indicadores de resultado é mais simpático e as obrigações dos beneficiários são mais ligeiras, tendo que garantir os postos de trabalho 6 meses após o apoio (no SI2E tinham que manter postos de trabalho 12 meses após o apoio e era difícil assumir este compromisso).

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram acima da dotação contratualizada no caso do FSE, enquanto que no FEDER ficaram bastante aquém. As taxas de execução eram, contudo, muito reduzidas à data de 30 de setembro. O principal estrangulamento apontado é as condições de elegibilidade das operações. O motivo indicado para o não cumprimento dos prazos na tipologia 8.8/8a é o estado de maturação do projeto apresentado em candidatura.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 3 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 681 a essa data.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC</td><td>Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações
<table>
<tr><td>Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura</td><td>8.8/8a</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**2 062 500**	**22**	**2 612 580**	**122 345**	126,7	5,9	4,7
1001		2	747 475	100 589			13,5
COESOUrb		19	1 860 750	17 400			0,9
SI2E		1	4 355	4 355			100,0
09.10	**1 237 500**	**1**	**2 938**	**1 469**	0,2	0,1	50,0
SI2E		1	2 938	1 469			50,0
Total Geral	**3 300 000**	**23**	**2 615 518**	**123 814**	79,3	3,8	4,7

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

O principal estrangulamento ao bom funcionamento das tipologias foi o território relacionado com as condições de elegibilidade das operações. Além disso, era suposto ser uma estratégia *bottom-up* mas tal não aconteceu porque as tipologias já estavam pré definidas. Há também as questões dos enquadramentos regulamentares serem muito exigentes: no centro de acolhimento de empresas do Bairro da Mouteira não conseguiram mobilizar a verba FEDER da PI 8.a porque o tempo de carência do FEDER para obras de requalificação é de sete anos e a empresa municipal de habitação só deixa arrendar o espaço onde o centro está sediado por cinco anos (apesar de terem tentado negociar). Têm um espaço pouco apelativo e pouco confortável, com poucas condições de iluminação natural, e têm uma dotação FEDER que não conseguem mobilizar para requalificar a infraestrutura.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL considera que será capaz de cumprir as metas globais definidas nas tipologias 8.3/8iii. (*emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras*) e 10.1/10.i (*redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação*). O mesmo não se verifica na tipologia 8.8/8a (*Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas*), onde o GAL considera que não é nada provável o cumprimento das metas. Os fatores que explicam esses desvios prendem-se com o entendimento do território, que criou constrangimentos ao GAL na implementação das suas medidas e deixou uma dotação significativa por mobilizar.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Outros: Entendimento redutor da elegibilidade geográfica. Território com muito poucas oportunidades para viabilizar. Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 1 8.3/8iii.: 6 10.1/10.i: 6 9.1/9i: N/A Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Grau de cumprimento
09.10	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	6	32	Não é possível aferir o grau de cumprimento[6]
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	9	44	

[6] O GAL não realizou avaliação intercalar.

	8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	2	10	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	3	14	
	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	4	20	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	28	
		Realização	Nº Estratégias	Nº	1	1	
		Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	Nº	0,8	1,4	
09.06	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	29	48	
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	40%	50%	
	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional	Realização	Iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa estabelecidas na EDL	Nº	6	10	
		Resultado	Alunos abrangidos	Nº	600	1000	

(Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm tido um contributo evidente para três dos quatro objetivos específicos definidos na EDL . A exceção está no segundo objetivo, que se prende com o incentivo de iniciativas de empreendedorismo social, onde o contributo fraco (mais uma vez relacionado com as questões dos constrangimentos territoriais).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor	
Incentivar iniciativas de empreendedorismo social	
Promover a revitalização do tecido empresarial existente	
Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino.	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo
Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o elevado valor acrescentado da abordagem LEADER para a boa parte das dimensões consideradas, com destaque para a confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs,…), capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns, acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores, alargamento da tipologia de potenciais beneficiários e alavancagem financeira dos projetos apoiados. O GAL considera que não existe contributo para o envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	**Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)**	
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	6
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	6
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	6
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	6
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5
	Trabalho em rede/colaboração no território	5
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	5
	Mobilização da comunidade local comunidade local	5
	Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	5
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
	Inovação dos projetos apoiados	5
	Qualidade dos projetos apoiados	5
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5
	Valorização do capital social e humano dos territórios	4

Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	4
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	4
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4
Sustentabilidade dos projetos apoiados	4
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3
Reforço da governança local	3
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	3
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	3
Cooperação com outros territórios	3
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	2
Capacidade para gerir vários fundos	N/R

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 76:

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL revela ter articulado a sua intervenção com o POISE, por via do CLDS, numa lógica de complementaridade e não de sobreposição (por exemplo o GAL recorre a esta equipa técnica que trabalha as questões do emprego quando há a já referida sobrecarga de trabalho na equipa) Rentabilização de fundos no sentido de investimento para a comunidade não existiu.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC exclusivamente com instrumentos do PT 2020. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos

II. LISBOA

Ficha de Avaliação

GAL Rede DLBC Lisboa - Rede DLBC Lisboa

Entidade Gestora: Rede DLBC Lisboa- Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Rede DLBC Lisboa abrange três freguesias do concelho de Lisboa, nomeadamente no perímetro dos territórios BIP/ZIP:

Marvila

Santa Clara

Santa Maria Maior

População total abrangida: 33.242 habitantes (Censos 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

Não foi possível realizar uma análise comparativa da EDL/ DLBC contratualizado face à EDL definida inicialmente pela parceria, uma vez que esta não foi disponibilizada à equipa de avaliação.

Existe uma correspondência dos objetivos do EDL com as medidas contratualizadas. As prioridades de investimento foram consideradas pelo GAL como muito adequadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	Não foi possível realizar a análise comparativa dos objetivos definidos na EDL com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase).
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii.: 6 10.1/10.i: 6 9.1/9i: 6 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

Foi realizado um mapeamento dos indicadores pela Câmara Municipal de Lisboa que facilitou a identificação do desnível que existe num conjunto de bairros, designados de Bairros e Territórios de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP). O território em questão representa cerca de 35% da população que reside em Lisboa. A realização do diagnóstico do território permitiu compreender que o domínio do emprego nos territórios BIP/ZIP encontra-se a três ponto percentuais abaixo do observado em Lisboa, apresentando um nível de desemprego quase cinco pontos percentuais acima da taxa de desemprego observado na cidade. O domínio da educação é caracterizado por população com elevadas situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce. O domínio da pobreza e carência social, no território BIP/ZIP, comparativamente à restante cidade, caracteriza-se por um elevado número de população em situação de subsídio de desemprego, rendimento social de inserção (RSI) e complemento solidário para idosos (CSI).

Na entrevista realizada, o GAL expõe o facto de mais de noventa candidaturas terem sido excluídas por não se apresentarem no território elegível. O GAL também destacou a dificuldade em implementar, em termos práticos, empresas nos territórios DLBC.[7]"

[7] Entrevista GAL

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Aumentar os níveis de emprego e dinamizar os tecidos económicos locais	Aumentar os níveis de empregabilidade; Fomentar o empreendedorismo e o autoemprego; Criar postos de trabalho; Reforçar níveis de integração sectorial nos tecidos económicos locais;	09.06. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
Aumentar os níveis de qualificação escolar	Combater o abandono e insucesso escolar; Promover a aprendizagem ao longo da vida; Reforçar respostas educativas profissionalizantes; Fomentar mecanismos de articulação entre as escolas e a comunidade;	09.06. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
Erradicar a pobreza	Conceber respostas sociais inovadoras; Qualificar as respostas sociais existentes; Fomentar respostas sociais integradas; Criar respostas em áreas sociais deficitárias;	9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase. Contrato.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 2 464 021,22 €, sendo mais de metade do montante proveniente do FSE.O GAL expõe na entrevista que inicialmente "na EDL concorremos a 14 milhões de euros que não foi aprovado. "[8] Posteriormente, "Não existiu qualquer tipo de negociação. "Por imposição e por regra de proporcionalidade da população existente no território da EDL foi imposto o valor contratualizado"[9].

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)	
Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado	**Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);**
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e	- PI/TI com indicadores e metas: todas.

	Dotação	Peso da dotação
FSE	1 435 440,12€	58%
FEDER	1 028 581,10€	42%
Total	**2 464 021,22€**	100%

8.8/8a	1
8.3/8iii.	1
10.1/10.i	1
9.1/9i	1

Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

[8] Entrevista GAL
[9] Entrevista GAL

metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Existe correspondência entre os indicadores de realização e resultado e a natureza das medidas previstas.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

De acordo com a entrevista realizada ao GAL existiu um apoio total a todos os projetos, atribuindo toda a EDL. Não existindo nenhum tipo de negociação na contratualização com a Autoridade Gestora. Existiu um aumento da dotação, com o objetivo de aprovar todas as candidaturas submetidas elegíveis a financiamento. O GAL destacou negativamente o facto das dotações dos fundos FEDER e FSE seguirem apenas o critério "número da população" independentemente do grau de carência da população por território, "Presentemente o que existe é uma disponibilidade da CCDR e do POR Lisboa para ir aumentando a EDL em função das pressões de execução do PO e da nossa capacidade de resposta".[10] Na entrevista o GAL indica que no domínio da assistência técnica a GAL podia concorrer a um valor correspondente 25% da EDL contratualizada.

A dotação financeira do Fundo Social Europeu foi 1 435 440,12€, dotação que deu resposta às pretensões do território. Por outro lado, a verba disponível para o FEDER resultou em cerca de 1 028 581,10€.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**1 435 440,12€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**1 028 581,10**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**2 464 021,22€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

[10] Entrevista GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O GAL realiza um grande nível de articulação com os mais diversos instrumentos de incidência territorial, nomeadamente a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial; os Planos de Desenvolvimento Social/Referencial; Estratégico da Rede Social; Planos Municipais para a Igualdade; Planos Municipais para a Integração de Migrantes; Contratos Locais de Desenvolvimento Social-CLDS; Gabinete de Inserção Profissional-GIP; Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas- AICD; Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; Territórios Educativo de Intervenção Prioritária- TEIP, entre outros.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social • Planos Municipais para a Igualdade • Planos Municipais para a Integração de Migrantes • Contratos Local de Desenvolvimento Social- CLDS • Gabinete de Inserção Profissional- GIP • Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas- PAICD • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano • Território Educativo de Intervenção Prioritária- TEIP, • Outros. (Fonte: Inquérito ao GAL)

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O GAL referiu que o procedimentoa adotado, sem negociação real e aberta, não contribuíu para a constituição, melhoria da qualidade nem adequação das dotações, das metas e objectivos relevantes para o território nem ao aproveitamento das capacidades instaladas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta	
	Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)	
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	6
	Transparência do processo de seleção dos GAL	6
	Relevância do instrumento para a estratégia	6
	Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	6
	Envolvimento dos parceiros na EDL	6
	Simplificação do processo de seleção	6
	Celeridade do processo de seleção	6
	Criação de novas parcerias nos territórios	3
	Aumento da qualidade das EDL	2
	Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	1

	Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: 1 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	Não foram identificados modelos alternativos
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 1 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 1 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 1 Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 1 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 1 Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 1 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 1 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 1 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 1 (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 139 entidades, de setores diversificados, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram as juntas de freguesia, as entidades representativas do setor social (sem fins lucrativos), o município, as entidades representativas do setor económico (sem fins lucrativos) e as entidades representativas do setor ambiental (sem fins lucrativos). Por outro lado, o GAL contou com pouca participação do POR/CCPPOR/CCDR, das entidades privadas com fina lucrativos (empresas), da CIM/AM e das agências públicas da administração central e regional. Também é importante salientar o papel das universidades, organizações especialidades de âmbito suprarregional, organizações locais de base comunitária (associação de moradores, pais, coletividades culturais e desportivas, entre outras) que desempenharam um papel participativo com alguma frequência.

A participação ocorreu através de através de sessões públicas de debate; recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em grupos de trabalho; resposta a questionário; colaboração e participação em redes especificas regionais, nacionais, europeias e iniciativas da Comissão Europeia. Sendo a sua participação considerada pelo GAL como formal no caso dos CIM/AM, POR/CCPPOR/CCDR, agências públicas da administração central, agências públicas da administração regional e substantiva, no caso dos municípios, juntas de freguesia, entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos), entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos) e entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos) Que provocou resultados consideráveis, em termos de alargamento de âmbito da estratégia (territórios, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação), conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários e conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Outros</td><td>4</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>2</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração regional</td><td>2</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através de sessões públicas de debate; recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em grupos de trabalho; resposta a questionário; colaboração e participação em redes especificas regionais, nacionais, europeias e iniciativas da Comissão Europeia. Sendo a sua participação considerada pelo GAL como formal no caso dos CIM/AM, POR/CCPPOR/CCDR, agências públicas da administração central, agências públicas da administração regional e substantiva, no caso dos municípios, juntas de freguesia, entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos), entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos) e entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos).</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (territórios, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação).
• Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários.
• Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 139 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th></tr>
<tr><td>A.A.D.R.N- Associação de Apoio ao Domicílio do Recém-Nascido</td></tr>
<tr><td>Abraço, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA</td></tr>
<tr><td>ACCL- Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa</td></tr>
<tr><td>Acesso Cultura, Associação Cultural</td></tr>
<tr><td>ACI-Associação Centro Interculturalidade</td></tr>
<tr><td>ADM Estrela- Associação Social e Desenvolvimento</td></tr>
<tr><td>AGIR XX-Associação para a Inclusão Social</td></tr>
<tr><td>AMOVIT- Associação Movimento Organizado de Vitalização do Território</td></tr>
<tr><td>ANIMAR- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local</td></tr>
<tr><td>APSA-Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger</td></tr>
<tr><td>APSI-Associação para a Promoção da Segurança Infantil</td></tr>
<tr><td>ARIA-Associação de Reabilitação e Integração Ajuda</td></tr>
<tr><td>ARISCO- Instituição para a Promoção Social e da Saúde</td></tr>
<tr><td>ASARSO- Associação de Arquitetura Social</td></tr>
<tr><td>ASCULP-Associação Cultura e Cidadania de Língua Portuguesa</td></tr>
<tr><td>Associação “Viver Campolide”</td></tr>
<tr><td>Associação Auxílio e Amizade</td></tr>
<tr><td>Associação Casa da Achada- Centro Mário Dionísio</td></tr>
<tr><td>Associação CLIPRD</td></tr>
<tr><td>Associação Comunidária</td></tr>
<tr><td>Associação Cultural, Artística e Educativa Cafivenções</td></tr>
<tr><td>Associação de Actividade Motora Adaptada (A.A.M.A)</td></tr>
<tr><td>Associação de Jardins Escolas João de Deus</td></tr>
<tr><td>Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio</td></tr>
<tr><td>Associação de Mulheres contra a Violência</td></tr>
<tr><td>Associação Desportiva e Cultural Encarnação Olivais (Centro Popular)</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Associação DIANOVA Portugal-Intervenção em Toxicodependências e Desenvolvimento Social
	Associação dos Amigos da Fundação Interncaional Yehudi Mehunin em Portugal
	Associação Dress for Success Lisboa
	Associação Guineense de Solidariedade Social- AGUINENSO
	Associação Humanidades
	Associação ILGA Portugal
	Associação Industrial Portuguesa- Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI)
	Associação Jorge Pina
	Associação Localsapproach
	Associação Lusofonia Cultural e Cidadania
	Associação para o Desenvolvimento do Desporto Jovem- ADDJ
	Associação para o estudo e integração Psicosocial
	Associação para o Planeamento da Família
	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor-Deco
	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Etnia Cigana- APODEC
	Associação Renovar a Mouraria
	Associação Sapana
	Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França- Os Fidalgos da Penha
	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios
	Associação Terra dos Sonhos
	Associação Viver Telheiras-Centro de Convergência de Telheiras
	Ateliermob- Arquitetura, Design e Urbanismo, Lda
	ATLA-Associação de Tempos Livres de Alfama
	BADL BAIRROS-Associação de Desenvolvimento Local
	Boutique de Cultura- Associação Cultural sem fins lucrativos
	C.E.S.I.S.- Centro de Estudos para a Intervenção Social
	CAIS- Associação de Solidariedade Social
	Caixa de Mitos, Lda
	Casa das Cenas- Associação Juvenil
	Casa Pia de Lisboa
	Centro de Estudos Sociais
	Centro Padre Alves Correia
	CERCI-Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados CRL
	Chebadol- Cooperativa de Habitação e Construção Económica do Bairro Dona Leonor CRL
	Clube de Rugby São Miguel
	Clube Internacional Europeu
	Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes
	CONPRO -Consultoria e Projectos LDA
	Conselho Português para os Refugiados- CPR
	Crescer na Maior- Associação de Intervenção Comunitária
	Cruz Vermelha Portuguesa
	CulturFaceis- Associação Cultural para o Desenvolvimento
	EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação
	EPAR- Desenvolvimento Ensino, Formação e Inserção CRL
	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa
	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
	Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa
	FAMALIS- Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa
	Famílias Diferentes- Associação de Solidariedade Social
	FNERDM- Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais
	FOS-Associação de Fotografia e Video Participativo
	Freguesia de Alvalade
	Freguesia de Arroios
	Freguesia de Benfica
	Freguesia de Campolide
	Freguesia de Carnide
	Freguesia de Estrela
	Freguesia de Marvila

Indicador	Resposta
	Freguesia de Santa Maria Maior Freguesia de São Domingos de Benfica Freguesia de São Vicente Freguesia do Beato Freguesia do Lumiar Freguesia dos Olivais Fundação Aga Khan Portugal Fundação Benfica Fundação Calouste Gulbenkian Fundação Cidade de Lisboa Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida" Fundação S. João de Deus G.E.I.C- Grupo Experimental de Intervenção Cultural GEOTA- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente Grupo de Ação Comunitária (G.A.C) Horas de Sonho Apoio à Criança e à Família, CRL. Instituto de Apoio a Criança Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária Instituto Padre António Vieira ISPA-Instituto Superior de Psicologia Aplicada Jovens Seguros- Associação para o Desenvolvimento Ocupacional LINADEM Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social Menos 60 Mais- Associação de Desenvolvimento Social Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social CRL MILACESSOS- Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social CRL Movimento de Defesa da Vida (MDV) Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte MSV Movimento ao Serviço da Vida Município de Lisboa NUCLISOL Jean Piaget-Associação para o Desenvolvimento da Criança, a Integração e a Solidariedade O Companheiro-Associação de Fraternidade Cristã Os Filhos de Lumière- Associação Cultural Palco de Sombras Lda Passo a Passo com a Criança e a Família- Associação de Ajuda Psicossocial PCI-Paramédicos de Catástrofe Internacional-ONGD Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres- Associação Procur.arte Associação Cultural e Social Profundamente- Associação para a Promoção da Saúde e condição Humana no Envelhecimento Projecto Alkantara-Associação de Luta Contra a Pobreza PROSAUDESC- Associação de Promotores e Desenvolvimento Sócio-Cultural Questão de Igualdade- Associação para a Inovação Social Raízes- Associação de Apoio a Crianças e ao Jovem Rede Portuguesa de Jovens para a Igualde de Oportunidades entre Mulheres e Homens Repetição e Diferença- Psicologia Clínica, Lda Rute- Associação de Solidariedade Social Santa Casa da Misericórdia de Lisboa SEACOOP-Social Entrepreneus Agency, CRL Sociedade de Instrução e Beneficência a voz do Operário Sou Largo CRL TC- Teatro de Carnide- Sociedade Dramática Team Mais Unipessoal, Lda. TESE-Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta Wakeseed- Associação Fonte: GAL
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Todos os parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador	Resposta
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através de sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos, inclusão em grupos de trabalho, resposta a questionários, entre outras, nomeadamente, através da constituição da parceria em associação, rede DLBC Lisboa, integrada por todos os parceiros. (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL afirma que a dinâmica de envolvimento diminuiu ao longo do período de implementação do DLBC. Ainda Assim, o GAL contou com o envolvimento de forma continuada a maioria das entidades nomeadamente, juntas de freguesia, entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), entidades privadas com fins lucrativos (empresas), municípios, entidades representativas do Setor Económico (Sem fins lucrativos), entidades representativas do setor ambiental (sem fins lucrativos), agências públicas da administração regional e central. A forma de envolvimento das entidades foi maioritariamente através de sessões públicas de divulgação e debate, recolha formal de pareceres e contributos, na inclusão em grupos de trabalho e através das respostas a questionário.

As participações das entidades nomeadas anteriormente contribuíram para resultados de racionalização de recursos, continuidade, multidimensionalidade e complementaridade de intervenções, aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados, construção de parcerias e a expansão do âmbito de atuação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC	Grau **de Envolvimento dos *stakeholders***

Tipo de entidade	Envolvimento	Forma de envolvimento
Juntas de Freguesia	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
Municípios	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
Agências Públicas da administração Regional	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário

Agências Públicas da administração central	Sim, de forma continuada	Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Inclusão em grupos de trabalho; Resposta a questionário
POR/CCPPOR/CCDR	Não se envolveram	Sessões Públicas de divulgação e debate,
CIM/AM	Não se envolveram	Sessões Públicas de divulgação e debate

Fonte: Inquérito aos GAL.

Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders	O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para: • Racionalização de recursos • Continuidade de intervenções • Multidimensionalidade das intervenções • Complementaridade de intervenções • Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados • Construção de parcerias • Alargar o âmbito de atuação (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou o modelo de delegação de competências do PO Regional foram totalmente adequadas/pertinentes. O GAL teve a competência de verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação; assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários; avaliar o cumprimento dos objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações (nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão); manter atualizado o sistema de informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria e reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação.

Na entrevista o GAL afirma que o regulamento europeu não está a ser cumprido, uma vez que, o GAL é que tem o dever de lançar e publicar avisos. É salientado que a falta de delegação de competências, nos termos do regulamento europeu, é um fator pejorativo para a missão do EDL. Por outro lado, ao não serem cumpridos os prazos de pedidos de autorização e reembolso todo o progresso de realização de projetos no território fica comprometido. O GAL considera que lhe deveriam ter sido delegadas competências de definir os critérios de seleção das operações, definir o calendário de abertura dos ACC, aprovar as

candidaturas a financiamento, formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários), determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação e decidir sobre pedidos de alterações às operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas</td><td>Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação</td><td>6</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas</td><td>Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:
• Simplificação administrativa
• Redução da carga administrativa
• Celeridade de procedimentos
• Proximidade aos beneficiários
• Capacidade de ajustamento às necessidades do território</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta/Evidências
	• Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir os critérios de seleção a das operações; • Definir o calendário de abertura dos AAC; • Aprovar as candidaturas a financiamento; • Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); • Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; • Decidir sobre pedidos de alterações às operações. (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 20,21 E 22:

O GAL na entrevista destaca a necessidade de delegação de competências para o bom funcionamento do EDL. O GAL afirma que realizava determinadas competências que não lhe eram delegadas, nomeadamente, submeter os pedidos de reembolso: o GaL pedia retificações nos pedidos de reembolso quando estes possuíam anomalias, mesmo antes de serem enviados à CCDR, considerando este processo "uma duplicação de recursos e trabalho desnecessário".[11]

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que a articulação com a Autoridade de Gestão funcionou[12]. Os mecanismos de articulação utilizados foram as reuniões periódicas, a emissão de pareceres, as reuniões de coordenação e a ligação com um ponto focal.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Mecanismos de articulação com o PO regional:
• Reuniões periódicas
• Emissão de pareceres
• Reuniões de coordenação
• Ligação com um ponto focal
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação
(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Reuniões periódicas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Reuniões de coordenação</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Emissão de pareceres</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Ligação com um ponto focal</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

[11] Informação entrevista GAL
[12] Informação com base no inquérito GAL

O GAL expõe na entrevista a demora da resposta aos pedidos de pagamento, por parte da Autoridade de Gestão, indicando a falta de recursos humanos como o principal fator, visto que, a Autoridade de Gestão tem de dar resposta a muitos processos em paralelo. O GAL também salienta a necessidade de existir um maior grau de delegações de competências, tendo em vista a eficiência e resultados de cada projeto.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira que afeta as funções de gestão estava adequada. Na entrevista realizada ao GAL, afirmam que "A dotação financeira não é ótima, mas é possível realizar as atividades de gestão contratualizadas."[13] O peso do financiamento do DLBC representa cerca de 60% do conjunto da atividade da entidade gestora.

A dimensão e competências da equipa técnica também foram consideradas adequadas. A equipa técnica é constituída por 10 elementos internos e 15 elementos externos. A principal necessidade/problema identificado, no âmbito da equipa técnica, diz respeito ao insuficiente número de elementos da ETL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do FSE: 3 58 860,03€
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	O peso do financiamento da gestão do GAL no conjunto da atividade da entidade gestora foi de 60%. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 4 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 10 Elementos externos: 15 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 4 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) Dimensão da equipa técnica: 4 Competências dos elementos da equipa técnica:6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Insuficiência no número de elementos da ETL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25,26,27,28,29,30 E 31:

[13] Informação entrevista GAL

O GAL expõe na entrevista, a necessidade da dotação do orçamento, destinado às atividades de gestão da contratualização serem mais elevados, com o objetivo de aumentar a estabilidade e empoderamento dos organismos de gestão intermédia no apoio dos projetos que estão a ser desenvolvidos no terreno. O GAL afirma que a dotação de 25% só é suficiente devido ao reforço de recursos humanos e estruturas físicas por parte dos stakeholders. O GAL salienta o facto de outros GAL de dimensões mais pequenas não conseguirem superar todas as complexidades das operações, sendo fundamental o apoio de GAL maiores.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

Todas as ações de capacitação foram desenvolvidas pelo GAL, nomeadamente a contratação pública, critérios de análise de projetos, monitorização e avaliação e conceção de documentos estratégicos e de programação. Na entrevista realizada ao GAL, é destacada a limitação técnica do Balcão 2020, não existindo nenhuma formação relacionada com o funcionamento da plataforma. A plataforma foi considerada pelo GAL como "(…) má plataforma e dificulta o processo."[14]

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação pública • Critérios de análise de projetos • Monitorização e Avaliação • Conceção de documentos estratégicos e de programação (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 6 Critérios de análise de projetos: 6 Monitorização e Avaliação: 6 Conceção de documentos estratégicos e de programação: 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	O GAL não respondeu a esta questão.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL foi responsável pela definição das ações de divulgação e publicidade realizadas, deram contributo e foram parcialmente integrados nos prazos de apresentação de candidaturas, na adaptação dos avisos às especificidades territoriais, nos critérios de seleção das operações, na definição do calendário de abertura dos AAC, na definição dos requisitos (formais e documentais) e na dotação financeira. Por outro lado, na definição de indicadores e na definição das TO medidas o GAL de contributos mas não foram integrados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

[14] Entrevista GAL

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Foram responsáveis pela definição
Prazo de apresentação das candidaturas	Deram contributos e foram integrados
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Definição do calendário de abertura dos AAC	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Dotação financeira	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Definição de indicadores	Deram contributos, mas não foram integrados
Definição das TO/medidas	Deram contributos, mas não foram integradas

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Não foram identificadas especificidades territoriais.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia os calendários de abertura dos avisos como adequados, salientando a ótima adequação da promoção de articulação entre concursos/projetos no indicador ""9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com visa à promoção a igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)". No entanto, considera o ritmo do lançamento dos concursos, especialmente no indicador "9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com visa à promoção a igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)" como "nada adequados".

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	3	3	3	3
8.3/8iii.	3	3	3	3

10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
9.1/9i	4	4	1	5

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Apesar das prioridades de investimento terem sido consideradas adequadas pelo GAL este faz uma avaliação negativa dos avisos lançados, onde os objetivos da EDL e DLBC, os indicadores de realização e resultados, o público-alvo e as necessidades do território não se adequam à EDL. A exceção é a operação "9.1/9i- Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção a igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade", que o Gal considerou os avisos adequados aos objetivos da EDL, aos indicadores de realização e resultados, aopúblico-alvo e às necessidades do território. As candidaturas desta tipologia foram avaliadas pelo GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • Medidas de inclusão ativa, com visa à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) • SI2E
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado** **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	1	1	1	1
8.3/8iii.	1	1	1	1
10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
9.1/9i	4	4	5	5

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

Como referido anteriormente, no processo de análise e seleção de operações o GAL apenas avaliou a operação "9.2/9i." realizando uma avaliação negativa dos procedimentos definidos para essa análise e seleção, bem como dos critérios de seleção, metodologia de apuramento do mérito, carga burocrática e interação com o SI FSE. Apenas a periodicidade a metodologia de apuramento do mérito e a dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas foram adequadas.

Segundo a entrevista realizada ao GAL, os motivos para os desvios face aos prazos de análise e seleção de candidaturas prenderam-se sobretudo com a reduzida dimensão da equipa técnica face à elevada quantidade de candidaturas e a falta de delegação de competências.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	N/A	N/A	N/A	5
Metodologia de apuramento do mérito	N/A	N/A	N/A	4
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	N/A	N/A	N/A	3
Critérios de seleção	N/A	N/A	N/A	2
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	N/A	N/A	N/A	1
Carga burocrática	N/A	N/A	N/A	1
Interação com o SI FSE	N/A	N/A	N/A	1
Interação com o SI FEDER	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com o SI PDR/	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com o SI IFAP	N/A	N/A	N/A	N/A
Interação com outros SI	N/A	N/A	N/A	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Ver Quadro abaixo
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	**Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas** 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e a participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) • O inquirido não indicou as razões de não ter sido cumprido os prazos de análise das candidaturas. (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 40,41 e 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 192 dias (cerca de seis meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**35**	**35**	**143**	**46**	**189**
1001	34	34	139	47	186
SI2E	1	1	283	4	287
09.10	**1**	**1**	**268**	**8**	**276**
SI2E	1	1	268	8	276
Total Geral	**36**	**36**	**147**	**45**	**192**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão do DLBC é constituído por 5 entidades. O papel do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações envolveu-se por motivos de imparcialidade, nos termos da EDL aprovada, o GAL recorreu a um júri externo para a avaliação das candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	(Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Existiu alteração da composição do Órgão de Gestão, devido a eleições. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O Órgão de gestão envolveu-se por motivos de imparcialidade, nos termos da EDL aprovada, o GAL recorreu a um júri externo para a avaliação das candidaturas. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não existiu envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

	Entidade
1	Município de Lisboa (presidente de direção eleito)
2	CLPIRD (vice-presidente de direção eleito)
3	Animar (tesoureiro de direção eleito)
4	EAPN Portugal (vogal de direção eleito)
5	Cooperativa Milacessos (vogal de direção eleito)

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram a resposta a solicitações dos programas operacionais, a definição de indicadores de monitorização pelo GAL, a elaboração de relatórios de monitorização periódicos, a realização de reuniões da equipa técnica com a AG para balanço. contactos regulares com os beneficiários e a produção de materiais de apoio para as candidaturas e a implementação dos projetos. As entidades envolvidas na monitorização são outros stakeholders associados ao GAL- Rede DLBC Lisboa. O GAL pretende realizar avaliação continua, com relatórios periódicos através de recursos internos, indicando a ausência de orientações do PO financiador como principal constrangimento identificado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Definição de indicadores de monitorização pelo GAL • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da equipa técnica de balanço • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários • Produção de materiais de apoio à instrução de candidaturas e para a implementação (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 6 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 6 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 6 Resposta a solicitações dos PO financiadores: 6 Relatórios de monotorização periódicos: 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Outros stakeholders (Associados do GAL- Rede DLBC Lisboa) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Pretende realizar avaliação contínua, com relatórios periódicos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

O principal constrangimento à eficiente monitorização e avaliação dos contratos apontado pelo GAL é a ausência de orientações por parte do PO financiadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Ausência de orientação do PO financiadores

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram assegurados os mecanismos necessários a uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC, sendo um exercício realizado pelo GAL. Foram introduzidas nas revisões da EDL/DLBC uma distribuição da alocação financeira por TI/PI/medidas, um reforço da equipa técnica e um maior acompanhamento às entidades beneficiárias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Sim foi um exercício do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	• Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida • Reforço da equipa técnica • Maior acompanhamento às entidades beneficiárias (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação para o DLBC, que se traduziu na realização de produtos de comunicação por parte do GAL/Entidade Gestora, nomeadamente, newsletter, site, páginas das redes sociais; na realização de reuniões/encontros com os parceiros promovidos; reuniões, seminários e workshops públicos; realização de sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento; visitas a projetos de investimento; participação em projetos de cooperação e constituição de grupos de trabalho. A auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios possuem na EDL/DLBC foi realizada através de sondagem, inquérito presencial, inquérito nas redes sociais, votação pelos residentes dos territórios dos projetos a concurso e participação em reuniões comunitárias e em Assembleias-Gerais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>1000</td><td>1000</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>1000</td><td>150</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>1000</td><td>1000</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>500</td><td>150</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>200</td><td>350</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento</td><td>50</td><td>60</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>10</td><td>30</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>3</td><td>30</td><td>6</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>O GAL realizou um inquérito presencial com o objetivo de auscultar o conhecimento das populações sobre o DLBC.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito do modelo de funcionamento do GAL, no modelo de gestão dos DLBC, na partilha de conhecimentos, na sinergia entre projetos e sectores de atividade económica, na cooperação entre beneficiários e stakeholders, nas operações inovadoras para o território e nas votações pelos residentes dos projetos a concursos integrada nos critérios de avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica • Cooperação entre beneficiários e stakeholders • Operações inovadoras para o território • Votação pelos residentes dos territórios dos projetos a concurso integrada nos critérios de avaliação (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão muito elevada nas tipologias 9.1/9i. As tipologias 8.8/8ª e 8.3/8iii tiveram uma adesão mais fraca. O número total de candidaturas apresentadas foi de 104, o que corresponde a uma procura relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 34,3%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 104 candidaturas com um custo de 10.187.647,35 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>6</td></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>1</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Falta de capitais próprio e capacidade de tesouraria para suportar as elegibilidades previstas.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>O GAL não respondeu a esta questão.</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**54**	**51,9**	**6.307.122,39**	**42,9**
1001	37	35,6	5.677.724,41	40,6
COESOEmp				
COESOUrb				
SI2E	17	16,3	629.397,98	4,5
09.10	**50**	**48,1**	**8.000.000,00**	**57,1**
SI2E	50	48,1	3.880.524,96	27,7
Total Geral	**104**	**100,0**	**14.000.000,00**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	1001	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**35**	34	1			**35**
2.Não admitida				45	45	**45**
3.Não aprovada	**16**	1	15			**16**
4.Anulada				1	1	**1**
5.Desistida /rescindida/revogada	**1**		1	4	4	**5**
6.Submetida/admitida	**2**	2				**2**
7. Total	**54**	37	17	50	50	**104**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	98,1	100,0	94,1	0,0	0,0	50,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	67,3	97,1	5,9	0,0	0,0	34,3
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	30,8	2,9	88,2	90,0	90,0	59,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	1,9	0,0	5,9	8,0	8,0	4,9

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram acima da dotação contratualizada no caso do FSE, apresentando uma taxa de compromisso de 175%. De acordo com a informação exposta na entrevista, o fundo alocado ao FSE não foi suficiente para a procura registada e foi possível alocar verba adicional para as tipologias de operação deste fundo. No FEDER a procura foi mais reduzida e a taxa de compromisso ficou nos 4%. A taxa de execução é reduzida em ambos os fundos: 2,8% para o FSE e 0,0% para o FEDER. O principal estrangulamento identificado pelo GAL no questionário foi as condições de elegibilidade das operações e o tipo de despesas elegíveis.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>X</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 104 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 832 dias a essa data.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.</td></tr>
</table>

Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e.,licenças) Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso 9.1/9i. Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**1 435 440**	**54**	**2 511 447,00**	**40 444,00**	175,0	2,8	1,6
09.01		37	2 501 797,00	37 932,00			1,5
SI2E		17	9 650,00	2 512,00			26,0
09.10	**1 028 581**	**50**	**41 632,00**	**0,00**	4,0	0,0	0,0
SI2E		50	41 632,00	0,00			0,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Presentemente não é possível aferir o grau de cumprimento das metas previstas, contudo, o GAL afirma ter capacidade para cumprir as metas globais definidas no DLBC, sobretudo noa PI 9.1/9i. O desvio em relação às metas definidas justifica-se pelo facto da Autoridade de Gestão não ter permitido abertura de concursos, até 2018, mesmo com a apresentação de propostas por parte do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Autoridade de Gestão não permitir abertura de concursos (até 2018) mesmo com a apresentação de propostas por parte do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: N/A 8.3/8iii.: N/A 10.1/10.i: N/A 9.1/9i: 6 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu a esta questão
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas	Não foram mobilizados indicadores adicionais

associadas e/ou que não constavam da contratualização)	

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Grau de cumprimento
09.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Principais tipologias de acção do POR Lisboa na PI 09.10, alíneas: a), b), d), e), f), g), h), e i). (Ind. De Realização POR Lisboa: Estratégias DLBC apoiadas / Ind. de Resultado: Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado)	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	Nº	14,00	14,00	Não é possível aferir o grau de cumprimento[15]
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	7,00	7,00	
09.06 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Principais tipologias de acção do POR Lisboa na PI 09.06, alíneas: a),b), c), d), e), f) e h).	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	16,00	16,00	
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio.	Nº	50,00	50,00	

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm possuído um contributo evidente para aumentar os níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais, elevar os níveis de qualificação escolar e erradicar a pobreza, contudo, o GAL ressalva na entrevista realizada, o facto dos projetos ainda estarem numa fase relativamente inicial.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

[15] O GAL não realizou avaliação intercalar.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais	
Elevação dos níveis de qualificação escolar	
Erradicação da pobreza	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 75:

O GAL na entrevista afirma a necessidade do alargamento da elegibilidade, ou seja, afirma a necessidade de uma maior adequação à diversidade das operações e não tanto aos investimentos, dado o facto de existirem várias organismos que não conseguem gerar receitas.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o contributo elevado da abordagem LEADER para todas as dimensões consideradas, nomeadamente, para o acompanhamento/proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores; o alargamento da tipologia de potenciais beneficiários; alavancagem financeira dos projetos apoiados; capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns; capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação; capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores; capacidade para gerir fundos; coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento os recursos locais, desenvolvimento endógeno); confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …); confiança mútua entre a ETL e os parceiros, entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários e entre os parceiros; cooperação com outros territórios; coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes); densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva); densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura); desenvolvimento de práticas inovadoras de governação; disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas; divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados; envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem; estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento; estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território; inovação dos projetos apoiados; maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território; melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional); mobilização da comunidade local comunidade local; participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL; promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações); qualidade dos projetos apoiados; reforço da governança local; relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território; sustentabilidade dos projetos apoiados; trabalho em rede/colaboração no território; valorização do capital social e humano dos territórios.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	6
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	6
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	6
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	6
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	6
	Capacidade para gerir vários fundos	6
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	6
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	6
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	6
	Cooperação com outros territórios	6
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	6
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	6
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	6
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	6
	Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	6
	Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	6
	Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	6
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	6
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	6
	Inovação dos projetos apoiados	6
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	6
	Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	6
	Mobilização da comunidade local comunidade local	6
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	6
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	6
	Qualidade dos projetos apoiados	6

	Reforço da governança local	6
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6
	Sustentabilidade dos projetos apoiados	6
	Trabalho em rede/colaboração no território	6
	Valorização do capital social e humano dos territórios	6

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 76:

O GAL expõe no inquérito o facto de que o instrumento DLC Urbano tornou acessível os Fundos de Coesão aos GAL e ás suas capacidades instaladas s e promoveu a adequação e atomização destes em inúmeras intervenções de pequena escala e de muito maior eficácia face aos modelos tradicionais Top-Down. A experiência, até esta data, no presente PT2020 demonstrou a necessidade de ampliar largamente a autonomia de decisão e funcionamento dos GAL, o reforço substancial das dotações das EDL, bem como, a necessidade de simplificação administrativa em cumprimento pleno do Reg.Eu. 1303/2013 e do reconhecimento do estatuto de Organismo de Gestão Intermédia aos GAL. Referiu ainda a enorme melhoria e reforço da confiança neste modelo e nos GAL pelo POR Lisboa

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou instrumentos do Portugal 2020 com outras fontes de investimento e fê-lo *a priori*, no âmbito da conceção dos projetos, com ações com execução atribuídas a fontes de financiamento diversificadas assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC exclusivamente com instrumentos do PT 2020 e outras fontes de financiamento. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

Ficha de Avaliação

GAL ADREPES Urbano

Entidade Gestora: ADREPES

Território de intervenção: Área Metropolitana de Lisboa - Península de Setúbal

População: 66,537 habitantes

Área - Alcochete e samouco (Alcochete); Alhos vedros, União F. Baixa da Banheira e Vale da Amoreira (Moita); União F. Montijo e Afonsoeiro (Montijo); Pinhal Novo (Palmela); Sesimbra-Santiago e Quinta Conde (Sesimbra); Setúbal-S. Sebastião e União F. Setúbal São Julião, N. Sra. Anunciada e Sta. Maria da Graça (Setúbal).

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL apresentada no processo de candidatura (2ª fase) sofreu alterações face à EDL inicialmente desenhada (1ª fase), que foi elaborada antes de existirem orientações, e que teve de ser adaptada ao regulamento, aviso e ao formulário.

Do mapeamento dos objetivos existentes na EDL/DLBC 2ª fase da candidatura, com a EDL apresentada na 1ª fase, constata-se que, entre estas duas etapas, de algum modo se mantiveram os objetivos delineados, com exceção de dois objetivos: 1) Desenvolvimento de competências para os ativos locais associados à atividade económica de proximidade em territórios urbanos desfavorecidos; e 2) Contribuir para a Transferência de conhecimento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	Existe 1 objetivo não coberto (Contribuir para a Transferência de conhecimento) e 1 objetivo cujas ações poderão não estar totalmente cobertas: Desenvolvimento de competências para os ativos locais associados à atividade económica de proximidade em territórios urbanos desfavorecidos. As intervenções do DLBC constam dos objetivos da EDL.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)[16]** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER) | 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) | 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE) | 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) | Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

MATRIZ OBJETIVOS E MEDIDAS

Objetivos EDL/ DLBC contratualizado	Eixos/Medidas
Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	Criação e desenvolvimento de empresas e ninhos de empresas – Apoio à criação e desenvolvimento de empresas através do desenvolvimento de novos negócios, pela criação de empresas e da capacitação e consolidação de infraestruturas ou outras formas de incubação. Capacitação para o empreendedorismo e criação de emprego - Apoio a ações de desenvolvimento das competências empreendedoras, conducentes à criação de emprego por conta própria. Dinamização de circuitos curtos de comercialização (CCC) - Apoio à comercialização de proximidade de produtos o que poderá alavancar o ressurgimento das atividades económicas de proximidade.

[16] O inquérito ao GAL ADREPES foi aplicado antes da versão final deste instrumento (no pré-teste e após a primeira alteração ao questionário), pelo que existem perguntas que não se encontram respondidas. A equipa de avaliação irá partilhar a ficha do DLBC com o GAL, podendo, desta forma, completar a informação.

Objetivos EDL/ DLBC contratualizado	Eixos/Medidas
Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	Apoio ao empreendedorismo social e cooperativo -Apoio ao desenvolvimento de novos negócios, processos, produtos e serviços de âmbito social, proporcionando melhor apoio à população e um associativismo mais capacitado. Apoio a ações que promovam o combate ao insucesso e ao abandono escolar - Apoio a ações de promoção de igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário, a atividades de promoção do sucesso escolar e de redução do abandono escolar e a ações para a reintegração no ensino e na formação (percursos de aprendizagem formais, não formais e informais). Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local - Apoio a ações de sensibilização de crianças e jovens para a importância da solidariedade e do voluntariado, a ações de sensibilização dos cidadãos adultos para a importância do voluntariado e a ações de qualificação para voluntários nas diferentes áreas de intervenção social. Promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis - Apoio a ações de capacitação de âmbito profissional para grupos vulneráveis; ações de aperfeiçoamento, reciclagem e reconversão. Pequenos apoios a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário - Apoio à aquisição de ativos no âmbito dos serviços básicos (recreativos, desportivos, culturais, sociais, educacionais, de saúde).
Apoiar o funcionamento e o trabalho em rede	Assistência técnica do PO LISBOA 2020 (FEDER)

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase.

De acordo com o GAL, o processo de elaboração da EDL decorreu numa etapa anterior à saída dos avisos. Neste sentido, o GAL elaborou a sua estratégia que posteriormente teve de ser adaptada em função das regras definidas, mais concretamente, em função das tipologias de intervenção disponibilizadas (que foram sendo cada vez mais afuniladas, com maior especificação) e em função dos resultados esperados na prossecução dos DLBC.

Esta tipificação, quer ao nível das orientações, quer ao nível do próprio formulário, implicou alterações ao nível da EDL – perdendo-se o seu carácter mais abrangente e integrado das ações.

Do mapeamento dos objetivos existentes na EDL 2ª fase da candidatura, com a EDL apresentada na 1ª fase, constata-se que, entre estas duas etapas, de algum modo se mantiveram os objetivos delineados, com exceção de dois objetivos: 1) Desenvolvimento de competências para os ativos locais associados à atividade económica de proximidade em territórios urbanos desfavorecidos; e 2) Contribuir para a Transferência de conhecimento. No primeiro caso as ações poderão não estar totalmente cobertas; no segundo caso o objetivo está ausente, sendo referido no formulário de candidatura que se pretende que este objetivo seja desenvolvido com suporte nos eixos/medidas relativas à assistência PO LISBOA 2020 (FEDER).

EDL 1ª fase			EDL/DLBC 2ª fase							
			FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO, A CRIAÇÃO DE EMPRESAS E A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL			PROMOVER O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A INCLUSÃO ATIVA				
Objetivos EDL Macroestratégia	Estratégia	Ações	Criação e desenvolvimento de empresas e ninhos de empresas	Capacitação para o empreendedorismo e criação de emprego	Dinamização de circuitos curtos de comercialização (CCC)	Apoio ao empreendedorismo social e cooperativo	Combate ao insucesso e ao abandono escolar	Cidadania ativa, dinamização de relações de convivência e de solid.local	inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Apoios a espaços e eq. destinados ao desenvolvimento comunitário
Contribuir para a Capacitação das pessoas	Desenvolv. de competências para os ativos locais associados à at. ec. de proximidade em territórios urbanos desfavorecidos	Apoio a ações de formação na área da gestão (finanças, marketing, produção, recursos humanos, sistemas de informação) e liderança								
		Apoio a ações de formação em novas tecnologias de informação (e-business, e-commerce, Office, Internet, redes sociais)								
Contribuir para a Transferência de conhecimento	Identificação e divulgação de boas práticas operacionais, do associativismo e de parcerias	Apoio a ações de identificação, divulgação e desenvolvimento de boas práticasno âmbito dos processos operacionais das atividades rurais, de pesca, aquicultura e turismo;								
		Apoio a ações de identificação e divulgação de casos de sucesso e de insucesso ao nível do associativismo, de parcerias, em particular com as relacionadas ao nível da cadeia de valor;								
		Apoio a projetos-piloto de cooperação entre instituições com perfis e competências diversas e complementares.								
	Desenvolvimento de parcerias com instituições congéneres (GAL) de outros territórios nacionais	Apoio à promoção conjunta dos territórios que apresentem características semelhantes para a promoção e valorização dos produtos e serviços locais;								
		Estratégias de marketing envolvendo diferentes territórios, através da conceção e desenvolvimento de diversos instrumentos de comunicação								
		Apoio a ações para identificação de mercados não servidos integralmente pela oferta local.								
Contribuir para a Inovação e o empreendedorismo	Promoção do desenvolvimento em territórios urbanos desfavorecidos	Apoio à criação de empresas (atividade por conta própria, de microempresas e de pequenas empresas)								
		Apoio à capacitação e consolidação de infraestruturas ou outras formas de incubação de novas empresas								
		Apoio a ações de promoção do empreendedorismo social e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego								
Coesão social e territorial	Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade	Apoio a ações de formação de âmbito profissional dirigidas a minorias étnicas;								
		Aações de formação de âmbito profissional dirigidas a desempregados.								
	Promoção da aprendizagem ao longo da vida e do envelhecimento ativo	Apoio a ações de formação de aperfeiçoamento profissional;								
		Apoio a ações de formação de reciclagem profissional								
		Apoio a ações de formação de reconversão profissional.								
	Combate ao insucesso e ao abandono escolar	Apoio a ações de promoção de igualdade de acesso ao ensino;								
		Apoio a atividades de promoção do sucesso escolar;								
		Apoio a ações de redução do abandono escolar;								
		Apoio a ações para a reintegração no ensino e na formação (percursos de aprendizagem formais, não formais e informais).								
	Promoção da cidadania ativa e da dinamização de relações de convivência e de solidariedade local	Apoio a ações de sensibilização de crianças e jovens para a importância da solidariedade e do voluntariado;								
		Apoio a ações de sensibilização dos cidadãos adultos para a importância do voluntariado;								

		Apoio a ações de formação para voluntários nas diferentes áreas de intervenção social.								
		Apoio a ações inovadoras que visem a procura de novas soluções e novas respostas sociais.								
	Promoção da atividade económica de proximidade	Apoio à criação e melhoria de circuitos curtos de comercialização.								
	Melhoria da acessibilidade a serviços sociais	Apoio a espaços e equipamentos destinados ao desenvolv. comunitário.								

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

Nota: a EDL da ADREPES inclui objetivos e ações do domínio dos DLBC Rural e Costeiro. Nesta tabela encontram-se apenas os objetivos e ações DLBC urbano.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de 75% FEDER e 55% FSE, face ao apresentado em sede de candidatura, sendo considerado pelo GAL que a redução dos valores e dos indicadores contratualizados ficou aquém do que consideravam ser as necessidades do território.

As áreas relacionadas com a criação de postos de trabalho, nomeadamente criação e desenvolvimento de empresas, empreendedorismo são as que se encontram melhor enquadradas. Todas as restantes dimensões encontram-se pior enquadradas no sentido de não terem expressão ao nível dos indicadores, nem ao nível das TO que entretanto foram sendo lançadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)	9.10 (FEDER) Dotação inicial: 2.080.000,00 € Dotação contratualizada: 540157,76 € Dotação atual: 540157,76 € Variação – (-74,03) 9.6 (FSE) Dotação inicial: 1.679.500,00 € Dotação contratualizada: 753725,57 € Dotação atual: 753725,57 € Variação – (-55,12) Ver quadro Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual
Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado	**Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades)** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER) 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE) 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	As TI contratualizadas encontram-se agregadas em duas TI - 9.10 (FEDER) do POR LISBOA e 9.6 (FSE) do POR LISBOA - e apresentam os mesmos indicadores. Neste sentido, não se consegue validar se todas as das medidas associadas às TI têm indicadores e metas. No que diz respeito especificamente aos indicadores de resultado, o indicador de resultado FEDER - *Postos de trabalho criados* - não foi contratualizado, pelo que não está quantificado.
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Os indicadores de realização e de resultado correspondem parcialmente à natureza das medidas associadas às TI. Os indicadores de realização e resultados contratualizados não estão adequados às seguintes tipologias de ação do FSE: c) Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; d)Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; e h)Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3 E 4:

Considerando que na candidatura à 2ª fase não existia informação sobre a dotação financeira, o GAL elaborou a proposta e o orçamento com base na experiência e histórico de intervenções anteriores, quer do GAL, quer dos Parceiros, e em função das necessidades do território. Na contratualização os valores, bem como os indicadores, foram adaptados e reduzidos, ficando aquém do que consideravam ser as necessidades do território. A variação do volume financeiro situou-se entre os -55 e -74%.

Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

PI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratualizado (%)	Variação Contratualizado Atual (%)
09.10	2.080.000,00 €	540157,76 €	540157,76 €	-74,03	-74,03
09.06	1.679.500,00 €	753725,57 €	753725,57 €	-55,12	-55,12

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 5, 6 E 7:

Das tipologias de ação disponibilizadas no aviso, o GAL ADREPES na sua candidatura à 2ª fase apresenta ações em quase todas as tipologias, excetuando a ações direcionadas para espaços rurais ou costeiros, dada a candidatura a um GAL Rural e a um GAL Costeiro, e para as seguintes ações: a) Promoção e valorização económica do património cultural e natural; b) Pequenas operações de qualificação do espaço público e de valorização do ambiente urbano de espaços urbanos de grande valor simbólico e comunitário.

		Tipologias de ação contratualizadas																
		FEDER - 9.10									FSE - 9.06							
Fundo	Tipologias de ação definidas na 2ª fase para os DLBC Urbanos no POR Lisboa	a	b	c	d	e	f	g	h	i	a	b	c	d	e	f	g	h
FEDER - 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais:	a) Promoção e valorização económica do património cultural e natural;																	
	b) Pequenas operações de qualificação do espaço público e de valorização do ambiente urbano de espaços urbanos de grande valor simbólico e comunitário;																	
	c) Ações de preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais que contribuam para a promoção da economia local e da atratividade dos territórios rurais e costeiros;																	
	d) Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas, capazes de responder às novas formas de procura e promoção de novos caminhos para o escoamento de produtos, com a adoção de ciclos curtos de comercialização (e.g. farmers markets, hortas e pomares online);				■													
	e) Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego;					■												
	f) Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes;						■											
	g) Apoio à criação de viveiros de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes;							■										
	h) Criação de microempresas e dinamização/modernização de iniciativas empresariais em setores como o comércio, a indústria, restauração e turismo;								■									
	i) Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio.									■								
FSE - 9.06 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	**a) Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil;**																	
	b) Apoio a ações de dinamização e capacitação do tecido associativo local e do associativismo jovem;																	
	c) Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar;												■					
	d)Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local;													■				
	e)Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis;														■			
	f) Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria;															■		
	g) Apoio à qualificação e promoção da inovação no desenvolvimento de produtos do setor primário;																	
	h)Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados.																	■

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Da análise efetuada, é possível aferir um alinhamento ao nível das medidas/TI e dos resultados esperados (programa de ação - Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir, formulário de candidatura). As medidas e resultados estão completamente alinhados com as prioridades/objetivos, e os resultados considerados dão expressão às medidas.

Objetivos EDL/ DLBC contratualizado	Eixos/Medidas	Resultados a atingir
Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	Criação e desenvolvimento de empresas e ninhos de empresas – Apoio à criação e desenvolvimento de empresas através do desenvolvimento de novos negócios, pela criação de empresas e da capacitação e consolidação de infraestruturas ou outras formas de incubação. Capacitação para o empreendedorismo e criação de emprego - Apoio a ações de desenvolvimento das competências empreendedoras, conducentes à criação de emprego por conta própria. Dinamização de circuitos curtos de comercialização (CCC) - Apoio à comercialização de proximidade de produtos o que poderá alavancar o ressurgimento das atividades económicas de proximidade.	A criação e desenvolvimento de micro-empresas (FEDER e FSE); A criação de emprego, incluindo autoemprego (FEDER e FSE); O aumento dos serviços de proximidade (FEDER e FSE)
Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	Apoio ao empreendedorismo social e cooperativo -Apoio ao desenvolvimento de novos negócios, processos, produtos e serviços de âmbito social, proporcionando melhor apoio à população e um associativismo mais capacitado. Apoio a ações que promovam o combate ao insucesso e ao abandono escolar - Apoio a ações de promoção de igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário, a atividades de promoção do sucesso escolar e de redução do abandono escolar e a ações para a reintegração no ensino e na formação (percursos de aprendizagem formais, não formais e informais). Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local - Apoio a ações de sensibilização de crianças e jovens para a importância da solidariedade e do voluntariado, a ações de sensibilização dos cidadãos adultos para a importância do voluntariado e a ações de qualificação para voluntários nas diferentes áreas de intervenção social. Promoção da inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis - Apoio a ações de capacitação de âmbito profissional para grupos vulneráveis; ações de aperfeiçoamento, reciclagem e reconversão. Pequenos apoios a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário - Apoio à aquisição de ativos no âmbito dos serviços básicos (recreativos, desportivos, culturais, sociais, educacionais, de saúde).	A criação de empregos de grupos vulneráveis (FEDER e FSE); A redução do insucesso e abandono escolar (FSE); A melhoria do apoio social a grupos vulneráveis, designadamente, idosos, jovens e mulheres (FSE); O aumento da coesão social ao nível territorial (FEDER e FSE).

Fonte: Contrato para a Gestão da Estratégia.

Contudo, o mesmo não se aplica aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, que são considerados como pouco adequados.

A análise documental permitiu identificar que áreas relacionadas com a criação de postos de trabalho, nomeadamente criação e desenvolvimento de empresas, empreendedorismo são as que se encontram melhor enquadradas. Todas as restantes dimensões: insucesso escolar, inovação social, equipamentos sociais, são as que se encontram pior enquadradas no sentido de não terem expressão ao nível dos indicadores, nem ao nível das TO que entretanto foram sendo lançadas.

Indicadores e metas

PI	Eixo/Medida do Programa	Indicador de Realização			Indicador de Resultado		
		Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023
09.10	Alíneas e), g), h), i), f) e d) da PI 9.10 do POR LISBOA 2020	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	17,00	Postos de trabalho criados	0,00	0,00

09.06	Alíneas f), c), d) e e) da PI 9vi do POR LISBOA 2020	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	8,00	34,00	(%) Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanece em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00

Fonte: Contrato para a Gestão da Estratégia.

Existe uma valorização das áreas relacionadas com a criação de postos de trabalho, nomeadamente criação e desenvolvimento de empresas, empreendedorismo, que se reflete nos indicadores contratualizados e que se refletiu na implementação. A título de exemplo, os indicadores de realização e resultados contratualizados não estão adequados às seguintes tipologias de ação do FSE: c) Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; d)Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; e h)Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados.

Existem indicadores em TO, como por exemplo Nº de Instituições envolvidas na operação (O.09.06.06.P) na TO PIEAS que acabam por não contribuir para as metas contratualizadas.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A elaboração da EDL foi efetuada com a preocupação de promover a articulação da estratégia local com as estratégias regionais, nacionais e europeias, bem como com outras estratégias, projetos e intervenções desenvolvidas no território: a articulação com os diferentes CLAS do território de incidência e com a Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal; com os CLDS; com os Centros de Emprego do território de incidência, e Redes de Empregabilidade e de Gabinetes de Inserção Profissional.

Todas as ações identificadas na EDL macroestratégia têm identificado como “medidas de apoio” – as medidas FEADER, FEAMP, FSE, FEDER.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	Houve a preocupação de identificar complementaridades, sinergias com outras intervenções no território da responsabilidade de parceiros do GAL ou de outras instituições públicas, de natureza privada ou associativa Instrumentos com os quais foi articulada: CLAS Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal; CLDS; Centros de Emprego do território de incidência Redes de Empregabilidade Gabinete de Inserção Profissional – GIP Território Educativo de Intervenção Prioritária – TEIP (Fonte: Inquérito aos GAL; entrevista e documentos do projeto)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

A elaboração da EDL foi efetuada com a preocupação de promover a articulação da estratégia local com as estratégias regionais, nacionais e europeias, isto é, procurando garantir a coerência e o contributo da estratégia local. Foram tidos em consideração os seguintes instrumentos de política nacionais e regionais: o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014 – 2020, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020, o PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal para 2014-2020.

No que diz especificamente respeito à EIDT, a EDL encontra-se alinhada com as áreas relevantes da EIDT: V. Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social, incluindo o abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território, focalizando assim a intervenção das redes sociais já existentes e articulando as intervenções numa lógica multidimensional e multinível; e VI. Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território.

De igual modo, no desenho da própria candidatura identificou-se a articulação com outras estratégias, projetos e intervenções desenvolvidas no território: a articulação com os diferentes CLAS do território de incidência e com a Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal; com os CLDS; com os Centros de Emprego do território de incidência, e Redes de Empregabilidade e de Gabinetes de Inserção Profissional e procurou-se promover a sinergia e complementaridade com o leque de atores e intervenções existentes no território, com o levantamento de lacunas, e a identificação de áreas complementares.

Todo este processo foi desenvolvido com base numa abordagem *bottom–up*, um processo de auscultação e envolvimento dos diversos atores do território, assente na dinamização de reuniões de trabalho e na recolha de contributos escritos, que resultou no desenho da EDL, na qual foram identificadas as medidas, ações e metas a alcançar, a serem financiadas exclusivamente pelos Fundos. Todas as ações identificadas na EDL macroestratégia têm identificado como "medidas de apoio" – as medidas FEADER, FEAMP, FSE, FEDER.

Na fase de implementação a EDL/DLBC funciona enquanto instrumento financeiro de apoio à elaboração e execução de ações/projetos das entidades do território enquadráveis na EDL.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O principal contributo deste modelo é promover a adequação da parceria aos objetivos e potencial de mobilização de recursos e conferir transparência ao processo de seleção dos GAL.O modelo contribui de forma negativa para a eficiência do processo de seleção, sendo considerado pouco célere e pouco simples, consumidor de tempo e recursos quer das entidades que concorrem, quer das AG.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território</td><td>
Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Transparência do processo de seleção dos GAL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Envolvimento dos parceiros na EDL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Relevância do instrumento para a estratégia</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Criação de novas parcerias nos territórios</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Aumento da qualidade das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Celeridade do processo de seleção</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</td><td>Identificada a hipótese de haver dois mecanismos diferentes de seleção dos GAL – um mecanismo mais simples para os GAL que já têm histórico e um outro para novos GAL – valorização da experiência e desempenho. As vantagens estariam associadas à celeridade do</td></tr>
</table>

	processo e, consequentemente, à redução do tempo em que a entidade fica sem qualquer apoio – dificuldade de assumir os compromissos, manter o pessoal, por exemplo.
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 3 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 3 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 3 Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 3 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 3 Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 2 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 2 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 2 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 2 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 9, 10 e 11:

O GAL ADREPES identificou como solução alternativa a hipótese de haver dois mecanismos diferentes de seleção dos GAL – um mecanismo mais simples para os GAL que já têm histórico (valorização da experiência e desempenho anterior) e um outro para novos GAL. As vantagens estariam associadas à celeridade do processo e, consequentemente, à redução do tempo em que a entidade fica sem qualquer apoio – dificuldade de assumir os compromissos, manter o pessoal, por exemplo.

Especificamente quanto à fase de negociação, não foram efetuadas recomendações. A negociação incidiu sobre a dotação financeira e metas, ambas reduzidas, o que, na opinião do GAL, prejudicou a coerência da intervenção – que tinha sido desenhada de forma mais abrangente e ambiciosa.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é constituído por 43 parceiros, apresentando essencialmente parceiros do setor social, mas também do setor económico e, em menor escala, do setor ambiental. A parceria foi considerada representativa do território.

Todos os parceiros participaram na conceção da estratégia, no contexto das sessões organizadas para a sua elaboração – sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho, sendo a sua participação considerada pelo GAL como substantiva.

Os principais resultados da participação destes atores remetem para o alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); maior envolvimento dos vários atores no desenho da EDL; e permitir obter uma visão partilhada e coletiva.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Municípios</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Outras. Quais?</td><td></td></tr>
</table>
Não foram identificadas as agências públicas.
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho, sessões Públicas de debate e Recolha formal de pareceres e contributos, sendo a sua participação considerada pelo GAL como substantiva. (Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 43 entidades.
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Sociedade Filarmónica União Agrícola do Pinhal Novo</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Cáritas Diocesana de Setúbal</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>CERCIMA – Cooperativa de educação e reabilitação do cidadão inadaptado de Montijo e Alcochete CRL</td><td>Cooperativa (inclui União de Cooperativas)</td></tr>
<tr><td>CERCIZIMBRA – Cooperativa para educação e reabilitação de cidadãos inadaptados de Sesimbra CRL</td><td>Cooperativa (inclui União de Cooperativas)</td></tr>
<tr><td>Fundação João Gonçalves Junior</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Cooperativa de Produção Artística Teatro Animação o Bando CRL</td><td>Cooperativa (inclui União de Cooperativas)</td></tr>
<tr><td>Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Jardim de Infância O Sonho</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>SEIES – Sociedade de Estudos de Intervenção em Engenharia Social, CRL</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro social de Palmela</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Município de Sesimbra</td><td>Autarquia Local</td></tr>
<tr><td>Rumo – Cooperativa de Solidariedade Social CRL</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Município de Setúbal</td><td>Autarquia Local</td></tr>
<tr><td>Sociedade filarmónica humanitária</td><td>Associações Públicas</td></tr>
<tr><td>Centro Social de Quinta do Anjo</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira (CRIVA)</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Associação Cristã da Mocidade de Setúbal</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro Jovem Tabor</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro Comunitário da Quinta do Conde</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>ICE – Instituto das Comunidades Educativas</td><td>ONG</td></tr>
<tr><td>Município de Montijo</td><td>Autarquias Locais</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	EAPN – Rede Europeia Anti-pobreza/Portugal Associação – ONG ORSIFOR-Centro Formação Profissional da Moita S.A. – Escolas profissionais privadas Questão de Equilíbrio – Associação de Educação e Inserção de Jovens – IPSS Instituto Politécnico de Setúbal – Estabelecimento de Ensino Superior Público – Instituições de Ensino Politécnico ANIME – projeto de animação e formação – Associações e Fundações Privadas Associação para formação profissional e desenvolvimento do Montijo – Agências e associações de desenvolvimento regional e local Associação Baptista Shalom – IPSS APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – IPSS Banco Alimentar Contra a Fome na Península de Setúbal – IPSS ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal – Agências e associações de desenvolvimento regional e local Município de Palmela – Autarquias Locais Associação EDINSTVO – Associações e Fundações Privadas UDIPSS – Setúbal – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal – IPSS Fórum da indústria automóvel de Palmela – Associação de Desenvolvimento Económico – Associação Empresarial (sem fins lucrativos) Município de Alcochete – Autarquias Locais Município da Moita – Autarquias Locais ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida – Associações e Fundações Privadas S. Energia – Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete – Associações e Fundações Privadas Fundação Escola Profissional de Setúbal – Associações e Fundações Privadas Good Dream Unipessoal LDA – Empresa Associação Tempos Brilhantes – Associações e Fundações Privadas Fonte: GAL
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Todos os parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho, sessões Públicas de debate e Recolha formal de pareceres e contributos. (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

A participação dos stakeholders foi mais acentuada na fase de desenho da estratégia. Na fase de implementação os stakeholders envolvidos de forma continuada foram essencialmente os membros do órgão de gestão. Os atrasos no programa, o não lançamento de tipologias de operação que pudessem abranger projetos destas entidades e a enfraquecida animação territorial são identificados como os principais motivos para a desmobilização dos parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Resposta a questionário</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td></td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

Os stakeholders envolvidos na implementação e operacionalização da EDL são essencialmente os parceiros. A participação destes foi mais acentuada na fase de desenho/conceção da estratégia. Na fase de implementação, de um modo geral, apenas os parceiros que pertencem ao órgão de gestão é que têm um envolvimento mais continuado.

Foi manifestada alguma dificuldade em envolver e mobilizar os parceiros, principalmente os membros do conselho consultivo e da parceria alargada. Os atrasos no arranque do programa e o não lançamento de tipologias de operação que pudessem abranger projetos destas entidades contribuíram para a desmotivação.

Referida ainda a importância da componente de animação territorial que falta e que seria determinante neste ponto, bem como a falta de tempo, tendo em conta a outra carga de trabalho assumida pelos técnicos.

"Os parceiros não assumem os papéis que lhe foram atribuídos e pelo facto da equipa estar assoberbada com trabalho tem muita dificuldade em mobilizá-los. Inicialmente pensava-se que eles poderiam ter um papel mais ativo mas com o atraso no arranque do programa essa participação não se verificou. O atraso contribuiu para que as pessoas se desmotivassem também.

Neste momento estamos inclusivamente com muita dificuldade em juntar os membros dos três órgãos para fazer eleições, porque no dia-a-dia não há forma de os chamar a participar. O funcionamento dos GAL assenta muito no Órgão de Gestão só. A tal parceria alargada que nós temos não funciona. Já falámos com outras associações e o sentimento é muito parecido. É o conselho consultivo (órgão não eleito), conselho alargado de parceiros que temos mais dificuldade em mobilizar. Os parceiros que fazem parte da ADREPES (associados) são mais fáceis de mobilizar" (Relatório de avaliação intercalar)

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

As competências delegadas encontram-se, teoricamente adequadas. As dificuldades sentidas prendem-se com a sua operacionalização. De acordo com o GAL, no modelo atual de delegação de competências existe uma duplicação do trabalho de análise das candidaturas. Mais do que competências delegadas são competências partilhadas – em que a AG duplica o trabalho já efetuado pelo GAL, tornando os processos morosos e pouco eficientes.

As vantagens identificadas na delegação de competências - proximidade ao terreno, identificação das necessidades e respostas mais adequadas e apoio aos stakeholders e possíveis beneficiários - são no entanto limitadas quer pelas desvantagens identificadas (excessiva carga burocrática e complexa), quer por outras características do sistema, nomeadamente: no quadro do sistema multifundos existem procedimentos diferentes com dois secretariados de gestão ao nível da avaliação das candidaturas e dos pedidos de pagamento; por outro lado, existem TO cujos procedimentos de candidatura não passam pelo GAL – i.e., são apresentadas candidaturas na plataforma sem a participação do GAL, esvaziando a dimensão qualitativa de acompanhamento - SI2E. Desta forma, o GAL considera que fica condicionado o tipo de trabalho em que seria diferenciador, nomeadamente o trabalho de animação do território e de apoio às candidaturas.

De entre as competências que poderiam ter sido delegadas o GAL ADREPES identifica a definição dos critérios de seleção das operações e a definição do calendário de abertura dos Avisos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	N/A

Indicador	Resposta/Evidências
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão: 6 Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: N/A Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: N/A Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: N/A Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: N/A Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: N/A Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: N/A Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: N/A (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Proximidade aos beneficiários • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo PDR e POregional:** • Definir os critérios de seleção a das operações • Definir o calendário de abertura dos AAC (Fonte Inquérito ao GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 20, 21 e 22:

De um modo geral pode afirmar-se que as competências delegadas incidem sobre competências administrativas e de verificação, não tendo sido incluídas competências de decisão e contratuais. Os GAL têm ainda uma competência parcialmente delegada – a de seleção das operações a serem financiadas, que são posteriormente propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação.

De acordo com a informação obtida, as competências delegadas encontram-se, teoricamente adequadas. As dificuldades sentidas prendem-se com a sua operacionalização. Mais do que uma efetiva delegação de competências, por vezes existe uma duplicação do trabalho, nomeadamente ao nível da análise das candidaturas.

"Apesar de serem OI, não são vistos como parceiros. Existe a delegação de competências no GAL de análise das candidaturas mas a AG procede igualmente à análise das mesmas, existindo uma duplicação do processo."

Acresce que no quadro do sistema multifundos, no caso dos DLBC urbanos, dois fundos distintos – FEDER e FSE - existem procedimentos diferentes com dois secretariados de gestão ao nível da avaliação das candidaturas e dos pedidos de pagamento.

Foram identificados igualmente procedimentos diferentes em função das tipologias de operações, o que limita o papel dos GAL. No caso do SI2E existem candidaturas que não passam pelo GAL – i.e., são apresentadas candidaturas na plataforma sem a participação do GAL.

De entre as competências que poderiam ter sido delegadas o GAL ADREPES identifica a definição dos critérios de seleção das operações e a definição do calendário de abertura dos Avisos.

As vantagens associadas a este modelo estão associadas à proximidade ao terreno – quer do ponto de vista da identificação das necessidades e respostas mais adequadas, quer do ponto de vista de apoio aos stakeholders e possíveis beneficiários. Esta proximidade ao terreno a par do papel mais "interventivo" e dinamizador do GAL permitem uma adequada instrução das candidaturas, o desenho de projetos adequados às necessidades do território, o que contribui para a capacidade de alcançar os resultados e as metas definidas, e logo, para a eficaz implementação dos projetos financiados e, consequentemente, da EDL.

Quanto às desvantagens, do ponto de vista do GAL, foi identificado: procedimentos e carga administrativa e uma maior morosidade dos procedimentos.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que inicialmente houve uma falta de articulação e de partilha de informação, mas que a mesma melhorou, passando a ser enviado, com alguma periodicidade, informação e pontos de situação sobre o estado das candidaturas e dos projetos. Foi ainda mencionado que no caso do GAL Urbano tiveram poucas reuniões com a AG.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PDR e PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Emissão de pareceres: 4 Reuniões periódicas: 2 Reuniões de coordenação: 2 (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira afeta às atividades de gestão é globalmente adequada, embora sintam a necessidade de ter mais um técnico para o desenvolvimento da componente de animação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Dotação financeira afeta às atividades de gestão da contratualização - € 509.908,05509 % face ao montante contratualizado (montante contratualizado incluindo FSE e FEDER – 1.293.883,33€) – 39,4%
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 85 % (Fonte: Inquérito aos GAL)

conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 4 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 3 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Insuficiência no número de elementos da ETL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

A dotação financeira afeta às funções de gestão contratualizadas (€509.908,05) é considerada adequada, assumindo um peso de 39,4% face ao montante contratualizado.

O GAL ADREPES Urbano conta com uma equipa de 5 elementos técnicos internos afetos parcialmente à gestão do DLBC, requisitando serviços técnicos externos de contabilidade, apoio jurídico e apoio informático. Consideram o número de elementos técnicos parcialmente adequado, sentindo a necessidade de ter pelo menos mais um técnico, uma vez que estes técnicos estão afetos parcialmente a cada um dos DLBC e todos os técnicos participam em todas as atividades, respeitando a segregação de funções: desde a preparação dos avisos ao acompanhamento.

No que diz respeito às competências e experiência/conhecimento, estas dimensões estão totalmente adequadas. Os técnicos já têm alguma antiguidade – parte dos técnicos entrou em 2004 e o mais recente já tinha experiência noutra associação.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

O GAL considera que a Equipa Técnica Local está globalmente capacitada para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas, tem experiência ao nível das funções "delegadas" e participou em diversas ações de formação e capacitação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação Pública • Sistemas de Informação • Monitorização e Avaliação • Conceção de documentos estratégicos e de programação Fonte: Inquérito aos GAL e entrevista
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 6 Sistemas de Informação: 6 Critérios de análise de projetos: 6 Monitorização e Avaliação: 6 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • SIG Fonte: Inquérito aos GAL

Informação de Detalhe – Indicador 32., 33. e 34:

A entidade gestora do GAL ADREPES Urbano, a ADREPES, é uma entidade com experiência enquanto gestora e enquanto Organismo Intermédio. Parte da equipa técnica afeta ao GAL está enquadrada na instituição desde 2004, tendo participado nos projetos anteriores, apresentado, desta forma, experiência e conhecimento ao nível das funções delegadas no GAL. De salientar que um dos outros técnicos também já tinha experiência no contexto de outra associação.

"Como organismo intermédio geriu, na Península de Setúbal, o programa LEADER+ (2002-2007) e o Subprograma 3 do PRODER e o Eixo 4 do PROMAR (2007-2014) exercendo funções de gestão, mediante delegação das várias Autoridades de Gestão (AG), competindo-lhe elaborar um sistema de gestão e controlo respeitador dos modelos adotados, exercer as competências de gestão delegadas, cumprir a regulamentação específica e as recomendações das AG e submeter-se aos procedimentos de controlo e auditoria." (Relatório de avaliação intercalar)

Durante a implementação do GAL tiveram ações de capacitação em Contratação Pública, Sistemas de Informação, Monitorização e Avaliação e Conceção de documentos estratégicos e de programação, nas quais participaram todos os técnicos. As ações foram consideradas adequadas mas insuficientes. Uma das áreas em que sentem maior necessidade de ações de capacitação dos técnicos é em SIG.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

Os avisos são previamente articulados com os GAL mas o tipo de envolvimento e participação dos GAL na elaboração dos avisos não permite promover a adaptação dos mesmos à realidade específica de cada território.

Os GAL têm um papel mais ativo na definição da dotação financeira e na definição dos prazos de apresentação das candidaturas, sendo responsáveis pela sua definição. Por outro lado, têm um papel meramente passivo ao nível da definição das TO/medidas e dos requisitos formais. De acordo com a informação obtida na entrevista, os avisos são quase minutas, o que torna difícil a adaptação dos mesmos às especificidades territoriais e consequentemente condicionam a sua adequação às necessidades específicas de cada território.

Tabela Síntese – Indicadores 35 e 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	Grau e tipo de **envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Definição do calendário de abertura dos AAC	Deram contributos e foram integrados
Dotação financeira	Foram responsáveis pela definição
Definição das TO/medidas	Não deram contributos
Prazos de apresentação das candidaturas	Foram responsáveis pela definição
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Não deram contributos
Definição de indicadores	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	

	Adaptação dos avisos às especificidades territoriais | Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	O referencial de mérito remete para o enquadramento e contributo do projeto para o alcance dos objetivos da EDL. "A candidatura obtém a pontuação 100, se concorrer para um dos 3 objetivos específicos da EDL GAL ADREPES URBANO ou pontua 0, se não apresentar qualquer grau de alinhamento com a EDL." (referencial de mérito)

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

Tanto o intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas, como o tempo de duração definido no aviso para submissão das candidaturas são considerados adequados.

A grande dificuldade sentida quanto aos avisos centra-se no ritmo de lançamento e na articulação entre concursos, sentindo o GAL a falta de instrumentos para se operacionalizar o DLBC. Com exceção do SI2E, só em Julho de 2020 são lançados os concursos "+CO3SO EMPREGO – URBANO", "+CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL" e "Projetos Inovadores e/ou Experimentais" PIEAS.

Desta forma, com exceção do emprego líquido e dos postos de trabalho através do apoio direto às microempresas e à criação de (auto) emprego - nada foi realizado em matéria clássica e fundamental no âmbito do FSE, nomeadamente no que se refere ao segundo objetivo específico, pondo em causa o trabalho proposto e as expetativas criadas junto da parceria, em particular do GAL e dos putativos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	O GAL não respondeu a esta questão

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

As TO lançadas permitem essencialmente concretizar o objetivo de Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial. Para o objetivo de Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa contribui apenas a TO projetos inovadores, e parcialmente a TO +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL que está de igual modo orientada para a criação de postos de trabalho por conta de outrem ou do próprio emprego.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas 4 tipologias de operação: SISTEMA DE INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO E AO EMPREGO (SI2E); Projetos Inovadores e/ou Experimentais; +CO3SO EMPREGO – URBANO; +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	O GAL não respondeu a esta questão

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 38 E 39:

Conforme mencionado na análise da coerência a EDL contratualizada já apresentava limitações ao nível dos indicadores de realização e de resultado, não correspondendo estes totalmente aos objetivos e medidas da EDL e do DLBC. Acresce que, no âmbito do DLBC Urbano, tirando a TO SI2E, as restantes TO tardaram a ser lançadas, o que aconteceu apenas em Julho de 2020.

Foram lançados concursos para 4 tipologias de operação: SISTEMA DE INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO E AO EMPREGO (SI2E); Projetos Inovadores e/ou Experimentais; +CO3SO EMPREGO – URBANO; +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL.

As TO lançadas permitem essencialmente concretizar o objetivo de Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial. Para o objetivo de Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa contribui apenas a TO projetos inovadores, e parcialmente a TO +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL que está de igual modo orientada para a criação de postos de trabalho por conta de outrem ou do próprio emprego. De salientar que para uma das ações previstas - combate ao insucesso e ao abandono escolar - não foi lançada qualquer TO e que as medidas capacitação para o empreendedorismo e dinamização de circuitos curtos de comercialização, as ações previstas nos avisos também parecem não corresponder a estas medidas.

EDL		Cobertura das medidas por avisos
Objetivos EDL/ DLBC	Medidas	Tipologias de operações e ações - Avisos
Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	a) Criação e desenvolvimento de empresas e ninhos de empresas	LISBOA-M8-2017-22 - SI2E LISBOA-40-2020-38 - +CO3SO EMPREGO – URBANO LISBOA-40-2020-37 - +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL
	b) Capacitação para o empreendedorismo	
	c) Dinamização de circuitos curtos de comercialização	
Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	a) Apoio a iniciativas inovadoras de âmbito social e cooperativo	LISBOA-40-2020-32 - Projetos Inovadores e/ou Experimentais
	b) Combate ao insucesso e ao abandono escolar	
	c) Promoção da cidadania ativa e das relações de convivência e de solidariedade local,	LISBOA-40-2020-32 - Projetos Inovadores e/ou Experimentais
	d) Inclusão ativa	LISBOA-40-2020-32 - Projetos Inovadores e/ou Experimentais LISBOA-40-2020-37 - +CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL
	e) Apoio a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário.	LISBOA-40-2020-32 - Projetos Inovadores e/ou Experimentais

O mesmo se aplica aos indicadores de realização e de resultado. Conforme mencionado, os indicadores contratualizados estão centrados no emprego – pessoas apoiadas e postos de trabalho, tendo-se perdido na fase de contratualização outros indicadores como – Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar ou Projetos de inovação e experimentação social apoiados.

Os indicadores das TO lançadas permitem concretizar os indicadores contratualizados, exceto no caso da TO Projetos Inovadores e/ou Experimentais, conforme se pode observar na tabela abaixo, cujos indicadores não irão contribuir para o alcance das metas definidas.

Contratualizado			Avisos	
Eixo/medida	Indicador realização	Indicador resultado	Indicadores realização avisos	Indicadores resultado avisos
Alíneas e), g), h), i), f) e d) da prioridade de investimento 9.10. do POR LISBOA 2020 (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Postos de trabalho criados	SI2E 9.6/9.10 - Postos de trabalho criados (Nº)	SI2E 9.6/9.10 - Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (%)
Alíneas f), c), d) e e) da prioridade de investimento	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego,	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que	SI2E 9.6/9.10 - Postos de trabalho criados (Nº)	SI2E 9.6/9.10 - Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (%)

Contratualizado			Avisos	
Eixo/medida	Indicador realização	Indicador resultado	Indicadores realização avisos	Indicadores resultado avisos
9vi do PORLISBOA 2020 (FSE)	incluindo autoemprego	permanece em 12 meses após o fim do apoio	+CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL/ +CO3SO EMPREGO - URBANO -O.09.06.01.P: Postos de trabalho criados Numérico	+CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL/ +CO3SO EMPREGO - URBANO - R.09.06.07.P Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio %
			Projetos Inovadores e/ou Experimentais - Nº de Instituições envolvidas na operação (O.09.06.06.P)	Projetos Inovadores e/ou Experimentais - Grau de satisfação das entidades envolvidas na operação (R.09.06.06.P)

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação mais positiva da metodologia de apuramento do mérito das operações, assim como dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações e periodicidade das reuniões do órgão de gestão. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente à carga burocrática.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i.
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	4	4	-	4
Critérios de seleção	3	3	-	3
Metodologia de apuramento do mérito	4	4	-	4
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	3	-	3
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	4	4	-	4
Carga burocrática	1	1	-	1
Interação com o SI FSE	-	-	-	-
Interação com o SI FEDER	3	3	-	3
Interação com o SI PDR/	3	3	-	3
Interação com o SI IFAP	-	-	-	-
Interação com outros SI	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise das candidaturas por parte do GAL têm sido cumpridos. Ver Quadro abaixo

Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Não se aplica uma vez que prazos de análise das candidaturas por parte do GAL têm sido cumpridos. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

O processo de análise e seleção de operações, na ótica do GAL ADREPES, não apresenta grandes dificuldades. Os procedimentos de análise e seleção estão bem definidos, bem como se encontra bem definido o papel dos atores que intervêm no processo. Contudo, foi salientado que existe uma excessiva carga burocrática no processo de candidatura, sendo que esta é igual independentemente da dimensão do projeto.

Ainda assim os prazos de análise das candidaturas por parte do GAL têm sido cumpridos.

Ainda no que diz respeito ao processo de análise e seleção recorda-se o que já foi mencionado quanto à delegação de competências, nomeadamente quanto ao processo duplicado de análise das operações, em que o GAL faz esta análise, e a AG procede igualmente à sua análise.

Apresenta-se, de seguida, os tempos médios de análise das candidaturas que incluem a análise do GAL ADREPES Urbano e a resposta do POR Lisboa.

Os tempos médios de análise das candidaturas variam muito consoante a tipologia de operação. Se no caso do +CO3SO o tempo médio ronda os 133 dias entre a submissão e a data de aprovação inicial, no caso da TO SI2E os tempos médios rondam os 343 dias (FSE) e 366 dias (FEDER).

Estes tempos médios elevados, de acordo com o GAL, terão contribuído para a desistência de projetos. No caso deste GAL, existiram 4 desistências e todas elas na TO SI2E (2 FSE, 2 FEDER).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**10**	**9**	**225**	**34**	**244**
0901	2	1	277	56	254
COESO	5	5	133	32	165
SI2E	3	3	343	30	373
09.10	**4**	**4**	**366**	**13**	**378**
SI2E	4	4	366	13	378
Total Geral	**14**	**13**	**265**	**28**	**285**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O processo de análise e seleção das operações – elaboração do parecer - é efetuado primeiramente pela ETL, sendo posteriormente validado pelo órgão de gestão, cuja composição (5 entidades) se manteve inalterada. Para o efeito são realizadas reuniões presenciais/on-line. Este tipo de envolvimento do órgão de gestão é visto como totalmente adequado.

Não são envolvidos outros parceiros/stakeholders neste processo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	A composição do órgão de gestão não foi alterada (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão (Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não são envolvidos outros parceiros/stakeholders neste processo. (Fonte: Inquérito aos GAL)

	Entidade
1	ADREPES
2	ICE
3	C SOCIAL QUINTA DO ANJO
4	CM Setúbal
5	ORSIFOR

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados globalmente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)**

Resposta a solicitações dos PO Financiadores	
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	
Realização de balanço com as AG	

	Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	ETL; Órgão de Gestão e parceiros do GAL (Conselho de parceiros) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	Realiza avaliação contínua Realizou avaliação Intercalar Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	Recursos do GAL e peritos (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 48, 49, 50, 51 e 52:

O Modelo de gestão, organização, acompanhamento e monitorização da EDL é assegurado pelo protocolo assinado pelos diversos parceiros que constituem o GAL ADREPES Urbano e pela estrutura aprovada pelo mesmo e pela AG do DLBC.

No que diz respeito à monitorização e avaliação do DLBC GAL ADREPES Urbano, foi definido um plano de monitorização e avaliação que é executado internamente pela ETL, com o apoio de um consultor externo para complemento e elaboração do relatório de avaliação intermédia 2018 e contempla diversos mecanismos de acompanhamento e avaliação que garantem a monitorização e reajustamentos da EDL: Resposta a solicitações dos PO Financiadores; Definição de indicadores de monitorização pelo GAL; Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; Realização de balanço com as AG; Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.

Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados		Atores envolvidos
Reuniões semanais da equipa técnica local	Análise de mapas de controlo da execução dos projetos e dos programas fruto das ações de acompanhamento técnico permanente.	Equipa técnica local
	Identificação de problemas e definição de estratégias para a sua resolução.	
	Monitorização dos indicadores e dos resultados da EDL.	
Reuniões mensais do órgão de gestão	Acompanhamento e decisão sobre a execução dos projetos e dos programas.	Órgão de gestão
	Análise e validação do relatório de atividades.	
	Decisões sobre os desvios da EDL.	
Reuniões anuais do conselho de parceiros	Análise e aprovação do relatório de atividades.	Conselho de parceiros
	Análise dos desvios e decisão sobre a necessidade de reformular os objetivos e os resultados da EDL	
Mapas de controlo semanais da execução física e financeira dos projetos e da EDL, identificando os principais problemas e constrangimentos, definindo estratégias para a sua resolução.		Equipa técnica local
Relatórios mensais e anuais		Equipa técnica local
Sempre que necessário são realizadas reuniões com o Conselho Consultivo sobre assuntos e aspetos relacionadas com os objetivos de áreas específicas da EDL		

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Do ponto de vista da ADREPES os constrangimentos a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos não se prendem com a diversidade ou complexidade das tipologias de intervenções, nem com a qualidade dos indicadores ou dificuldade de

obtenção de informação sobre os mesmos. Os constrangimentos encontram-se associados à inicial falta de partilha de informação por parte da AG e à necessidade de mais orientações.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Ausência de orientações do PO financiadores

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

A animação territorial, a par da monitorização, é indicada como a medida de gestão que permite melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Animação territorial. (Fonte: Entrevista aos GAL)

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram implementados mecanismos de revisão e ajustamento da EDL, contudo foi efetuada uma revisão e ajustamento da EDL/DLBC, um exercício proposto pelo próprio GAL, tendo em conta o nível de execução do DLBC urbano. Foi efetuada uma transferência de orçamento entre DLBC para melhorar o desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL reviu e ajustou a EDL/DLBC, transferindo orçamento entre DLBC. Estas alterações contribuíram para melhorar o desempenho físico e financeiro (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Não existe uma estratégia de comunicação mas, no entanto, têm sido organizadas diversas sessões de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos junto dos potenciais beneficiários e população.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Não</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>66</td><td>132</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>14</td><td>700</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>2</td><td>100</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>4</td><td>1990</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td></td><td></td><td>6</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>2</td><td>80</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>1</td><td>4</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>2</td><td>3.000</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>0</td><td>N/A</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)6</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>Não houve processos de auscultação.</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

Destacam-se a promoção de Reuniões/encontros com parceiros; a realização de sessões de esclarecimento e de sessões de divulgação e sensibilização. Por outro lado, a criação de produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora e a organização de Feiras, festas temáticas e mostras de produtos locais, pelo número de participantes que conseguem alcançar. A adesão a estas diversas iniciativas foi considerada muito forte, com exceção das Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento e das Reuniões, seminários, workshops públicos, que tiveram alguma adesão.

Não foram realizados processo de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EDL/DLBC, nem foram auscultados os beneficiários dos projetos.

De acordo com o relatório de avaliação intercalar "ao contrário do que aconteceu nos outros DLBC (Costeiro e rural) não foi possível encetar quaisquer contactos com os promotores, contrariando a abordagem LEADER. A lógica do programa impede o contacto presencial com os beneficiários, sujeitos à submissão direta na plataforma sem o acompanhamento e/ou orientação da ETL, tendo como consequência um desconhecimento total da ideia e proposta do projeto, por parte do GAL e o seu possível enquadramento numa estratégia territorial e inibindo o conhecimento do promotor e da equipa o que dificulta a comunicação fora do contexto da operação".

DLBC13.Identificação de boas práticas

O GAL salientou que o modelo de funcionamento do GAL assente na animação territorial, partilha de conhecimento e de Boas Práticas é em si a Boa prática.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Partilha de conhecimentos (Fonte: Entrevista)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

A adesão às tipologias de operação +CO3SO empreendedorismo social e projetos inovadores foi, no primeiro caso, muito fraca, e no segundo fraca, registando-se uma adesão forte aos +CO3SO Emprego Urbano e ao SI2E. A taxa de projetos aprovados ronda os 40%, valor considerado inferior ao normal. O não cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos e, de um modo geral a má instrução das candidaturas, são os principais motivos de reprovação das candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 35 candidaturas com um custo de 3.010.223,85 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>5</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>5</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
A crise económica é apontada como maior condicionante da adesão.</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Outros. Quais? Má instrução das candidaturas</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td>X</td></tr>
</table>
(Fonte: Entrevista)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas	Custo total apresentado
	Nº	€
09.06	**24**	**2.066.390,71**
0901	3	295.326,42

COESO	12	1.450.607,20
SI2E	9	320.457,09
09.10	**11**	**943.833,14**
SI2E	11	943.833,14
Total Geral	**35**	**3.010.223,85**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	0901	COESO	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**9**	2	5	2	**4**	4	**13**
2.Não admitida				5	**5**	5	**5**
3.Não aprovada	**12**	1	6				**12**
5.Desistida /rescindida/revogada	**2**			2	**2**	2	**4**
6.Submetida/admitida	**1**		1				**1**
7. Total	**24**	3	12	9	**11**	11	**35**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	91,3	100,0	100,0	22,2	36,4	36,4	73,5
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	39,1	66,7	45,5	22,2	36,4	36,4	38,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	52,2	33,3	54,5	55,6	45,5	45,5	50,0
Taxa de desistência (5)/(7-6)	8,7	0,0	0,0	22,2	18,2	18,2	11,8

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Foram submetidos 9 projetos SI2E FSE; 11 projetos +CO3SO Emprego Urbano e 1 +CO3SO empreendedorismo social, 3 projetos inovadores e 11 SI2E FEDER, num total de 35 candidaturas.

A adesão às tipologias de operação +CO3SO empreendedorismo social e projetos inovadores foi, no primeiro caso, muito fraca, e no segundo fraca, registando-se uma adesão forte aos +CO3SO Emprego Urbano e ao SI2E.

A crise económica foi apontada enquanto uma das principais causas desta fraca adesão. Por outro lado, foram apontados, quer em entrevista, quer no relatório de avaliação intercalar, outros fatores que terão condicionado a adesão: a desmobilização dos parceiros, face ao lançamento tardio de tipologias de operações que poderiam abranger os seus projetos; a carga burocrática; critérios de elegibilidade dos promotores e operações, bem como condicionantes associadas à adequação das TO ao público-alvo e território de intervenção – nos territórios urbanos desfavorecidos este tipo de medidas devia ser precedido de outras iniciativas de sensibilização e formação e deveria ter outro tipo de apoio financeiro:

"(…) trabalhar com uma população critica, carenciada, que prefere trabalhar de forma ilegal, em termos empresarias. Nestes bairros, penso que deveremos fazer primeiro um outro tipo de trabalho de suporte, para que as pessoas percebam as mais-valias de estarem licenciadas, do ponto de vista fiscal, e legais para o exercício da sua atividade. A população destes bairros não viu mais – valia em se candidatar ao financiamento. Para além de 50% de capitais próprios para suportar a comparticipação privada do investimento existe o problema da burocracia inerente ao processo da candidatura." Relatório de Avaliação Intercalar ADREPES Urbano

Das 35 candidaturas apresentadas, 1 encontra-se em estado de submissão, 17 não foram admitidas/aprovadas e 4 desistiram ou rescindiram/revogaram. O número de candidaturas não admitidas/não aprovadas é considerado superior ao normal. O não cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos e, de um modo geral a má instrução das candidaturas, são os principais motivos de reprovação das candidaturas. De acordo com a entrevista realizada a possibilidade

de serem apresentadas candidaturas ao SI2E diretamente na plataforma, sem a participação e apoio do GAL, também poderá ter ajudado a haver mais candidaturas reprovadas, pela falta de conhecimento da própria estratégia.

A pouca procura e as taxas de reprovação podem significar que as TO não seriam as mais adequadas e/ou que existe uma deficiente divulgação, sensibilização e capacitação/apoio dos atores pré e durante a fase de candidatura.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso e execução encontram-se aquém do que seria expectável. A taxa de compromisso é de 43% e a taxa de execução financeira de 13%. A baixa execução ocorre principalmente ao nível das TO e montante contratualizado FSE.

O tardio lançamento das TO, com exceção do SI2E, a fraca procura de algumas das TO, associada a uma desadequação do desenho de algumas TO face ao público-alvo e território (baixa taxa de comparticipação, obrigatoriedade do desenvolvimento dos projetos em zonas desfavorecidas, em que a formalização dos negócios implica ações de formação e sensibilização à priori), são apontadas como as principais causas para estes desvios.

"Estes resultados demonstram claramente a dificuldade de execução de um sistema desenhado fora do contexto da realidade local, pouco flexível e com dificuldade aos beneficiários diretos – população proveniente de bairros desfavorecidos, tradicionalmente com fracas habilitações e poucas competências pessoais, sociais e profissionais, revelando a dificuldade de entender e trabalhar com um sistema pouco flexível, assente na internet, e com pouca abertura para a intervenção da ETL em termos de acompanhamento e monitorização, contrariamente ao previsto enquanto DLBC." (Relatório de avaliação intercalar)

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**O Gal Não respondeu a esta questão**
Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 existiam 3 operações concluídas financiadas pelo PO Regional. Quanto às operações em execução, cuja data efetiva de conclusão é igual ou inferior a 30 de set de 2021, registavam nesta data, um atraso médio de 647 dias.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 existiam 3 operações concluídas financiadas pelo PO Regional.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	O GAL não respondeu a esta questão

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)

		execução; Concluídas					
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	753.725,57 €	9	386.199,63	16.895,45	51,2	2,2	4,4
0901	N.d.	2	99.957	0	-	-	0,0
COESO	N.d.	5	277.051	14.281	-	-	5,2
SI2E	N.d.	2	9.192	2.615	-	-	28,4
09.10	540.157,76 €	4	169.894	149.835	31,5	27,7	88,2
SI2E	**540.157,76 €**	4	169.894	149.835	31,5	27,7	88,2
Total Geral	**1.293.883**	**13**	**556.093**	**166.730**	**43,0**	**12,9**	**30,0**

N.d. não disponível; RT Regime de Transição
Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As metas definidas para 2018, de acordo com os dados obtidos em 2020, já foram cumpridas, contudo o GAL manifesta algumas reservas quanto à capacidade de vir a cumprir as metas de 2023, principalmente ao nível dos indicadores de realização tanto do FSE como do FEDER.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)</td><td>As metas foram cumpridas.
Ver Quadro abaixo</td></tr>
<tr><td>Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas</td><td><table><tr><td>Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI</td><td></td></tr><tr><td>Fraca adesão dos beneficiários</td><td></td></tr><tr><td>Dificuldades de execução por parte dos beneficiários</td><td></td></tr><tr><td>Outros. Quais? _____</td><td></td></tr></table>Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI</td><td>Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)<table><tr><td>8.8/8a</td><td>3</td></tr><tr><td>8.3/8iii</td><td>3</td></tr><tr><td>10.1/10.i</td><td></td></tr><tr><td>9.1/9i.</td><td>3</td></tr></table>(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência</td><td>No POR Lisboa não houve esta reserva de eficiência.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)</td><td>Existem diversos indicadores presentes na EDL Global (nº de ações de formação; nº de iniciativas apoiadas; Diminuição do insucesso e abandono escolar; Aumento de CCC implementados; Respostas sociais apoiadas e indicadores do Aviso dos projetos inovadores que não constam da constratualização</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

Eixo/ Medida	Indicadores		Meta 2018	Meta 2023	Valor previsto projetos apoiados no final de 2018	Grau de cumprimento 2018	Capacidade para vir a cumprir as metas definidas para 2023
9.6 (FSE)	**Indicador de Realização**	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	8	34	18	Cumpriu	
	Indicador de Resultado	**(%)** Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40	50	50%	Cumpriu	
9.10 (FEDER)	**Indicador de Realização**	Empresas que beneficiam de apoio	4	17	4	Cumpriu	
	Indicador de Resultado	Postos de trabalho criados	0	0	-	-	-

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia; Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.

"Na segunda metade de vigência do programa (até 2022) será necessário executar cerca de 78% do investimento global do envelope financeiro e concorrer para a criação de mais 13 microempresas e 27 postos de trabalho, matéria que, nesta avaliação intercalar, aparenta elevada dificuldade considerando a fraca adesão ao sistema e à sua lógica de implementação, muito longe da abordagem LEADER própria do DLBC." (Relatório de avaliação intercalar)

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Das operações apoiadas, as que mais se encontravam enquadradas com os objetivos da EDL e consequentemente poderiam contribuir para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território seriam essencialmente as operações relacionadas com a promoção do empreendedorismo social e inclusão ativa, operações essas apenas recentemente lançadas. As operações enquadradas nos objetivos de fomento do empreendedorismo, criação de empresas e competitividade empresarial, e no objetivo de apoio ao funcionamento e o trabalho em rede teriam um contributo moderado.

Neste sentido, a entidade gestora considera que dificilmente se irão cumprir todos os objetivos da EDL, nomeadamente os objetivos ao nível do desenvolvimento e inclusão social, uma vez que toda a programação, indicadores e metas contratualizas encontram-se muito focados na criação de postos de trabalho líquidos, desajustados duma dimensão integrada do território, mesmo ao nível do empreendedorismo.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	

Objetivos Estratégicos DLBC	1-Nulo a 6- Elevado
Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	4
Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	6
Apoiar o funcionamento e o trabalho em rede	4

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

EDL			Cobertura das medidas por avisos
Objetivos EDL/ DLBC	Medidas	Contributo	Tipologias de operações e ações - Avisos
Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	a) Criação e desenvolvimento de empresas e ninhos de empresas		4projetos FEDER e 2 FSE - SI2E 6 projetos +CO3SO (incluindo 1 COESO Empreendedorismo social)
	b) Capacitação para o empreendedorismo		
	c) Dinamização de circuitos curtos de comercialização		
Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	a) Apoio a iniciativas inovadoras de âmbito social e cooperativo		2 Projetos Inovadores e/ou Experimentais (LISBOA-40-2020-32)
	b) Combate ao insucesso e ao abandono escolar		
	c) Promoção da cidadania ativa e das relações de convivência e de solidariedade local,		2 Projetos Inovadores e/ou Experimentais (LISBOA-40-2020-32)
	d) Inclusão ativa		2 Projetos Inovadores e/ou Experimentais (LISBOA-40-2020-32) 1 projeto +CO3SO EMPREGO – Empreendedorismo Social (LISBOA-40-2020-37)
	e) Apoio a espaços e equipamentos destinados ao desenvolvimento comunitário.		2 Projetos Inovadores e/ou Experimentais (LISBOA-40-2020-32)

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo faco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

De acordo com a entidade gestora do GAL, o DLBC contribuiu fortemente para um conjunto de domínios, destacando-se: a densidade e qualidade das interações entre os parceiros e entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território; a capacidade para gerir vários fundos; a relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território; a qualidade dos projetos apoiados e a sustentabilidade dos projetos apoiados. Por outro lado, o contributo do DLBC para a inovação dos projetos foi fraco e muito modesto para um conjunto de domínios relacionados com o desenvolvimento de práticas inovadoras de governação, a coordenação entre os diferentes níveis de governação, o trabalho em rede/colaboração no território, e a capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns e de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação. Essencialmente domínios associados à animação territorial que no atual quadro se encontra condicionada e limitada, dada a ausência de recursos (económicos, de tempo, etc.) e que no contexto do DLBC Urbano, dado o peso e as características da TO SI2E, mais condicionada ficou.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	**Valorização do capital social e humano dos territórios**	
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	6
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	6

Capacidade para gerir vários fundos	6	
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6	
Qualidade dos projetos apoiados	6	
Sustentabilidade dos projetos apoiados	6	
Cooperação com outros territórios	5	
Mobilização da comunidade local comunidade local	5	
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5	
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5	
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5	
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	4	
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	4	
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3	
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3	
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	3	
Trabalho em rede/colaboração no território	3	
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	3	
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	3	
Inovação dos projetos apoiados	2	
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)		
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território		
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território		
Reforço da governança local		
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local		
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)		
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros		
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL		
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores		
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento		
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados		
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas		

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 76:

" Apesar da sua inspiração na antiga iniciativa comunitária (QCAI), o DLBC é a ultima linha de um programa que tem vindo a perder ao longo dos diversos quadros comunitários a autonomia territorial para se transformar num programa de "gabinete", burocrático, que segue um modelo mainstreaming aplicado a todo o território desadequado à realidade local e sem respeito pela estratégia definida. De facto, apesar da estratégia aprovada – e da sua pertinência e coesão – o DLBC não apoio o cumprimento de todos os objetivos e não permite – quer em termos humanos e técnicos quer em termos físicos e financeiros – a aplicação da metodologia LEADER, principalmente em temos da tomada de decisão, animação, cooperação, subsidiariedade e solidariedade, o que resulta num programa alheado da governação local. No caso específico do DLBC Urbano, como já

referido, embora enquadrado na lógica das ações integradas de desenvolvimento territorial (AIDT) conforme previsto no Acordo de Parceria PORTUGAL2020, a sua "transformação" em ainda SI2E ainda tornou mais difícil a aplicação da metodologia LEADER." (rel. Avaliação intercalar)

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

A articulação dos projetos foi definida no desenho da EDL, no sentido de se promover o enquadramento ao nível da EIDT e de outras estratégias/documentos de programação a nível regional, nacional e europeu. Ao nível da execução, não foi promovida a articulação do DLBC com outros instrumentos de financiamento, nem com outras fontes de financiamento. Foi desenhado no contexto do PT2020 e das estratégias de desenvolvimento local, para ser financiado pelo PT2020, tendo sido manifestado pela entidade gestora a inexistência de outras fontes de financiamento passíveis de serem mobilizadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT</td><td>
<table>
<tr><td>Não</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Sim, exclusivamente do PT2020</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento</td><td>-</td></tr>
</table>
O DLBC foi desenhado no contexto do PT2020 e das estratégias de desenvolvimento local, para ser financiado pelo PT2020.
</td></tr>
</table>

Ficha de Avaliação

GAL "ENVOL20 ALMADA – Santa Casa da Misericórdia de Almada

Entidade Gestora: Santa Casa da Misericórdia de Almada

Território de intervenção: União de Freguesias Caparica e Trafaria e União de Freguesias Laranjeiro e Feijó do Concelho de Almada; NUTSIII.

População e área: De acordo com os censos de 2011 (últimos dados disponibilizados pelo INE), Almada, localizada na Península de Setúbal e integrada na área metropolitana de Lisboa, tem uma área de 71 Km2 e registava uma população residente de 174 030 indivíduos, sendo 47,4% do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino. Laranjeiro, Caparica e Feijó são territórios com uma elevada densidade populacional, representando, respetivamente, 12,1%, 11,8% e 10,9% da população total do concelho. No contrário, a Trafaria tem uma menor densidade populacional, representando 3,3% da população do Concelho.

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL contratualizada encontra-se alinhada com a EDL global e as prioridades e investimento contempladas são consideradas como muito adequadas, com exceção da PI Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE).

Contudo, existem objetivos da EDL que não foram integrados na EDL contratualizada/DLBC. O DLBC Envolv20 Almada ficou centrado em 2 Eixos/medidas - Apoio ao Empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego e Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria, que se enquadram em apenas 1 dos objetivos da EDL. Os objetivos relacionados com o trabalho colaborativo com atores locais e capacitação da comunidade não foram contratualizados mas o GAL têm continuado a trabalhar os mesmos, numa lógica de promoção de sinergias entre objetivos e de alavancagem dos resultados, estimulando assim a capacidade de criação de postos de trabalho.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	Trabalho colaborativo com atores locais Capacitação da comunidade
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 6 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 6 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 3 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): N/A (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL 1ª fase, eixos e medidas contratualizados

Objetivos EDL 1ª fase	Eixos/Medidas	Eixos e medidas contratualizados
Promover o desenvolvimento local através da consolidação de uma intervenção em rede e implementação de estratégias concertadas com os diferentes atores, nos domínios da educação, formação e empregabilidade	- Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil	
Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital	- Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	- Apoio ao Empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria

Objetivos EDL 1ª fase	Eixos/Medidas	Eixos e medidas contratualizados
humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território	- Apoio ao Empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria - Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego
Promover a inserção social, combatendo as causas que estão na base dos fenómenos de exclusão social nos territórios mais vulneráveis do Concelho, através de processos de capacitação, participação e de criação de respostas nas áreas da educação, formação e empregabilidade	- Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados; - Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; - Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; - Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes.	

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase; contrato; Relatório de avaliação Intercalar.

De acordo com o GAL a candidatura passou por várias fases de negociação, o que conduziu a uma "significativa restrição das tipologias de ação a desenvolver, dos indicadores a alcançar e do valor do apoio a financiar, face ao proposto pelo GAL na conceção da EDL" (Re. Av intercalar). Se inicialmente a candidatura abrangia 6 Tipologias de Ação do Fundo FSE, e 2 Tipologias de Ação do Fundo FEDER, foi aprovado e contratualizado 1 Tipologia de Ação do Fundo FSE e 1 Tipologia de Ação do Fundo FEDER, ambas relacionadas com o Empreendedorismo, a Criação de Emprego e de Autoemprego, contribuindo para apenas um dos objetivos da EDL – objetivo 2 Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de 64% FEDER e 32% FSE, face ao apresentado em sede de candidatura (versão 6), sendo considerado pelo GAL que a redução dos valores e dos indicadores contratualizados ficou aquém do que consideravam ser as necessidades do território e que as TI 8.8/8ª e 8.3/8iii foram subfinanciadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)	Ver Quadro abaixo
Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado	**Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades)** 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 2 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 1 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 1

	10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE) — Na (Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	As TI contratualizadas encontram-se cobertas por indicadores e metas. As TI da EDL não contratualizadas não estão cobertas.
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Os indicadores e metas são adequados às tipologias de intervenção contratualizadas. Existem no entanto tipologias de operação que foram operacionalizadas e cujos indicadores não se encontram alinhados com os indicadores e metas contratualizados – TO 791 - Projetos Inovadores e/ou Experimentais: indicador de Realização – Nº de Instituições envolvidas na operação; Indicador de Resultado – Grau de satisfação das entidades envolvidas na operação.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

Informação de Detalhe – Indicadores 3 e 4:

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

PI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratualizado (%) (1-2)/2*100	Variação Contratualizado Atual (%) (1-3)/3*100
09.10	550 000.00€	200 000,00€	200 000,00€	-63,64 €	-63,64 €
09.06	1 000 000.00€	677 760,89€	677 760,89€	-32,22 €	-32,22 €

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Os dados financeiros apresentados reportam-se à versão 6 da candidatura 2ª fase. De acordo com o GAL o valor inicial do apoio solicitado era ainda superior – total de 3.508.394,00€ (3.018.394,00€ FSE e 490.000,00€ FEDER). A redefinição das tipologias de ação a desenvolver e dos indicadores foi acompanhada da redução do apoio financeiro que, na perspetiva do GAL é considerado insuficiente, precisamente nas tipologias de intervenção que foram contratualizadas.

Informação de Detalhe – Indicadores 5, 6 E 7:

Alinhamento objetivos, medidas e principais resultados a atingir

Objetivos EDL	Eixos/Medidas EDL	Indicadores EDL	Eixos /medidas contratualizados	Indicadores contratualizados
Promover o desenvolvimento local através da consolidação de uma intervenção em rede e implementação de estratégias concertadas com os diferentes atores, nos domínios da educação, formação e empregabilidade	- Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil	Realização- projetos de inovação e experimentação social apoiados. Resultado -% de escolas que apresentam e executam projetos de inovação e experimentação social.		

Objetivos EDL	Eixos/Medidas EDL	Indicadores EDL	Eixos /medidas contratualizados	Indicadores contratualizados
Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território	- Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis **- Apoio ao Empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria** **- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego**	Realização -Pessoas apoiadas- criação de emprego incluindo autoemprego. Resultado – Pessoas apoiadas- no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio. Realização- Empresas que beneficiam de apoio. Resultado – Postos de trabalho criados; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado.	Apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria (FSE) Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego (FEDER)	09.06 FSE Realização – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego Resultados – (%) Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanece em 12 meses após o fim do apoio 09.10 FEDER Realização – Empresas que beneficiam de apoio Resultado – Postos de trabalho criados
Promover a inserção social, combatendo as causas que estão na base dos fenómenos de exclusão social nos territórios mais vulneráveis do Concelho, através de processos de capacitação, participação e de criação de respostas nas áreas da educação, formação e empregabilidade	- Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados; - Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; - Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; - Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes.	Realização -Projetos de inovação e experimentação social apoiados. Resultado – Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado. Realização -Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar. Resultado – Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado. Realização -Empresas que beneficiam de apoio. Resultado – Postos de trabalho criados; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado; espaços em utilização face às operações		

(Fonte: EDL, Contrato para a Gestão da Estratégia.)

Os indicadores e metas contratualizados encontram-se alinhados com as tipologias de intervenção contratualizadas. Contudo, conforme mencionado anteriormente, os indicadores contratualizados não permitem responder a todos os objetivos da EDL, nomeadamente objetivos 1 e 3.

Indicadores e metas

PI	Indicador de Realização			Indicador de Resultado		
	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023
09.10	Empresas que beneficiam de apoio	0	0	Postos de trabalho criados	0	0
09.06	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	28	56	(%) Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanece em 12 meses após o fim do apoio	40	50

(Fonte: Contrato para a Gestão da Estratégia.)

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O desenho da candidatura assegura o alinhamento com as orientações estratégicas nacionais, regionais e setoriais, e apresenta as sinergias e articulação com diversos instrumentos e políticas públicas, nomeadamente: o Programa Nacional de Reformas, Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, Acordo de Parceria, POR Lisboa, EIDT, DLBC Costeiro, CLDS e PDS Almada. Ao longo da implementação, diversas iniciativas foram desenvolvidas para garantir a complementaridade.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS, Gabinete de Inserção Profissional - GIP, Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Ainda sobre a articulação o GAL menciona que as políticas para o território deveriam estar mais articuladas e deveria existir um elemento centralizador que pudesse conjugar e articular as diversas iniciativas, à semelhança da rede social. Aquando do desenho da EDL existiu um esforço de identificação e conhecimento dos diversos instrumentos que existem no terreno, para evitar sobreposições. Contudo, como o processo de reconhecimento e o arranque do DLBC demorou muito tempo – de 2015 a 2017 (lançamento do primeiro aviso) – surgiram novas iniciativas no território, com um âmbito de atuação semelhante, como os CDLS, pelo que o GAL desenvolveu um conjunto de iniciativas em articulação com vários parceiros, públicos e privados, de diferentes níveis regionais, para promover a complementaridade: Sessão Pública (Empreendedorismo, Emprego e Participação em Territórios Vulneráveis); Mostra do Tecido Social e Económico (Emprego, Empreendedorismo e Desenvolvimento Local), realização de workshops com os técnicos do GIP e dos CLDS, ao nível da empregabilidade.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

Os resultados do modelo de aprovação/negociação foram, na perspetiva do GAL, negativos quer ao nível da relevância e da coerência – restringindo as tipologias de ação a desenvolver e indicadores a alcançar, não cobrindo todos os objetivos da EDL -, quer ao nível da capacidade de execução, com a redução do apoio financeiro. Em entrevista, foi ainda mencionado que este processo foi moroso e de alguma forma complicado e desequilibrado em termos de poder, tendo passado por várias fases de negociação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Transparência do processo de seleção dos GAL: 5 Simplificação do processo de seleção: 5 Criação de novas parcerias nos territórios: 5 Envolvimento dos parceiros na EDL: 5 Celeridade do processo de seleção: 4 Aumento da qualidade das EDL: 3 Relevância do instrumento para a estratégia: 2 Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território: 2 Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos: 2 Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL: 1 Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	Não foram identificados.
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 1 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 1 Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 1 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 1 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 1 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 1 Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 2 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 2 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 2 Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é constituído por 25 parceiros do setor público, privado e da economia social, tendo-se tido a preocupação de envolver na parceria entidades com experiência de intervenção quer nas dimensões de intervenção da EDL (emprego, empreendedorismo, educação, formação, participação, inclusão socia), quer junto da comunidade e dos territórios da área de intervenção da EDL.

Os parceiros foram corresponsáveis pela conceção da EDL, nomeadamente pela definição da visão, objetivos, ações e metas. Para tal foram organizados vários encontros de reflexão, diálogo e definição da estratégia comum que permitiram identificar os atores e projetos estratégicos/prioritários para o território, alargando o âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação).

As agências públicas não participaram neste processo.

Outros atores locais participaram na definição da EDL, incluindo as escolas e a polução local.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>4</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Outras. Quais? ESCOLAS</td><td>4</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Forma de envolvimento</th><th>Avaliação da participação</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sessões Públicas de debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sessões Públicas de debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões Públicas de debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões Públicas de debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Outras. Quais? **ESCOLAS** | Sessões Públicas de debate, Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho | Substantiva
Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação) Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia
Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).	Entidade SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALMADA MUNICÍPIO DE ALMADA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI) CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (CPME) UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA Agrupamento de Escolas da Caparica Agrupamento de Escolas da Trafaria Agrupamento de Escolas Professor Ruy Luís Gomes União de Freguesias de Caparica e Trafaria União de Freguesias Laranjeiro-Feijó LifeShaker Associação Associação Acessível Êxito José Luís Soares Ferreira Associação Portuguesa de Pais e Amigos Do cidadão Deficiente Mental Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro Centro Social Paroquial de Cristo Rei Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina Agrupamento de Escolas Francisco Simões Centro Comunitário Laranjeiro-Feijó Centro Formação de Escolas do Concelho de Almada - AlmadaForma Centro Qualifica - Escola Secundária Cacilhas tejo Instituto Superior Piaget Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta Fonte: GAL
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Todos os parceiros do GAL participaram na conceção da EDL.
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	A Autarquia estabeleceu o 1º contacto via email.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

A participação dos stakeholders/parceiros oscilou muito, desde uma participação muito ativa na fase de conceção da EDL, a uma certa desmobilização dos parceiros na fase inicial de arranque do DLBC, a uma participação novamente mais ativa, após um conjunto de ações que o GAL começa a desenvolver para reforçar a parceria e animar o território. A participação dos stakeholders traz um conjunto de benefícios para o território e para a própria parceria e parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Escolas</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>Racionalização de recursos,
Continuidade de intervenções,
Muldimensionalidade das intervenções,
Complementariedade de intervenções,
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados
Construção de parcerias,
Alargar o âmbito de atuação</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

O GAL menciona que a participação dos stakeholders/parceiros oscilou muito – desde uma participação muito ativa na fase de conceção da EDL, a uma certa desmobilização dos parceiros na fase inicial de arranque do DLBC, quando se aperceberam que o DLBC estava essencialmente orientado para investir nas empresas, em postos de trabalho, e os parceiros sentem que ficam sem um papel ativo, a uma participação novamente mais ativa, após um conjunto de ações que o GAL começa a desenvolver para reforçar a parceria e animar o território.

Os parceiros e outros atores locais têm articulado no sentido de identificarem e co construírem respostas e de otimizarem recursos. De acordo com a entrevista e o relatório de avaliação intercalar este trabalho do GAL tem assentado em: (1) Partilha de conhecimento técnico/experiência de intervenção; (2) Cedência de recursos físicos e humanos; (3) Identificação/ Encaminhamento do público-alvo; (4) Sinergias /Rede de Contactos - Escolas/IPSS/Tecido Económico/Organismos públicos.

O envolvimento e articulação dos atores teve como resultados, não só os identificados em sede de questionário - Racionalização de recursos, Continuidade de intervenções, Muldimensionalidade das intervenções, Complementaridade de intervenções, Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados, Construção de parcerias e o Alargar o âmbito de atuação – mas também: Maior conhecimento do contexto social e económico dos territórios, pelos atores locais; (2) (Maior) proximidade entre os atores locais e entre estes e a comunidade; e a Criação de novas, ou mais, respostas e estratégias colaborativas.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

As competências delegadas são avaliadas como muito positivas, considerando-se que os contributos do modelo são promover a articulação e proximidade. No entanto, o GAL considera que as competências delegadas têm um contributo negativo para a simplificação administrativa, para a redução da carga administrativa e para a celeridade de procedimentos. É ainda salientado que, como não têm um estatuto de OI, acabam por ter um papel pouco claro e fragmentado, não acompanhando todo o processo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	NA
	Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	NA
	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos	NA
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	NA
	Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	NA
	Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	NA

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><td>Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria</td><td>NA</td></tr>
<tr><td>Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação</td><td>NA</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Contributo negativo</th><th>Neutro</th><th>Positivo</th></tr>
<tr><td>Simplificação administrativa</td><td>x</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Redução da carga administrativa</td><td>x</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Celeridade de procedimentos</td><td>x</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Proximidade aos beneficiários</td><td></td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Capacidade de ajustamento às necessidades do território</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Resultados atingidos</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Alcance das metas definidas</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários</td><td></td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Monitorização de resultados</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Resposta a necessidades do território</td><td></td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Outras. Quais? _____</td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas</td><td>Definir o calendário de abertura dos AAC,
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação</td></tr>
</table>

Informação de Detalhe – Indicadores 20, 21 e 22:

As competências delegadas no GAL não permitem o pleno acompanhamento dos projetos. Participam no processo de avaliação das candidaturas e nos pedidos de alteração, mas não têm informação sobre os pedidos de reembolso. De acordo com o GAL, era importante poderem acompanhar todo o circuito do projeto, pelo que seria importante que a informação passada aos beneficiários fosse de igual modo passada aos GAL, isto é, com o seu conhecimento.

O que é valorizado na parte da delegação de competências acaba por ser resultado da estratégia e dos mecanismos que o GAL desenhou para o acompanhamento dos projetos, sem que tenham sido delegadas funções concretas a este nível, nomeadamente a relação de proximidade com os (potenciais) promotores dos projetos, que se consegue porque o GAL acompanha todo o processo, desde a exploração da ideia e sua adequação às medidas, à efetiva execução do projeto, quando é aprovado, e a promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários, promovendo o GAL o contacto dos beneficiários com outras respostas, apoios, serviços, recursos. Este acompanhamento próximo tem efeitos positivos tanto na fase de candidatura – motivando os potenciais promotores a se candidatarem, simplificando o processo na ótica do apoio à compreensão da linguagem, procedimentos e documentação necessária, como na fase de execução.

Neste sentido, consideram que a AG deveria aproveitar mais os GAL, aproveitar esta proximidade ao terreno, inclusive para passar informação aos beneficiários, visto que a própria equipa da AG é pequena.

Adicionalmente consideram que existe uma certa duplicação do trabalho, em que, na fase de candidatura, o GAL analisa tudo, incluindo a documentação, e depois a AG valida os mesmos documentos.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

De acordo com a informação obtida, incluindo o relatório de avaliação intercalar, a articulação com a Autoridade de Gestão consistiu na articulação com secretariado técnico, por via de reuniões de trabalho, email, e contacto telefónico e na capacitação da Equipa Técnica (Medida SI2E/PorLisboa/SIFSE).

O GAL mencionou que sente alguma falta de apoio ao nível de esclarecimentos e de orientações por parte da AG, e que deveriam existir canais de comunicação que permitam obter resposta/esclarecimento de dúvidas céleres, tendo a articulação melhorado ao longo do tempo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	Mecanismos de articulação com o POR: • Ligação com um ponto focal
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Ligação com um ponto focal: 3 Outros. Quais? **Canais de comunicação que permitam obter resposta/esclarecimento de dúvidas céleres**: 2 Reuniões periódicas: 1 Emissão de pareceres: 1 Reuniões de coordenação: 1 (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira afetas às atividades de gestão não é adequada e que o processo de financiamento da equipa técnica também não é o mais adequado, tendo sido necessário, após a formalização do contrato, fazer duas candidaturas (Animação da EDL do Envol20 Almada DLBC Urbano (Operação FEDER) LISBOA-06-4740-FSE-000004 e Gestão de Execução da EDL do Envol20 Almada DLBC Urbano (Operação FSE) LISBOA09-6177-FEDER-000022) com timings diferentes para se financiar a mesma estrutura.

A equipa técnica do GAL é constituída por 1 Coordenador (Técnico Social. Afeto 100% ao projeto), 1 Técnico de Gestão (afeto 100% ao projeto) e 1 Contabilista Certificado (afeto 11% ao projeto). (Relatório de avaliação intercalar)

A equipa Técnica é considerada "reduzida para executar, em simultâneo, funções de Organismo Intermédio (apoio dos processos de candidaturas, avaliação e acompanhamento dos promotores e projetos) e funções de Estrutura Local de Proximidade (animação territorial/mobilização dos atores locais, comunidade e territórios; planeamento/ implementação/ avaliação de (novas) respostas em prol dos territórios e comunidade)." (Relatório de avaliação intercalar)

O GAL considera que as competências dos elementos da equipa são adequadas, identificando algumas necessidades/problemas ao nível da equipa, que se prendem com alguma insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL, tendo sido mencionada a necessidade de ação de capacitação em aspetos que a equipa não dominava como a análise dos projetos, e a excessiva polivalência dos técnicos, associada ao conjunto de ações que têm de dinamizar, desde a análise de candidaturas, à animação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	50.000,00€ (FEDER) 88.957,85€ (FSE) 15,83%
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	0,63% no ano de 2020
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 1 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Internos – 3 Externos – 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 4 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	Necessidades/problemas da equipa técnica: Insuficiência no número de elementos da ETL, Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL , Excessiva polivalência dos técnicos (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

De acordo com o GAL, a única ação de capacitação desenvolvida foi aquando do lançamento da medida SI2E, sobre o processo de submissão de candidatura no Sistema de informação. Consideram que, dada a complexidade da medida e da sua implementação, uma vez que integra dois Fundos, a ação de formação foi insuficiente. Simultaneamente, consideram que deveriam ter existido ações de capacitação sobre como se faz um aviso de abertura, critérios de seleção e de mérito, uma vez que não tinham conhecimentos nestas matérias. Nas questões fechadas o GAL identifica ainda necessidades ao nível da contratação pública, monitorização e avaliação e conceção de instrumentos estratégicos e de programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	Ações de capacitação realizadas: Sistemas de informação (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	Grau de Adequação das ações de capacitação desenvolvidas -2 (Escala 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	Áreas de maior necessidade de ações de capacitação: • Contratação Pública • Critérios de análise de projetos • Monitorização e Avaliação • Conceção de documentos estratégicos e de programação (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O papel que têm ao nível dos avisos é um pouco limitado, apenas dão contributos (exceto nas ações de divulgação). Os avisos de abertura já se encontram previamente delineados, sendo que o único que foi desenvolvido pelos DLBC foi o PIEAS. Os avisos foram adaptados apenas nos referenciais de mérito, que foram definidos pelo GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>**Indicador 35.** Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de **envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Prazos de apresentação das candidaturas</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>**Indicador 36.** Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>Contributo da candidatura para os objetivos estratégicos da EDL e para os indicadores de realização e de resultado.</td></tr>
</table>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia como nada adequado o ritmo de lançamento dos concursos e considera que as restantes dimensões ao nível dos calendários são pouco adequadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	3	3	1	3
8.3/8iii	3	3	1	3
10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
9.1/9i.	3	3	1	3

Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 37:

A definição do calendário de abertura dos AAC não é feita pelo GAL, tem de ser uma decisão superior. Quiseram abrir mais uma candidatura ao SI2E (tinham dotação financeira disponível) mas não foi possível, uma vez que a AG não permitiu. O GAL menciona que estiveram o ano de 2019 sem lançarem nenhum aviso e, em 2020, já com as medidas de confinamento, é que foram abertas linhas de financiamento com pouco tempo de intervalo entre as mesmas.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Os avisos de operações lançados contribuem para alcançar o objetivo e medidas da EDL contratualizados. Adicionalmente os avisos lançados permitem contribuir para objetivos da EDL que não foram concretizados, nomeadamente no domínio da inclusão social.

Contudo, o GAL considera que as TO/medidas com concurso lançado encontram-se apenas parcialmente adequadas, sendo a 9.1 da inclusão avaliada de forma mais positiva.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Ver Quadro abaixo
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	3	3	3	3

	8.3/8iii	3	3	3	3
	10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
	9.1/9i.	4	4	4	4
	Fonte: Inquérito aos GAL				

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 38 E 39:

Matriz correspondência TO previstas EDL, DLBC contratualizado e TO com concurso lançado

Objetivos EDL 1ª fase	Eixos/Medidas	Eixos /medidas contratualizados	Indicadores contratualizados	Cobertura das medidas por avisos
Promover o desenvolvimento local através da consolidação de uma intervenção em rede e implementação de estratégias concertadas com os diferentes atores, nos domínios da educação, formação e empregabilidade	- Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil			
Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território	- Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis **- Apoio ao Empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria** **- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego**	09.06 FSE - Apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria 09.10 FEDER - Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	09.06 FSE Realização - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego Resultados - (%) Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanece em 12 meses após o fim do apoio 09.10 FEDER Realização - Empresas que beneficiam de apoio Resultado - Postos de trabalho criados	Medida SI2E- Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (Aviso nº LISBOA-M8-2018-27 e LISBOA-M8-2017-19) + C03S0 Emprego Urbano (LISBOA-40-2020-43)
Promover a inserção social, combatendo as causas que estão na base dos fenómenos de exclusão social nos territórios mais vulneráveis do Concelho, através de processos de capacitação, participação e de criação de respostas nas áreas da educação, formação e empregabilidade	- Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados; - Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; - Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; - Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes.			Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social (LISBOA-40-FSE-2020-16) Realização- Nº de Instituições envolvidas na operação Resultado - Grau de satisfação das entidades envolvidas na operação

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase; contrato;

O GAL identifica alguns problemas quer ao nível da adequação dos critérios de elegibilidade, quer ao nível dos processos e procedimentos de submissão de candidaturas que acabam por condicionar a adequação das TO/medidas lançadas ao público-alvo, nomeadamente: complexidade de processo de candidatura (linguagem pouco acessível e carga burocrática excessiva) e critérios de elegibilidade como a obrigatoriedade, no caso do SI2E, de a pessoa a contratar ter de estar desempregada e inscrita no centro de emprego, tendo ocorrido situações em que as pessoas não foram elegíveis por não estarem inscritas no centro de emprego, embora estivessem desempregadas há muito tempo. Esta situação na TO/medida +COESO já foi ultrapassada. No caso do SI2E acresce que a existência dos dois fundos implicava a submissão de duas candidaturas.

Neste sentido, no relatório de avaliação intercalar, o GAL afirma que a medida SI2E não tem-se revelado não ser a mais adequada para promover o emprego, empreendedorismo e inclusão social, em territórios vulneráveis e junto de uma população fragilizada.

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

De um modo geral o GAL avalia como pouco adequado todo o processo de análise e seleção de operações. A carga burocrática é excessiva, os critérios de seleção apresentavam algumas limitações, a dimensão da equipa, quer do GAL, quer da AG é insuficiente, o procedimento de submissão de duas candidaturas para um mesmo projeto, no caso do SI2E tornou o processo ainda mais complexo quer na submissão das candidaturas, quer na sua análise.

O GAL considera que existe alguma duplicação do trabalho a este nível, entre a análise que eles fazem e a análise efetuada pela AG, o que teve implicações nos tempos de análise das candidaturas.

Ainda de acordo com o GAL os tempos de análise das candidaturas por parte do GAL têm sido de um modo geral cumpridos, podendo ter resvalado aquando do primeiro aviso – SI2E -, uma vez que tiveram que criar os instrumentos para análise, sentindo a este nível falta de orientações.

O GAL mencionou ainda as dificuldades iniciais de interação com os dois sistemas informáticos, nomeadamente a morosidade na normalização dos procedimentos que permitiram à Equipa Técnica aceder aos sistemas e erros informáticos que surgiam nas plataformas, o que condicionava o circuito e prazos de análise.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i.
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	2	2	2	2
Critérios de seleção	3	3	4	4
Metodologia de apuramento do mérito	3	3	3	3
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	2	2	2

	Periodicidade das reuniões do órgão de gestão				
	Carga burocrática	1	1	1	1
	Interação com o SI FSE	2	2	2	2
	Interação com o SI FEDER	3	3	3	3
	Interação com o SI PDR/				
	Interação com o SI IFAP				
	Interação com outros SI				
	Fonte: Inquérito aos GAL				
Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	O tempo médio de análise entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial foi de 175 dias. Ver Quadro abaixo				
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas para todas as TO: • Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas • Atrasos da AG no processo de análise e decisão (Fonte: Inquérito aos GAL)				

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	38	36	167	45	211
0901	14	12	216	42	259
COESOUrb	15	15	104	54	158
SI2E	9	9	197	36	233
09.10	6	6	227	22	248
SI2E	6	6	227	22	248
Total Geral	**44**	**42**	**175**	**42**	**216**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações ocorre através do Órgão de Gestão (Comissão executiva), constituído por cinco entidades. A Comissão executiva reúne mensalmente e tem como funções validar o processo de seleção das candidaturas apresentadas. Para além das reuniões são igualmente emitidos pareceres escritos.

De acordo com o GAL o modelo de envolvimento do Órgão de Gestão é adequado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências		
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão			Entidade
		1	Santa Casa da Misericórdia de Almada
		2	Câmara Municipal de Almada

		3	Associação Solidariedade Desenvolvimento do Laranjeiro
		4	AlmadaForma- Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada
		5	Associação Industrial Portuguesa
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Sim. Em período de novo mandato, houve a substituição de 2 entidades. (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	Reuniões presenciais/*on-line* Emissão de pareceres escritos (Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações - 5		
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ *stakeholders* envolvidos no processo de análise e seleção de operações			

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados pelo GAL foram considerados totalmente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Resposta a solicitações dos PO Financiadores: Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 6 Realização de balanço com as AG: Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	Órgão de Gestão, Parceiros do GAL, Outros stakeholders - Outras Organizações da Economia Social; (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos, Realizou avaliação Intercalar, Pretende realizar avaliação final

Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	Recursos do GAL e peritos

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados		Atores envolvidos
Reuniões semanais da equipa técnica local (ETL)	Monitorizar o grau de execução dos projetos de acordo com indicadores e resultados definidos	Equipa técnica local (ETL)
	Identificar as fraquezas ou riscos na operacionalização dos projetos, propondo medidas corretivas para a sua resolução;	
	Produzir informação sistematizada sobre o ponto de situação dos projetos desenvolvidos (gestão física e financeira sobre resultados alcançados, constrangimentos identificados e respetiva propostas e superação/resolução	
	Tratamento e sistematização da avaliação do grau de satisfação dos beneficiários diretos das ações, bem como dos parceiros envolvidos	
Reuniões mensais da Comissão executiva (Órgão de gestão)	Acompanhar a execução dos projetos com base na informação fornecida pela ETL;	Comissão executiva
	Analisar e validar os relatórios de atividades (relatório do progresso semestral e anual);	
	Analisar e acompanhar a situação financeira e física dos projetos, e tomar decisões sobre os desvios verificados	
Reuniões semestrais com o Conselho de parceiros	Analisar e aprovar o relatório de progresso semestral e o relatório anual de atividades	Conselho de parceiros
	Analisar a situação financeira e respetivos desvios e aprovar as decisões relativamente à reformulação de objetivos e resultados bem como as complementaridades que importe valorizar para sucesso da EDL	
	Analisar o desempenho e relacionamento do GAL, propondo medidas adequadas à otimização e funcionamento da parceria.	

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase; contrato e relatório de avaliação intercalar;

A monitorização/acompanhamento da EDL é efetuado de forma contínua através de um conjunto de mecanismos definidos pelo GAL que incluem: 1) reuniões semanais da ETL, reuniões mensais da comissão executiva e reuniões semestrais do conselho de parceiros; 2) reuniões mensais com os beneficiários; 3) reuniões periódicas e outros eventos como *workshops*, com diferentes projetos para promover o diálogo, intercooperação e partilha de conhecimento; 4) controlo da execução física e financeira, pelo Órgão de Gestão do GAL; 5) organização de *dossiers* técnico-contabilísticos, onde estão registadas as ações, metas e métricas de avaliação e valores investidos; 6) elaboração de documentos de progresso onde está sistematizada a evolução do projeto e respetiva taxa de execução física e financeira. Adicionalmente são efetuados Relatórios de Execução das operações FEDER (Animação da EDL) e FSE (Gestão de funcionamento da EDL), contendo as componentes de execução física e financeira, apresentados ao POR Lisboa.

No que diz respeito à avaliação, o GAL realiza a avaliação contínua, com relatórios periódicos e realizou a avaliação intercalar, com recursos do GAL e peritos. O GAL avalia as ações de Animação e Gestão de Funcionamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, através de aplicação de questionários e pretende realizar a avaliação final.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Do ponto de vista do GAL os constrangimentos a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos prendem-se com a diversidade e complexidade de intervenções, mas também com a não disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores e com a dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos, para o que contribui a existência de indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados, nomeadamente os indicadores da PIEAS.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Diversidade e complexidade de intervenções, Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores, Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos, Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

O GAL manteve as medidas identificadas no âmbito da análise dos mecanismos de acompanhamento, nomeadamente o controlo da execução física e financeira e a elaboração de documentos de progresso onde está sistematizada a evolução do projeto e respetiva taxa de execução física e financeira. Paralelamente, fazem o acompanhamento direto dos projetos - mensalmente fazem visitas aos beneficiários e têm uma reunião presencial com eles; têm reuniões quando existem dúvidas quanto a pedidos de reembolso.

É ainda salientado no relatório de avaliação intercalar que a equipa técnica atuou proativamente junto do público-alvo (potenciais beneficiários e atores locais), promovendo redes de colaboração, fomentando o acesso à informação, capacitando para os circuitos e processos das candidaturas, com o objetivo de criar novos projetos, mais emprego e promover o desenvolvimento dos territórios.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Acompanhamento direto aos projetos com a realização de reuniões mensais com os beneficiários

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram implementados mecanismos de revisão e ajustamento da EDL e não houve alterações à EDL/DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não, mas considero necessário a existência

Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	Não houve.

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL elaborou e executou um plano/estratégia de comunicação e marketing para favorecer o conhecimento e participação ativa do GAL na EDL, bem como para mobilizar os públicos-alvo e a comunidade em geral para o envolvimento nos projetos e ainda dar a conhecer/informar a população sobre a EDL e respetivas ações, progressos e resultados.

Neste sentido, foram organizadas diversas atividades: 1) criação de uma imagem de marca da EDL; 2) Página de *Facebook*; 3) *Microsite* no Site institucional da SCMA; 4) divulgação de conteúdos nos meios de comunicação dos parceiros; organização de diversos eventos – *workshops*, ações de capacitação, Sessão Pública, Mostra do Tecido Social e Económico.

Embora o GAL tenha respondido no inquérito por questionário que não tinham sido realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm do DLBC, é de salientar que o GAL aplicou questionários às Entidades com operações aprovadas e sem operações aprovadas, permitindo averiguar 1) de que forma os promotores tomaram conhecimento com o GAL e o DLBC e 2) o grau de conhecimento da EDL/GAL, sendo que 74% dos inquiridos referiram conhecer bem ou muito bem os objetivos do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>34</td><td>268</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>170</td><td>706</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>139</td><td>1705</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>0</td><td>0</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>1</td><td>315</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>401</td><td>240917</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>45</td><td>40626</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>187</td><td>366</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>0</td><td>0</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm do DLBC	Não houve processos de auscultação.

DLBC13.Identificação de boas práticas

Foi identificado como Boas práticas os resultados da animação territorial e do trabalho desenvolvido que permite a partilha de conhecimentos, a cooperação entre beneficiários e *stakeholders* e a promoção de sinergias entre projetos e sectores de atividade económica.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Partilha de conhecimentos, Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica, Cooperação entre beneficiários e *stakeholders*

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 87 candidaturas com um custo de 4.955.181,26 euros.

O GAL considera que a adesão foi muito forte e forte às PI/TI 8.8 (SI2E FEDER) e 9.1. Quanto à PI/TI 8.3 a adesão foi menos expressiva, contrariamente ao que esperavam.

De acordo com o GAL os fatores que condicionaram a adesão, principalmente no arranque do DLBC e no caso da 8.3 estiveram associados a: 1) atraso no arranque do projeto que promoveu uma desmotivação dos atores; 2) o instrumento primeiramente lançado – SI2E- tinha um âmbito muito restrito no que se refere aos beneficiários, tipologias de operação, despesas elegíveis, taxas e limites de financiamento; 3) o apoio estava direcionado para micro e pequenas empresas, excluindo toda uma dimensão de outros beneficiários e de propostas de atuação que foram planeadas no seio da comunidade e integradas na EDL, visando o combate à exclusão social e a promoção do desenvolvimento local; 4) a excessiva burocracia, o manuseamento do sistema informático e a linguagem que assusta e afasta os potenciais beneficiários.

No que diz respeito às taxas de aprovação e reprovação e motivos de reprovação, salienta-se que é ao nível do SI2E que as taxas de reprovação são superiores, principalmente ao nível do FEDER. Ainda neste caso, foi ainda mencionado que a dotação do Fundo FEDER era mais reduzida e, no entanto, foi mais procurada, tendo sido possível apoiar apenas quatro projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 87 candidaturas com um custo de 4.955.181,26 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>6</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>5</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>4</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
Fatores condicionantes da adesão:
Condições de elegibilidade dos promotores,
Condições de elegibilidade das operações,
Critérios de seleção das operações</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Taxa de admissibilidade – 70,6%
Taxa de aprovação – 49,4 %
Taxa de reprovação – 35,3%
Taxa de desistência – 10,6%

Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
</table></td></tr>
</table>

Falta de dotação financeira disponível	x				
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	x				
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	x	x			
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	x	x			
Critérios de seleção das operações				x	

Fonte: Entrevista

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas	Custo total apresentado
	Nº	€
09.06	**56**	**2.890.844,99**
0901	16	1.462.058,87
COESOUrb	17	1.028.617,85
SI2E	23	400.168,27
09.10	**31**	**2.064.336,27**
SI2E	31	2.064.336,27
Total Geral	**87**	**4.955.181,26**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	0901	COESO	SI2E	09.10	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	38	14	15	9	4	4	**42**
2.Não admitida					12	12	**12**
3.Não aprovada	10	1	1	8	8	8	**18**
4. Anulada	1			1	3	3	**4**
5.Desistida /rescindida/revogada	5			5	4	4	**9**
6.Submetida/admitida	2	1	1				**2**
7. Total	**56**	**16**	**17**	**23**	**31**	**31**	**87**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	**88,9**	**100,0**	**100,0**	**73,9**	**38,7**	**38,7**	**70,6**
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	**70,4**	**93,3**	**93,8**	**39,1**	**12,9**	**12,9**	**49,4**
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	**18,5**	**6,7**	**6,3**	**34,8**	**64,5**	**64,5**	**35,3**
Taxa de desistência (5)/(7-6)	**9,3**	**0,0**	**0,0**	**21,7**	**12,9**	**12,9**	**10,6**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa de compromisso era de 131%, e taxa de execução era de apenas 19%, sendo de salientar que no caso da 9.10 a taxa de execução é de 55% e no caso da 9.6 apenas 8%, para o que concorre o facto de a maioria dos apoios estarem associados às TO/medidas +Coeso e PIEAS, ambas ainda no primeiro ano de execução.

Para além do lançamento tardio das operações e da inexistência de TO que permitissem operacionalizar outro tipo de projetos (mais ajustados aos parceiros e à EDL inicialmente desenhada que impacta os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC), da impossibilidade de abrir avisos fora dos *timings* definidos pela AG, e das dificuldades anteriormente mencionadas quanto à adesão, foram identificados outros constrangimentos ao funcionamento dos projetos contratualizados, com impactos igualmente na execução: a taxa de incentivo na 8.3 e a crise económica com impactos na criação de emprego (8.8 e 8.3), a complexidade da gestão do projeto e atrasos nas respostas da AG, nomeadamente quanto a pedidos de alteração e pedidos de reembolso, que também têm condicionado a atuação dos beneficiários.

De acordo com o GAL os beneficiários esperam mais tempo do que está regulamentado e, no caso dos pedidos de reembolso, nos projetos em que os beneficiários pagam ordenados, têm surgido algumas questões graves, em que os beneficiários passam a incumprir nos pagamentos, incluindo pagamentos à segurança social e às finanças.

Ainda ao nível dos estrangulamentos na execução, o GAL salienta que, no caso das medidas associadas às empresas e criação de emprego, o problema identificado ao nível dos critérios de elegibilidade, especificamente a obrigatoriedade, no caso do SI2E, de a pessoa a contratar ter de estar desempregada e inscrita no centro de emprego, fez com que se perdessem postos de trabalho criados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td></td><td></td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td></td><td></td><td>x</td><td>x</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>As operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 652 dias.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 existiam 5 operações concluídas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC</td><td>Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
<tr><td>Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)</td><td>x</td><td>x</td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …</td><td>x</td><td>x</td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)</td><td>x</td><td>x</td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso</td><td>x</td><td>x</td><td></td><td>x</td></tr>
<tr><td>Outros fatores. Quais?
_____</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table></td></tr>
</table>

	Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**677.761**	**38**	**1.027.435,57**	**54.452,58**	151,6	8,0	5,3
0901	**n.d.**	14	558.897,22	8.671,14			1,6
COESOUrb	**n.d.**	15	426.681,51	23.055,15			
SI2E	**n.d.**	9	41.856,84	22.726,29			5,4
09.10	**200.000**	4	123.273,57	110.393,56	61,6	55,2	54,3
SI2E	**200.000**	**4**	**123.273,57**	**110.393,56**			89,6
Total Geral	**877.761**	**42**	**1.150.709,14**	**164.846,14**	**131,1**	**18,8**	**89,6**

N.d. não disponível

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O Gal a 30 de setembro de 2021 tinha 34 projetos em execução, dos quais 14 projetos +COESO, com a criação, de acordo com a entrevista, de 25 postos de trabalho. Ainda assim o GAL manifesta alguma preocupação com o alcance das metas contratualizadas, principalmente na 8.3.

Quanto aos desvios, o GAL identifica um conjunto de constrangimentos: para além do atraso do lançamento do próprio DLBC e do lançamento do primeiro aviso que permitia operacionalizar o DLBC (que só ocorreu no final de 2017), são de igual modo apontados – a inexistência de TO que permitissem operacionalizar outro tipo de projetos, mais ajustados aos parceiros e à EDL inicialmente desenhada; a reduzida dimensão da equipa técnica e alguma falta de acompanhamento inicial por parte da AG, a centralidade dos instrumentos de apoio ao emprego, principalmente, e durante muito tempo, no SI2E que apresentava algumas limitações que terão condicionado quer a procura, quer a capacidade de implementação de projetos – legislação complexa, obrigatoriedade, do promotor, em investir pelo menos 50% do valor do projeto (FEDER), excluindo o público em situação de maior vulnerabilidade.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Não cumpriu. Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI: ( ) Fraca adesão dos beneficiários: ( ) Dificuldades de execução por parte dos beneficiários: (x) Outros. Quais? _____: ( ) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.3/8iii: 4

	9.1/9i. 4 8.8/8a 3 10.1/10.i (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	-
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Indicadores dos Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social (LISBOA-40-FSE-2020-16): Realização- Nº de Instituições envolvidas na operação; Resultado - Grau de satisfação das entidades envolvidas na operação

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

Eixo/ Medida	Indicadores		Meta 2018	Meta 2023	Valor previsto projetos apoiados no final de 2018	Grau de cumprimento 2018	Capacidade para vir a cumprir as metas definidas para 2023
9.6 (FSE)	**Indicador de Realização**	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	28	56	7	Não cumpriu	
	Indicador de Resultado	**(%)** Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40	50	*		
9.10 (FEDER)	**Indicador de Realização**	Empresas que beneficiam de apoio	0	0			
	Indicador de Resultado	Postos de trabalho criados	0	0			

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia; Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.
Nota: De acordo com o GAL à data de realização do relatório de avaliação intercalar nenhum dos 4 projetos apoiados estava concluído, pelo que não era possível apurar este indicador.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Dados os condicionalismos ao nível dos objetivos, medidas e indicadores contratualizados, o GAL considera que as operações terão um contributo relativamente fraco para o alcance dos objetivos da EDL, incluindo ao nível do empreendedorismo e criação de emprego. Consideram que o DLBC é um programa que ajuda mas que não consegue abordar os problemas de base, e logo não consegue alterar os problemas estruturais.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	

	Objetivos Estratégicos DLBC	1-Nulo a 6- Elevado	
	Fomentar o empreendedorismo, a criação de empresas e a competitividade empresarial	3	
	Promover o empreendedorismo social e a inclusão ativa	3	
	Apoiar o funcionamento e o trabalho em rede	3	

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivos EDL 1ª fase	Eixos/Medidas	Contributo	Cobertura das medidas por avisos
Promover o desenvolvimento local através da consolidação de uma intervenção em rede e implementação de estratégias concertadas com os diferentes atores, nos domínios da educação, formação e empregabilidade	- Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil		
Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território	- Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis **- Apoio ao Empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria** **- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego**		9 Projetos FSE e 4 FEDER - Medida SI2E- Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego 15 projetos + C03S0 Emprego Urbano
Promover a inserção social, combatendo as causas que estão na base dos fenómenos de exclusão social nos territórios mais vulneráveis do Concelho, através de processos de capacitação, participação e de criação de respostas nas áreas da educação, formação e empregabilidade	- Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados; - Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; - Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; - Apoio à criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes.		14 Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo faco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

De acordo com o GAL a abordagem LEADER tem um contributo bastante positivo para a promoção da proximidade com a comunidade local e com as entidades beneficiárias e potenciais promotores, para a confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros e para potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL. Em contrapartida os contributos são quase nulos ao nível da governança (melhoraria do sistema de governança, reforço da governança local, desenvolvimento de práticas inovadoras de governação ou coordenação entre os diferentes níveis de governação).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	6
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	5
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
	Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	5
	Valorização do capital social e humano dos territórios	4
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	4
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	4
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4
	Mobilização da comunidade local comunidade local	4
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3
	Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3
	Trabalho em rede/colaboração no território	3
	Capacidade para gerir vários fundos	3
	Inovação dos projetos apoiados	3
	Qualidade dos projetos apoiados	3
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	3
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	3
	Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3
	Reforço da governança local	2
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	2
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	2
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	2
	Cooperação com outros territórios	2
	Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	2

Sustentabilidade dos projetos apoiados	2
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	2

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

De acordo com o GAL, e após se constatar que o DLBC contratualizado estava direcionado para as empresas e apoio à criação de emprego, e que as TO não permitiam operacionalizar outro tipo de projetos, mais ajustados aos parceiros e à EDL inicialmente desenhada, foram à procura de outros financiamentos, quer do PT2020, quer de outras linhas de financiamento, nomeadamente Gulbenkian, ACM e IEFP.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Não: Sim, exclusivamente do PT2020: Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento: x A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do DLBC, assumindo uma lógica de compensação

Ficha de Avaliação

GAL Capacitar o Montijo - IDSET

Entidade Gestora: IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL "Capacitar o Montijo" situa-se no concelho do Montijo, mais especificamente na União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, focando-se nas seguintes zonas:

- Bairro da Caneira
- Centro Histórico
- Bairro da Calçada
- Bairro do Corte Esteval
- Bairro do Areias
- Afonsoeiro

Mapa do Território de intervenção:

População total abrangida: *Não especificado*

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

O DLBC e a EDL encontram-se em total articulação havendo a correspondência entre eixos, objetivos estratégicos e objetivos específicos. No entanto, denota-se que nos indicadores contratualizados há um foco no emprego e empreendedorismo (Eixo 2) o que direciona o DLBC para estas áreas, apesar de possuir objetivos estratégicos e específicos bastante abrangentes. Este enfoque para o emprego e empreendedorismo é igualmente visível nos dados obtidos no inquérito ao GAL onde foi referido que, entre as PI contempladas, a PI 8.3/8iii foi a única considerada como muito adequada, sendo a PI 9.1/9.i a que foi considerada como menos adequada entre as várias PI em análise.

Tabela Síntese – Indicadores 1 e 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	Todos os objetivos identificados na EDL encontram-se no DLBC e vice-versa, no entanto as medidas e indicadores contratualizados centram-se no apoio ao emprego/empreendedorismo, focando-se no Eixo 2, deixando os restantes eixos a descoberto, com especial incidência para os objetivos identificados no Eixo 3. Desenvolvimento Local.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 6 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 4 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): 4 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores1 e 2:

O texto do DLBC "Capacitar o Montijo" encontra-se em total articulação com a EDL apresentada na candidatura da 2ª fase, uma vez que os eixos de intervenção, objetivos estratégicos e objetivos específicos do DLBC são uma transposição integral dos definidos para a EDL.

Figura 2. Arquitetura da EDL

EIXO 1 **Capacitação e Qualificação**	Objetivo Estratégico 1: Desenvolver competências profissionais e educacionais	Objetivo Específico 1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida
		Objetivo Específico 2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar
	Objetivo Estratégico 2: Educação para o empreendedorismo	Objetivo Específico 3. Capacitar empreendedores/as
EIXO 2 **Empregabilidade e Empreendedorismo**	Objetivo Estratégico 3: Empregabilidade e criação de emprego	Objetivo Específico 4. Reabilitar espaços para a criação de viveiros de empresas
		Objetivo Específico 5. Criar empresas, cooperativas e associações
EIXO 3 **Desenvolvimento Local**	Objetivo Estratégico 4: Reforço de respostas sociais	Objetivo Específico 6. Reforçar a rede de respostas sociais
		Objetivo Específico 7. Promover o envelhecimento ativo
	Objetivo Estratégico 5: Inovação e inclusão social	Objetivo Específico 8. Fomentar ambientes urbanos criativos e atrativos
		Objetivo Específico 9. Promover a inclusão de grupos desfavorecidos e a sua autonomização
		Objetivo Específico 10. Aumentar a responsabilização e a mudança de mentalidades

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Relação eixos, objetivos estratégicos, objetivos específicos e resultados a atingir pelo DLBC

Eixo	Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Áreas de intervenção/ações	Resultados Esperados
1. Capacitação e qualificação	1. Desenvolver competências profissionais e educacionais	1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida	• Projetos que facilitem o desenvolvimento de formação-ação; • Ações formativas de curta duração; • Cursos de alfabetização informal; • Ensino informal da língua Portuguesa; • Formação de docentes e outros agentes de educação e formação; • Desenvolvimento de novas soluções de promoção do sucesso educativo e de orientação vocacional e profissional; • Ações de articulação do sistema educativo e formativo com projetos artísticos, culturais e de promoção e valorização do património; • Ações de combate ao insucesso e abandono escolar com recurso às TIC.	• Aumento das qualificações • Diminuição do insucesso escolar • Aumento do emprego e o combate ao desemprego, nomeadamente de longa duração e dos jovens • Luta pela inclusão e combate às desigualdades e descriminações • Reduzir a pobreza e a exclusão social • Aumentar a oferta e a qualidade formativa • Promover ambientes educativos participativos e experienciais • Reconvertes educacional e profissionalmente • Capacitação de empreendedores • Dinamização de concursos de ideias e laboratórios para a inovação.
		2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar		
	2. Educação para o empreendedorismo	3. Capacitar empreendedores		
2. Empregabilidade e Empreendedorismo	3. Empregabilidade e criação de emprego	4. Reabilitar espaços para a criação de viveiros de empresas	• Desenvolvimento de programas de formação-ação, consultoria e mentoring de apoio ao empreendedor • Desenvolvimento de programas de consultoria	• Fomento de iniciativas estruturadas de estruturas de promoção do empreendedorismo • Promoção do empreendedorismo social e da economia social
		5. Criar empresas,		

Eixo	Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Áreas de intervenção/ações	Resultados Esperados
		cooperativas e associações	e *coaching* que contribuam para o desenvolvimento e modernização de iniciativas empresariais	• Aumento do número de empresas, cooperativas e associações e de iniciativas de criação de emprego • Desenvolvimento de projetos que apoiem os empreendedores na criação de empresas, cooperativas e associações • Desenvolvimento de projetos que apoiem os empreendedores e empresários na modernização de iniciativas empresariais • Promoção de viveiros de empresas • Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno • Desenvolvimento económico do território • Promoção da integração social e combate à pobreza e qualquer tipo de discriminação
3. Desenvolvimento Local	4. Reforço de respostas sociais	6. Reforçar a rede de respostas sociais	• Criação de respostas para a comunidade de forma integrada, inteligente e sustentável que promovam a inovação e inclusão social • Desenvolvimento de projetos na área da inovação social que contribuam para um setor social mais forte, capaz de responder a novos desafios e facultar respostas sociais eficazes, conservando, promovendo valorizando e dinamizando espaços existentes, promoção, valorização e dinamização de atividades artísticas e culturais; • Reforço das dinâmicas relacionais, incentivo à integração da família na escola e melhoria do desempenho parental, estimulando o envelhecimento ativo, atuando na promoção do bem-estar físico, social e mental; • Apoiar a criação de projetos intergeracionais que permitam a partilha de vivências e perspetivas • Sensibilização de empregadores para as	• Desenvolvimento e implementação de novos processos, novas ferramentas e metodologias de trabalho inovadoras • Avaliar as respostas institucionais no sentido de se verificar se estas respondem às necessidades existentes • Promover o acesso das populações a serviços compatíveis com a vida moderna, nomeadamente no que concerne à conciliação da vida profissional com a familiar • Inclusão ativa • Melhorar o acesso a serviços sustentáveis • Promoção da igualdade entre homens e mulheres • Promoção do envelhecimento ativo • Impulsionar uma política de retribuição recíproca • Reforço da rede de apoio comunitário • Promoção da inclusão de grupos desfavorecidos • Aumento da responsabilização e mudança de mentalidades • Promoção do exercício físico e do desporto inclusivo
		7. Promover o envelhecimento ativo		
	5. Inovação e inclusão social	8. Fomentar ambientes urbanos criativos e atrativos		
		9. Promover a inclusão de grupos desfavorecidos e a sua autonomização		
		10. Aumentar a responsabilização e a mudança de mentalidades		

Eixo	Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Áreas de intervenção/ações	Resultados Esperados
			vantagens da contratação de pessoas com deficiência e incapacidade, imigrantes e minorias étnicas	

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

No entanto, quando se analisam os indicadores de realização contratualizados, verifica-se o foco do DLBC no Eixo 2. Empregabilidade e Empreendedorismo uma vez que estes se centram no aumento do emprego e criação de emprego/autoemprego, quer nas medidas do FSE, quer nas medidas do FEDER. Apesar de terem sido contratualizadas no FSE medidas inseridas no Eixo 1. Capacitação e qualificação nomeadamente relacionadas com o Objetivo Específicos 1 e 2, o respetivo indicador de realização, mais uma vez, prende-se com a criação de emprego, incluindo autoemprego, como se pode ver no quadro abaixo.

Indicadores de realização e de resultado contratualizados, por fundo

Fundo	Eixo/medida	Correspondência aos objetivos específicos	Indicador de realização	Indicador de resultado
FEDER	Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	OE5. Criar empresas, cooperativas e associações	Aumento do emprego em empresas apoiadas	Postos de trabalho criados
FEDER	Apoio à criação de viveiros de empesas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	OE4. Reabilitar espaços para a criação de viveiros de empresas	Aumento do emprego em empresas apoiadas	Postos de trabalho criados
FSE	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	OE1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida OE2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	%Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
FSE	Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria	OE5. Criar empresas, cooperativas e associações	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	% Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

O mesmo acontece quando se analisa a EDL, uma vez que os indicadores do DLBC são os indicadores da EDL. No relatório de avaliação do DLBC de março de 2019 foi referido que quer os eixos, quer as prioridades de investimento, quer os objetivos estratégicos mantinham a sua coerência e davam resposta às necessidades do território, bem como na entrevista efetuada com os responsáveis do GAL é referido que a EDL é coerente e pertinente face às necessidades locais sendo condicionada pelas limitações territoriais associadas às NUT e a regras dos fundos comunitários.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 653 957,99€, sendo mais de metade do montante proveniente do FSE.

O GAL expõe na entrevista o facto da dotação financeira inicialmente estabelecida ser insuficiente para dar resposta à totalidade dos projetos que foram sendo delineados para dar resposta à EDL (em reuniões de trabalho com entidades beneficiárias antes da abertura das candidaturas), posteriormente com a suspensão ou desistência de algumas entidades e o apoio financeiro adicional da CCDR a dotação financeira conseguiu cobrir as candidaturas aprovadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação Contratualizada</th><th>Dotação atual</th><th>Variação</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>380 969,74€</td><td>393 433,43€</td><td>+3,3%</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>272 988,25€</td><td>281 954,24€</td><td>+3,3%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>653 957,99 €</td><td>657 387,67€</td><td></td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>1</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>Informação não disponibilizada</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI</td><td>Informação não disponibilizada</td></tr>
<tr><td>Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado</td><td>N/A</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3,4, 5, 6 E 7:

O contrato do DLBC foi alvo de uma adenda uma vez que, os limites dos territórios de intervenção inicialmente aprovados em novembro de 2015 foram objeto de alteração, o que implicou a alteração da dotação financeira inicialmente aprovada, tendo esta sofrido um acréscimo de 3,3%.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

PI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratualizado (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratualizado (%)	Variação Contratualizado Atual (%)
09.06	N.D.	380 969,74	393 433,43	N.D.	+ 3,3
09.10	N.D.	272 988,25	281 954,24	N.D.	+ 3,3

N.D.- Não disponível

(Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.)

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

No inquérito o GAL considerou que as PI 8.8/8a e 9./9.i estavam subfinanciadas, tendo explicado na entrevista que quando elaboraram a EDL incentivaram todas as entidades a trabalhar em rede e a criar projetos para dar respostas às áreas de intervenção identificadas na Estratégia, e consideravam que todos os projetos poderiam ser financiados. No entanto, quando o DLBC foi aprovado, não só o financiamento atribuído ficou aquém das expectativas, como também não foram abertos avisos para dar resposta a algumas áreas da EDL. É referido que a "redução e abandono escolar poderia ter sido mais dinamizada,

nunca foram abertos avisos que fossem ao encontro dessa situação. Apenas incentivaram as entidades a dar resposta às várias áreas da estratégia, existindo algumas associações que acabaram por realizar alguns projetos dentro da vertente pedida"[17].

Na entrevista salientam que se se analisar o conceito de DLBC Urbano, os avisos estão "martelados" nas tipologias, não vão de encontro à génese do que é um DLBC. Ficou tudo um pouco "desvirtualizado".

É igualmente salientado que quando saíram os avisos para o SI2E, o GAL colocou praticamente toda a sua dotação, o que fez com que os projetos aprovados tivessem quase esgotado a verba adjudicada ao DLBC. Quando saíram os avisos do + COESO houve uma grande cooperação com a direção da CCDR que disponibilizou um reforço da dotação o que possibilitou que todas candidaturas com majoração fossem financiadas:" A dotação foi atualizada de acordo com cada aviso de candidatura e a majoração dos projetos que tinham. Não houve nenhuma candidatura com majoração que não fosse financiada"[18].

Na entrevista o GAL afirma, não possuírem muita experiência na adequação dos indicadores e das metas face às prioridades do DLBC sendo fundamental o apoio da CCDR para a adequação dos indicadores à realidade presente no território. Após este auxílio, consideram que houve um grande ajustamento dos indicadores à realidade.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, com os Planos de Desenvolvimento Social/Referencial da Rede Social, com os Planos Municipais para a Igualdade, com os Planos Municipais para a Integração de Migrantes, com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), com os Planos de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, com a Mobilidade Urbana Sustentável (MUS), com o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e com a Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social • Planos Municipais para a Igualdade • Planos Municipais para a Integração de Migrantes • Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS • Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano • Mobilidade Urbana Sustentável - MUS • Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU • Rede Local de Intervenção Social - RLIS (Fonte: Inquérito ao GAL)

[17] Entrevista GAL
[18] Idem

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Na entrevista é referido que a estratégia como era enquadrada dentro das EDT, dos PEDU, dos ARU dos municípios, acaba por ser um fio condutor em todos estes instrumentos quer a nível macro, quer a nível micro do território. "Durante o período de 2014/2020 a estratégia de articulação com os instrumentos de incidência territorial ajudou a dar resposta ao processo de elaboração de candidatura"[19]

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O GAL considera que o modelo de aprovação/negociação contribuiu para a transparência do processo de seleção dos GAL, para a adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos, da criação de novas parcerias nos territórios e do aumento da qualidade das EDL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Transparência do processo de seleção dos GAL: 4 Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos: 3 Criação de novas parcerias nos territórios: 3 Aumento da qualidade das EDL: 3 Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território: 2 Celeridade do processo de seleção: 2 Envolvimento dos parceiros na EDL: 2 Relevância do instrumento para a estratégia: 1 Simplificação do processo de seleção: 1 Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL: 1 Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	Não foi identificado um modelo alternativo.
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 3 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 3 Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 3 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 3 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 3 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 3 Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 3 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 3 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)

[19] Entrevista ao GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 9, 10 E 11:

Na entrevista foi salientada a boa relação com a CCDR e a realização de várias reuniões com a direção, que acompanhou todas as dinâmicas de gestão dos indicadores, das verbas e das atividades a desenvolver no terreno.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 13 entidades, de setores diversificados, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), entidades privadas com fins lucrativos (Empresas), entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos) e juntas de freguesia. Por outro lado, o GAL não contou com a participação das agências públicas da administração Regional, CIM/AM e Agências públicas da administração central.

A participação ocorreu através de sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho, gerou resultados significativos na produção de resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivo, metas, áreas de intervenção e atores na implementação), conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento e conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>4</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>1</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Forma de envolvimento</th><th>Avaliação da participação</th></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td></td><td>
<table>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Formal</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
• Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários
• Alargamento das potenciais fontes de financiamento
• Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 13 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento – Entidade Gestora</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Ana Maria Fidalgo Mineiro</td><td>Empresário em nome individual</td></tr>
<tr><td>União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Associação Caminho Bem Fazer</td><td>Associações e Fundações Privadas</td></tr>
<tr><td>Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro</td><td>IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social</td></tr>
<tr><td>Eduardo e Duarte Lda</td><td>Sociedades Comerciais</td></tr>
<tr><td>New Oceans Lda</td><td>Sociedades Comerciais</td></tr>
<tr><td>Teamguaranteed – Unipessoal Lda</td><td>Sociedades Comerciais</td></tr>
<tr><td>Win Win Talents Lda</td><td>Sociedades Comerciais</td></tr>
<tr><td>Daring Project - Associação</td><td>Associações e Fundações Privadas</td></tr>
<tr><td>Associação Give ONG</td><td>Associações e Fundações Privadas</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Montijo e Afonsoeiro</td><td>Autarquias Locais</td></tr>
<tr><td>Pereira Pisco Creativity, Lda</td><td>Sociedades Comerciais</td></tr>
</table>
(Fonte: Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª fase)</td></tr>
<tr><td>Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia</td><td>Todos os parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL, não tendo sido identificada a participação de outras entidades exteriores à parceria.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL</td><td>Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da participação em sessões públicas de debate, da recolha formal de pareceres e contributos e da sua inclusão em grupos de trabalho.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

No Relatório de Avaliação da EDL (março 2019) foi referida a grande adesão e motivação inicial por parte dos parceiros na definição e estruturação da EDL, com uma grande adesão a todas as sessões de trabalho (*focus group*, ações de *brainstorming*, etc.), tendo tal sido igualmente destacado na entrevista realizada, principalmente o envolvimento da Câmara Municipal e das juntas de freguesia. A metodologia de trabalho desdobrou-se na realização de meta-planos e workshops, com grandes grupos de trabalho, posteriormente a dimensão dos grupos de trabalho diminuiu e o seu foco incidiu numa temática em específico. Na situação do DLBC "Capacitar o Montijo" o principal foco seria "o empreendedorismo, visto que, era uma das condições obrigatórias para a criação de trabalho "[20].

[20] Entrevista ao GAL

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Na implementação a realização de sessões públicas de divulgação e debate e a recolha formal de pareceres e contributos são as formas de envolvimento dos vários stakeholders desenvolvidas pelo GAL, sendo que são consultados de forma continuada o PO Regional/CCPPOR/CCDR. Com uma vertente mais pontual são consultadas as Juntas de Freguesia, entidades representativas do setor económico, do setor ambiental e do setor social sem fins lucrativos e entidades privadas com fins lucrativos. É considerado que este envolvimento contribuiu para o aumento do alcance em termos dos beneficiários apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>
Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>-</td><td>-</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL.)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para o aumento do alcance em termos de perfil dos beneficiários apoiados.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

Segundo a informação recolhida através da entrevista realizada ao GAL, o envolvimento doos *stakeholders* foi muito fácil, existindo uma colaboração e participação muito frequente, em todas as fases de conceção da estratégia.

Destacam que foi fácil trabalhar com entidades como a Escola Profissional do Montijo que não fazia parte do consórcio e que não tinha nenhuma relação de trabalho direto com a IDSET e o GAL. Foi referido que atualmente esta é uma entidade que tem estado a dinamizar muito bem as atividades com o GAL no Montijo estado igualmente envolvida noutros programas como o Programa Escolhas e os CLDS. A IDSET tem outras áreas de trabalho com o FAMI e o Alto Comissariado para as Migrações e tem faz um balanço muito positivo do trabalho em rede desenvolvido no Montijo.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL considera que seria pertinente ter um papel mais ativo e participativo na formalização da concessão de apoios (envio do termos de aceitação para os beneficiários). Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo para a celeridade dos procedimentos, para a monitorização dos resultados, redução da carga administrativa, proximidade aos beneficiários, capacidade de ajustamento às necessidades do território, dos resultados atingidos, do alcance das metas definidas, da participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, da promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários e da resposta às necessidades do território.

Quando questionado sobre o grau de pertinência/adequação das competências delegadas, o GAL classifica todas as competências como totalmente pertinentes/adequadas, no entanto esta avaliação é efetuada tomando como base o que seriam as competências relevantes a serem delegadas no GAL e não uma avaliação do modelo implementado. De facto, na entrevista foram apontadas áreas a melhorar principalmente no que se refere ao acompanhamento dos projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6
	Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	6
	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos	6
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	6
	Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	6

Indicador	Resposta/Evidências
	Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 6 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 6 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para:** • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos • Proximidade aos beneficiários • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo PO Regional:** • Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 20, 21 E 22:

O GAL na entrevista expõe a necessidade da melhoria na delegação de competências no próximo período de programação, sendo fundamental "todos os envolvidos perceberam qual o papel de cada uma das entidades em todo o processo do DLBC"[21]. Considera que o ponto fundamental é definir as competências delegadas com o objetivo de todas as entidades envolvidas (GAL, AG, entidades beneficiárias) saberem em concreto qual é o seu papel e o papel das outras entidades, ficando todas as áreas desenvolvidas e clarificadas. Há muitos aspetos da delegação de competências que os GAL não sabem que têm que fazer: estão na expectativa que os GAL façam determinada tarefa, mas o GAL não tem essa noção, não tem a experiência, e acaba por haver uma falha de comunicação que não existiria se a parte da delegação de competências estivesse mais formalizada. Tal aconteceu com o acompanhamento dos projetos, tendo sido dado o seguinte exemplo na entrevista: o GAL começou a trabalhar na animação territorial, lançaram os avisos e fizeram a avaliação das candidaturas, no entanto inicialmente só tiveram conhecimento que as candidaturas eram aprovadas quando os promotores contactaram o GAL com duvidas, caso contrário não possuíam nenhum feedback dos resultados das candidaturas uma vez que não receberam os termos de aceitação. Foram os beneficiários que, devido à relação próxima que estabeleceram com o GAL, enviaram os termos de aceitação quando quiseram saber os passos seguintes ou tiveram alguma dúvida. Como no acompanhamento dos projetos os beneficiários contactavam principalmente com a CCDR e não com o GAL, este perdeu muita informação sobre a informação que era trocada entre a CCDR e as entidades beneficiárias, no entanto não deixavam de ser contactados pelas entidades beneficiárias para o esclarecimento de dúvidas (com beneficiários a pedir informações à CCDR e depois a pedir a mesma informação ao GAL para ver se a resposta era idêntica).

Na delegação de competência o acompanhamento de projetos por parte do GAL não estava especificado, mas a CCDR disse a determinada altura que efetivamente era da competência do GAL. Começaram então a trabalhar com a CCDR no acompanhamento dos projetos, mas em articulação informal, num processo que até tem tido sucesso e em que todos trabalham para o mesmo fim.

[21] Entrevista GAL

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

Os mecanismos de articulação utilizados foram essencialmente reuniões periódicas, emissão de pareceres, reuniões de coordenação e ligação com um ponto focal. No domínio do funcionamento dos mecanismos e articulação com a Autoridade de Gestão e a equipa do GAL foram destacados a emissão de pareceres e a ligação com o ponto focal como mecanismos de articulação que melhor funcionam.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Emissão de pareceres: 5 Ligação com um ponto focal: 5 Reuniões periódicas: 3 Reuniões de coordenação: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

Como tem vindo a ser referido, a articulação entre a equipa do GAL e a CCDR é avaliada de uma forma bastante positiva tendo sido destacado na entrevista a relação de proximidade que foi desenvolvida entre técnicos: "existe uma boa articulação com a CCDR, os técnicos têm sido incansáveis"[22].

Ainda assim é igualmente referido que a articulação seria mais eficiente se fossem preparadas FAQ para a uniformização de procedimentos. Consideram que há a necessidade de haver respostas a pedidos de esclarecimentos frequentes relacionados com interpretações de pontos das candidaturas que são cruciais, por exemplo, para dar os pareceres. Por outro lado, é frequente não conseguirem responder a duvidas das entidades beneficiárias sem uma resposta prévia da CCDR de forma a evitar problemas de interpretação. Estas situações causam constrangimentos, pois muitas vezes não têm essa resposta tão próxima/rápida. Tal seria agilizado com um esclarecimento uniforme para todos os GAL sob a forma de FAQ.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira "não estava adequada a todas as necessidades identificadas no território"[23] e identifica a necessidade de melhorar os custos de gestão. A dimensão e competências da equipa técnica foram consideradas, através do inquérito realizado ao GAL como adequadas. A principal necessidade identificada quanto à equipa técnica tem a ver com a excessiva polivalência dos técnicos e com a dificuldade na identificação no território da sede de recursos humanos com a experiência adequada/necessária.

[22] Entrevista GAL
[23] Entrevista GAL

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do FSE: 95 242,44 €
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 47% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 3 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 3 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 4 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Excessiva polivalência dos técnicos • Outros: Dificuldade da retenção de talentos, elevada rotatividade dos técnicos e a dificuldade na identificação no território da sede de recursos humanos com a experiência adequada/necessária (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

Na entrevista o GAL refere que os custos de gestão necessitam de ser melhorados. Neste momento a dotação para os custos operacionais não dá resposta aos custos que o GAL possui. Inicialmente a entidade líder tinha quatro técnicos para gerir dois GAL (a IDSET é igualmente entidade líder do GAL "Eu… também conto!"): dois afetos a Setúbal e dois afetos ao Montijo. Atualmente, houve alteração da dotação e só possuem dois técnicos o que é insuficiente pois no momento têm mais trabalho do que inicialmente uma vez que no primeiro aviso de candidatura só tinham a gestão do SI2E e agora têm o SI2E, têm o PIEAS, têm o +COESO, ou seja, têm um conjunto de outros programas para gerir com metade dos recursos humanos iniciais. A entidade líder está a fazer um esforço adicional (que não dentro da candidatura) para recrutar mais pessoas (vão contratar um novo técnico) que vai financiar através de atividades de carácter privado que vão começar a desenvolver e que vão pagar a esse técnico. É referido na entrevista a necessidade dos custos operacionais estarem elencados à dimensão do trabalho no terreno e, neste momento, para dar resposta a todo o trabalho, como têm outros projetos de parte privada, vão pagar com esse dinheiro os técnicos que vão entrar.

Ao nível da equipa técnica, um dos problemas identificado pelo GAL quer no inquérito, quer na entrevista foi a rotatividades dos técnicos. Foi referido que há falta de recursos humanos com as competências necessárias na área do GAL, pelo que os técnicos contratados residem em Lisboa o que torna cansativo e dispendioso as deslocações diárias para a sede do GAL que se localiza numa área periférica de Setúbal.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

As áreas onde a equipa sente mais necessidade formativa são no domínio da contratação pública, nos sistemas de informação, na monitorização e avaliação e na uniformização de procedimentos de análise.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	O GAL não respondeu
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	O GAL não respondeu
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Contratação Pública • Sistemas de informação • Monitorização e avaliação • Uniformização de procedimentos de análise (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

Segundo a entrevista realizada ao GAL, existiu uma união grande e entre ajuda entre todos os GAL. A nível interno "eramos nós que nos capacitávamos uns aos outros, criamos as nossas próprias ferramentas com o objetivo de otimizar o nosso tempo e trabalho".[24] Entre os GAL houve a partilha de conhecimentos e o trabalho em conjunto, o que gerou uma relação positiva entre todos. O GAL destaca a necessidade da CCDR ou a AD&C facultar formações online (numa plataforma) para facilitar o processo de capacitação da equipa técnica.

É destacado que se os técnicos tivessem tido uma formação sobre os procedimentos do FSE e do FEDER, sobre o SI, etc. estariam todos mais capacitados não só para o apoio a prestar às entidades beneficiárias, como também no momento de avaliação das candidaturas. Na avaliação das candidaturas efetuavam todo o trabalho de análise que chegava à CCDR e eram informados que não estavam a utilizar a terminologia mais correta e tinham que alterar tudo. Se tivessem tido formação o processo teria sido mais simples, mas como tal não aconteceu foram em conjunto trabalhando todas as questões que foram surgindo e aprendendo com a experiência.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL deu contributos, que foram parcialmente integrados, na definição dos requisitos (formais e documentais), na definição de indicadores, nos critérios de seleção das operações e na adaptação dos avisos às especificidades territoriais. Na entrevista o GAL afirma que a sua única função é "adaptar os critérios de mérito à nossa realidade, à nossa EDL",[25] e é frequente ser-lhes dito que não podem fazer muitas alterações, caso contrário a AD&C não aprova os avisos o que pode atrasar todo o processo. Vistos em conjunto, os avisos não responderam a todas as especificidades territoriais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Deram contributos e foram integrados
Definição de indicadores	Deram contributos e foram integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram integrados

[24] Entrevista GAL
[25] Entrevista GAL

	Adaptação dos avisos às especificidades territoriais: Deram contributos e foram parcialmente integrados Prazos de apresentação das candidaturas: Foram responsáveis pela definição Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas: Foram responsáveis pela definição Definição do calendário de abertura dos AAC: Não deram contributos Dotação financeira: Não deram contributos Definição das TO/medidas: Não deram contributos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Critério EDL no referencial de mérito.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma geralmente positiva a adequação dos calendários de abertura dos avisos, no entanto considera que devia ter existido uma maior permeabilidade do ritmo de lançamento dos concursos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	-	-	-	-
8.3/8iii.	6	6	4	5
10.1/10.i	6	6	4	5
9.1/9i	-	-	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL faz uma avaliação positiva das tipologias de operação (não tendo, no entanto, avaliado as tipologias 8.8/8a e 9.1/9i), onde avalia como positiva a adequação das medidas com concurso lançado aos objetivos da EDL e DLBC, o público-alvo e a necessidade do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • + COESO Emprego- Empreendedorismo • +COESO Urbano • SI2E • Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) • Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN)
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

adequação (Objetivos, indicadores, …)

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	-	-	-	-
8.3/8iii	6	6	6	6
10.1/10.i	6	-	6	5
9.1/9i	-	-	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 38 E 39:

Foi referido na entrevista alguma dificuldade ao nível da aplicabilidade da EDL, uma vez que as entidades beneficiárias têm alguns problemas a adaptar/enquadrar os projetos na estratégia. As entidades beneficiárias têm projetos que gostavam de ver financiado e frequentemente é a entidade líder do GAL que enquadra o projeto dentro dos pontos da estratégia. Mesmo alguns dos consultores que trabalham com os promotores têm dificuldade de adaptar os projetos às estratégias.

No terreno, como não é a área da especialização e de conhecimento das entidades beneficiárias, estas nem acabam por perceber muito bem o que é a estratégia, o que é que está a ser promovido. São os técnicos da IDSET que acabam por no terreno, na animação territorial, começar a analisar que projetos podem ser submetidos ou não.

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação positiva dos critérios de seleção, da metodologia de apuramento do mérito, da dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas, da interação com o SI FSE e da interação com o SI FEDER. A periodicidade das reuniões do órgão de gestão revelou-se pouco adequada. O GAL, através do inquérito realizado afirma que os prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a.	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Critérios de seleção	-	6	6	-
Metodologia de apuramento do mérito	-	6	6	-
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	-	6	6	-
Interação com o SI FSE	-	6	6	-
Interação com o SI FEDER	-	6	6	-
Carga burocrática	-	5	5	-
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	-	2	2	--
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	-	-	-	-
Interação com o SI PDR/	--	-	-	--
Interação com o SI IFAP	-	-	-	-
Interação com outros SI	-	-	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise das candidaturas das tipologias 8.3/8ii e 10.1/10.i têm sidos cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Não se aplica uma vez que os GAL referiram que os prazos têm sido cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 263 dias (cerca de oito meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**12**	**12**	**154**	**52**	**206**
09.01	2	2	189	39	228
COESOEmp	1	1	100	58	158
COESOUrb	8	8	118	56	174
SI2E	1	1	430	42	472
09.10	**4**	**4**	**397**	**38**	**435**
SI2E	4	4	397	38	435
Total	**16**	**16**	**215**	**48**	**263**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Na entrevista foi referido que no início quando o GAL começou a analisar as candidaturas tal foi feito de uma forma menos correta pois, e uma vez que não tiveram formação específica, a entidade líder que possuía experiência em submeter candidaturas ia recolher informação ao que lhes era respondido nestes casos e utilizavam esses exemplos para avaliar as candidaturas das entidades beneficiárias no que achavam que seriam os critérios para a análise de mérito, de admissibilidade, técnica e financeira. O que aconteceu é que efetuavam todo o trabalho e depois chegava à CCDR e eram avisados que não estavam a utilizar a terminologia mais correta e tinham que alterar tudo (chamavam pontos às componentes, p.ex., tinham análises que não estavam corretas, etc.). Quando se iam apercebendo dos erros que cometiam e à medida que recebiam informação da CCDR, iam partilhando informação entre os GAL. Esta partilha de informação acabou por ser uma mais valia e o espírito inter-GAL começou a ser muito forte: juntavam-se para perceber como estavam a analisar as candidaturas, como estavam a criar os textos e juntamente com o aprendizado que a CCDR dava com as "criticas" efetuadas começaram a adaptar as respostas/análises. Era igualmente frequente ligarem diretamente para os técnicos da CCDR para perceber como deveriam ser dadas as respostas aos componentes, aos critérios, etc. Hoje em dia referem que já é mais fácil pois já têm a mesma linguagem que foi algo que adquiriram com o tempo e a experiência ao longo dos últimos seis anos. Atualmente, no PAPN estão a otimizar os procedimentos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão é constituído por cinco entidades. O GAL expõe na entrevista que o órgão de gestão não possui qualquer envolvimento na análise e gestão da candidatura, "porque os elementos do órgão de gestão fazendo parte do território podem apresentar candidaturas, o que não é viável uma vez que há casos em que eles estão a avaliar as suas próprias candidaturas".[26] Este apenas recebe feedback sobre a evolução dos trabalhos, sem qualquer poder de intervenção. Não foram indicados outros parceiros/stakeholders no processo de análise e seleção de operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências		
		Entidade	
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	1	IDSET	
	2	União Mutualista N. Srª da Conceição	
	3	Centro Social São Pedro do Afonsoeiro	
	4	Associação Give ONG	
	5	Junta de Freguesia do Montijo e Afonsoeiro	

[26] Entrevista GAL

	(Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão % de GAL que alterou a composição do Órgão de Gestão	A composição do órgão de gestão não foi alterada (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O órgão de gestão envolveu-se através de reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	Consideram que o modelo de envolvimento do Órgão de Gestão não foi nada adequado (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foi mencionado o envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Os técnicos da IDSET têm a imparcialidade da análise das candidaturas. Na entrevista é referido que fazem a articulam entre os técnicos do DLBC "Capacitar Montijo" e "Eu… também conto!": o técnico que avalia as candidaturas ao DLBC "Capacitar Montijo" faz o acompanhamento das candidaturas ao DLBC "Eu… também conto!" e vice-versa. Assim mais consideram que garantem a imparcialidade do processo de decisão e como os projetos são acompanhados por um outro técnico, este dá "um outro olhar" no acompanhamento efetivo do projeto.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram resposta a solicitação dos PO Financiadores, à elaboração de relatórios de monitorização periódicos, a realização de reuniões da equipa técnica de balanço, à realização de balanço com as Autoridades de Gestão e a reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
As entidades envolvidas na monitorização são as que compõem o Órgão de gestão tem a intenção de realizar uma avaliação contínua com relatórios periódicos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 6 Realização de balanço com as AG: 6 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 6 Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 5 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 5 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

Começam a acompanhar a execução dos projetos com a assinatura do termo de aceitação, a sua introdução no sistema, o início do projeto e os documentos de apoio necessários, etc. Fazem um acompanhamento normal como se fossem uma entidade de consultoria que acompanha um projeto para um cliente. Ajudam com os pedidos de reembolso (ex. analisam se os proponentes têm toda a documentação necessária), ajudam na análise das respostas dos técnicos da CCDR. São igualmente contactados pelos técnicos da CCDR sobre dúvidas em documentos dos proponentes, documentos em falta, etc. No entanto, este é um acompanhamento que não é formal. ter com uma entidade e fazer uma auditoria direta. Teoricamente toda a parte da monitorização é da responsabilidade da autoridade de gestão e não do GAL.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A diversidade e complexidade das tipologias de intervenção contratadas constituíram um constrangimento face à diversidade e complexidade das intervenções e a ausência de orientações do PO financiador.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação** • Diversidade e complexidade das intervenções • Ausência de orientações do PO financiador (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários a uma eventual necessidade de revisão da EDL e DLBC, embora o GAL considere necessária à sua existência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão implementados	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	A EDL/DLBC não foi alvo de revisão (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicaçãoque se traduziu em produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...), visitas a projetos de investimento, produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site), verificando uma elevada adesão. Também foi realizado grupos de trabalho temáticos e reuniões/encontros com parceiros promovidos, sendo constatado uma fraca adesão nestas ações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Ações de **divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**
Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	Foram realizadas sessões de animação territorial (Fonte: Inquérito aos GAL)

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)	24	-	6
Visitas a projetos de investimento,...	13	-	6
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	19	-	5
Reuniões seminários, workshop e públicos	0	-	4
Grupos de trabalho temáticos	0	-	1
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	13	177	1
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	25	131	N/A
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	0	-	N/A
Participação em projetos de cooperação	0	-	N/A

(Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

As sessões de animação territorial foram realizadas no âmbito da definição da EDL, quando estavam a preparar a candidatura do DLBC para análise das necessidades.

O GAL afirma na entrevista que "conseguiram fazer chegar informação sobre o programa, mas sempre suscetível de ser melhorado. Existindo ainda muita população sem conhecimentos, apesar das ações serem divulgadas nas redes sociais, jornais, nos gabinetes de apoio ao empresário, nos municípios, juntas de freguesia, empresas presentes no território etc."[27] É necessário fazer a avaliação se esta comunicação é eficiente e analisar qual é a melhor forma de chegar às populações. Nos últimos anos a pandemia foi um fator que condicionou muito as ações de divulgação uma vez que consideraram que, em termos gerais, a divulgação online não seria a mais adequada.

É referido na entrevista que o tipo de comunicação efetuado tem muito a ver com o tipo de aviso que estão a promover. Começam a ir ao terreno e a dinamizar com os parceiros: vão às entidades e perguntam o que estas gostariam de ver financiado, onde gostavam de ter apoio. Tem a limitação de se dirigir às entidades que conseguem encontrar ou que pertencem à sua rede. Por outro lado, também pedem, por exemplo aos gabinetes de apoio ao empresário que divulguem, fazem mailing (compram as bases de dados), fazem contactos com as entidades, etc. Fazem todo o tipo de comunicação que podem fazer, mas denotam que a recetividade depende do aviso. Por exemplo, no + COESO estavam em confinamento e fizeram um conjunto de seminários online que, devido à tipologia do programa, foram de grande utilidade, além disso o programa foi amplamente divulgado na comunicação social e as próprias entidades beneficiárias contactavam-nos para ter mais informações. O contrário já se verificou no PAPN, cujos avisos também foram lançados em período de confinamento com divulgação na comunicação social, mas já não tiveram tanto sucesso, no entanto mais devido à tipologia do aviso, do que aos meios de comunicação utilizados. A comunicação e o marketing estão a ser adequados consoante o aviso seja ou não "mais apetecível".

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito do modelo de gestão dos DLBC, das sinergias entre projetos e sectores de atividade económica e das operações inovadoras para o território. O GAL na entrevista realizada, destaca o facto de terem sido capaz de promover a cooperação entre entidades que anteriormente não cooperavam em conjunto.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de gestão do DLBC • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 60

Na entrevista foi referido que o modelo de gestão sob a forma de consórcio foi uma aposta ganhadora. Permitiu uma menor morosidade e menos burocracia na tomada de decisões (por exemplo em comparação com modelos em que a liderança é partilhada entre mais do que uma entidade), deu uma maior liberdade de gestão das candidaturas e permitiu manter a imparcialidade na análise das mesmas.

Na implementação foram criadas sinergias entre projetos que resultaram do conhecimento macro que tiveram do território e que permitiu o trabalho em colaboração das entidades do território, quer pertencentes à parceria, quer fora da parceria. Há uma grande interajuda.

[27] Entrevista GAL

Como conheciam as entidades e os projetos e existiam todas estas sinergias conseguiram incentivar os projetos mais inovadores para apresentar candidatura: permitiu criar inovação no território, e até uma inovação mais organizacional colocando a colaborar em conjunto entidades que não tinham boas relações.

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão moderada, pois o número total de candidaturas apresentadas foi de 31, o que corresponde a uma procura pouco relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 46,2%. O GAL expõe na entrevista "O SI2E teve muita adesão juntamente com o +COESO, em contrapartida o PAPN não verificou tanta adesão."[28]

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 31 candidaturas com um custo de 3 142 144,52 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>3</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>3</td></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>N/A</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Condições de elegibilidade das operações
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td></td><td>6</td><td>6</td><td></td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td></td><td>6</td><td>6</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5">Outros: Territórios de intervenção, uniformização de procedimentos para as mesmas PI e avisos, pelas AG</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

[28] Entrevista GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**20**	**64,5**	**2 076 040,32**	**66,1**
09.01	4	12,9	397 499,54	12,7
COESOEmp	1	3,2	122 415,55	3,9
COESOUrb	12	38,7	1 473 125,19	46,9
SI2E	3	9,7	83 000,04	2,6
09.10	**11**	**35,5**	**1 066 104,20**	**33,9**
PAPN	6	19,4	528 862,00	16,8
SI2E	5	16,1	537 242,20	17,1
Total Geral	**31**	**100,0**	**3 142 144,52**	**100,0**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	1001	COESOEmp	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	PAPN	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**11**	2	1	8		**1**	1		**12**
2.Não admitida						**2**		**2**	**2**
3.Não aprovada	**5**	1		4					**38**
4.Anulada	**2**				2	**1**	1		**3**
5.Desistida /rescindida/revogada	**1**				1	**3**	3		**4**
6.Submetida/admitida	**1**	1				**4**		**4**	**5**
7. Total	**20**	4	1	12	3	**11**	5	**6**	**31**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	84,2	100,0	100,0	100,0	0,0	14,3	20,0	0,0	192,3
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	57,9	66,7	100,0	66,7	0,0	14,3	20,0	0,0	46,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	26,3	33,3	0,0	33,3	0,0	28,6	0,0	100,0	153,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	5,3	0,0	0,0	0,0	33,3	42,9	60,0	0,0	15,4

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Face às expectativas iniciais o GAL teve problemas em relação às entidades que estavam na parceria desde o início. As entidades parceiras tinham uma grande expectativa de usufruir as verbas que iam ser disponibilizadas, mas muitas não se candidataram. Tal como já foi referido, tinham inicialmente um fio condutor para os projetos a desenvolver para implementar a estratégia, mas como o DLBC teve um caminho diferente, foram incluídas especificações que fizeram com que a maior parte das entidades do consórcio não se pudessem candidatar. Tiveram que ir procurar no território as entidades que se adequavam aos avisos. Os novos beneficiários que foram aparecendo (a maior parte são novos à exceção dos candidatos ao PIEAS) estão satisfeitos e contactam o GAL a pedir novamente o SI2E ou o PAPN (com uma maior abertura de CAE). Se se vir efetivamente o conceito de DLBC Urbano os avisos lançados estão "martelados" nas tipologias, não vão de encontro à génese do DLBC: para as novas entidades vão de encontro às expectativas, para as entidades que fazem parte da parceria "deixa a desejar".

Dentro das várias tipologias houve diferenças de adesão dos beneficiários. O SI2E teve muita adesão porque financiava investimento e financiava a criação de postos de trabalho, o + COESO teve muita adesão porque era "muito apetecível" para as entidades, principalmente para as de menor dimensão. uma vez que financiava os postos de trabalho e o investimento a 100% ao passo que tal já não acontecia com o PAPN, que só era financiado a 50%, logo com menor adesão por parte das entidades (sendo uma mais valia apenas para as entidades de maior dimensão).

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram acima da dotação contratualizada no caso do FSE, apresentando uma taxa de compromisso de 172%, no FEDER, a procura foi mais reduzida e a taxa de compromisso ficou nos 77%. A taxa de execução é, no entanto, muito reduzida em ambos os fundos: 0,0% para o FSE e 5,2% para o FEDER. O principal estrangulamento identificado pelo GAL no questionário foi as condições de elegibilidade das operações. Os problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas...), atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso e dificuldade de recrutamento foram motivos suficientes para o não cumprimento dos tempos de execução das operações por DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>x</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>x</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 12 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 92 dias a essa data.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC</td><td>Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações
<table>
<tr><td>Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)</td><td>8.3/8iii.; 10.1/10.i</td></tr>
<tr><td>Atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso</td><td>8.3/8iii.; 10.1/10.i</td></tr>
<tr><td>Outros fatores. Quais? Dificuldade de recrutamento de RH com base nos critérios das PI</td><td>8.3/8iii.; 10.1/10.i</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**380 969,74€**	**20**	**655 627**	**0**	172,1	0,0	0,0
0901		4	98 943	0			0,0
COESOEmp		1	61 208	0			0,0
COESOUrb		12	453 976	0			0,0

SI2E		3	41 500	0			0,0
09.10	**272 988,25€**	**11**	**210 143**	**14 267**	77,0	5,2	6,8
PAPN		6					6,8
SI2E		5	210 143	14 267			1,6

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Na entrevista foram sistematizados os principais estrangulamentos à adesão dos beneficiários às tipologias:
- Limites do território para elegibilidade das entidades: não faz sentido terem o DLBC ligado a um território e depois as empresas que têm condições para poder concorrer não o poderem fazer por se localizarem num sítio que não é elegível. São tipologias direcionadas para territórios desfavorecidos com avisos centrados na criação de empresas, no entanto é difícil a criação de empresas em territórios desfavorecidos;
- A limitação das CAE (no caso do PAPN): o aviso não estava direcionado ao tecido empresarial do território.
- O financiamento não ser a 100% que condiciona a participação das entidades de menor dimensão, como referido na questão anterior. Estes constrangimentos levam a que as entidades não consigam, mesmo que queiram, responder e submeter candidaturas.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL não disponibilizou informação relativamente ao cumprimento das metas previstas para 2018, mas considera que existe possibilidade de vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI. O GAL não realizou avaliação intercalar, não sendo possível aferir o grau de cumprimento das metas em 2018.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Problemas de operacionalização do DLBC Urbano (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii: 5 10.1/10.i: 4 9.1/9i.: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL Não respondeu
Indicador 74. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu.
Indicador 75. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida do Programa	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Grau de cumprimento

		Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.06	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	5	12	%Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50	50	Não é possível aferir o grau de cumprimento
	Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	50.	12	% Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50	50	
09.10	Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Aumento do emprego em empresas apoiadas	9	24	Postos de trabalho criados	5	12	
	Apoio à criação de viveiros de empesas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Aumento do emprego em empresas apoiadas	1	1	Postos de trabalho criados	1	1	

(Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.)

Na entrevista, quando questionados sobre os fatores explicativos de eventuais desvios relativamente à capacidade de cumprimento das metas, o GAL refere que tinham indicadores iniciais definidos quando delinearam a Estratégia e se candidataram ao DLBC, mas quando começaram a implementar todos os programas estes acabavam por dar porque adaptaram os avisos aos indicadores definidos. Exemplo: o PAPN era investimento e não tinha como indicador a criação de postos de trabalho, então definiram que tinham que criar e manter os postos de trabalho X tempo após o fim do financiamento. Passou-se o mesmo com as questões do território que tinham um determinado objetivo e que posteriormente não foram adaptadas à realidade daquilo que acabou por ser a implementação do DLBC.

Na entrevista é referido que o DLBC acabou por concretizar as metas e criar todos os postos de trabalho porque foram sempre adaptando os indicadores dos avisos à realidade inicial.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm tido um contributo evidente para a empregabilidade e criação de emprego e para o reforço de respostas sociais, contudo têm tido um contributo mais fraco na educação para o empreendedorismo, na inovação e inclusão social e no desenvolvimento de competências profissionais e educacionais.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Empregabilidade e criação de emprego	
Reforço de respostas sociais	
Educação para o empreendedorismo	
Inovação e inclusão social	
Desenvolver competências profissionais e educacionais	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o elevado valor acrescentado da abordagem LEADER para a valorização do capital social e humano dos territórios, para a promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações), o maior conhecimento sobre as necessidades e potencialidades do território, a maior participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, a capacidade para gerir os fundos, a relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território, o acompanhamento e proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores, o estímulo ao trabalho em rede entre as atores do desenvolvimento do território, o aumento da confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN,OP, AG), o aumento da coesão territorial, a coordenação entre os diferentes níveis de governação, a cooperação com outros territórios, a mobilização da comunidade local, potenciar os resultados e impactos recorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL, aumentar a qualidade dos projetos apoiados, alargar a tipologia de potenciais beneficiários, aumentar a capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores e aumentar a divulgação dos produtos/serviços criados pelo projeto apoiado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Valorização do capital social e humano dos territórios	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	6
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	6
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	6
	Capacidade para gerir vários fundos	6
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	5
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AG, …)	5
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	5

Cooperação com outros territórios	5
Mobilização da comunidade local	5
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
Qualidade dos projetos apoiados	5
Sustentabilidade dos projetos apoiados	5
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	5
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4
Trabalho em rede/colaboração no território	4
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	4
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	4
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4
Inovação dos projetos apoiados	4
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	4
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3
Reforço da governança local	3
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	3
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	3

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 76:

No relatório de Avaliação da EDL (março 2019) vem referido que devido à atual estrutura de funcionamento a população local não participa no processo de tomada de decisão, nem nos procedimentos de gestão.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou-se exclusivamente com instrumentos do Portugal 2020 e fê-lo *a priori*, no âmbito da conceção de projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC com instrumentos do PT2020 e outras fontes de financiamento. Consideram que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas e a articulação foi efetuada à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 77:

Na entrevista foi referido que houve um reforço da dotação por parte da CCDR para os vários avisos a partir do + COESO, o que fez com que o GAL estivesse a gerir um valor muito superior ao que tinham de dotação no DLBC. A dotação por parte da CCDR foi atualizada de acordo com cada aviso de candidatura e não houve nenhuma candidatura que tivesse majoração que não fosse financiada.

Foi igualmente referido que o GAL tenta auxiliar as entidades indicando onde estas podem ir buscar financiamento complementar ao financiamento do DLBC.

Ficha de Avaliação

GAL Eu… também conto! - IDSET

Entidade Gestora: IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL "Eu… também conto!" situa-se no concelho de Setúbal, mais especificamente na União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de São Sebastião, mais especificamente: Bairro Salgado; Av. Cinco de outubro; Bairro Santos Nicolau; Bairro Lopes; Bairro da N.ª Sr.ª da Conceição; Bairro da Monarquina; Bairro Dias; Baixa de Setúbal; Bairro de S. Domingos; Bairro da Terroa; Bairro Humberto Delgado; Bairro da Liberdade; Bairro da Camarinha; Praça de Portugal; Bairro Afonso Costa; Av. Mestre Lima Freiras; Nova Azeda; Azeda de Cima; Nova Sintra; Bairro Camolas; Azeda de Baixo; Bairro da Meia Laranja; Varzinha; Bairro da Fonte do Lavra; Bairro 1º de Maio (Peixe Frito); Quebedo; Av. da Portela; Bairro do Aranguês; Bairro da Tebalda; Bairro do Novo Arânguês; Barreiros; Largo das Areias; Fontainhas; Av. Luísa Todi; Magalhães Mexia.

Mapa do Território de intervenção:

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

O DLBC e a EDL encontram-se em total articulação havendo a correspondência entre eixos, objetivos estratégicos e objetivos específicos. No entanto, denota-se que nos indicadores contratualizados há um foco no emprego e empreendedorismo (Eixo 2) o que direciona o DLBC para estas áreas. Este enfoque no emprego e empreendedorismo é igualmente visível nos dados obtidos no inquérito ao GAL onde foi referido que, entre as PI contempladas pelo DLBC, a PI 8.3/8iii foi a única considerada como muito adequada.

Tabela síntese – Indicadores 1 e 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL EIDT	Todos os objetivos identificados na EDL encontram-se no DLBC e vice-versa.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 6 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 4 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): 4 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores1 e 2:

O texto do DLBC "Eu também conto" encontra-se em total articulação com a EDL apresentada na candidatura da 2ª fase, uma vez que os eixos de intervenção, objetivos estratégicos e objetivos específicos do DLBC são uma transposição integral dos definidos para a EDL.

Figura 3. Arquitetura da EDL

EIXO 1 **Capacitação e Qualificação**	Objetivo Estratégico 1: Desenvolver competências profissionais e educacionais	Objetivo Específico 1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida
		Objetivo Específico 2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar
	Objetivo Estratégico 2: Educação para o empreendedorismo	Objetivo Específico 3. Capacitar empreendedores/as
EIXO 2 **Empregabilidade e Empreendedorismo**	Objetivo Estratégico 3: Empregabilidade e criação do próprio emprego	Objetivo Específico 4. Criar empresas, cooperativas e associações
		Objetivo Específico 5. Reabilitar espaços para a criação de viveiros de empresas
EIXO 3 **Desenvolvimento Comunitário**	Objetivo Estratégico 4: Inovação e inclusão social	Objetivo Específico 6. Fomentar ambientes urbanos criativos e atrativos
		Objetivo Específico 7. Reforçar a rede de apoio comunitário
	Objetivo Estratégico 5: Respostas para a comunidade	Objetivo Específico 8. Promover o envelhecimento ativo intergeracional
		Objetivo Específico 9. Promover a inclusão de grupos desfavorecidos e a sua autonomização
		Objetivo Específico 10. Aumentar a responsabilização e a mudança de mentalidades

Fonte: Estratégia de Desenvolvimento Local Gal "Eu… Também Conto!"

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC contratualizada

Eixo	Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Áreas de intervenções/ações
1. Capacitação e Qualificação	1. Desenvolver competências profissionais e educacionais	1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida	Desenvolvimento de projetos de formação-ação formativa de curta duração; Formação prática em contexto de trabalho; Processos de RVCC e ensino profissional; Cursos de alfabetização informal; Ensino informal da Língua Portuguesa; Formação de docentes e outros agentes de educação e formação;
		2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar	Promoção de uma cultura e práticas inclusivas na intervenção educativa, procurando-se novas soluções de promoção do sucesso educativo; Promoção do sucesso educativo através da articulação do sistema educativo e formativo, com projetos artísticos e de valorização do património; Combate ao insucesso e abandono escolar com recurso às TIC;
	2. Educação para o empreendedorismo	3. Capacitar empreendedores/as	Capacitação de novos/as empreendedores/as; Concurso de ideias e laboratórios de inovação;

2. Empregabilidade e Empreendedorismo	3. Empregabilidade e criação do próprio emprego	4. Criar empresas, cooperativas e associações	Criação de empresas Criação de cooperativas e associações Desenvolvimento de programas de formação-ação, consultoria e mentoring de apoio ao/a empreendedor/a;
		Reabilitar espaços para a criação de viveiros de empresas	Valorização e dinamização de espaços existentes, fomentando ambientes urbanos criativos, que promovam a criação de espaços para viveiros de empresas e contribuam para a criação de emprego;
3. Desenvolvimento Comunitário	4. Inovação e Inclusão Social	5. Fomentar ambientes urbanos criativos e atrativos	Desenvolvimento de projetos na área da inovação social, que contribuam para um setor social mais forte, capaz de responder a novos desafios e facultar respostas sociais mais eficazes; Sensibilização dos empregadores para as vantagens da contratação de pessoas com deficiência e incapacidade, imigrantes e minorias étnicas; Promoção de atividades artísticas e culturais;
		6. Reforçar a rede de apoio comunitário	Reforço das dinâmicas relacionais, incentivos à integração da família na escola e melhoria do desempenho parental; Desenvolvimento de projetos de animação da comunidade; Incentivo da comunidade em dar contrapartidas relativamente ao obtido, através da criação e manutenção de hortas comunitárias e respetivo escoamento de produtos;
	5. Resposta para a Comunidade	7. Promover o envelhecimento ativo intergeracional	Estimulação do envelhecimento ativo, atuando na prevenção e na promoção do bem-estar físico, social e mental da população; Criação de projetos intergeracionais, que permitam a partilha de vivencias e perspetivas, dando a conhecer a existência de realidades diferentes, uma reflexão sobre o passado com o objetivo de perspetivar "que futuro?"
		8. Promover a inclusão de grupos desfavorecidos e a sua autonomização	Combate à pobreza, à discriminação e inclusão social através do apoio na concretização de projetos de vida
		9. Aumentar a responsabilização e a mudança de mentalidades	Dinamização de projetos contra a discriminação, preconceitos e estereótipos e, que promovam a igualdade de género e de oportunidades, o diálogo intercultural e inter-religioso, a inclusão de comunidades marginalizadas e minorias étnicas

No entanto, quando se analisam os indicadores de realização contratualizados, verifica-se o foco do DLBC no Eixo 2. Empregabilidade e Empreendedorismo uma vez que estes se centram no aumento do emprego e criação de emprego/autoemprego, quer nas medidas do FSE, quer nas medidas do FEDER, como se pode ver no quadro abaixo.

Indicadores de realização e de resultado contratualizados, por fundo

Fundo	Eixo/medida	Correspondência aos objetivos específicos	Indicador de realização	Indicador de resultado
FEDER	Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à	OE4. Criar empresas, cooperativas e associações	Aumento do emprego em	Postos de trabalho criados

Fundo	Eixo/medida	Correspondência aos objetivos específicos	Indicador de realização	Indicador de resultado
	criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego		empresas apoiadas	
FEDER	Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	OE4. Criar empresas, cooperativas e associações	Empresas que beneficiam do apoio	Postos de trabalho criados
FSE	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	OE1. Promover a aprendizagem e a qualificação ao longo da vida OE2. Promover ambientes educativos participativos e experienciais, bem como o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
FSE	Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria	OE4. Criar empresas, cooperativas e associações	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Tal foi igualmente confirmado durante a entrevista onde foi referido que o principal foco de atuação do DLBC incidiu sobre o empreendedorismo, criação de empresas, dinamização de empresas e dinamização de empresas para a parte da inovação.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 994 878,53€, sendo mais de metade do montante proveniente do FSE. O GAL afirma na entrevista, "a verba que tinha sido atribuída não dava resposta à totalidade dos projetos."[29], posteriormente, a dotação foi atualizada de acordo com cada aviso de candidatura não existindo nenhuma candidatura que tivesse majoração que não fosse financiada. Relativamente à adequação do financiamento contratualizado, as TI 8.8/8a e 9.1/9i. apresentaram um subfinanciamento face às prioridades. O GAL na entrevista realizada expõe o problema de falta de avisos e financiamento, existindo alteração de todos os valores candidatados e dos montantes contratualizados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>579 546,37 €</td><td>58%</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>415 332,16 €</td><td>42%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>994 878,53 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>1</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas</td><td>Existe correspondência entre os indicadores de realização e resultado e a natureza das medidas previstas.</td></tr>
</table>

[29] Entrevista GAL

à natureza das medidas associadas às TI	
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

O GAL expõe na entrevista o facto de inicialmente terem sido realizadas reuniões de trabalho com o intuito de criar projetos de acordo com cada tipologia, dessa forma "sabiam que projetos podiam ter resposta independentemente dos avisos estarem ou não abertos"[30]. As reuniões de trabalho realizadas também facilitaram o processo de atribuição de verba, "sabíamos quanto é que precisavam para cada projeto"[31].

Na entrevista é referido que quando saíram os avisos para o SI2E, o GAL colocou praticamente toda a sua dotação, o que fez com que os projetos aprovados tivessem quase esgotado a verba adjudicada ao DLBC. Quando saíram os avisos do + COESO houve uma grande cooperação com a direção da CCDR que disponibilizou um reforço da dotação o que possibilitou que todas candidaturas com majoração fossem financiadas

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**579 546,37€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**415 332,16€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**994 878,53€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

Na entrevista o GAL afirma, não possuírem muita experiência na adequação dos indicadores e das metas face às prioridades do DLBC sendo fundamental o apoio da CCDR para a adequação dos indicadores à realidade presente no território. Após este auxílio, consideram que houve um grande ajustamento dos indicadores à realidade.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

[30] Entrevista GAL
[31] Entrevista GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com a estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, com o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte, com o Plano de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social, com os Planos Municipais para a igualdade, com os Planos Municipais para a Integração de Migrantes, com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), com o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, com a mobilidade Urbana Sustentável (MUS), com o Plano de Ação de Regeneração (PARU) e com a Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte • Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social • Planos Municipais para a Igualdade • Planos Municipais para a Integração de Migrantes • Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS • Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano • Mobilidade Urbana Sustentável - MUS • Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU • Rede Local de Intervenção Social - RLIS (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Na entrevista foi referido que, como a EDL estava enquadrada na EDT, no PEDU, no ARU do município acaba por ser um fio condutor em todos estes instrumentos, quer a nível macro, quer a nível micro do território.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O GAL considera que o modelo de aprovação/negociação contribuiu para a transparência do processo de seleção dos GAL, para a adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos, da criação de novas parcerias nos territórios e do aumento da qualidade das EDL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Transparência do processo de seleção dos GAL: 4 Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos: 3 Criação de novas parcerias nos territórios: 3

problemas de desenvolvimento do território	Aumento da qualidade das EDL: 3 Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território: 2 Celeridade do processo de seleção: 2 Envolvimento dos parceiros na EDL: 2 Relevância do instrumento para a estratégia: 1 Simplificação do processo de seleção: 1 Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL: 1 Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 3 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 3 Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 3 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 3 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 3 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 3 Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 3 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 3 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 3 Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 9, 10 E 11:

Na entrevista foi referido que a aprovação do GAL foi um processo muito desgastante, pois tiveram alguns obstáculos criados por uma outra entidade a atuar no território que criou algumas dificuldades à IDSET (ver SQ6). Por sua vez foi salientada a boa relação com a CCDR e a realização de várias reuniões com a direção, que acompanhou todas as dinâmicas de gestão dos indicadores, das verbas e das atividades a desenvolver no terreno.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 30 entidades, de setores diversificados, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram as entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), as entidades privadas com fins lucrativos (empresas), entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos), entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos) e juntas de freguesia. A participação ocorreu através de recolha da pareceres e contributos e da inclusão em grupos de trabalho e sessões públicas de debate, gerou resultados através do alargamento de âmbito estratégico (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação), da identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, do alargamento das potenciais fontes de financiamento e da identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>4</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>1</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Forma de envolvimento</th><th>Avaliação da participação</th></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sessões públicas de debate
Recolha formal de pareceres e contributos
Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Formal</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL
</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>
O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:

Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários
Alargamento das potenciais fontes de financiamento
Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia

(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>
O GAL é constituído por 30 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento – Entidade Gestora</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Centro de Formação Ordem de Santiago</td><td>Agrupamento de escolas</td></tr>
<tr><td>Ana Maria Fidalgo Mineiro</td><td>Empresário em nome individual</td></tr>
<tr><td>José Henrique Gomes Martins (Academia Crescer e Saber e Ti-no-ni)</td><td>Empresário em nome individual</td></tr>
<tr><td>Associação de Socorros Mútuos Setubalenses</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Teatro Estúdio Fontenova</td><td>Associações recreativas e culturais</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Centro Jovem Tambor — IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social (inclui instituições equiparas a IPSS e União das IPSS) Banco Alimentar Contra a Fome — Associações e fundações privadas Núcleo de amigos do Bairro Santos Nicolau — Associações recreativas e culturais Centro Social e Paroquial de S. Sebastião de Setúbal — Associações e fundações privadas Associação Batista Shalom — Associações e fundações privadas APPACDM de Setúbal – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental — Associações e fundações privadas Eduardo & Duarte, Lda — Sociedade Comercial Casa-Centro de Apoio ao Sem Abrigo — Associações e fundações privadas EDUGEP – Conceção, Desenvolvimento e Gestão de Projetos de Natureza Educacional, Social e Cultural, Lda — Sociedade Comercial Cascais e Barbosa. Lda — Sociedade Comercial New Oceans, Lda — Sociedade Comercial Prima Folia Cooperativa Cultural CRL — Associações recreativas e culturais Space & Time, Lda — Sociedade Comercial Teamguaranteed – Unipessoal, Lda — Sociedade Comercial Win Win Talents — Sociedade Comercial Daring Project - Associação — Associações e fundações privadas Junta de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal — Organismo público Associação Jubileu Mais — Associações e fundações privadas Pereirapisco Creativity, Lda — Sociedade Comercial Associação de Ensino Cristóvão Colombo — Associação empresarial (sem fins lucrativos) Associação Entrenós — Associações e fundações privadas Agrupamento de Escolas Ordem Sant'iago — Agrupamento de escolas Agrupamento de Escolas Lima de Freitas — Agrupamento de escolas (Fonte: Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª fase)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Todos os parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL, não tendo sido identificada a participação de outras entidades exteriores à parceria. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da participação em sessões públicas de debate, da recolha formal de pareceres e contributos e da sua inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

Na entrevista foi referido que foi bastante difícil estabelecer o consórcio (figura jurídica adotada para a constituição do GAL) devido a dificuldades criadas à entidade líder do GAL por uma das entidades que atuava na região que criou muitos constrangimentos no contacto com as entidades do território. A CCDR teve um papel determinante no desbloqueio e na negociação e delimitação dos territórios de intervenção da IDSET e da outra entidade. Por outro lado, a IDSET era uma entidade nova e consequentemente pouco conhecida no território o que dificultou igualmente a constituição do consórcio tendo que "conquistar" os parceiros e dar provas da sua capacidade tendo para tal realizado roadshows de apresentação com várias entidades. Ultrapassadas estas dificuldades avaliam de uma forma muito positiva o consórcio estabelecido.

Posteriormente, no desenvolvimento da EDL, a metodologia de trabalho desenvolveu-se através da realização de meta-planos e workshops, com grandes grupos de trabalho, posteriormente a dimensão dos grupos de trabalho diminuiu e o seu foco incidiu numa temática em específico

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL afirma que a dinâmica de envolvimento diminuiu ao longo do período de implementação. Nesta fase, o GAL contou de forma continuada com o apoio do POR/CCPPOR/CCDR, através de sessões públicas de divulgação e debate; recolha formal de pareceres e contributos, também contou pontualmente com o envolvimento das juntas de freguesia, entidades representativas do setor social (sem fins lucrativos), entidades representativas do setor económico (sem fins lucrativos) e entidades privadas com fins lucrativos (empresas), através de sessões públicas de divulgação e debate; recolha formal de pareceres e contributos. Os municípios foram as entidades que não possuíram qualquer tipo de envolvimento na implementação do DLBC. Os resultados deste envolvimento prenderam-se sobretudo com o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuindo para o aumento do alcance em termos de perfil dos beneficiários apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>
Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate
Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>-</td><td>-</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.
</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para o aumento do alcance em termos de perfil dos beneficiários apoiados.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

O GAL na entrevista afirma que o DLBC "Eu também conto" tem tido problemas de recetividade junto do município, uma vez que este se limita a disponibilizar espaços para a realização das ações, sendo muito difícil a marcação de reuniões para o desenvolvimento da animação territorial e a divulgação das atividades desenvolvidas pelo GAL.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL considera que seria pertinente ter um papel mais ativo e participativo na formalização da concessão de apoios (envio do termos de aceitação para os beneficiários). Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo para a celeridade dos procedimentos, para a monitorização dos resultados, redução da carga administrativa, proximidade aos beneficiários, capacidade de ajustamento às necessidades do território, dos resultados atingidos, do alcance das metas definidas, da participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, da promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários e da resposta às necessidades do território.

Quando questionado sobre o grau de pertinência/adequação das competências delegadas, o GAL classifica todas as competências como totalmente pertinentes/adequadas, no entanto esta avaliação é efetuada tomando como base o que seriam as competências relevantes a serem delegadas no GAL e não uma avaliação do modelo implementado. De facto, na entrevista foram apontadas áreas a melhorar principalmente no que se refere ao acompanhamento dos projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6
	Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	6
	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos	6
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	6

Indicador	Resposta/Evidências
	Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 6 Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 6 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 6 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 6 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo do modelo de contratos de financiamento**

	Negativo	Neutro	Positivo
Redução da carga administrativa			x
Celeridade de procedimentos			x
Proximidade aos beneficiários			x
Capacidade de ajustamento às necessidades do território			x
Resultados atingidos			x
Alcance das metas definidas			x
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local			x
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários			x
Monitorização de resultados			x
Resposta a necessidades do território			x
Simplificação administrativa		x	

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo PO Regional:** • Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) (Fonte Inquérito ao GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 20, 21 e 22:

O GAL na entrevista expõe a necessidade da melhoria na delegação de competências no próximo período de programação, sendo fundamental "todos os envolvidos perceberam qual o papel de cada uma das entidades em todo o processo do DLBC"[32]. Considera que o ponto fundamental é definir as competências delegadas com o objetivo de todas as entidades envolvidas (GAL, AG, entidades beneficiárias) saberem em concreto qual é o seu papel e o papel das outras entidades, ficando todas as áreas desenvolvidas e clarificadas. Há muitos aspetos da delegação de competências que os GAL não sabem que têm que fazer: estão na expectativa que os GAL façam determinada tarefa, mas o GAL não tem essa noção, não tem a experiência, e acaba por haver uma falha de comunicação que não existiria se a parte da delegação de competências estivesse mais formalizada. Tal aconteceu com o acompanhamento dos projetos, tendo sido dado o seguinte exemplo na entrevista: o Gal começou a trabalhar na animação territorial, lançaram os avisos e fizeram a avaliação das candidaturas, no entanto inicialmente só tiveram conhecimento que as candidaturas eram aprovadas quando os promotores contactaram o GAL com duvidas, caso contrário não possuíam nenhum feedback dos resultados das candidaturas uma vez que não receberam os termos de aceitação. Foram os beneficiários que, devido à relação próxima que estabeleceram com o GAL, lhes enviaram os termos de aceitação quando quiseram saber os passos seguintes ou tiveram alguma dúvida. Como no acompanhamento dos projetos os beneficiários contactavam principalmente com a CCDR e não com o GAL, este perdeu muita informação sobre a informação que era trocada entre a CCDR e as entidades beneficiárias, no entanto não deixavam de ser contactados pelas entidades beneficiárias para o esclarecimento de dúvidas (com beneficiários a pedir informações à CCDR e depois a pedir a mesma informação ao GAL para ver se a resposta era idêntica).

Na delegação de competência o acompanhamento de projetos por parte do GAL não estava especificado, mas a CCDR disse a determinada altura que efetivamente era da competência do GAL. Começaram então a trabalhar com a CCDR no

[32] Entrevista GAL

acompanhamento dos projetos, mas em articulação informal, num processo que até tem tido sucesso e em que todos trabalham para o mesmo fim.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considera que a articulação com a Autoridade de Gestão foi bastante positiva. Os mecanismos de articulação utilizados foram as reuniões periódicas, a emissão de pareceres, as reuniões de coordenação e a ligação com um ponto focal.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PDR e PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Emissão de pareceres: 5 Ligação com um ponto focal: 5 Reuniões periódicas: 3 Reuniões de coordenação: 3 Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

Como tem vindo a ser referido, a articulação entre a equipa do GAL e a CCDR é avaliada de uma forma bastante positiva tendo sido destacado na entrevista a relação de proximidade que foi desenvolvida entre técnicos, "Existe uma boa articulação com a CCDR, os técnicos têm sido incansáveis"[33].

Ainda assim é igualmente referido que a articulação seria mais eficiente se fossem preparadas FAQ para a uniformização de procedimentos. Consideram que há a necessidade de haver respostas a pedidos de esclarecimentos frequentes relacionados com interpretações de pontos das candidaturas que são cruciais, por exemplo, para dar os pareceres. Por outro lado, é frequente não conseguirem responder a duvidas das entidades beneficiárias sem uma resposta prévia da CCDR de forma a evitar problemas de interpretação. Estas situações causam constrangimentos, pois muitas vezes não têm essa resposta tão próxima/rápida. Tal seria agilizado com um esclarecimento uniforme para todos os GAL sob a forma de FAQ.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera na entrevista que a dotação financeira afeta às funções de gestão inicialmente estava adequada a todas as necessidades identificadas no território, sendo necessário melhorar os custos de gestãoA dimensão e competências da equipa técnica foram consideradas adequadas. A principal necessidade identificada da equipa técnica consiste na dificuldade da retenção de talentos no local da sede, a grande rotatividade dos técnicos e a dificuldade na identificação no território da sede de recursos humanos com a experiência adequada/necessária.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da	25% do FSE: 144 886,59€

[33] Entrevista GAL

contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 47% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 3 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 3 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 4 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Outros: Dificuldade da retenção de talentos no local da sede, elevada rotatividade dos técnicos e a dificuldade na identificação no território da sede de recursos humanos com a experiência adequada/necessária (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

Na entrevista o GAL refere que os custos de gestão necessitam de ser melhorados. Neste momento a dotação para os custos operacionais não dá resposta aos custos que o GAL possui. Inicialmente a entidade líder tinha quatro técnicos para gerir dois GAL (a IDSET é igualmente entidade líder do GAL "Capacitar Montijo"): dois afetos a Setúbal e dois afetos ao Montijo. Atualmente, houve alteração da dotação e só possuem dois técnicos o que é insuficiente pois no momento têm mais trabalho do que inicialmente uma vez que no primeiro aviso de candidatura só tinham a gestão do SI2E e agora têm o SI2E, têm o PIEAS, têm o + COESO, ou seja, têm um conjunto de outros programas para gerir com metade dos recursos humanos iniciais. A entidade líder está a fazer um esforço adicional (que não dentro da candidatura) para recrutar mais pessoas (vão contratar um novo técnico) que vai financiar através de atividades de carácter privado que vão começar a desenvolver e que vão pagar a esse técnico. É referido na entrevista a necessidade de os custos operacionais estarem elencados à dimensão do trabalho no terreno e, neste momento, para dar resposta a todo o trabalho, como têm outros projetos de parte privada, vão pagar com esse dinheiro os técnicos que vão entrar.

Ao nível da equipa técnica, um dos problemas identificado pelo GAL quer no inquérito, quer na entrevista foi a rotatividades dos técnicos. Foi referido que há falta de recursos humanos com as competências necessárias na área do GAL, pelo que os técnicos contratados residem em Lisboa o que torna cansativo e dispendioso as deslocações diárias para a sede do GAL que se localiza numa área periférica de Setúbal.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

As áreas onde a equipa sente mais necessidade formativa são no domínio da contratação pública, nos sistemas de informação, na monitorização e avaliação e na uniformização de procedimentos de análise.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	O GAL não respondeu
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	O GAL não respondeu
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Contratação Pública • Sistemas de informação • Monitorização e avaliação • Uniformização de procedimentos de análise (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

O GAL na entrevista realizada afirma que existiu uma grande partilha de conhecimentos de todos os membros da equipa, a partilha de conhecimentos criou uma união da equipa e aumentou o espírito de entre ajuda, o GAL sempre que necessário também recorria à ajuda de outros GAL: entre os GAL houve a partilha de conhecimentos e o trabalho em conjunto, o que gerou uma relação positiva entre todos.

O GAL considera indispensável a necessidade da CCDR ou a AD&C disponibilizarem formações online (numa plataforma) para facilitar o processo de capacitação da equipa técnica.

É destacado que se os técnicos tivessem tido uma formação sobre os procedimentos do FSE e do FEDER, sobre o SI, etc. estariam todos mais capacitados não só para o apoio a prestar às entidades beneficiárias, como também no momento de avaliação das candidaturas. Na avaliação das candidaturas efetuavam todo o trabalho de análise que chegava à CCDR e eram informados que não estavam a utilizar a terminologia mais correta e tinham que alterar tudo. Se tivessem tido formação o processo teria sido mais simples, mas como tal não aconteceu foram em conjunto trabalhando todas as questões que foram surgindo e aprendendo com a experiência.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL foi responsável pela definição dos prazos de apresentação das candidaturas e ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. Deu contributos, que foram parcialmente integrados, na definição dos requisitos (formais e documentais), definição de indicadores, critérios de seleção das operações e na adaptação dos avisos às especificidades territoriais. O GAL não deu contributo na definição do calendário de abertura dos AAC, na dotação financeira e na definição das TO/medidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Prazos de apresentação das candidaturas	Foram responsáveis pela definição
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Foram responsáveis pela definição
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Deram contributos e foram integrados
Definição de indicadores	Deram contributos e foram integrados

	Critérios de seleção das operações: Deram contributos e foram integrados Adaptação dos avisos às especificidades territoriais: Deram contributos e foram parcialmente integrados Definição do calendário de abertura dos AAC: Não deram contributos Dotação financeira: Não deram contributos Definição das TO/medidas: Não deram contributos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Critério EDL no referencial de mérito.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

O Gal expõe na entrevista, existe uma grande dificuldade e limitação da alteração dos avisos, o GAL apenas pode adaptar os critérios de mérito à EDL. É referido com frequência que não podem fazer muitas alterações, caso contrário a AD&C não aprova os avisos o que pode atrasar todo o processo. Vistos em conjunto, os avisos não responderam a todas as especificidades territoriais. Uma vez que o DLBC "Eu também conto" faz parte integrante de um consórcio cada vez que existe um aviso "juntam os parceiros todos e dão feedback, de forma constante, às entidades."[34]

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma geralmente positiva a adequação dos calendários de abertura dos avisos, no entanto considera que devia ter existido maior ritmo de lançamento dos concursos. O GAL não avaliou as tipologias 8.8/8a e 9.1/9i.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	-	-	-	-
8.3/8iii.	6	6	4	5
10.1/10.i	6	6	4	5
9.1/9i	-	-	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL faz uma avaliação positiva das diferentes tipologias de operação, com exceção para as tipologias 8.8/8a e 9.1/9i, onde não existe informação.

[34] Entrevista GAL

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas cinco tipologias de operação: • +COESO Emprego-Empreendedorismo • +COESO Urbano • SI2E • Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN)
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	-	-	-	-
8.3/8iii	6	6	6	6
10.1/10.i	6	6	6	5
9.1/9i	-	-	-	-

(Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 38 E 39:

Foi referido na entrevista alguma dificuldade ao nível da aplicabilidade da EDL, uma vez que as entidades beneficiárias têm alguns problemas a adaptar/enquadrar os projetos na estratégia. As entidades beneficiárias têm projetos que gostavam de ver financiado e frequentemente é a entidade líder do GAL que enquadra o projeto dentro dos pontos da estratégia. Mesmo alguns dos consultores que trabalham com os promotores têm dificuldade de adaptar os projetos às estratégias.

No terreno, como não é a área da especialização e de conhecimento das entidades beneficiárias, estas nem acabam por perceber muito bem o que é a estratégia, o que é que está a ser promovido. São os técnicos da IDSET que acabam por no terreno, na animação territorial, começar a analisar que projetos podem ser submetidos ou não.

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação positiva dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações, dos critérios de seleção, da metodologia de apuramento do mérito, da dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas, da interação com o SI FSE e SI FEDER. O tempo médio de análise das candidaturas tem sido cumprido nas tipologias 8.3/8ii e 10.1/10.i.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a.	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	-	6	6	-
Critérios de seleção	-	6	6	-
Metodologia de apuramento do mérito	-	6	6	-
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	-	6	6	-
Interação com o SI FSE		6	6	

	Interação com o SI FEDER		6	6	
	Carga burocrática	-	5	5	-
	Periodicidade das reuniões do órgão de gestão		2	2	
	Interação com o SI PDR/	-	-	-	-
	Interação com o SI IFAP	-	-	-	-
	Interação com outros SI	-	-	-	-
	(Fonte: Inquérito aos GAL)				
Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise das candidaturas das tipologias 8.3/8ii e 10.1/10.i têm sidos cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)				
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Não se aplica uma vez que os GAL referiram que os prazos têm sido cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)				

Informação de Detalhe – Indicadores 40,41 e 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 288 dias (cerca de nove meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**22**	**22**	**191**	**64**	**255**
0901	4	4	172	33	205
COESOEmp	1	1	100	58	158
COESOUrb	12	12	124	52	176
SI2E	5	5	384	120	504
09.10	7	7	366	26	392
PAPN	1	**1**	**126**	29	**155**
SI2E	**6**	**6**	406	26	432
Total Geral	**49**	**29**	**233**	**55**	**288**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Na entrevista foi referido que no início quando o GAL começou a analisar as candidaturas tal foi feito de uma forma menos correta pois, uma vez que não tiveram formação específica, a entidade líder que possuía experiência em submeter candidaturas eia recolher informação ao que lhes era respondido nestes casos e utilizavam esses exemplos para avaliar as candidaturas das entidades beneficiárias no que achavam que seriam os critérios para a análise de mérito, de admissibilidade, técnica e financeira. O que aconteceu é que efetuavam todo o trabalho e depois chegava à CCDR e eram avisados que não estavam a utilizar a terminologia mais correta e tinham que alterar tudo (chamavam pontos às componentes, p.ex., tinham análises que não estavam corretas, etc.). Quando se iam apercebendo dos erros que cometiam e à medida que recebiam informação da CCDR, iam partilhando informação entre os GAL. Esta partilha de informação acabou por ser uma mais valia e o espírito inter-GAL começou a ser muito forte: juntavam-se para perceber como estavam a analisar as candidaturas, como estavam a criar os textos e juntamente com o aprendizado que a CCDR dava com as "criticas" efetuadas começaram a adaptar as respostas/análises. Era igualmente frequente ligarem diretamente para os técnicos da CCDR para perceber como deveriam ser dadas as respostas aos componentes, aos critérios, etc. Hoje em dia referem que já é mais fácil pois já têm a mesma linguagem que foi algo que adquiriram com o tempo e a experiência ao longo dos últimos seis anos. Atualmente, no PAPN estão a otimizar os procedimentos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão é constituído por cinco entidades. O GAL expõe na entrevista que o órgão de gestão não possui qualquer envolvimento na análise e gestão da candidatura, "porque os elementos do órgão de gestão fazendo parte do território podem

apresentar candidaturas, o que não é viável uma vez que há casos em que eles estão a avaliar as suas próprias candidaturas".[35] Este apenas recebe feedback sobre a evolução dos trabalhos, sem qualquer poder de intervenção. Não foram indicados outros parceiros/stakeholders no processo de análise e seleção de operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	(Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão % de GAL que alterou a composição do Órgão de Gestão	A composição do órgão de gestão não foi alterada (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	Consideram que o modelo de envolvimento do Órgão de Gestão não foi nada adequado. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foi mencionado o envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

	Entidade
1	IDSET
2	Daring Project - Associação
3	Centro Jovem Tabor
4	Associação Baptista Shalom
5	Space and Time, Lda

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Os técnicos da IDSET têm a imparcialidade da análise das candidaturas. Na entrevista é referido que fazem a articulam entre os técnicos do DLBC "Capacitar Montijo" e "Eu… também conto!": o técnico que avalia as candidaturas ao DLBC "Capacitar Montijo" faz o acompanhamento das candidaturas ao DLBC "Eu… também conto!" e vice-versa. Assim mais consideram que garantem a imparcialidade do processo de decisão e como os projetos são acompanhados por um outro técnico, este dá "um outro olhar" no acompanhamento efetivo do projeto.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados deram resposta a solicitações dos programas operacionais financiadores, à elaboração de relatórios de monitorização periódicos, à realização de reuniões da equipa técnica, à realização de balanço com as AG e a reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
As entidades envolvidas na monitorização são as que compõem o órgão de gestão, tem a intenção de realizar uma avaliação contínua com relatórios periódicos.

[35] Entrevista GAL

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento Grau de Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** ealização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 6 Realização de balanço com as AG: 6 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 6 Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 5 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 5 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

No inquérito foi referido a diversidade e complexidade das intervenções são um constrangimento à monitorização e avaliação, a par da ausência de orientações por parte do PO financiador.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Foram identificados como constrangimentos: • Diversidade e complexidade das intervenções • Ausência de orientações do PO financiador (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

A monitorização regular dos níveis de implementação e execução da EDL, a extração regular de informação sobe as dinâmicas de execução e a elaboração dos relatórios de execução anuais foram medidas de gestão adotadas para a melhoria dos ritmos de execução e adequação do programa.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	• Monitorização regular dos níveis de implementação e execução da EDL • Extração regular de informação sobe as dinâmicas de execução • Elaboração dos Relatórios de Execução anuais (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários a uma eventual necessidade de revisão e ajustamento da EDL e DLBC, não sendo considerados necessários à sua existência. A EDL/DLBC não foi alvo de revisão, logo não existiu alterações nas revisões da EDL

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão implementados	Não foram assegurados mecanismos para uma revisão e ajustamento da EDL e DLBC e não consideram necessário a sua existência. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	A EDL/DLBC não foi alvo de revisão (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação para o DLBC, que se traduziu na realização de sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento; produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...); visitas a projetos de investimento e produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	O Gal não respondeu nem ao número de ações, nem ao número de participantes abrangidos. **Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	-	-	6
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	-	-	6
Visitas a projetos de investimento,...	--		6
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)		--	5
Reuniões, seminários, *workshops* públicos	-	-	4
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	-	-	1
Grupos de trabalho temáticos	-	-	1

	Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	-	-	N/A
	Participação em projetos de cooperação	-	-	N/A
	(Fonte: Inquérito aos GAL)			
Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	Foram realizadas sessões de animação territorial. Existe pouca informação sobre os resultados da auscultação (Fonte: Inquérito aos GAL; Entrevista ao GAL)			

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

As sessões de animação territorial foram realizadas no âmbito da definição da EDL, quando estavam a preparar a candidatura do DLBC para análise das necessidades.

O GAL expõe na entrevista que as abordagens de comunicação foram realizadas de diversas formas, variando consoante o tipo de aviso que estavam a promover (redes sociais, jornais, nos gabinetes de apoio ao empresário, nos municípios, juntas de freguesia, nas empresas presentes no território, etc.). O GAL afirma que "a comunicação e o marketing estão a ser adequados consoante o aviso, ou seja, se este é mais ou menos apetecível".[36] Embora estejam cientes que ainda existe indivíduos que não possuem conhecimento do programa, mesmo sendo divulgado em diversos meios e entidades no território. É necessário fazer a avaliação se esta comunicação é eficiente e analisar qual é a melhor forma de chegar às populações. Nos últimos anos a pandemia foi um fator que condicionou muito as ações de divulgação uma vez que consideraram que, em termos gerais, a divulgação online não seria a mais adequada.

É referido na entrevista que o tipo de comunicação efetuado tem muito a ver com o tipo de aviso que estão a promover. Começam a ir ao terreno e a dinamizar com os parceiros: vão às entidades e perguntam o que estas gostariam de ver financiado, onde gostavam de ter apoio. Tem a limitação de se dirigir às entidades que conseguem encontrar ou que pertencem à sua rede. Por outro lado, também pedem, por exemplo aos gabinetes de apoio ao empresário que divulguem, fazem mailing (compram as bases de dados), fazem contactos com as entidades, etc. Fazem todo o tipo de comunicação que podem fazer, mas denotam que a recetividade depende do aviso. Por exemplo, no + COESO estavam em confinamento e fizeram um conjunto de seminários online que, devido à tipologia do programa, foram de grande utilidade, além disso o programa foi amplamente divulgado na comunicação social e as próprias entidades beneficiárias contactavam-nos para ter mais informações. O contrário já se verificou no PAPN, cujos avisos também foram lançados em período de confinamento com divulgação na comunicação social, mas já não tiveram tanto sucesso, no entanto mais devido à tipologia do aviso, do que aos meios de comunicação utilizados. A comunicação e o marketing estão a ser adequados consoante o aviso seja ou não "mais apetecível".

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito do modelo de gestão do DLBC, das sinergias entre projetos e sectores de atividade económica e das operações inovadoras para o território.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de gestão do DLBC • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 60

Na entrevista foi referido que o modelo de gestão sob a forma de consórcio foi uma aposta ganhadora. Permitiu uma menor morosidade e menos burocracia na tomada de decisões (por exemplo em comparação com modelos em que a liderança é

[36] Entrevista GAL

partilhada entre mais do que uma entidade), deu uma maior liberdade de gestão das candidaturas e permitiu manter a imparcialidade na análise das mesmas.

Na implementação foram criadas sinergias entre projetos que resultaram do conhecimento macro que tiveram do território e que permitiu o trabalho em colaboração das entidades do território, quer pertencentes à parceria, quer fora da parceria. Há uma grande interajuda.

Como conheciam as entidades e os projetos e existiam todas estas sinergias conseguiram incentivar os projetos mais inovadores para apresentar candidatura: permitiu criar inovação no território, e até uma inovação mais organizacional colocando a colaborar em conjunto entidades que não tinham boas relações.

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O GAL aponta para uma adesão elevada com um número total de 57 candidaturas apresentadas, o que corresponde a uma procura relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 74,2%. O GAL expõe na entrevista "O SI2E teve muita adesão juntamente com o +COESO, em contrapartida o PAPN não verificou tanta adesão."[37]

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 57 candidaturas com um custo de 5 014 347,11 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>3</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>3</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td></td><td>x</td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td></td><td>x</td><td>x</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="5">Outros: territórios de intervenção, uniformização de procedimentos para as mesmas PI e avisos, pela AG</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**40**	**70,2**	**3 580 510,04**	**71,4**
COESOEmp	5	8,8	497 688,24	9,9

[37] Entrevista GAL

COESOInt	3	5,3	536 018,32	10,7
COESOUrb	20	35,1	2 379 043,99	47,4
SI2E	12	21,1	167 759,49	3,3
09.10	**17**	**29,8**	**1 433 837,07**	**28,6**
PAPN	4	7,0	382 355,46	7,6
SI2E	13	22,8	1 051 481,61	21,0
Total Geral	**57**	**100,0**	**5 014 347,11**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	COESOEmp	COESOInt	COESOUrb	SI2E	09.10	PAPN	SI2E	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**20**	4	1	12	**4**	**5**	1	3	**24**
2.Não admitida					**6**	**1**	1	5	**6**
3.Não aprovada	**16**	1	2	8					**16**
4.Anulada	**2**				**2**			2	**4**
5.Desistida /rescindida/revogada	**2**				**3**			3	**5**
6.Submetida/admitida					**2**		2		**2**
7. Total	**40**	5	3	20	**17**	**6**	4	12	**57**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	90,0	100,0	100,0	100,0	26,7	83,3	50,0	25,0	97,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	50,0	80,0	33,3	60,0	26,7	83,3	50,0	25,0	74,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	40,0	20,0	66,7	40,0	40,0	16,7	50,0	41,7	24,2
Taxa de desistência (5)/(7-6)	5,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	25,0	1,5

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Face às expectativas iniciais o GAL teve problemas em relação às entidades que estavam na parceria desde o início. As entidades parceiras tinham uma grande expectativa de usufruir as verbas que iam ser disponibilizadas, mas muitas não se candidataram. Tal como já foi referido, tinham inicialmente um fio condutor para os projetos a desenvolver para implementar a estratégia, mas como o DLBC teve um caminho diferente, foram incluídas especificações que fizeram com que a maior parte das entidades do consórcio não se pudessem candidatar. Tiveram que ir procurar no território as entidades que se adequavam aos avisos. Os novos beneficiários que foram aparecendo (a maior parte são novos à exceção dos candidatos ao PIEAS) estão satisfeitos e contactam o GAL a pedir novamente o SI2E ou o PAPN (com uma maior abertura de CAE). Se se vir efetivamente o conceito de DLBC Urbano os avisos lançados estão "martelados" nas tipologias, não vão de encontro à génese do DLBC: para as novas entidades vão de encontro às expectativas, para as entidades que fazem parte da parceria "deixa a desejar".

Dentro das várias tipologias houve diferenças de adesão dos beneficiários. O SI2E teve muita adesão porque financiava investimento e financiava a criação de postos de trabalho, o + COESO teve muita adesão porque era "muito apetecível" para as entidades, principalmente para as de menor dimensão, uma vez que financiava os postos de trabalho e o investimento a 100% ao passo que tal já não acontecia com o PAPN, que só era financiado a 50%, logo com menor adesão por parte das entidades (sendo uma mais valia apenas para as entidades de maior dimensão).

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram acima da dotação contratualizada no caso do FSE, apresentando uma taxa de compromisso superior a 100%, no FEDER, a procura foi mais reduzida e a taxa de compromisso ficou nos 26%. A taxa de execução é, no entanto, reduzida em ambos os fundos: 1,4% para o FSE e 12,6% para o FEDER. O principal estrangulamento identificado pelo GAL no questionário foi as condições de elegibilidade das operações. Os problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas...), atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso e dificuldade de recrutamento de RH com base nos critérios dos PI, foram motivos suficientes para o não cumprimento dos tempos de execução das operações por DLBC. De acordo com a informação exposta na entrevista, "Fomos sempre adaptando os avisos aos indicadores iniciais".[38]

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>x</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>x</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 24 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 678 dias a essa data.</td></tr>
<tr><td>Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC</td><td>Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações
<table>
<tr><td>Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)</td><td>8.3/8iii
10.1/10i</td></tr>
<tr><td>Atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso</td><td>8.3/8iii
10.1/10i</td></tr>
<tr><td>Outros fatores. Quais? Dificuldade de recrutamento de RH com base nos critérios das PI</td><td>8.3/8iii
10.1/10ii</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)

[38] Entrevista GAL

09.06	**579 546,37**	**20**	**938 787**	**13 413**	**162,0**	**2,3**	**1,4**
0901		4	199 523	0			0,0
COESOEmp		1	61 690	0			**0,0**
COESOUrb		12	655 216	9 332			**1,4**
SI2E		3	22 359	4 081			18,3
09.10	**415 332,16**	**4**	**108 605**	**62 180**	**26,9**	**15,0**	**57,3**
PAPN		1	42 472	0			0,0
SI2E		3	66 133	62 180			94,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Na entrevista foram sistematizados os principais estrangulamentos à adesão dos beneficiários às tipologias:
- Limites do território para elegibilidade das entidades: não faz sentido terem o DLBC ligado a um território e depois as empresas que têm condições para poder concorrer não o poderem fazer por se localizarem num sítio que não é elegível. São tipologias direcionadas para territórios desfavorecidos com avisos centrados na criação de empresas, no entanto é difícil a criação de empresas em territórios desfavorecidos;
- A limitação das CAE (no caso do PAPN): o aviso não estava direcionado ao tecido empresarial do território.
- O financiamento não ser a 100% que condiciona a participação das entidades de menor dimensão, como referido na questão anterior.

Estes constrangimentos levam a que as entidades não consigam, mesmo que queiram, responder e submeter candidaturas.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL considera que é muito provável vir a cumprir as metas definidas para os indicadores 8.8/8ª e 8.3/8iii, o mesmo pode não vir a acontecer nos indicadores 10.1/10 i e 9.1/9i. O fator explicativo que o GAL aponta para os desvios em relação às metas estabelecidas é os problemas de operacionalização do DLBC Urbano.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Problemas de operacionalização do DLBC Urbano (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii: 5 10.1/10.i: 4 9.1/9i.: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida	Indicadores	Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Grau de cumprimento

	Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Realização	Aumento do emprego em empresas apoiadas	Nº	11,00	35,00	Não é possível aferir o grau de cumprimento[39]
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	5,00	18,00	
	Apoio à criação de viveiros de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Realização	Aumento do emprego em empresas apoiadas	Nº	1,00	1,00	
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	2,00	2,00	
	Apoio ao empreendedorismo local,social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Realização		Nº			
		Resultado	Efeito multiplicador de investimento público no investimento privado	Nº	2,00	2,00	
09.10	Apoio à criação de viveiros de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes	Realização	Nº Estratégias	Nº	1	1	
		Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	Nº	2,00	2,00	
09.06	Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1º infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar.	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	5,00	18,00	
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	50%	50%	
	Apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	5,00	18,00	
		Resultado	Alunos abrangidos	Nº	50%	50%	

Na entrevista, quando questionados sobre os fatores explicativos de eventuais desvios relativamente à capacidade de cumprimento das metas, o GAL refere que tinham indicadores iniciais definidos quando delinearam a Estratégia e se candidataram ao DLBC, mas quando começaram a implementar todos os programas estes acabavam por dar porque adaptaram

[39] O GAL não realizou avaliação intercalar.

os avisos aos indicadores definidos. Exemplo: o PAPN era investimento e não tinha como indicador a criação de postos de trabalho, então definiram que tinham que criar e manter os postos de trabalho X tempo após o fim do financiamento. Passou-se o mesmo com as questões do território que tinham um determinado objetivo e que posteriormente não foram adaptadas à realidade daquilo que acabou por ser a implementação do DLBC.

Na entrevista é referido que o DLBC acabou por concretizar as metas e criar todos os postos de trabalho porque foram sempre adaptando os indicadores dos avisos à realidade inicial.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm um contributo evidente para a empregabilidade e criação do próprio emprego, para a inovação e inclusão social e para dar resposta à comunidade.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Empregabilidade e criação do próprio emprego	
Resposta para a comunidade	
Inovação e inclusão social	
Educação para o empreendedorismo	
Desenvolver competências profissionais e educacionais	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

Ao nível das respostas para a comunidades, na entrevista foi referido que o GAL tem muitas respostas para a área da saúde, de apoio de pessoas com deficiência (no âmbito do PIEAS).

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o elevado valor acrescentado da abordagem LEADER para a boa parte das dimensões consideradas, com destaque para a valorização do capital social e humano dos territórios; para o acompanhamento/proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores; para a confiança mútua entre a ETL e os parceiros, entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários e entre parceiros; para a cooperação com outros territórios; para o estímulo ao investimento/identificação de oportunidades de investimento; para o estímulo do trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território; para a mobilização da comunidade local; para a promoção da proximidade com a comunidade local; para a relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território; para o alargamento da tipologia de potenciais beneficiários; para a alavancar financeiramente projetos apoiados; para que os projetos apoiados gerem efeitos multiplicadores; para aumentar a capacidade de gerir vários fundos; para a divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados; para a inovação dos projetos apoiados; para potenciar os resultados e impactos decorrentes das

intervenções apoiadas no âmbito da EDL; para a qualidade dos projetos apoiados e para a sustentabilidade dos projetos apoiados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Valorização do capital social e humano dos territórios	6
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	6
	Cooperação com outros territórios	6
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	6
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	6
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	6
	Mobilização da comunidade local	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	6
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5
	Capacidade para gerir vários fundos	5
	Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	5
	Inovação dos projetos apoiados	5
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
	Qualidade dos projetos apoiados	5
	Sustentabilidade dos projetos apoiados	5
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	4
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	4
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4
	Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4
	Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	4
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4
	Trabalho em rede/colaboração no território	4
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	3
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3

	Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3
	Reforço da governança local	3

(Fo:Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou-se com o Portugal 2020 e com outras fontes de financiamento, fê-lo *a priori* no âmbito da conceção de projetos com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	**Preocupação em articular com outros instrumentos de financiamento** Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento: x Sim, exclusivamente do PT2020: Não: Consideram que as fontes de financiamento mobilizadas não foram as mais adequadas e a articulação foi efetuada à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos Cf. resposta à SQ3.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 77:

Na entrevista foi referido que houve um reforço da dotação por parte da CCDR para os vários avisos, o que fez com que o GAL estivesse a gerir um valor muito superior ao que tinham de dotação no DLBC: o DLBC tinha um financiamento de 998 mil euros para gerir e no COESO tiveram quase quatro milhões em candidaturas aprovadas. A dotação por parte da CCDR foi atualizada de acordo com cada aviso de candidatura e não houve nenhuma candidatura que tivesse majoração que não fosse financiada.

Foi igualmente referido que o GAL tenta auxiliar as entidades indicando onde estas podem ir buscar financiamento complementar ao financiamento do DLBC.

Ficha de Avaliação

GAL Sintra Urban – Olho Vivo

Entidade Gestora: Olho Vivo- Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL "Sintra Urban" situa-se no concelho de Sintra, mais especificamente na freguesia de Algueirão-Mem Martins e na União das Freguesias de Queluz e Belas.

População total abrangida: 57.112 habitantes (Censo 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

O GAL não disponibilizou informação referente aos objetivos da EDL global, posto isto não é possível realizar uma análise comparativa dos objetivos de ambos. Na entrevista realizada ao GAL, existe a informação que a EDL dava resposta às principais necessidades do território, tendo sido criado um relatório das necessidades do território, "o desemprego está em primeiro lugar e o abandono e insucesso escolar".[40]A população residente no território é caracterizada por apresentar baixa escolaridade, bem como dificuldade/adaptação na aprendizagem da Língua Portuguesa; elevado abandono escolar mesmo antes de complementar a escolaridade obrigatória; na população ativa o principal meio de subsistência dos indivíduos são os subsídios e apoios sociais; elevado número de desempregados, juntamente, com o elevado número de famílias monoparentais onde o pai/mãe estão desempregados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	O GAL não disponibilizou informação.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 3 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 2 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 1 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): 1 (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

O GAL expõe na entrevista o facto de trabalharem num território onde o público-alvo é desfavorecido e vulnerável e dado essas características, o GAL pretendia atuar a nível do emprego, abandono escolar, apoio social e do associativismo dentro dos bairros. A atuação nesses domínios inicialmente não foi possível, dado o facto dos avisos terem como principal foco as microempresas, avisos que não davam respostas às principais necessidades do território devido à pouca flexibilidade do apoio, não permitindo aos indivíduos com poucas capacidades financeiras criarem o seu autoemprego, ficando presos nas barreira administrativas e borucráticas. Posteriormente existiu um aviso que "permitiu a candidatura das associações com a colocação em prática de vários projetos que deram resposta a várias necessidades identificadas na EDL, como o apoio à educação, apoio escolar etc."[41]

[40] Entrevista GAL
[41] Entrevista GAL

Relação eixos, objetivos estratégicos, objetivos específicos e resultados a atingir pelo DLBC

Eixos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Resultados Esperados
Eixo 1- Criação e requalificação do tecido económico	1. Criação e requalificação de emprego e promoção de atividades económicas 2. Apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas	Reforçar e Qualificar os negócios existentes; Fomentar o empreendedorismo; Apoiar o empreendedorismo e negócios dos migrantes; Promover a existência de empresas em diversos sectores;	Diagnóstico do setor económico-potencialidade e vulnerabilidade; Criação de duas Fábricas do Empreendedor; Criação do modelo de capacitação e qualificação dos agentes económicos; Modelo de capacitação e qualificação das atividades económicas; Revitalização de espaços/edifícios municipais com vista à criação de Start Up's Sociais para a incubação de negócios sociais.
Eixo 2- Empregabilidade	3. Inclusão social, incluindo a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Organizar a oferta de formação em itinerários de inclusão social; Alavancar oportunidades profissionais adequadas às necessidades do mercado; Promover ações e oportunidades de inserção profissional dos grupos em situação de vulnerabilidade social e económica; Promover e organizar a formação profissional; Estimular e promover junto das empresas do benefício da contratação de público vulneráveis; Consolidação da Rede de empregabilidade; Promover e reforçar formações profissionais; Organizar oferta formativa para o aumento da literacia; Promover a existência de formações de aprendizagem ao longo da vida;	Plataforma informática de acompanhamento e encaminhamento articulada dos beneficiários; Rede de Empregabilidade Local e Rede Empregabilidade de Sintra consolidada, espaços âncora em cada território com dinâmicas complementares às existentes alternativas de emprego; 1 Bolsa local atualizada regularmente com as necessidades do tecido empresarial que contemple emprego e estágios, laboratórios de inovação e oficinas comunitárias para a empregabilidade; 10 ações de Job Matching por; 3000 pessoas envolvidas em ações de aprendizagem ao longo da vida; 2000 pessoas acompanhadas no âmbito das redes.

Eixo 3- Valorização e reconhecimento dos saberes e das aprendizagens	4. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção a igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Criar e incentivar a existência de espaços e formações de educação não formal; Promover a adequação de currículos escolares adaptados aos interesses dos jovens; Apoiar a existência de projetos informais que promovam o desenvolvimento de competências juvenis para a empregabilidade; Organizar e promover oferta formais e não formal de desenvolvimento de competências na 1ª infância; Criação e dinamização de estratégias que promovam o envelhecimento ativo;	Concertar e adequar ofertas e respostas formativas as necessidades- dos adultos em idade ativa e jovens- potencialidades e condições do mercado de empregabilidade; 2 projetos piloto (mínimo) que contenham novas soluções pedagógicas alavancadoras de sucesso educativo; Criação de projetos que valorizem ambientes de aprendizagem múltiplas e interageracional articulado entre escola/família/comunidade; Desenvolver em aula com 100 alunos/ano, abordagem piloto, baseada em competências artísticas, culturais, de valorização do património e desportivas da comunidade, de referência para os alunos, incentivando a proximidade escola/comunidade e identificação de lideranças positivas; 1 dispositivo metodológico que demonstre percursos de desocultação,reconhecimento e certificação de competências culturais, artísticas e desportivas de crianças e jovens; Desenvolvimento de soft skills, exploração vocacional e empreendedora de crianças e jovens através de práticas de aprendizagem em contexto; Promover a participação pelo menos 30 jovens/ano nas comunidades.
Eixo 4- Requalificação, revitalização e valorização do tecido urbano	5. Qualificação do território e promoção dos interesses das comunidades, em especial das mais desfavorecidas	Apoiar ações de capacitação e dinamização do tecido associativo local; Promover operações de requalificação do espaço público e de edificados em bairros sociais; Incentivar desenvolvimento de atividades de natureza comunitária e de promoção da participação;	Metodologia experimentada e consolidada de participação na revitalização de espaços públicos/zonas comuns; 20 iniciativas comunitárias (mínimo), de dinamização do espaço público (carácter ambiental, artístico, social, desportivo, cultural, entre outros); Revitalização de 1 mercado municipal; Mapeamento de espaços devolutos e de espaços públicos degradados e desclassificados; Reabilitação e dinamização de pelo menos 30% dos paços devolutos e/ou espaços públicos identificados.

Eixo 5- Redes e territórios colaborativos	6. Protagonismo da comunidade e dos agentes locais na implementação de soluções que respondam a desafios urbanísticos do território	Capacitação de redes de animação de estratégias locais; Contribuir para a criação e organização de respostas sociais e económicas integradas, face às necessidades globais da população, com função de prevenir e minimizar os riscos de exclusão social; Desenvolver estratégias de promoção do pluralismo e cidadania ativa local; Adequação das respostas formais às necessidades identificadas e a abordagens participativas dos beneficiários; Valorização e fortalecimento de redes de suporte informal	1 Modelo de governança definido e apropriado; Comunidade e atores com respostas e projetos mais eficientes e eficazes; 1 marca do território; 1 modelo de comunicação; Gal em funcionamento- Rede de parceiros locais e meso a intervir em (no território de Algueirão Mem Martins e Queluz e Belas e nas zonas envolventes), com visão estratégica do DL partilhada, promovendo uma agenda territorial comum; Plano de desenvolvimento local integrado assumido pelas forças vivas do território, com planeamento participado, colaborativo e deliberativo, com integração de ações de base local, assente na cooperação e compromisso entre os diferentes atores; Metodologia identificada de integração e fixação de processos locais.

Fonte: Candidatura DLBC 2ª Fase

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 1 031 292,00€, não foi disponibilizada a dotação contratualizada do FEDER.O GAL expõe na entrevista que a dotação financeira inicialmente estabelecida não sofreu alterações significativas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação Contratualizada</th></tr>
<tr><td>FSE</td><td>1 031 292,00€</td></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>N.D</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>1 031 292,00€</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>1</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>1</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>1</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>Informação não disponibilizada</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas</td><td>Informação não disponibilizada</td></tr>
</table>

à natureza das medidas associadas às TI	
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

As verbas disponibilizadas vieram mais de encontro ao eixo 1 – criação e requalificação do tecido económico; reforçar e qualificar os negócios existentes, etc. ficou a faltar o eixo 3 – valorização dos saberes e aprendizagens, através do apoio às associações de pais, por exemplo, às escolas, associações que trabalhem na área da educação… faltou um apoio direcionado para este tipo de entidades. Em relação ao eixo 4, também não houve apoios, bem como no eixo 5 no incentivo a atividades de natureza comunitária e promoção da participação, também sentem que estão aquém do desejado. O objetivo seria estimular, por exemplo, a criação de uma associação de moradores nos bairros, para poderem participar em assembleias e poderem apresentar os seus projetos

De acordo com a entrevista realizada ao GAL, até ao momento os indicadores estão a dar resposta aos resultados pretendidos, embora os avisos fossem um fator limitador de realização dos indicadores. O GAL chegou a porpor outros indicadores, porém os avisos eram bastante restritivo e não permitiam outros indicadores. Caso pudessem, colocariam por exemplo "pessoas desfavorecidas apoiadas". Contudo, os postos de trabalho eram o único indicador disponível.

Consideram que devia haver mais capacidade do GAL de se ajustar às especificidades territoriais. Os avisos são muito generalistas.

Exemplos de indicadores que gostariam de ter: número de jovens apoiados em ações de combate ao abandono e insucesso escolar, número de seniores apoiados em atividades de aprendizagem ao longo da vida.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
P8iii b)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P10i d)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	1 031 292,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a b)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a e)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
P8a g)	N.D.	N.D	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**N.D**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**1 031 292,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase;

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com os Planos Municipais para a Integração de Migrantes; Contrato Local de Desenvolvimento Social- CLDS; Gabinete de Inserção Profissional- GIP; Programas Escolhas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Planos Municipais para a Integração de Migrantes; • Contrato Local de Desenvolvimento Social- CLDS; • Gabinete de Inserção Profissional-GIP; • Outros: Programas Escolhas (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Na entrevista é referido que foi fácil realizar o contacto e o trabalho com os instrumentos de incidência territorial, principalmente com o Porgrama Escolhas e os CLDS.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O GAL considera que o modelo de aprovação/negociação possuiu um contribuiu muito relevante para a transparência do processo de seleção dos GAL e para a simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)**

Transparência do processo de seleção dos GAL	6
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	5
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	4
Criação de novas parcerias nos territórios	4
Celeridade do processo de seleção	4
Envolvimento dos parceiros na EDL	4
Simplificação do processo de seleção	4
Aumento da qualidade das EDL	3
Relevância do instrumento para a estratégia	3
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	3
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	2

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	Não foi identificado um modelo alternativo.
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	**Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: 5 Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: 5 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 4 Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: 4 Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 3 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 3 Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 3 Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): 3 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: 2 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicador 9,19 e 11.

Na entrevista realizada ao GAL, afirma que seria vantajoso possuírem capacidade de atribuição de verbas, com o objetivo de lançar pequenos avisos junto da comunidade local.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL é composto por um total de 41 entidades, de setores diversificados, que deram o seu contributo para a conceção e definição da Estratégia de Desenvolvimento Local. As entidades que estiveram mais envolvidas nesta fase foram os municípios, as juntas de freguesia, as entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos), as entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos), as entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos) e os POR/CCPPOR/CCDR. Por outro lado, o GAL não contou com a participação das agências públicas da administração Regional e Agências públicas da administração central.

A participação ocorreu através de sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho, gerou resultados significativos na identificação e consensualização de projetos estratégicos e/ou prioridades, conduziu à identificação de atores para a conceção e/ou execução estratégica e conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Forma de envolvimento</th><th>Avaliação da participação</th></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td><td>Formal</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td><td>Substantiva</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td><td>Formal</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>
O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:

Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários;
Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia;
Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações;

(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>
O GAL é constituído por 41 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>A Creche sempre em Flor</td><td>IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)</td></tr>
<tr><td>Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo</td><td>Administração pública-atividades de saúde</td></tr>
<tr><td>AERLIS- Associação Empresarial da Região de Lisboa</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>AESintra-Associação Empresarial do Concelho de Sintra</td><td>Associação patronal de direito privado</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta	
	Agrupamento de Escolas de Queluz e Belas	Ensino básico (3º Ciclo) e secundário geral
	Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha	Ensino básico (3º Ciclo) e secundário geral
	APDJ-Associação para a promoção do desenvolvimento Juvenil	IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Associação A Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins	Outras atividades associativas, n.e.
	Associação Cultural da 3 idade de Sintra	Associações culturais e recreativas
	Associação de Ensino Sénior de Queluz	Associações culturais e recreativas
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Visconde Juromenha	Associações de pais e encarregados de educação
	Associação do Divino Amor dos Corações Unidos	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
	Associação Industrial Portuguesa- Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI)	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
	Associação Juvenil Ponte	IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social (inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Associação o Mirante de Queluz-Cultura e Desporto	Associação culturais e recreativas
	CECD Mira Sintra-Centro de Educação p/o Cidadão Deficiente CRL	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência sem alojamento
	Centro de Bem Estar Social de Queluz	IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Centro Social da Sagrada Família	IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social (inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Centro Social Paroquial de Algueirão- Mem Martins e Mercês	Atividades de organizações religiosas
	CERCITOP-Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Economico e Social de Todo o País, CRL	IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Comunidade Cristã no Algueirão	Atividades de organizações religiosas
	Dínamo- Associação de Dinamização Sociocultural	Associações de juventude e de estudantes
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Estabelecimento de Ensino Superior Público-Instituições de Ensino Universitário
	Famílias a pensar positivo- Associação para a família	ONG- Organização Não Governamental
	Freguesia de Queluz e Belas	Administração local
	Fundação AGA KHAN Portugal	Fundações Privadas

Indicador	Resposta
	Grupos Aeromodelismo os Caças — IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas e IPSS e União das IPSS)
	Instituto da Segurança Social, I.P — Institutos Públicos
	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P — Institutos Públicos
	Junta de Freguesia de Algueirão Mem Martins — Administração Local
	Município de Sintra — Autarquias Locais
	O Contributo (do UTDES) Associação de Apoio à Criança e ao Jovem — IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Olho Vivo- Associação para a defesa do património, ambiente e direitos humanos — ONG- Organização Não Governamental
	Pinto & Bentes S.A — Atividades de engenharia e técnicas afins
	Resiquímica- Resinas Químicas, S.A — Sociedades Comerciais
	SEACOOP-Social Entrepreneus Agency, CRL — IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Ser Alternativa-Associação de Apoio Social — IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	Simples Partilha- Associação Cultural — Associação culturais e recreativas
	SOLAMI- Associação Solidariedade e Amizade de Casal de Cambra — IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social (inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
	SSTBC Associação para a promoção do Empreendedorismo e Empregabilidade — Associação empresarial (sem fins lucrativos)
	TDMAM- Associação de Moradores da Tapada das Mercês — Outras atividades associativas, n.e
	(Fonte: Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª fase)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

O Gal expõe na entrevista que na conceção do DLBC a Câmara Municipal possuiu um papel de destaque, ao contactar 42 entidades para cooperarem entre si. Na realização da EDL a Câmara Municipal contou apenas com a participação de 2 associações, os restantes não participaram. A entidade gestora foi integrada no grupo de trabalho da EDL numa fase inicial, mas não participou na sua formulação.

O GAL afirma que os stakeholders participaram indiretamente na elaboração da EDL, visto que a mesma foi desenhada segundo as necessidades presentes no diagnóstico realizado. Para este diagnóstico realizaram encontrso com os parceiros para a identificação dos principais problemas no território. A EDL foi posteriormente apresentada aos parceiros e aprovada.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Na implementação do DLBC a inclusão em grupos de trabalho e a recolha formal de pareceres e contributos são as formas de envolvimento dos vários stakeholders desenvolvidas pelo DLBC, sendo que são consultados de forma continuada os municípios, as entidades representativas do setor social (sem fins lucrativos), as juntas de freguesia, as entidades representativas do setor ambiental (sem fins lucrativos) e as entidades do setor económico (sem fins lucrativos). Com uma vertente mais pontual são consultadas o POR/CCPPOR/CCDR e as entidades privadas com fins lucrativos (empresas), a CIM/AM, as agências públicas da administração Regional e as agências públicas da administração central não tiveram qualquer tipo de envolvimento na implementação do DLBC. O envolvimento contribuiu para a racionalização de recursos, complementaridade de intervenções e para a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC	**Grau de Envolvimento dos stakeholders**

Tipo de entidade	Envolvimento	Forma de envolvimento
Municípios	Sim, de forma continuada	Inclusão em grupos de trabalho-
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Inclusão em grupos de trabalho
Juntas de freguesia	Sim, de forma continuada	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	Sim, de forma continuada	Inclusão em grupos de trabalho
POR/CCPPOR/CCDR	Sim, pontualmente	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	Sim, pontualmente	O GAL não respondeu
CIM/AM	Não se envolveram-	-
Agências públicas da administração Regional	Não se envolveram-	-
Agências públicas da administração central	Não se envolveram	

(Fonte: Inquérito aos GAL.)

Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders	O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para a racionalização de recursos, complementaridade de intervenções e para a construção de parcerias. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

Na entrevista é referido que na implementação, o GAL tem parceiros mais ativos e outros menos ativos. Têm o núcleo executivo, com um grupo mais restrito de parceiros que participa mais ativamente, e um grupo mais alargado que participa mais pontualmente.

Articulação menos bem conseguida relaciona-se com alguma dificuldade na participação das escolas. Têm algum *feedback* de beneficiários que têm dificuldade em incluir as escolas nos projetos. Como os apoios estavam mais virados para as empresas, as escolas acabaram por desmobilizar. Neste momento estão a fazer um esforço para aumentar o envolvimento das escolas.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou o modelo de delegação de competências adequado em alguns domínios, tais como: verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão, sendo fundamental deixar saliente o facto do GAL mesmo não tendo todas as competências mencionadas atribuídas a si mesmo, colaborou no seu processo. O GAL considera que seria pertinente ter um papel mais ativo e participativo definição dos critérios de seleção das operações, na definição do calendário de abertura dos AAC, na aprovação das candidaturas a financiamento, na formalização da concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) e na decisão sobre pedidos de alterações às operações. Adicionalmente, o GAL considera que o modelo de delegação de competências existente teve um contributo positivo para diversas áreas, como por exemplo para a proximidade aos beneficiários, nos resultados atingidos, no alcance das metas definidas e na promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6

Indicador	Resposta/Evidências
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão: 6 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: N/A Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: N/A Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: N/A Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: N/A Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: N/A Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: N/A Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: N/A (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para:** • Resultados atingidos • Proximidade aos beneficiários • Alcance das metas definidas • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo PO Regional:** • Definir os critérios de seleção e das operações • Definir o calendário de abertura dos AAC • Aprovar as candidaturas a financiamento • Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) • Decidir sobre pedidos de alterações às operações (Fonte Inquérito ao GAL)

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

Na entrevista o GAL refere que raramente existem reuniões com a AG. Fazem contactos telefónicos quando há dúvidas ou há alguma orientação a dar. O período do COVID 19 também dificultou esta situação. Acredita que o POR Lisboa tenha muita coisa em mãos e não tenham tempo para reunir tantas vezes quanto o GAL gostaria.

Os canais de comunicação estão abertos. Se tiverem dúvidas podem pegar no telefone e geralmente há disponibilidade para os ajudar. Gostariam era que existissem mais momentos de formação, mais preparação para muitas questões que lhes surgem.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	O GAL não respondeu a esta questão.
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	O GAL não respondeu a esta questão.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera que a dotação financeira "positiva, estava adequada às necessidades"[42]. A dimensão e competências da equipa técnica também foram consideradas, através do inquérito realizado ao GAL como totalmente adequadas. A principal necessidade identificada quanto à equipa técnica tem a ver com a necessidade de existirem mais momentos de formação dos técnicos administrativos pela CCDR.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	O GAL não disponibilizou informação
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	O peso do financiamento da gestão do GAL no conjunto do financiamento da entidade gestora foi de 20%. (Fonte: entrevista ao GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 6 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 2 Elementos externos: 1 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Mais formação dos técnicos administrados pela CCDR (Fonte: Inquérito aos GAL)

[42] Entrevista GAL

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

As áreas onde a equipa sente mais necessidade formativa são no domínio dos sistemas de informação, monitorização e avaliação e na análise de pedidos de reembolso.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	Foi realizada uma ação de capacitação sobre o processo de análise de candidaturas. (Entrevista realizada ao GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	Muito adequada (Fonte: Entrevista realizada ao GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Sistemas de informação • Monitorização e avaliação • Análise de pedidos de reembolso (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 32,33 E 34:

Na entrevista o GAL indicou que foi realizada uma ação de capacitação sobre o processo de análise de candidaturas, com o objetivo de compreender como funcionava o processo de candidatura desde a submissão da candidatura no Balção 2020 até à tomada de decisão. Considera que devia haver mais formação, principalmente ao nível dos procedimentos do PO Lisboa.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

Na elaboração dos avisos de abertura de candidaturas o GAL foi responsável pelas ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; deu contributos que foram integrados, na definição de indicadores e nos critérios de seleção das operações. Deu contributos que foram parcialmente integrados na adaptação dos avisos à especificidade territoriais, nas definições das TO/medidas e na dotação financeira. O GAL não deu contributo na definição dos requisitos (formais e documentais), nos prazos de apresentação das candidaturas e na definição de abertura dos AAC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Foram responsáveis pela definição
Definição de indicadores	Deram contributos e foram integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram integrados
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Dotação financeira	Deram contributos e foram parcialmente integrados

	Definição das TO/medidas	Deram contributos, mas não foram integrados
	Definição dos requisitos (formais e documentais)	Não deram contributos
	Prazos de apresentação das candidaturas	Não deram contributos
	Definição do calendário de abertura dos AAC	Não deram contributos
	(Fonte: Inquérito aos GAL)	
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Não foram identificadas especificidades territoriais. (Fonte: Inquérito aos GAL)	

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma totalmente adequada o tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para a submissão das candidaturas e o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento), no entanto considera que devia ter existido uma maior promoção da articulação entre concursos/projetos. Relativamente ao ritmo de lançamento dos concursos o GAL considera que foram totalmente desadequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos	Ritmo de lançamento dos concursos
8.8/8a	N/A	N/A	N/A	N/A
8.3/8iii.	6	6	3	2
9.1/9i	6	6	3	2
10.1/10.i	6	6	3	2

(Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 37:

O GAL expõe na entrevista que os avisos "deveriam ser lançados mais vezes, mesmo que seja o mesmo aviso, com o objetivo de evitar os "picos" e concentração de avisos que existem, assim seria possível captar mais população e mantermo-nos com uma atividade constante".[43]

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral o GAL não faz uma avaliação positiva das diferentes tipologias de operação, principalmente nos domínios dos objetivos da EDL e DLBC, nos indicadores de realização e resultado (indicador 10.1/10.i e 9.1/9.i), na adequação ao público alvo e das necessidades do território.

[43] Entrevista GAL

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • 0901 • +COESO Urbano • SI2E • Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN)
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado** **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	2	5	2	2
8.3/8iii	3	5	2	3
10.1/10.i	3	2	2	2
9.1/9i	3	3	2	2

(Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 37:

O GAL expõe na entrevista o facto dos primeiros avisos serem muito específicos, tendo como principal foco a temática das microempresas, exigindo à priori uma grande capacidade financeira dos empreendedores, não correspondendo às necessidades e características do público-alvo. O GAL também destaca a falta de avisos nos domínios do abandono e insucesso escolar, áreas que necessitavam de maior atenção e apoio no território. De modo geral o GAL considera que os avisos não estavam totalmente adaptados à especificidade territorial.

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação positiva da interação com o SI FSE e FEDER, dos critérios de seleção, da metodologia de apuramento do mérito, da dimensão da equipa com funções de análise das candidaturas, da arga burocrática, da periodicidade das reuniões do órgão de gestão e dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos e prazos). A periodicidade das reuniões do órgão de gestão revelou-se nada adequada. O GAL, através do inquérito realizado afirma que os prazos de análise das candidaturas da tipologia 9.1/9i tem sido cumprido.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a.	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Interação com o SI FSE	-	-	-	6
Interação com o SI FEDER	-	-	-	6
Critérios de seleção	-	-	-	5
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	5
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	-	-	-	5
Carga burocrática	-	-	-	5
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	-	-	-	5

	Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	-	-	-	5
	Interação com o SI PDR/	--	-	-	--
	Interação com o SI IFAP	-	-	-	-
	Interação com outros SI	-	-	-	-
	(Fonte: Inquérito aos GAL)				
Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise das candidaturas da tipologia 9.1/9i têm sidos cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)				
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	O GAL não respondeu a esta questão (Fonte: Inquérito aos GAL)				

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

A análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 171 dias (cerca de cinco meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**40**	**40**	**133**	**38**	**171**
09.01	18	18	171	39	210
COESOUrb	19	19	103	38	141
SI2E	3	3	103	28	131
09.10	**2**	**1**	**118**	**13**	**152**
PAPN	2	1	118	13	152
Total	**42**	**41**	**133**	**37**	**171**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O órgão de gestão do DLBC é constituído por 3 entidades. O papel do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações passa por realizar reuniões presenciais/on-line, o GAL considera o modelo de envolvimento do Órgão de gestão totalmente adequado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	(1) Município (2) Juntas de Freguesia (3) Associações em fins lucrativos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão % de GAL que alterou a composição do Órgão de Gestão	A composição do órgão de gestão não foi alterada (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	O órgão de gestão envolveu-se através de reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	Consideram que o modelo de envolvimento do Órgão de Gestão foi totalmente adequado (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foi mencionado o envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

A análise das candidaturas é efetuada pelos técnicos e apresentada ao Órgão de Gestão. Este processo tem a vantagem da decisão não ficar só sob responsabilidade do técnico.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram a definição de indicadores de monitorização, a realização de reuniões da equipa técnica de balanço e a realização de reuniões e/ou contactos regulares com os beneficiários. As entidades envolvidas na monitorização são as que compõem a Autoridade de Gestão e os parceiros do GAL, tem a intenção de realizar uma avaliação contínua com relatórios periódicos e uma avaliação final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Definição de indicadores de monitorização pelo GAL; • Realização de reuniões da equipa técnica de balanço; • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 5 Realização de reuniões da equipa técnica de balanço: 6 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão; • Parceiros do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos; • Pretende realizar uma avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

O GAL não respondeu a esta questão.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	O GAL não respondeu a esta questão.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários a uma eventual necessidade de revisão da EDL e DLBC, embora o GAL não considere necessária à sua existência. A EDL/DLBC não foi alvo de revisão.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão implementados	Não, mas não são considero necessário à existência (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	A EDL/DLBC não foi alvo de revisão (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL teve uma estratégia de comunicação para o DLBC, que se traduziu em produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora como páginas das redes sociais, newsletter, site,etc., promoção de reuniões e/ou encontros com parceiros, sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento e em reuniões seminários, workshop e públicos, constatando uma adesão elevada em todas as ações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)</td><td>2</td><td>500</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter,site)</td><td>2</td><td>100</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>20</td><td>36</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>10</td><td>40</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reuniões seminários,workshop e públicos</td><td>2</td><td>30</td><td>5</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>Foram realizadas sondagens, inquéritos presenciais, inquéritos nas redes sociais. A EDL foi sempre abordada nas sessões com os potenciais beneficiários.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

O GAL expõe na entrevista o facto de existir uma elevada participação de representantes da comunidade nas ações de divulgação junto da população, embora o GAL não tenha conhecimento sobre o tipo e grau de divulgação realizado dentro da comunidade uma vez que transmite a informação para as juntas de freguesia, que posteriormente transmitem a informação através da divulgação nas redes socias (Facebook).

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente no âmbito do modelo de funcionamento e gestão dos DLBC, e partilha de conhecimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

O número total de candidaturas apresentadas foi de 51, o que corresponde a uma procura relevante por estes instrumentos de apoio. O volume de projetos aprovados traduziu-se ainda numa taxa de aprovação de cerca de 85,4%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 55 candidaturas com um custo de 5 812 055,62 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><td>Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)</td><td>3</td></tr>
</table>
Fatores condicionantes da adesão:
• Capacidade de iniciativa do território
• Condições de elegibilidade dos promotores´
• Condições de elegibilidade das operações
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i.</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>6</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**50**	**90,9**	**5 200 803,28**	**89,5**
09.01	20	36,4	1 812 067,11	31,2
COESOUrb	26	47,3	3 308 594,47	56,9
SI2E	4	7,3	80 141,70	1,4
09.10	**5**	**9,1**	**611 252,34**	**10,5**
PAPN	5	9,1	611 252,34	10,5
Total Geral	**55**	**100,0**	**5 812 055,62**	**100,0**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

Rótulos de Linha	09.06	0901	COESOUrb	SI2E	09.10	PAPN	Total Geral
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**39**	18	19	2	**2**	2	**41**
2.Não admitida					**3**	3	**3**
3.Não aprovada	**3**	2		1			**3**
4.Anulada							
5.Desistida /rescindida/revogada	**1**			1			**1**
6.Submetida/admitida	**7**		7				**7**
7. Total	**50**	20	26	4	**5**	5	**55**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	**97,7**	100,0	100,0	75,0	**40,0**	40,0	91,7
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	**90,7**	90,0	100,0	50,0	**40,0**	40,0	85,4
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	**7,0**	10,0	0,0	25,0	**60,0**	60,0	12,5
Taxa de desistência (5)/(7-6)	2,3	0,0	0,0	25,0	**0,0**	0,0	2,1

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram acima da dotação contratualizada, apresentando uma taxa de compromisso superior a 190% no FSE. A taxa de execução é, no entanto, mais reduzida com cerca de 3,7%. No inquérito o GAL não indiciou qual foi o tipo de estrangulamento que existiu para o bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom	O GAL não respondeu a esta questão.

funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	
Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. As 44 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 192 dias a essa data.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** • Restrições devido à prevenção do Covid 19 (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**1 031 292**	**39**	**2 023 967**	**38 468**	**196,3**	**3,7**	**1,9**
0901		18	810 941	4 081			0,5
COESOUrb		19	1 208 522	31 720			2,6
SI2E		2	4 503	2 666			59,2
09.10		**2**	**99 250**	**0**			**0,0**
PAPN		2	99 250	0			0,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL não disponibilizou informação relativamente ao cumprimento das metas previstas para 2018, mas considera que existe possibilidade de vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC na tipologia 9.1/9i. O GAL identifica como fatores explicativos dos desvios em relação às metas o atraso da regulamentação de operacionalização das PI/TI, a fraca adesão dos beneficiários e a falta de adequação dos avisos às necessidades territoriais

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI Fraca adesão dos beneficiários Avisos não adequados às necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE) — 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 73. Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não foram verificados os critérios de atribuição da reserva de eficiência. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Eixo/Medida do Programa	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Grau de cumprimento
		Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.06	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	25,00	60,00	%Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	Não é possível aferir o grau de cumprimento
	Criação de emprego por conta própria empreendedorismo e criação de empresas incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo o autoemprego	10,00	20,00	% Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	
	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil,	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	15,00	30,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao	30,00	70,00	

	primário e secundário de boa qualidade incluindo inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis				insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado			
	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Número de pessoas que frequentam ações de qualificação na área do empreendedorismo	120,00	220,00				
	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				Percentagem de pessoas que concluíram ações de qualificação na área do empreendedorismo	80,00	85,00	
	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Número de fábricas do empreendedor	2,00	2,00				
	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				Número de pessoas abrangidas pela fábrica do empreendedor	540,00	1440,00	
	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Apoio à criação de viveiros de empresas	2,00	2,00				
	Projetos de empreendedorismo social bem como, a promoção de start-ups sociais	Número de start-ups criadas	30,00	40,00				
	Projetos de empreendedorismo social, bem como, a promoção de startups sociais				Percentagem de start-ups que se mantêm durante 12 meses após o fim do apoio	40,00	40,00	
	Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups	Número de projetos de empreendedorismo social criados	29,00	39,00				
	Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais				Número de pessoas envolvidas em projetos de empreendedorismo social	570,00	880,0	

	Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais	Criação de espaços de apoio ao desenvolvimento comunitário	5,00	5,00				
	Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais				Percentagem de utilizadores dos espaços	20,00	20,00	
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas.	Número de projetos de apoio à expansão de pequenas/microempresas	3,00	3,00				
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas.				Nº de empresas apoiadas	115,00	315,00	
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas.	Número de projetos de venda periódica de produtos na área da valorização e exploração de recursos endógenos	2,00	2,00				
09.10	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e	Nº de espaços de aprendizagem não formal	2,00	5,00				

	informais para a reintegração no ensino e na formação							
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios				Número de pessoas envolvidas e projetos de venda periódica de produtos na área da valorização e exploração de recursos endógenos	50,00	100,00	
	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Nº de mulheres integradas na Rede de Empregabilidade	40,00	100,00				
	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualde de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação				Nº de jovens integrados em espaços de aprendizagem não formal	375,00	625,00	
	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualde de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Nº de adultos em ações de aprendizagem ao longo da vida	69,00	115,00				

(Fonte: DLBC Candidatura 2ªFase.)

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os projetos apoiados até ao momento têm tido um contributo fraco para a criação e requalificação do tecido económico; para a redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção à igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e

secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; para a qualificação do território e promoção dos interesses das comunidades, em especial das mais desfavorecidas; para a inclusão social, incluindo a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade. Não há evidências de contributo no que se refere ao protagonismo da comunidade e dos agentes locais na implementação de soluções que respondam a desafios urbanísticos do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Criação e requalificação do tecido económico	
Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção à igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	
Qualificação do território e promoção dos interesses das comunidades, em especial das mais desfavorecidas	
Inclusão social, incluindo a promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	
Protagonismo da comunidade e dos agentes locais na implementação de soluções que respondam a desafios urbanísticos do território	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o elevado valor acrescentado da abordagem LEADER em estimular o investimento e identificar oportunidades de investimento; na realização de uma alavancagem financeira dos projetos aproados, na promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações); em aumentar o conhecimento das necessidades e potencialidades do território; em aumentar a capacidade para gerir fundos; para destacar a relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território; para o acompanhamento/proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores; para estimular o investimento e identificação de oportunidades de investimento; para aumentar a confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais, beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags..); para potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL; na qualidade dos projetos apoiados; para aumentar a capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores; para a densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e,no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre estratégia atual e futura); para aumentar a capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns; para aumentar a capacidade de interagir e discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação; para aumentar a confiança mútua entre ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários e entre os parceiros; para aumentar a densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e, novas oportunidades no sentido do desenvolvimento do território (p.e, novas oportunidades de interação, atitude proativa, aprendizagem coletiva).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	6
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	5
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
	Capacidade para gerir vários fundos	5
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	5
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	5
	Estímulo ao investimento/identificação de oportunidades de investimento	5
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais, beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	5
	Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
	Qualidade dos projetos apoiados	5
	Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	5
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	5
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	5
	Valorização do capital social e humano dos territórios	4
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4
	Mobilização da comunidade local	4
	Sustentabilidade dos projetos apoiados	4
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	4
	Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	4
	Trabalho em rede/colaboração no território	4
	Inovação dos projetos apoiados	4
	Reforço da governança local	4
	Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	3

		Cooperação com outros territórios	3
		Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3
		Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3
		Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	3

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL articulou-se exclusivamente com instrumentos do Portugal 2020.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC exclusivamente com o instrumento do PT2020. Consideram que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas, o GAL não disponibilizou informação sobre o modo como foi efetuada a articulação.

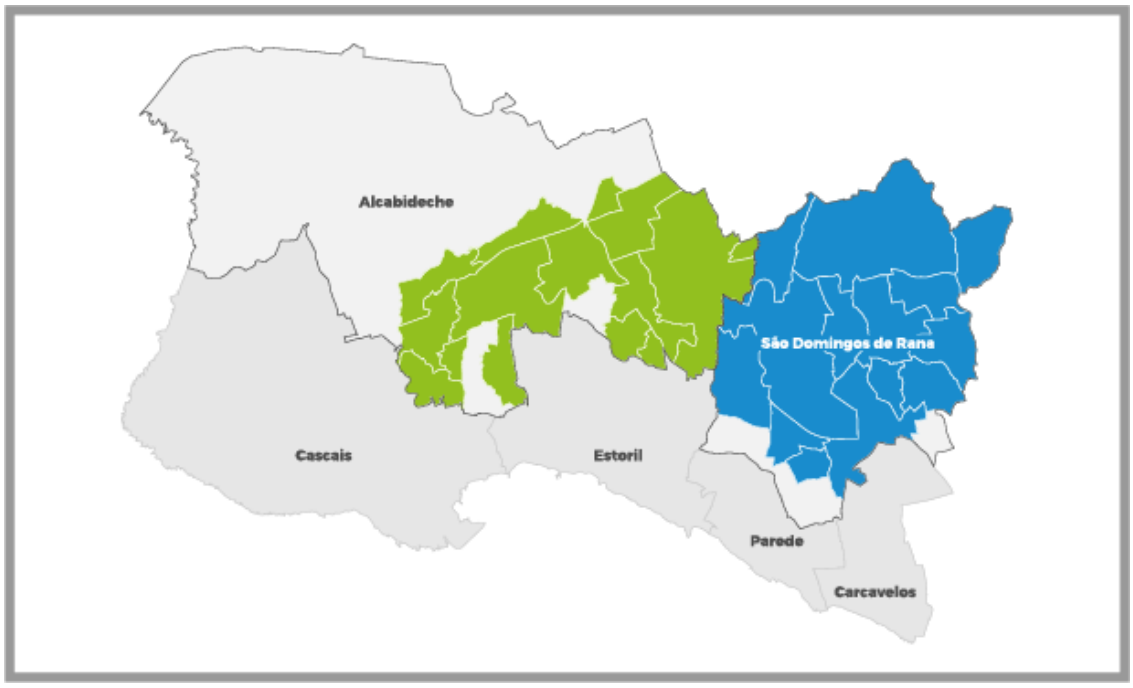
GAL Fator C – TESE

Entidade Gestora: TESE | Associação para o Desenvolvimento

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Fator C abrange o território das freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, no concelho de Cascais.

Mapa do Território de intervenção:



População total abrangida: 103.425 habitantes (Censos 2021)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceria. O GAL avalia ainda as prioridades de investimento como totalmente adequadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	Todos os objetivos do DLBC tinham correspondência com os objetivos definidos na EDL. No entanto, não foi possível trabalhar o eixo ligado ao insucesso escolar.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.3/8iii. 6 9.1/9i. 6 10.1/10.i N/A 9.1/9i 6 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

A Estratégia de Desenvolvimento Local estabelecida inicialmente, aquando do concurso de pré-qualificação para o programa DLBC, era composta por três objetivos, aqui denominados de "Objetivos Específicos da EDL Global", nomeadamente: inclusão ativa, com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Esta estratégia foi elaborada em conjunto com os parceiros e alicerçada num diagnóstico dos problemas existentes no território, através de uma análise SWOT, onde a comunidade local teve participação. Partindo dessa análise, foram identificados dois problemas centrais nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, mormente a elevada taxa de desemprego da população, assim como percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidades. Esta análise SWOT contribuiu também para o levantamento de instrumentos nacionais, regionais ou municipais que podem constituir oportunidades para o território e cooperar na resposta aos desafios identificados. Os objetivos estabelecidos foram, inclusivamente, enquadrados nestes vários instrumentos (p35-p43). A metodologia utilizada passou também pelo desenho de uma Teoria da Mudança, de modo a compreender a intenção da lógica interventiva, embora, segundo o documento de candidatura à 1ª fase de pré-qualificação, esta tenha servido apenas para orientar a estratégia e não tanto para proceder à sua implementação. O processo de elaboração da EDL recorreu, em suma, a um conjunto bastante completo de ferramentas de desenho, que colaboram para a criação de uma estratégia bem articulada e ajustada à realidade.

Posteriormente, com a abertura da 2ª fase do concurso, em 2015, foram realizados alguns ajustes à EDL. A primeira proposta de EDL contava com 38 objetivos estratégicos e 10 desafios prioritários. Depois, atendendo às áreas temáticas e tipologias de intervenção previstas para os DLBC urbanos, a proposta passou a contar com 14 objetivos e 5 desafios prioritários. Após a proposta de dotação financeira recebida em agosto de 2015, o GAL optou pela apresentação de 10 objetivos, 6 dos quais seriam implementados com financiamento próprio da instituição, de modo a não inviabilizar a concretização da estratégia delineada.

Os objetivos estratégicos que sofreram alterações foram essencialmente os *OET2. Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego* e *OET3. Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação*, na medida em que o primeiro passou a ter apenas um objetivo específico, ao invés de quatro; e o segundo passou a ter dois objetivos específicos, ao invés de um. Relativamente ao quarto e quinto objetivo da estratégia (*OET4. Contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação* e *OET5. Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar*), o GAL propôs-se a garantir, com fundos próprios, a prossecução destes objetivos.

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC contratualizada

Objetivos e Linhas Estratégicas EDL Global (1ª fase)	Objetivos Específicos EDL/DLBC Contratualizado (2ª fase)
Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	OET2. Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego
Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	OET3. Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação OET4. Contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação OET5. Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	OET1. Promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego

(Fonte: Candidatura EDL 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.)

De acordo com as entrevistadas, a EDL não foi muito acolhida tendo em conta as tipologias de intervenção disponibilizadas. A componente de trabalho com as escolas tinha uma forte prevalência no documento estratégico, contudo os instrumentos financeiros para o DLBC não permitiam a realização deste trabalho. Não obstante, a entidade gestora, uma vez que considerava que esta era uma estratégia integrada, procurou outros financiamentos e, com o apoio da Câmara e das juntas de freguesia, conseguiram criar um instrumento que respondia, em parte, a esses objetivos. Não fazia sentido para o GAL perder esta parte da estratégia.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas contratualizadas

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
OET1. Promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego	OEP1.1 Apoiar e incentivar modelos de negócio que potenciem e privilegiem vantagens competitivas de Alcabideche e São Domingos de Rana OEP1.2 Apoiar a dinamização de iniciativas inovadoras e competitivas que potenciem a criação de emprego e autoemprego (empreendedorismo, empreendedorismo social, microcrédito e outras iniciativas de economia social)	9.10 Medida I - Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental de apoio. 9.10 Medida II - Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego. 9.6 Medida III - Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis.
OET2. Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego	OEP 2.1 Reforçar as condições de acesso a emprego e criação de emprego, de grupos vulneráveis incluindo a capacitação de parceiros locais	

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
OET3. Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação	OEP 3.1 Promover competências e mecanismos locais que facilitem a transição dos jovens para a vida ativa. OEP 3.2 Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais na comunidade escolar.	
OET4. Contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação	OEP 4.1 Promoção de iniciativas inovadoras de acompanhamento individualizado de alunos e formandos que potenciem a conclusão do percurso escolar e formativo com sucesso.	
OET5. Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar	OEP 5.1 Maior participação e envolvimento e responsabilidade dos jovens na gestão do espaço-escola e organização dos currículos OEP 5.2 Promover iniciativas que reforcem proximidade e envolvimento das famílias nos percursos educativos e formativos dos educandos OEP 5.3 Apoiar a disseminação de estratégias integradas de identificação das necessidades das crianças e jovens, ao nível da saúde mental e de articulação entre os serviços e o espaço-escola	

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 1 365 239,28 €. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado na prioridade de investimento *8.8/8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas*, do FEDER.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>295 000,00 €</td><td>22%</td></tr>
<tr><td>FSE</td><td>1 070 239,28 €</td><td>78%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>1 365 239,28 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>1 – Subfinanciamento</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>2 – financiamento ajustado</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>2 – financiamento ajustado</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas.</td></tr>
</table>

metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	O GAL explica que gostaria de ver contemplado outro tipo de indicadores que permitissem medir o impacto que a operacionalização do DLBC tem no território.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

Numa primeira fase, os objetivos definidos pelo GAL não tiveram, na sua totalidade, correspondência com as tipologias de intervenção disponibilizadas, o que levou a ajustes da estratégia e à decisão do GAL de assegurar com fundos próprios a execução desses objetivos. Depois desta adaptação da estratégia, a verba é considerada adequada, exceto relativamente à tipologia 8.8/8a do FEDER que ao financiar apenas 50% do investimento das empresas em termos de recursos, de infraestruturas, etc., exige que estas tenham capacidade de cofinanciar os restantes 50%, pelo que consideram que é subfinanciado tendo em atenção o tecido empresarial do território e as necessidades das empresas. Por outro lado, em termos gerais, na entrevista foi referido que o DLBC tem a missão de dar resposta a pessoas em zonas economicamente mais desfavorecias o que implicaria que os mecanismos de financiamento permitissem a candidatura de empresas com poucos recursos. No entanto estas linhas de financiamento têm uma exigência burocrática elevada e implicam uma gestão de tesouraria que muitas vezes as microempresas não conseguem dar resposta. Empresas que já têm alguma capacidade económica e com algum grau de inovação o tipo de pessoas que contratam não são públicos socioeconomicamente mais desfavorecidos. Existe algum desalinhamento entre o que são as linhas gerais de um DLBC e os instrumentos de financiamento que são lançados e as exigências que têm. Os mecanismos de financiamento deveriam ser ajustados para que o DLBC possa cumprir os objetivos a que se propõe.

Adicionalmente foi referido que, a percentagem do fundo alocado para a gestão do DLBC (25%) teria sido mais adequada se os timings tivessem sido cumpridos como inicialmente previstos. Só após dois anos da candidatura ter sido aprovada é que iniciaram o lançamento dos avisos de candidatura no território, no entanto a equipa do DLBC manteve-se a trabalhar neste hiato o que faz com que o orçamento disponibilizado para a equipa atualmente esteja a terminar quando os projetos aprovados estão no seu início. Existe uma desadequação entre o tempo de gestão do projeto e a execução dos projetos que acompanham.

Relativamente aos indicadores, as entrevistadas consideram que os indicadores que possuem enquanto Fator C – criação de 70 postos de trabalho – são adequados face ao que foi definido na EDL. No entanto, consideram que perderam parte da sua adequação ao território quando a CCDR não aprovou o eixo da redução e prevenção do abandono escolar precoce. Tinham indicadores relacionados com o trabalho nas escolas e não foi possível reajustá-los perante a inexistência dessa tipologia de intervenção, no entanto, conseguiram implementar esse eixo com o recurso ao já referido financiamento da Câmara e das Juntas de Freguesia. Por outro lado, os indicadores existentes foram "impostos" pela tutela e a entidade gestora considera que poderiam existir outros indicadores que medissem o impacto da operacionalização do DLBC no território de forma mais adequada. Por exemplo, consideram pertinente a existência de indicadores que aprofundem a questão da criação de postos de trabalho, para compreender se esses postos de trabalho têm realmente impacto no desenvolvimento do território, uma vez que esse posto de trabalho poderá ser assegurado por um trabalhador que não seja residente no território de intervenção. Consideram que para aferir o impacto do DLBC seria interessante perceber se havia a intensão por parte do empresário/empreendedor de criar postos de trabalho para residentes ou balizar os tipos de negócios que eram criados de forma a estarem alinhados com as competências/perfil de pessoas residentes.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio	N.D.	245 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	N.D.	50 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	295 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	N.D.	1 070 239,28 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	1 070 239,28 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
TOTAL	N.D.	**1 365 239,28 €**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A intervenção do DLBC Fator C é articulada com intervenções de outras entidades do território que fazem parte da Rede Social. Por outro lado, a própria conceção da EDL incluiu a articulação da mesma com outros instrumentos municipais, regionais e nacionais. Assim, o DLBC articulou-se com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, com os Planos de Desenvolvimento Social/ Referencial Estratégico da Rede Social, com os Planos Municipais para a Igualdade, com o Contrato

Local de Desenvolvimento Social, com o Gabinete de Inserção Profissional e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e Rede Local de Intervenção Social.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Planos de Desenvolvimento Social/ Referencial Estratégico da Rede Social • Planos Municipais para a Igualdade • Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS • Gabinete de Inserção Profissional – GIP • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano • Rede Local de Intervenção Social - RLIS (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Cascais tem uma Rede Social onde estão várias organizações da economia social e o Fator C não só é um DLBC, como também é considerado uma sub-rede no concelho de Cascais, pelo que a sua intervenção é sempre articulada com as intervenções de outras entidades no território. A título de exemplo, existe em Cascais uma rede que trabalha as questões da empregabilidade e desenvolvimento de competências e o DLBC procura muitas vezes articular as suas ações de dinamização territorial com as ações que são promovidas nesta rede. De acordo com a entrevista efetuada, estas relações resultaram do trabalho "proativo" de contactos e reuniões com entidades locais e coordenadores de outros programas que estão a ocorrer no território para apresentar o DLBC e analisar possíveis sinergias e formas de articulação, no momento de conceção e implementação da EDL.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

Devido ao hiato temporal que separou entre a candidatura dos GAL e o período que decorreu até à abertura do primeiro aviso para os beneficiários, o Fator C sentiu necessidade de rever as metas e os indicadores definidos: quando em 2017 efetivamente o DLBC se iniciou, tentaram rever os resultados apresentados em candidatura, uma vez que tinham previsto atingi-los num determinado período e esse tempo foi reduzido o que comprometeu a capacidade de atingir os resultados indicados. Contudo existiu uma total inflexibilidade para realizar essa revisão e/ou negociação por parte da CCDR. O GAL considera que devia ter sido dada prioridade na negociação a adaptação do programa ao território e às suas necessidades e deveria haver uma maior flexibilidade em termos das alterações e ajustes face a imprevistos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

Indicador	Resposta
Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos	**Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL: 4 Relevância do instrumento para a estratégia: N/R Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território: N/R

problemas de desenvolvimento do território	Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos: N/R Aumento da qualidade das EDL: N/R Envolvimento dos parceiros na EDL: N/R Transparência do processo de seleção dos GAL: N/R Criação de novas parcerias nos territórios: N/R Simplificação do processo de seleção: N/R Celeridade do processo de seleção: N/R Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC: N/R (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	O GAL considera que a adaptação ao território devia ter um maior peso na fase de negociação, contudo os programas não o permitiam.
Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	O processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização foi considerado pelo GAL como tendo tido um contributo moderado para as dimensões avaliadas no inquérito. **Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)** Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas: 4 Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados: 4 Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas: 3 Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados: 2 Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção: N/R Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….): N/R Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso: N/R Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso: N/R Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta: N/R (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O GAL Fator C é composto por 43 entidades e a sua participação efetivou-se através da realização de sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos, inclusão em grupos de trabalho e resposta a questionários. Os parceiros que estiveram mais envolvidos nesta fase foram as juntas de freguesia, a Câmara Municipal de Cascais e os seus munícipes, as entidades do setor social e económico (sem fins lucrativos), o Instituto de Segurança Social, o IEFP, a CCDR e os Agrupamentos de Escolas Públicas. Este envolvimento gerou resultados ao nível do alargamento do âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação), e de potenciais fontes de financiamento, da identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, da identificação de atores para a conceção/execução da estratégia e da identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações. Nesta fase não participaram as empresas, mas sim as associações que representam as empresas (as empresas participam na fase de implementação).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional – ISS, IEFP</td><td>6</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Outras. Quais? Munícipes de Cascais; Agrupamentos de Escolas Públicas</td><td>5</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da realização de sessões públicas de debate, da recolha formal de pareceres e contributos, da inclusão em grupos de trabalho e da resposta a questionários. A participação dos parceiros foi substantiva.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:

Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações

(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 43 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Junta de Freguesia de Alcabideche</td><td>Administração Local</td></tr>
<tr><td>Câmara Municipal de Cascais</td><td>Administração Local</td></tr>
<tr><td>Junta de Freguesia de São Domingos de Rana</td><td>Administração Local</td></tr>
<tr><td>Associação de Idosos de Santa Iria</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>CRID – Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Rede Solidária Ibn Mucana</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Associação IES – Instituto de Empreendedorismo Social</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Associação Juvenil Linha de Cascais Rota Jovem</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Associação de Respostas Educativas e Sociais à Comunidade - ARESC</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>ABLA – Associação Beneficência Luso-Alemã</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>AEIPS – Associação para o Estudo e Integração Psicossocial</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Centro Social da Paróquia de Nª Sª da Conceição</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Centro Social e Paroquial SDR – Associações e fundações privadas Sociedade de S. Vicente de Paulo – Associações e fundações privadas Agência DNA Cascais – Associações e fundações privadas Alzheimer Portugal – Casa do Alecrim – Associações e fundações privadas Associação Empresarial do Concelho de Cascais – Associações e fundações privadas Associação Reagir para Mudar – Associações e fundações privadas CADin – Associações e fundações privadas CARITAS – Associações e fundações privadas Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos – SDR – Associações e fundações privadas Associação de Idosos e Deficientes do Penedo – Associações e fundações privadas Associação Juvenil de M Jovens – Associações e fundações privadas CESIS – Associações e fundações privadas Fundação AJU – Jerónimo Usera – Associações e fundações privadas Fundação Champagnat – Associações e fundações privadas Fundação O Século, ao serviço da infância desprotegida – Associações e fundações privadas Fundação portuguesa para o estudo, prevenção e tratamento da toxicodependência – Associações e fundações privadas Pressley Ridge Associação Solidariedade Social – Associações e fundações privadas TESE – Associações e fundações privadas SEAcoop – Social Entrepreneurs Agency, CRL – Cooperativas Rumo – Cooperativas CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais – Cooperativas Horizonte – Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino CRL – Cooperativas ISPA, CRL – Cooperativas Agrupamento de Escolas de Alcabideche – Outras Entidades Públicas Agrupamento de Escolas Ibn Mucana – Outras Entidades Públicas Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo – Outras Entidades Públicas Agrupamento de escolas Matilde Rosa Araújo – Outras Entidades Públicas CPCJ – Outras Entidades Públicas IEFP – Outras Entidades Públicas Instituto de Segurança Social – Outras Entidades Públicas (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Todos os parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos, inclusão em grupos de trabalho e resposta a questionário. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

Na entrevista, referiu-se que um dos aspetos mais positivos do Fator C é o envolvimento dos parceiros e a dinâmica entre as entidades do território, que têm consciência da importância da sua participação. As entrevistadas mencionaram que a TESE também tem uma boa capacidade de mobilizar as entidades. Foi referido que, mais uma vez devido ao hiato temporal entre a aprovação do DLBC e o lançamento dos primeiros avisos de abertura de candidaturas, foi necessário a reativação dos parceiros na fase inicial de implementação do DLBC.

No documento de candidatura ao concurso de pré-qualificação para o programa DLBC, são explanados os mecanismos utilizados de forma a promover a participação da comunidade dos territórios de intervenção. O primeiro mecanismo utilizado foi denominado de *Atelier Diagnóstico*, publicitado no website da Câmara Municipal de Cascais, como forma de apelo à participação de todas as instituições públicas e privadas com atuação nas freguesias, assim como o envio de um e-mail a convidar estas entidades. A primeira sessão contou com a participação de 54 instituições e um cidadão a título particular, de onde surgiu a decisão de realizar uma candidatura única ao DLBC urbano, com um esforço conjunto das várias instituições do município de Cascais. Neste *atelier*, iniciou-se também a análise SWOT do território.

Mais tarde, realizou-se um *Atelier Prospetivo*, com reuniões de trabalho entre parceiros, para continuar a desenhar a estratégia, a partir da identificação dos problemas, desafios e objetivos. Organizou-se também um *Atelier de constituição do modelo organizacional*, onde se apresentaram os pressupostos, obrigações e modelo de atribuição de funções estabelecidos pelo aviso de abertura de candidaturas para a organização dos GAL, assim como se identificaram boas práticas nesta matéria. Posteriormente, foram discutidas propostas de parceria e modelo organizacional e definiu-se quem assumiria o papel de entidade gestora e quem comporia a Comissão Executiva. Neste caso, a TESE foi votada como entidade gestora por unanimidade de todos os presentes.

A Comissão Executiva tem uma participação bastante ativa de todas as entidades envolvidas e a sua composição vai sendo alterada mediante a rotação dos parceiros envolvidos na Comissão (à exceção da Tese, da Câmara Municipal e das Juntas que são membros permanentes).

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Durante a implementação, as juntas de freguesia, o município, as entidades representativas do setor económico e social (sem fins lucrativos e as empresas) envolveram-se de forma continuada. A CCDR e as agências públicas da administração regional envolveram-se pontualmente na implementação do DLBC. Os meios de envolvimento dos parceiros continuaram a ser a realização de sessões públicas de divulgação e debate, a recolha formal de pareceres e contributos e a resposta a questionários. Esse envolvimento resultou numa melhor racionalização de recursos, na promoção da continuidade, multidimensionalidade e complementaridade das intervenções, para o aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados, para a construção de parcerias e alargamento o âmbito de atuação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>
Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Resposta a questionário</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate; Resposta a questionário</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.
</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Racionalização de recursos
• Muldimensionalidade das intervenções
• Complementariedade de intervenções
• Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados
• Construção de parcerias
• Alargar o âmbito de atuação
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

As entrevistadas referem que um dos pontos mais positivos do Fator C é o envolvimento dos parceiros e a dinâmica das entidades no território. A Rede Social de Cascais tem uma articulação muito forte entre todas as entidades e estas estão conscientes da importância de participar nas redes quem que fazem parte. Afirmam que os *stakeholders* dão contributos concretos ao nível da tomada de decisões, como por exemplo no âmbito de decisões quanto à disponibilização de oportunidades de financiamento, assim como na divulgação e comunicação das mesmas. Os parceiros são, neste contexto, elementos-chave para apresentar as oportunidades à comunidade, seja pela disponibilização de espaços, seja pela divulgação em si. Os eventos realizados contam sempre com a parceria dos *stakeholders*. Além disso, realizam reuniões periódicas com o GAL (especialmente com o conselho executivo, que tem uma participação bastante ativa) e a partir daí são tomadas decisões e distribuídas responsabilidades, embora as responsabilidades dos parceiros sejam muito diferentes das responsabilidades da entidade gestora.

A forma de envolvimento dos parceiros aquando da implementação já ficara definida na elaboração da EDL, onde se estabeleceu que os parceiros deviam participar ativamente na promoção das iniciativas do DLBC junto dos seus públicos-alvo. Além disso, procurou-se também que os parceiros apoiassem a seleção, implementação e avaliação dos projetos e da estratégia, contudo, na prática, tal não foi possível, pela falta de *know-how* e a dificuldade patente em dividir um processo de avaliação e seleção por várias entidades diferentes.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou de forma bastante positiva as competências de verificação da admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas, da emissão de pareceres no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO, de acompanhamento da realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão e da avaliação do cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão.

O GAL acredita que o presente modelo de delegação de competências teve um impacto positivo na simplificação administrativa, na capacidade de ajustamento às necessidades do território, na participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, na promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários e na resposta a necessidades do território.

O GAL considera ainda que poderiam ter sido delegadas as competências de definir os critérios de seleção a das operações, definir o calendário de abertura dos AAC e determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**

	POR
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um	6

Indicador	Resposta/Evidências
	processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas: 5
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão: 5
	Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 5
	Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: 4
	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: 4
	Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 3
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: 1
	Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 1
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO: N/A
	Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: N/A
	(Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Resposta a necessidades do território **Contributo neutro do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Monitorização de resultados (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo PORegional:** • Definir os critérios de seleção a das operações • Definir o calendário de abertura dos AAC • Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Na entrevista foi salientado que o trabalho atribuído ao GAL após a aprovação das candidaturas não é muito claro. O protocolo de articulação funcional é vago. O sucesso do DLBC é o somatório do sucesso dos projetos que são financiados, mas se consideram que têm um papel preponderante na avaliação e aprovação das candidaturas, tal não acontece no decorrer da implementação dos projetos. A partir da aprovação os beneficiários são obrigados a prestar contas à CCDR a nível de execução física e financeira, e perante o DLBC não têm nenhuma obrigação. Por exemplo, têm entidades que demoram muito tempo para pedir pedidos de reembolso e o Fator C vai alertando para estas situações mas, no limite, as entidades podem nem responder a esta solicitação. Por outro lado, foram organizadas ações de formação para os beneficiários de como se gere o financiamento, como se fazem pedidos de reembolso, como se utiliza o Balcão 2020, etc. e tentaram criar redes e sinergias entre os diferentes projetos, no entanto como não existe nenhuma formalidade/responsabilização as entidades podem simplesmente recusar ir à formação. Os DLBC poderiam acompanhar/monitorizar a execução física (deixando a execução financeira para as CCDR/AG), pois são eles que estão no terreno e têm proximidade com as entidades.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

Os meios de articulação existentes entre o GAL e a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo foram reuniões periódicas, emissão de pareceres e ligação com um ponto focal. O balanço que a entidade gestora faz desta articulação é negativo para as reuniões periódicas e positivo para os restantes mecanismos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Mecanismos de articulação com o PO regional:
• Reuniões periódicas
• Emissão de pareceres
• Ligação com um ponto focal
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação
(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Emissão de pareceres</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Ligação com um ponto focal</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Reuniões periódicas</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

Na entrevista foi referido em relação à realização de reuniões periódicas que seria vantajoso para uma melhor articulação, haver reuniões de ponto de situação com uma maior periodicidade de forma a permitir a identificação dos desafios que cada GAL está a viver e perceber alguns constrangimentos do lado da CCDR de forma a poderem definir soluções conjuntas para conseguir gerir melhorar os DLBC. Os GAL Urbanos que estão sob alçada da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo têm tido alguma articulação entre si e têm trabalhado em conjunto nos últimos dois anos o que tem sido muito positivo para uma implementação mais uniforme dos DLBC e para a articulação com a CCDR, pois há desafios conjuntos que são articulados entre um grupo de DLBC e a CCDR.

Foi referido que a relação com a CCDR nos últimos dois anos tem funcionado bem, em contrapartida com o que aconteceu no hiato temporal do início do DLBC, onde tinham dúvidas se o DLBC iria efetivamente ser implementado.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

A equipa técnica local é constituída por quatro elementos, dimensão considerada totalmente adequado pelo GAL. As competências dos membros da equipa também são consideradas adequadas, ainda que depois seja assinalado que um dos principais problemas da equipa é a insuficiência de conhecimentos técnicos da equipa face aos domínios de intervenção do GAL. A TESE, entidade gestora, pese embora tenha um vasto âmbito de intervenção e experiência, não havia tido experiência prévia em instrumentos semelhantes ao DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do total FSE é afetado à gestão, o que corresponde a 267 559,82€.
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	A entidade gestora possui diversas outras atividades além do DLBC, contudo não foi possível aferir o peso que o financiamento do mesmo tem na totalidade da atividade da entidade gestora. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 5 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

Foram contratados três técnicos para a constituição da equipa, aos quais se somaram dois técnicos que não foram recrutados expressamente para a ETL, contudo pertenciam à entidade gestora e passaram a incorporar a equipa dedicada ao DLBC; e dois recursos humanos que, não estando alocados a 100%, contribuem, segundo o relatório de execução física do Fator C, para a execução do mesmo. Nesse mesmo relatório, é ainda ressalvado que, até à constituição da equipa técnica local, para efeitos de prossecução das obrigações financeiras do programa, foram alocados ao projeto dois recursos humanos da entidade gestora. As principais necessidades da equipa técnica passaram pela insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL.

Apesar de ter sido expresso em sede de entrevista que a entidade gestora possui outros financiamentos e atividades além do DLBC, não foi possível aferir o peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

A TESE não tinha gerido anteriormente projetos semelhantes ao DLBC, pelo que sentiu falta de uma formação inicial adequada para a equipa técnica gerir o DLBC. Houve apenas uma formação inicial na CCDR sobre os sistemas de informação, nomeadamente o Balcão 2020. Consideram importante a existência de uma formação inicial de contextualização e gestão do DLBC e também um reforço da formação técnica ao nível das plataformas, à medida que as equipas se vão reformulando.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Sistemas de Informação (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Sistemas de Informação: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Inicialmente foi feita uma formação sobre o Balcão 2020 pela CCDR. Contudo, não houve nova formação sobre o tema (necessário). • Não foram propostas outras formações pela CCDR/AD&C, o que teria sido importante para os técnicos garantirem um maior acompanhamento. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

Na entrevista, o GAL afirma que havia poucos elementos que podiam alterar nos avisos. Considera que devia ser dada alguma prioridade à adaptação dos avisos ao território. Ainda assim, declaram no inquérito terem sido responsáveis pela definição do calendário de abertura dos avisos, da dotação financeira, das TO/medidas, dos prazos de apresentação das candidaturas, dos requisitos (formais e documentais), dos indicadores, dos critérios de seleção das operações, das ações de divulgação, informação e publicidade realizadas e da adaptação dos avisos às especificidades territoriais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	**Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Definição do calendário de abertura dos AAC	Foram responsáveis pela definição
Dotação financeira	Foram responsáveis pela definição
Definição das TO/medidas	Foram responsáveis pela definição
Prazos de apresentação das candidaturas	Foram responsáveis pela definição
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Foram responsáveis pela definição
Definição de indicadores	Foram responsáveis pela definição

		Critérios de seleção das operações	Foram responsáveis pela definição
		Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Foram responsáveis pela definição
		Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	Foram responsáveis pela definição
	(Fonte: Inquérito aos GAL)		
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Critério EDL no referencial de mérito – por exemplo, C.1. Grau de alinhamento com a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), AVISO N.º - 40-2020-44		

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma bastante negativa o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento), o ritmo de lançamento dos concursos e a promoção de articulação entre os concursos/ projetos. O tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas foi considerado um pouco mais adequado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.3/8iii.	6	6	2	
9.1/9i.	6	6	3	N/A
10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
9.1/9i	6	6	1	2

Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 37:

Na entrevista foi referido que um fator que dificultou a gestão do DLBC foi não saberem que instrumentos iram ser lançados ao longo do DLBC. O GAL tem uma dotação e resultados a atingir e a sua gestão é difícil quando não sabem com que instrumentos vão trabalhar durante o período de implementação.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

O GAL faz uma avaliação bastante positiva das dimensões de adequação das tipologias de operação 8.3/8iii e 9.1/9i. Na tipologia 8.8/8a do FEDER, existe alguma desadequação relativamente aos indicadores de realização e resultado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas quatro tipologias de operação: • 0901 • +CO3SO Urbano • PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional • SI2E

Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	4	3	4	6
8.3/8iii	5	6	5	6
10.1/10.i	N/A	N/A	N/A	N/A
9.1/9i	6	5	6	4

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

O processo de análise e seleção de operações foi, em geral, adequado, com exceção para a carga burocrática inerente.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a	8.3/8iii.	10.1/10i.	9.1/9i
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	5	5		5
Critérios de seleção	5	5		5
Metodologia de apuramento do mérito	5	5		5
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	6	6		6
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	6	6		6
Carga burocrática	2	2		2
Interação com o SI FSE		4		4
Interação com o SI FEDER	5			
Interação com o SI PDR/				
Interação com o SI IFAP				
Interação com outros SI				

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise atribuídos ao GAL têm sido cumpridos. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	O GAL não respondeu a esta questão

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

O Órgão de Gestão esteve envolvido no processo de análise e seleção das candidaturas e as vantagens desse envolvimento prendem-se com uma maior adaptação da operacionalização do DLBC à realidade do território e uma resposta mais eficaz às necessidades locais. O GAL considera que o Órgão de Gestão tem um conhecimento muito profundo do território.

Adicionalmente, a análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 218 dias (cerca de sete meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**38**	**38**	**150**	**80**	**230**
0901	9	9	181	67	248
COESOUrb	16	16	115	36	151
SI2E	13	13	172	144	316
09.10	**19**	**18**	**162**	**27**	**192**
PAPN	6	5	99	33	132
SI2E	13	13	191	24	215
Total	**57**	**56**	**154**	**63**	**218**

(Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.)

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Inicialmente, pretendeu-se envolver os parceiros na análise e seleção de candidaturas (nomeadamente na análise da parte da candidatura relacionada com o alinhamento do projeto com a EDL), contudo tal não teve continuidade devido à falta de know-how dos parceiros nas avaliações efetuadas, bem como a dificuldade inerente à divisão do processo de análise das candidaturas entre entidades. Este processo foi discutido numa reunião do GAL e ficou assente que não era possível a participação dos parceiros na avaliação das candidaturas.

Contudo, o Órgão de Gestão tem estado envolvido neste processo e as vantagens de tal envolvimento passam pela escolha mais adequada dos projetos que estão mais adequados às necessidades do território. Essa é uma característica essencial do DLBC. Este envolvimento dos parceiros permite que os projetos que são implementados respondam a necessidades concretas do território e correspondam ao que se faz no território, uma vez que o Órgão de Gestão tem um conhecimento profundo sobre o território. Permite também tomar decisões de forma mais rigorosa.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	<table><tr><th></th><th>Entidade</th></tr><tr><td>1</td><td>TESE (equipa técnica local)</td></tr><tr><td>2</td><td>Câmara Municipal de Oeiras</td></tr><tr><td>3</td><td>Juntas de Freguesia de Alcabideche e SDR</td></tr><tr><td>4</td><td>DNA Cascais</td></tr><tr><td>5</td><td>Pensamento Binário e Agência de Empreendedorismo sociais</td></tr></table>
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	A composição do órgão de gestão foi alargada, por convite a outras entidades no território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line • Outro: Discussão e validação da análise feita pela equipa técnica (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão** **(Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** POR: 6 (Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foram envolvidos outros parceiros no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados globalmente adequados. O GAL realizou avaliação intercalar e pretende realizar uma avaliação final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Definição de indicadores de monitorização pelo GAL • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 5 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 5 Realização de balanço com as AG: 5 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 5 Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Realizou avaliação Intercalar • Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Recursos do GAL e peritos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos do GAL e peritos (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Não. Todavia, o GAL considera que a dimensão da equipa técnica e a ausência de orientações dos PO financiadores constituíram constrangimentos ao processo de monitorização e avaliação do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Dimensão da equipa técnica • Ausência de orientações dos PO financiadores (Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Quando foi definida a EDL, foram identificados eixos prioritários de intervenção e alguns não foram aprovados, no entanto os indicadores contratualizados não puderam ser ajustados tendo em conta esses cortes. O GAL não tinha mecanismos de revisão da estratégia, apesar de considerar necessária a existência, principalmente ao nível dos indicadores. Ainda assim, o GAL redefiniu as metas e as medidas que não foram financiadas pelo Programa Operacional Regional. Estas redefinições deram origem a melhorias no desempenho físico e financeiro do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não, mas considero necessária a existência (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL redefiniu as metas e as medidas não financiadas pelo PO. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL Fator C assegurou a divulgação da EDL/DLBC através de reuniões e encontros com parceiros, de sessões de divulgação, esclarecimento e sensibilização, seminários e workshops públicos, produtos de comunicação da entidade gestora, grupos de trabalho temáticos, participação em feiras, festas temáticas ou mostras de produtos locais e projetos de cooperação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>
Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>57</td><td>100</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>40</td><td>800</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>30</td><td>600</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>4</td><td>1000</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>4</td><td>10000</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>9</td><td>70</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>6</td><td>200</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>2</td><td>100</td><td>5</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>Foram realizados seguintes os processos de auscultação:
• Sondagem;
• Inquérito online.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

Na entrevista, o GAL expõe a opinião de que os instrumentos territoriais não são propriamente um programa que os cidadãos em geral conheçam, porque a sua intervenção está mais virada para as entidades e não propriamente os residentes do território. Não obstante, fazem um balanço positivo do reconhecimento que a população tem do DLBC, sendo que houve um esforço inicial de entrada para divulgar aquilo que era o Fator C. Houve alguma frustração das comunidades quando o DLBC se iniciou, pois foi construído com o intuito de apoiar sobretudo organizações da economia social, porém a primeira oportunidade que foi lançada foi para o setor privado com fins lucrativos e daí decorreu algum desencantamento no início da implementação. Mais tarde, houve outras linhas que permitiram dar resposta a estas organizações e ao mesmo tempo houve a integração de empresas privadas e o trabalho com o setor privado. A comunicação permitiu aproximar uma série de empresas.

O trabalho desenvolvido faz com que o Fator C tenha uma grande visibilidade no território e faz com que as organizações e as empresas reconheçam este programa.

Vão realizando auscultações (inquéritos/questionários online) aquando do lançamento de concursos ou outras iniciativas, de modo a avaliar o conhecimento que a população tem do DLBC.

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente o modelo de funcionamento do GAL, o modelo de gestão do DLBC, a partilha de conhecimentos, as sinergias entre projetos e sectores de atividade económica e a cooperação entre beneficiários e *stakeholders*.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica • Cooperação entre beneficiários e *stakeholders* (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

A dinâmica de procura foi significativa, com um total de 113 candidaturas rececionadas. O volume de projetos aprovados traduziu-se posteriormente numa taxa de aprovação de cerca de 45%. Os motivos que levaram à reprovação de candidaturas são vastos, passando sobretudo pelo incumprimento de alguns critérios, mas também pela falta de dotação financeira, pela falta de documentos necessários à instrução da candidatura.

As linhas de financiamento para organizações da economia social tiveram uma adesão menor do que esperavam. Já no caso das micro e pequenas empresas, a adesão foi superior ao expectado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 113 candidaturas com um custo de 8 034 271,50 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>5</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td>5</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>4</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Falta de dotação financeira disponível</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Falta de documentos necessários à instrução da candidatura</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**68**	**60,2**	**4 459 785,27**	**55,5**
0901	10	8,8	1 650 148,26	20,5
COESOUrb	29	25,7	2 318 561,41	28,9
SI2E	29	25,7	491 075,60	6,1
09.10	**45**	**39,8**	**3 574 486,23**	**44,5**
PAPN	7	6,2	664 123,90	8,3
SI2E	38	33,6	2 910 362,33	36,2
Total	**113**	**100,0**	**8 034 271,50**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	0901	COESOUrb	SI2E	**09.10**	PAPN	SI2E	**Total Geral**
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**35**	9	16	10	**16**	6	10	**51**
2.Não admitida					**12**	1	11	**12**
3.Não aprovada	**23**	1	13	9	**10**		10	**33**
4.Anulada	**4**			4	**1**		1	**5**
5.Desistida /rescindida/revogada	**6**			6	**6**		6	**12**
6.Submetida/admitida								
7. Total	**68**	10	29	29	**45**	7	38	**113**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) (%)	**85,3**	100,0	100,0	65,5	**57,8**	85,7	52,6	**74,3**
Taxa de aprovação (1)/(7-6) (%)	**51,5**	90,0	55,2	34,5	**35,6**	85,7	26,3	**45,1**
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6) (%)	**33,8**	10,0	44,8	31,0	**48,9**	14,3	55,3	**39,8**
Taxa de desistência (5)/(7-6) (%)	**8,8**	0,0	0,0	20,7	**13,3**	0,0	15,8	**10,6**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Foi referido na entrevista que tiveram poucas candidaturas na linha de financiamento dos projetos inovadores, e após a aplicação de um inquérito para aferir as causas, concluíram que tal se deveu aos requisitos e burocracia da linha de financiamento.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ultrapassaram a dotação contratualizada (124,6% de taxa de compromisso). As taxas de execução são mais reduzidas, especialmente no FSE, que à data de 30 de setembro se encontrava nos 3,2%. No FEDER, a taxa de execução era de 37,8%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)

investimento/tipologia de intervenção	
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação**

PI/TI	Condições de elegibilidade das operações	Tipo de despesas elegíveis	Taxa de incentivo	Contexto socio-económico
8.8/8a	X			X
8.3/8iii		X		X
10.1/10.i				
9.1/9i				X

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. As 19 operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 603 a essa data.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações**

	8.3/8iii	8.8/8a	9.1/9i
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	X	X	X
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura			X
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			X
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …	X	X	X
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)	X		X
Atrasos nos pagamentos de pedidos de reembolso	X	X	X

Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**1 070 239,28 €**	**35**	**1 340 575**	**34 390**	**125,3**	**3,2**	**2,6**
0901		9	663 968	0			0,0
COESOUrb		16	629 170	15 130			2,4
SI2E		10	47 438	19 260			40,6
09.10	**295 000,00 €**	**16**	**361 013**	**111 644**	**122,4**	**37,8**	**30,9**
PAPN		6	186 000	0			0,0
SI2E		10	175 013	111 644			63,8
Total	**1 365 239,00 €**	**51**	**1 701 588**	**146 034**	**124,6**	**10,7**	**8,6**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Relativamente aos estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, o GAL refere na entrevista o atraso dos pagamentos nos pedidos de reembolso que são feitos. Estrangula as organizações, pondo em causa em alguns casos a continuidade do projeto e a existência das próprias entidades. É transversal a todos e desde o início.

Além disso, na primeira linha de financiamento lançada para a criação de postos de trabalho, os requisitos em termos de contratação eram muitos, o que fazia com que grande parte das empresas não conseguisse contratar tendo em conta os requisitos existentes. Na segunda linha de financiamento para empresas os requisitos forma mais amplos e a taxa de contratação aumentou.

Depois, a carga burocrática que é exigida ao nível dos pedidos de reembolso, sobretudo na linha de financiamento das organizações sociais. Há um grande nível de burocracia associado e são pedidas muitas evidências que vão para além da amostragem. Por exemplo, normalmente as entidades submetem um conjunto de despesas para um pedido de reembolso e é gerada uma amostra, sobre a qual geralmente quem analisa os pedidos de reembolso vai incidir. Neste momento estão a ser feitos pedidos de quase todas as despesas quase até ao limite das organizações. É um constrangimento porque as organizações não têm capacidade para estarem tanto tempo dedicadas a provar e a evidenciar todas as despesas. O GAL acredita que até para a própria CCDR realizar tantos pedidos deve fazer com que atrase o conjunto da análise de pedidos de reembolso. Este nível de detalhe deveria ser reconsiderado.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Devido a atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI que não permitiram a implementação e a dificuldades de execução por parte dos beneficiários, existiram desvios relativamente às metas definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI Dificuldades de execução por parte dos beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 5 8.3/8iii: 5 10.1/10.i: - 9.1/9i: 5 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu.
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento local apoiadas; Ações de informação, divulgação e publicação. (Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Medida	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023
09.10	Medida I. Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	26	52
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	42	70

	Medida II. Apoio ao Empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	4	10
		Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	8	13
09.06	Medida III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	34	84
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	50	50

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase, Contrato para a Gestão da Estratégia.

No Relatório de Avaliação Intercalar de março de 2019 não é objetivamente apresentada a análise da execução dos indicadores contratualizados apresentados na tabela acima. No entanto vem indicado que, no que se refere aos postos de trabalho criados nos projetos aprovados, com a expectativa de que se mantenham, no mínimo, 12 meses após o fim do apoio, no total dos dois avisos abertos até à data, era esperada a criação de 48 postos de trabalho, referentes a 18 projetos aprovados (20 postos de trabalho referentes a 6 projetos aprovados no 1º aviso; 28 postos de trabalho referentes a 12 projetos aprovados no 2º aviso). Com base no conhecimento dos promotores destes projetos a equipa do GAL tinha a expectativa que todos os 48 postos de trabalho seriam mantidos 12 meses após a finalização do apoio (pág.39).

Relativamente ao número de empresas/beneficiários apoiados, na 1ª fase tinham sido analisados 21 projetos, dos quais 10 tinham sido aprovados e 6 apoiados, ao passo que na 2ª fase foram analisados 14 projetos, dos quais 12 foram aprovados e era expectável que todos fossem apoiados (pág.40).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas tiveram um contributo claro na promoção de iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego. Tiveram também algum contributo para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, embora mais fraco. Não foi possível, no entanto, contribuir para os objetivos ligados à educação e formação, uma vez que não foram disponibilizadas tipologias de operação que dessem resposta a esta área.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego	
Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego	
Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação	
Contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação	
Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

Na entrevista é referido que os resultados observados se devem: à adaptação "possível" do programa ao território; a própria dinâmica do território (as pessoas tiveram capacidade de agarrar as oportunidades) e o facto do Fator C ter tido a capacidade de divulgar os instrumentos e mobilizar as entidades (muito baseado numa relação de proximidade).

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

Esta abordagem gerou valor acrescentado na medida em que gerou, sobretudo, um estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território, densidade e qualidade das interações entre os parceiros e entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território, trabalho em rede/colaboração no território, capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação, relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território, confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros, proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores, divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados, promoção da proximidade com a comunidade local, maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território, confiança mútua, coesão territorial, reforço da governança local, participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, coordenação entre os diferentes níveis de governação, capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns, capacidade para gerir vários fundos, mobilização da comunidade local comunidade local, potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL, qualidade dos projetos apoiados, alavancagem financeira dos projetos apoiados e disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas.

É ainda de referir que a TESE nunca teve iniciativas financiadas pelo LEADER, pelo que nunca tinham gerido programas semelhantes ao DLBC. Na entrevista é referido que a definição da estratégia é *bottom-up*, mas a forma como se implementa a estratégia é *top-bottom*, no entanto teve resultados bastante positivos no território mediante as adaptações que puderam ser efetuadas

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	6
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	6
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	6
	Trabalho em rede/colaboração no território	6
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	6
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6
	Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	6
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6
	Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	5

Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	5
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5
Reforço da governança local	5
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	5
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	5
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5
Capacidade para gerir vários fundos	5
Mobilização da comunidade local comunidade local	5
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5
Qualidade dos projetos apoiados	5
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	5
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4
Cooperação com outros territórios	4
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4
Sustentabilidade dos projetos apoiados	4
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	4
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4
Valorização do capital social e humano dos territórios	4
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	3
Inovação dos projetos apoiados	3

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

A execução do DLBC foi articulada com outras fontes de financiamento. Uma vez que não foi possível financiar operações na área da educação, algo que estava contemplado na EDL do Fator C, o GAL procurou outras fontes que pudessem financiar esta área.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento. Esta preocupação existiu *a posteriori*: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação. Cf. resposta à SQ3.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 77:

Três dos objetivos estratégicos definidos para o DLBC estavam relacionados com a área da educação, nomeadamente: *Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação*, *Contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação* e *Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar*. Uma vez que as tipologias de operação disponibilizadas não permitiram dar resposta a estes objetivos, o GAL procurou outros instrumentos de financiamento que pudessem dar resposta a esta parte da estratégia. Assim, foi disponibilizada a oportunidade de financiamento *Up 2 YOUth*, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais e as Juntas de Freguesia de São Domingos de Rana e Alcabideche. O objetivo passa por "*Estimular nos jovens o desenvolvimento de competências transversais, tais como o espírito de iniciativa e a capacidade de resolver problemas, através da implementação de projetos com impacto nas suas comunidades*."[44]

Na entrevista foi referido que consideraram haver alguma sobreposição de financiamento com as medidas de contratação do IEFP no instrumento SI2E.

[44] Informação disponível no website do GAL: https://fatorc.pt/

III. ALGARVE

Ficha de Avaliação

GAL FARO 2020 – Fundação António Silva Leal

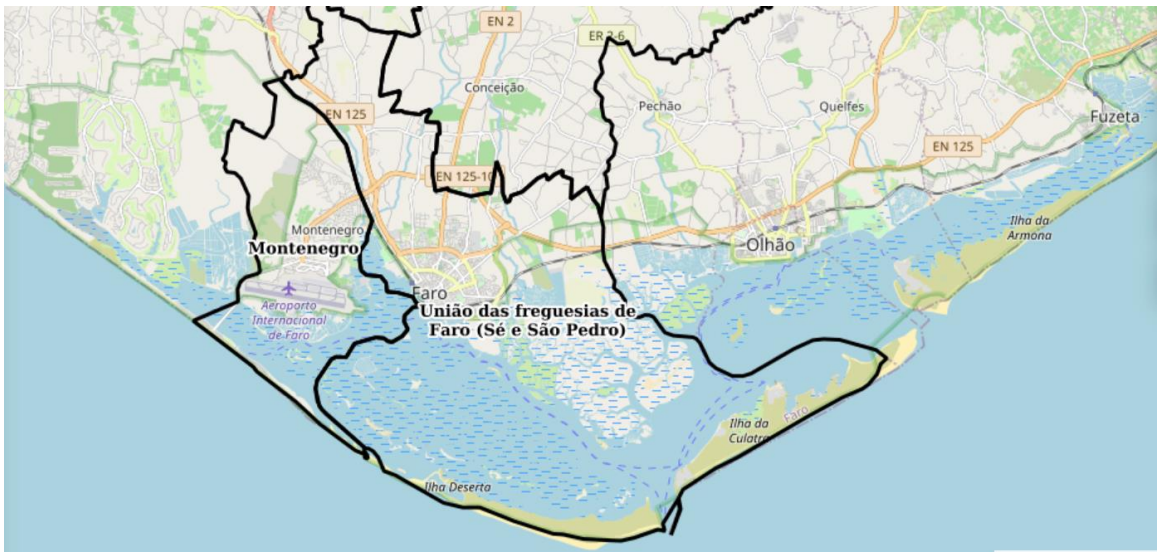
António Silva Leal
FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Entidade Gestora: Fundação António Silva Leal

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL FARO 2020 abrange a União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), no concelho de Faro.

Mapa do Território de intervenção:



População total abrangida: 46.310 habitantes

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceira, ainda que nem todos os eixos definidos na estratégia tenham enquadramento nas PI/domínios de intervenção mobilizadas, embora estas últimas sejam consideradas pelo GAL, em sede de inquérito, adequadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	A totalidade dos objetivos dos objetivos definidos na EDL tem correspondências com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase) ainda que as PI/domínios de intervenção mobilizadas não deem resposta a todas as necessidades identificadas para o território.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): N/A 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 6 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): 5 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 5 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

A versão final da EDL (apresenta na 2ª fase) apresenta uma arquitetura estratégica correspondente àquela que constava da respetiva versão inicial (candidatura 1ª fase), como se pode verificar no quadro seguinte:

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC (2ª fase)

Objetivos e Linhas Estratégicas EDL Global (1ª fase)	Objetivos Específicos EDL/DLBC Contratualizado (2ª fase)
Promoção concertada da inclusão social local, mediante o devido enquadramento no plano estratégico de combate a problemas locais previamente elencados de pobreza e ou situação e carência de intervenção, de exclusão social e de abandono escolar. - INTERVIR	Promoção concertada da inclusão social local, mediante o devido enquadramento no plano estratégico de combate a problemas locais previamente elencados de pobreza e ou situação e carência de intervenção, de exclusão social e de abandono escolar
Fomentar o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, concertadas para o território identificado, assentes na lógica das parcerias locais e, acentuado ênfase no empreendedorismo; - INOVAR	Fomentar o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, concertadas para o território identificado, assentes na lógica das parcerias locais e, acentuada ênfase no empreendedorismo
Promover a dinamização e revitalização de espaços urbanos fragilizados, fomentando o empreendedorismo e apoiando a iniciativa privada, numa lógica de promoção de produtos endógenos e inclusão pela cultura. - REVITALIZAR	Promover a dinamização e revitalização de espaços urbanos fragilizados, fomentando o empreendedorismo e apoiando a iniciativa privada, numa lógica de promoção de produtos endógenos e inclusão pela cultura

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos DLBC	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Promoção concertada da inclusão social local, mediante o devido enquadramento no plano estratégico de combate a problemas locais previamente elencados de pobreza e ou situação e carência de intervenção, de exclusão social e de abandono escolar	Eixo de Intervenção "Estímulo Iniciativas de combate ao insucesso e abandono escolar, e a promoção de competências profissionais e curriculares, discriminando positivamente os grupos sociais vulneráveis". -Intervenção Social Integrada e de Proximidade com as comunidades/grupos mais vulneráveis, priorizando, no campo do emprego e formação profissional, os DLD´s; -Formação profissional, desenvolvida maioritariamente em contextos práticos, destinada a grupos sociais vulneráveis, com baixas qualificações, nas áreas identificadas pela RIS3 Regional e CRESC; -Políticas de valorização e adoção da figura do mediador social e do mediador cigano nas intervenções sociais em territórios específicos; -Prevenção de risco de insucesso e abandono escolar assente em atuações multidisciplinares e parcerias entre instituições públicas (ensino formal) e privadas (educação não-formal); -Promoção, apoio e valorização a medidas já existentes no combate ao insucesso e abandono escolar, como sejam as AEC´s, os currículos alternativos, entre outros, por forma a garantir a escolarização antes da entrada para o 2o ciclo.	Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis Inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres Animação territorial e inovação social Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória
Fomentar o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, concertadas para o território identificado, assentes na lógica das parcerias locais e, acentuada ênfase no empreendedorismo	Eixo de Intervenção "Estímulo e acompanhamento de iniciativas empresariais": -Estímulo e apoio a atividades económicas emergentes, consolidadas e ou inovadoras, numa lógica de crescimento integrado e sustentável, nomeadamente pela simplificação e agilização dos processos burocráticos para a criação de empresas/associações, a redução de custos relacionadas com determinadas atividades económicas (Ex: licenças), o reforço dos meios de colaboração e informação ao empreendedor/investidor, a consultoria e apoio à gestão de empresas criadas por instituições do terceiro setor, entre outros; -Valorização e rentabilização de competências profissionais adquiridas informalmente ao longo da vida; -Capacitação dos atores e dos serviços de apoio, de forma diferenciada nos 2 territórios; -Programa de apoio a microempresas constituídas por pessoas em situação de vulnerabilidade social (DLD´s, famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica e outros).	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho
Promover a dinamização e revitalização de espaços urbanos fragilizados, fomentando o empreendedorismo e apoiando a iniciativa privada, numa lógica de promoção de produtos endógenos e inclusão pela cultura	Eixo de Intervenção "Promoção do empreendedorismo, nas vertentes comercial, social, cultural, e de serviços´ -Estímulos ao aparecimento de novas atividades comerciais, sociais e de serviços, numa lógica de desenvolvimento social, cultural, ambiental ou económico, nomeadamente pela simplificação e agilização dos processos burocráticos para a criação de empresas/associações, a redução de custos relacionadas com determinadas atividades económicas (Ex: Licenças), entre outros; - Centrar este tipo de intervenções exatamente no incentivo e na complementaridade resultantes do cruzamento de iniciativas entre os 2 territórios; - Promover as indústrias criativas através de uma criação de um espaço que potencie a inovação, o autodesenvolvimento e a cooperação entre empreendedores;	

Objetivos Estratégicos DLBC	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
	- Promover a arte pública e o aumento de oportunidades profissionais para artistas, bem como a sua inserção no mercado de trabalho; - Qualificar a paisagem urbana e os espaços públicos de bairros/ zonas a intervir através do envolvimento das comunidades e da animação cultural; - Promoção do empreendedorismo social baseado na criação de empresas dentro do terceiro setor, nas vertentes comercial, social, cultural, e de serviços, nas áreas identificadas pela RIS3 e CRESC.	

Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

A estratégia foi elaborada com base num diagnóstico dos problemas e necessidades do território, identificados na Carta Social de Faro (Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social 2014-2020) e correspondentes às prioridades dos Programas Operacionais Regionais, mormente as que se associam ao meio urbano. Este trabalho de diagnóstico resulta de um processo participativo levado a cabo pelo Conselho Local de Ação Social de Faro, composto por diversas entidades do território.

Os principais eixos de intervenção da estratégia focam-se no estímulo e acompanhamento de iniciativas empresariais, no combate ao insucesso e abandono escolar, bem como na promoção de competências profissionais, em especial para grupos socialmente vulneráveis, e na promoção do empreendedorismo.

Contudo, de acordo com o entrevistado, a estratégia previamente desenhada tinha uma componente social muito forte, que não foi abarcada pelos avisos lançados. De facto, a visão estabelecida para o DLBC vai a esse encontro: "*Desenvolver um projeto que gere novas dinâmicas económicas e empresariais em Faro, de forma solidária e empenhada com a coesão social, potenciando os mecanismos existentes de apoio a um processo de desenvolvimento local de base comunitária.*". Dessa forma, houve uma dificuldade em implementar a estratégia não só devido à falta de resposta que os avisos davam à estratégia desenhada, mas também devido à morosidade da publicação dos mesmos, que levaram a atrasos na operacionalização da própria estratégia.

De acordo com a informação recolhida na entrevista, existiam três domínios contratualizados no âmbito do FEDER, contudo só houve avisos para dar resposta a um deles. Ficaram de fora os projetos de empreendedorismo social, bem como promoção de *start ups* sociais; e a constituição de empresas por mulheres. No caso do FSE, tinham seis domínios de intervenção contratualizados, dos quais só tiveram aviso para um. Ficou de fora a animação territorial e inovação social; desenvolvimento de abordagens integradas no âmbito local direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações; dinamização de ações intergeracionais, *coaching* intergeracional e ações de promoção e transmissão de conhecimento e memória; inclusão social do indivíduo de forma multissetorial e integrada; inclusão social de crianças, jovens e outros em contextos socioeconómicos vulneráveis.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 1 000 000,00€. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado na prioridade de investimento 10.1/10i.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th>Fundo</th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>405 000,00€</td><td>40,5%</td></tr>
<tr><td>FSE</td><td>595 000,00€</td><td>59,5%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>1 000 000,00€</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>
Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>1</td></tr>
<tr><td>9.1/9i.</td><td>2</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

	Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	- PI/TI com indicadores e metas: todas.
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Os indicadores revelam-se insuficientes face às tipologias de operação contratualizadas, prendendo-se apenas com a criação de emprego.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de start-ups sociais	N.D.	150 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresa as existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	N.D.	200 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres	N.D.	55 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Subtotal FEDER	N.D.	**405 000,00 €**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	N.D.	100 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Animação territorial e inovação social	N.D.	175 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações	N.D.	60 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Dinamização de ações intergeracionais (coaching intergerações) e ações de promoção da transmissão	N.D.	40 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

de conhecimento e memória							
Inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada	N.D.	120 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis	N.D.	100 000,00 €	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Subtotal FSE	N.D.	**595 000,00 €**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**1.000.000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O GAL promoveu uma articulação com instrumentos com incidência no seu território de intervenção, no sentido de procurar que não se sobrepusessem.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano • Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos – PROVERE • Plano de Ação de Regeneração Urbana - PARU (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

Segundo a entrevista realizada ao GAL, foi garantida uma articulação para que não houvesse sobreposição entre instrumentos com incidência no mesmo território. Contudo, não existiu uma lógica complementar entre instrumentos, uma vez que se considerou que o DLBC surgia como uma resposta adicional às necessidades do território (ao invés de uma resposta complementar).

Também não foram estabelecidas articulações entre o DLBC e outros instrumentos de financiamento.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O modelo adotado, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, contribuiu principalmente para a simplificação do processo de seleção, para o aumento da qualidade das EDL e para o envolvimento dos parceiros. Além disso, o processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização foi considerado pelo GAL como tendo tido um contributo positivo para a maioria das dimensões consideradas no inquérito, com exceção para a melhoria do alinhamento entre objetivos e medidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território</td><td>O GAL considerou que o modelo de aprovação/negociação teve um contributo positivo para a generalidade dos parâmetros considerados no inquérito.

Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Aumento da qualidade das EDL</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Envolvimento dos parceiros na EDL</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Relevância do instrumento para a estratégia</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Transparência do processo de seleção dos GAL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Celeridade do processo de seleção</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Criação de novas parcerias nos territórios</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</td><td>Não foi identificado um modelo alternativo.</td></tr>
<tr><td>Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas</td><td>Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,....)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas</td><td>2</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

O GAL relatou, na entrevista, que o que se verificou na afetação de verbas por tipologia de intervenção foi que existiram eixos de intervenção definidos pelo GAL que ficaram excluídos da operacionalização do DLBC, principalmente os que tinham uma

vertente predominantemente social, tal como já foi mencionado. Uma vez que não existiu espaço para negociar as verbas, o modelo adotado não garantiu o alinhamento entre os instrumentos e as prioridades de intervenção.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A conceção e definição da EDL contou com a participação e o envolvimento de um conjunto de entidades públicas e privadas representativas de diversos setores sociais e económicos, abrangendo não só os parceiros que constituem o GAL, mas também a própria CCDR.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>2</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho e a realização de sessões públicas de debate. A participação das entidades foi considerada apenas formal, com exceção da participação dos municípios, CCDR e empresas, cuja participação foi considerada substantiva.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
• Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários
• Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 15 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Palácio do Tenente – Associação Cultural</td><td>Agências de associações de desenvolvimento local</td></tr>
<tr><td>Associação de Desenvolvimento Comercial da Zona Histórica de Faro</td><td>Associação Empresarial</td></tr>
<tr><td>Associação do comércio e serviços da região do Algarve (ACRAL)</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários: Associação empresarial (sem fins lucrativos) Associação Recreativa e Cultural dos Músicos: Associação empresarial (sem fins lucrativos) Município de Faro: Autarquia Local MANDACARU – Cooperativa de Intervenção Social e Cultural CRL: Cooperativa ECOS – Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL: Cooperativa Universidade do Algarve: Estabelecimento de Ensino Superior Público – Instituições de Ensino Universitário Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP): Instituto Público Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais: IPSS Associação para o planeamento da família: IPSS Fundação António Silva Leal: IPSS EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação: ONG ADS – Associação de Designers do Sul: Organização Profissional (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Apenas alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da participação em sessões públicas de debate, recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

Aquando da conceção da EDL, a parceria era composta por 13 parceiros (31% eram entidades públicas e 69% eram entidades privadas), com base na premissa de que *respostas integradas a problemas pluridimensionais só são possíveis com a cooperação e participação ativa de instituições com perfil distinto e competências complementares, que criem estratégias articuladas entre intervenções e serviços, convergindo para a solução de problema que nenhuma, só por si, é capaz de resolver*[45].

Aquando da constituição do DLBC, foram adicionados à parceria quatro novas entidades e excluídas duas. Assim, o GAL é composto por 15 parceiros, de um amplo leque de áreas e setores representativos da realidade da cidade de Faro. O município de Faro foi apontado pelo interlocutor como uma entidade que deu um grande contributo para a conceção da estratégia e que dinamizou bastante a parceria. A conceção da EDL proporcionou momentos muito ricos de reflexão sobre a cidade de Faro. O entrevistado considera ainda que o DLBC pode ser um instrumento aglutinador do trabalho em rede e juntar várias entidades na resolução de problemas da cidade e/ou na criação de projetos que poderão ser mais-valias para o território farense.

De acordo com o que foi explanado na entrevista, o envolvimento das entidades parceiras aquando da conceção da Estratégia de Desenvolvimento Local foi bastante positivo.

[45] *DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA 1ª FASE – PRÉ-QUALIFICAÇÃO*

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Na fase de implementação do DLBC, verificou-se uma menor participação dos *stakeholders*, face ao que ocorreu na fase de desenho. Tal decréscimo ficou a dever-se, sobretudo, a uma quebra de expectativa dos parceiros relativamente ao trabalho do DLBC, uma vez que a área social não foi passível de implementação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate; Recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Não se envolveram</td><td>-</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Continuidade de intervenções
• Muldimensionalidade das intervenções
• Complementariedade de intervenções
• Construção de parcerias

(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

Como já foi referido, a conceção da EDL foi um processo bastante participado pelas entidades que compõem a parceria. Contudo, durante a implementação do DLBC, foi mais difícil verificar os mesmos níveis de participação, uma vez que, de acordo com a entrevista realizada, os parceiros tinham uma expectativa face ao que seria o trabalho da DLBC que não se concretizou, dado que os eixos de intervenção da área social não se puderam implementar. À medida que os avisos foram disponibilizados e se foi verificando que a área social não estava a ser mobilizada da forma que expectavam, o nível de envolvimento dos *stakeholders* foi diminuindo e a parceria foi desmotivando. Nesse sentido, a entidade gestora sentiu necessidade de justificar aos parceiros que a elaboração dos avisos não era da sua responsabilidade, mas sim da responsabilidade da tutela dos programas operacionais. O interlocutor refere ainda que foi difícil para a entidade gestora, enquanto líder da parceria, gerir as expectativas dos parceiros.

As entidades que se envolveram de forma continuada na implementação do DLBC foram os municípios, a CCDR e as agências públicas de administração regional. As entidades representativas do setor económico, ambiental e social (todas estas sem fins lucrativos), assim como as agências públicas da administração central contribuíram pontualmente para a implementação do DLBC de Faro. Já as juntas de freguesia e a CIM não se envolveram nesta fase.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou de forma bastante positiva as competências delegadas pela Autoridade de Gestão, com exceção da avaliação do *cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão.* Este modelo trouxe benefícios para a simplificação administrativa, para a redução da carga administrativa, para a celeridade de procedimentos, para a proximidade aos beneficiários, para a participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, para a promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários, para a monitorização de resultados e para a resposta a necessidades do território. Ainda assim, o GAL considera que seria pertinente delegar a competência de definição do calendário de abertura dos AAC, de aprovação das candidaturas a financiamentos e de determinação da categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
		POR
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6

Indicador	Resposta/Evidências
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão: 6 Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: 6 Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: 6 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 6 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 6 Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO: 5 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 5 Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: 4 Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 2 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos • Proximidade aos beneficiários • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir o calendário de abertura dos AAC • Aprovar as candidaturas a financiamento

Indicador	Resposta/Evidências
	• Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 20, 21 E 22:

O modelo de delegação de competências é considerado adequado pelo entrevistado, exceto ao nível da elaboração dos avisos. Considera que poderia ter sido atribuída ao GAL a competência de desenho dos avisos, mesmo que tal incluísse uma validação final dos mesmos. Acredita que dessa forma seriam alcançados mais e melhores resultados, bem como uma maior adequação ao território e que o processo de publicação dos avisos seria mais célere. Ao invés disto, o que ocorria era a publicação de um aviso taxativo que não se adequava às prioridades de intervenção estabelecidas na Estratégia de Desenvolvimento Local de Faro.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

A articulação entre as Autoridades de Gestão e os GAL funcionaram bem e permitiram uma boa interligação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Mecanismos de articulação com o PO regional:
• Reuniões periódicas
• Emissão de pareceres
• Reuniões de coordenação
• Ligação com um ponto focal
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL</td><td>Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação
(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Emissão de pareceres</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Reuniões periódicas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Reuniões de coordenação</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Ligação com um ponto focal</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 23 E 24:

O GAL afirma que a Autoridade de Gestão se mostrou disponível para o esclarecimento de dúvidas, disponibilização de espaços e apoio técnico. A equipa do GAL considera que a Autoridade de Gestão foi uma verdadeira parceira da implementação do DLBC, tendo existido um bom grau de compromisso entre as duas partes.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera dispor das condições necessárias para o desempenho das suas funções, ainda assim menciona que a sua capacidade de intervenção, nomeadamente em termos de animação territorial ficou muito reduzida com a diminuição de recursos financeiros, uma vez que os recursos financeiros são insuficientes para desenvolver a atividade do GAL numa lógica de maior participação/cooperação com os parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do FEDER: 101.250€.
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: Menos de 1%. (Fonte: Entrevista aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação: pontuação 2 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	O GAL não respondeu

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

O GAL considera que a Equipa Técnica Local está globalmente capacitada para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas tendo participado em algumas ações de formação e capacitação. Não obstante sentiram algumas dificuldades e necessidade de formação no início do período de programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Monitorização e Avaliação • Conceção de documentos estratégicos e de programação Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 2 Sistemas de Informação: 2 Critérios de análise de projetos: 2 Monitorização e Avaliação: 2 Conceção de documentos estratégicos e de programação: 2 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Utilização das plataformas eletrónicas; • Partilha de experiência dos funcionários da CCDR ao nível dos mecanismos processuais da implementação. Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

A equipa era multidisciplinar, com experiência a nível social e económico e também ao nível do desenho e análise de projetos. Sentiram, contudo, dificuldades relativamente a especificidades técnicas, especificidades essas a que os técnicos da CCDR estavam mais habituados e para as quais tinham mais experiência. Assim, o interlocutor considera que poderia ter sido oferecida formação para promover a troca de experiências neste âmbito. Esta dificuldade foi, no entanto, superada com o passar do tempo e o adquirir da experiência.
Relativamente às ações de capacitação, o GAL considera que deviam ter existido mais momentos de formação numa fase inicial, mormente quanto à utilização das plataformas e à partilha de experiências da CCDR sobre os mecanismos processuais ligados à implementação do DLBC.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

Os avisos não foram previamente articulados com o GAL. Estes eram elaborados pelo organismo de tutela, com os eixos e prioridades de intervenção por si definidos, sem flexibilidade para que o GAL realizasse adaptações. Os avisos disponibilizados eram, inclusivamente, insuficientes para a implementação da estratégia desenhada para este DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Prazos de apresentação das candidaturas</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Deram contributos e foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Não deram contributos</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>O referencial de mérito remete para o enquadramento na EDL.</td></tr>
</table>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia positivamente o tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas e o tempo de duração do ACC, desde a sua abertura ao seu encerramento. A promoção da articulação entre os concursos/projetos

também é considerada adequada. Por outro lado, o ritmo de lançamento dos concursos não foi nada adequado, na opinião do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8ª	5	5	1	4
8.3/8iii	5	5	1	4
10.1/10.i	5	5	1	4
9.1/9i	5	5	1	4

Fonte: Inquérito aos GAL

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral, o GAL faz uma avaliação da adequação das diferentes tipologias de operação como positiva ou moderada, com exceção para a medida 10.1/10.i do FSE, uma vez que a mesma não foi lançada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	As PI integradas no PO Regional foram operacionalizadas através do SI2E e + COESO.
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8ª	4	4	5	5
8.3/8iii	4	5	5	5
10.1/10.i	2	2	2	2
9.1/9i	4	3	4	4

(Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

Relativamente à adequação do processo de análise e seleção de operações, os critérios de seleção, a metodologia de apuramento do mérito e a dimensão da equipa são avaliados de forma positiva, pelo GAL, assim como a interação estabelecida com o Fundo Social Europeu. Os restantes indicadores são considerados moderadamente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações</td><td>Adequação do processo de análise e seleção de operações
(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a.</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Metodologia de apuramento do mérito</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</td><td>6</td><td>6</td><td>6</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Periodicidade das reuniões do órgão de gestão</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Carga burocrática</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FSE</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FEDER</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI PDR/</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI IFAP</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Interação com outros SI</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação</td><td>Os prazos de análise atribuídos ao GAL foram cumpridos.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas</td><td>Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

Na entrevista, o GAL afirma que sentiu falta de algumas formações iniciais que o introduzisse neste método de análise e seleção de operações, assim como nos sistemas informáticos utilizados. Contudo, essa necessidade foi colmatada pela articulação estabelecida com a CCDR, que prestou todo o apoio necessário.

Adicionalmente, a análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 192 dias (cerca de seis meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
8.3/8iii	**11**	**11**	**167**	**37**	**197**
COESOEmp	5	5	130	48	178
COESOUrb	4	4	221	30	236
SI2E	2	2	150	17	167
8.8/8a	**2**	**2**	**150**	**15**	**165**
SI2E	2	2	150	15	165
Total	**13**	**13**	**164**	**33**	**192**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O envolvimento dos parceiros no processo de decisão ocorre através do Órgão de Gestão, o qual é composto por 7 entidades. A equipa técnica local apresentava ao Órgão de Gestão a sua avaliação das candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	<table><tr><th></th><th>Entidade</th></tr><tr><td>1</td><td>Fundação António Silva Leal</td></tr><tr><td>2</td><td>Câmara Municipal de Faro</td></tr><tr><td>3</td><td>Instituto de Emprego e Formação Profissional</td></tr><tr><td>4</td><td>ANJE</td></tr><tr><td>5</td><td>Palácio do Tenente – Associação Cultural de Faro</td></tr><tr><td>6</td><td>Fundação António Silva Leal</td></tr><tr><td>7</td><td>Câmara Municipal de Faro</td></tr></table>
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	A composição do Órgão de Gestão não se alterou. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão** **(Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** POR: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foi mencionado o envolvimento de outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

O Órgão de Gestão é composto por 7 entidades, incluindo a entidade gestora do DLBC. Os parceiros pertencentes ao órgão de gestão mantinham-se informados sobre todas as dificuldades e limitações que os técnicos sentiam na análise e seleção das operações, assim como relativamente a todo o processo de implementação do DLBC. Quanto à avaliação das candidaturas, a equipa técnica reunia com o órgão de gestão para apresentar as mesmas, apesar dos parceiros não terem um papel muito ativo na operacionalização do projeto, assumindo o papel de retaguarda e apoio em caso de necessidade de apoio.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados globalmente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço • Realização de balanço com as AG • Reuniões/contactos regulares com os beneficiários (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 5 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 5 Realização de balanço com as AG: 5 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 5 Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 4 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão • Parceiros do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos • Realizou avaliação Intercalar (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Os instrumentos existentes eram suficientes e adequados para o GAL (elaboração de relatórios, indicadores, execução, etc. existia um conjunto de grelhas que vinham da parte da CCDR que permitiam ir acompanhando o trabalho que ia sendo desenvolvido). O GAL selecionava os projetos e colocava as candidaturas à consideração final da AG, que as aprovava formalmente. Contudo, após essa fase, perdiam o fio condutor dos projetos, pois o acompanhamento dos mesmos não cabia à equipa do DLBC. Após terem alertado para essa situação e passaram a receber informação sobre a execução do projeto, sobre o cumprimento dos indicadores, etc. Passaram a ter algum um feedback da implementação do projeto. Além disso, realizavam visitas aos projetos, a partir das quais produziam relatórios.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

O GAL identificou a diversidade e complexidade de intervenções, as competências da equipa técnica e a dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos como constrangimentos à monitorização e avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Diversidade e complexidade de intervenções • Competências da equipa técnica • Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram indicados.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

O GAL afirmou que não foram realizadas revisões nem ajustamentos ao DLBC, uma vez que não se verificou essa necessidade e a estratégia permaneceu adequada ao longo do tempo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	Não foram introduzidas alterações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foi assegurada a divulgação e esclarecimento sobre estes instrumentos através de um conjunto alargado de sessões, produtos de comunicação e outros instrumentos previstos na estratégia de comunicação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim

Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Ações de **divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	300	300	5
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	5	50	5
Reuniões, seminários, *workshops* públicos			
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	1	1000	4
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)		1000	6
Grupos de trabalho temáticos			
Visitas a projetos de investimento,…			5
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais			
Participação em projetos de cooperação			

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	Não houve. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

Em geral, havia um reconhecimento do DLBC, fruto da estratégia de comunicação implementada. Como ferramenta de divulgação, criaram uma página de Facebook, que utilizavam para partilhar as ações do DLBC em grupos estratégicos da cidade de Faro. Esta forma de partilha originava vários contactos no próprio dia e gerava bastante interação. Faziam também apresentações individuais e em setores estratégicos, por exemplo em associações de empresas. A localização dos seus escritórios também era um fator favorável ao reconhecimento do DLBC, uma vez que era no centro da cidade e permitia que os interessados os procurassem para apoio e esclarecimento de dúvidas.

DLBC13.Identificação de boas práticas

O GAL apreendeu algumas boas práticas com a implementação do DLBC, tais como o estabelecimento de uma divisão entre quem avalia e dinamiza e a proximidade com os beneficiários. São duas características do programa que consideram que a instituição reteve.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica • Operações inovadoras para o território (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

A dinâmica de procura foi significativa, com um volume de projetos aprovados a representar cerca de 35% das candidaturas recebidas. O não cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos e dos critérios de seleção das operações foram os principais motivos identificados pelo GAL para a reprovação de candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 34 candidaturas com um custo de 4 797 673,23 euros. (Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)
Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão	**Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção (Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)** PI/TI: Escala de 1 a 6 8.8/8a: 5 8.3/8iii.: 5 10.1/10.i: 9.1/9i: 4 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção
Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas	**Motivos de reprovação de candidaturas** Falta de dotação financeira disponível: 8.8/8a 2; 8.3/8iii 2; 10.1/10i 2; 9.1/9i 2 Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: 8.8/8a 3; 8.3/8iii 3; 10.1/10i 3; 9.1/9i 3 Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: 8.8/8a 5; 8.3/8iii 5; 10.1/10i 5; 9.1/9i 5 Falta de documentos necessários à instrução da candidatura: 8.8/8a 4; 8.3/8iii 4; 10.1/10i 4; 9.1/9i 4 Critérios de seleção das operações: 8.8/8a 5; 8.3/8iii 5; 10.1/10i 5; 9.1/9i 5 Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas contratualizadas e rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**27**	**79,4**	**4 100 401,46**	**85,5**
COESOEmp	6	17,6	1 009 051,62	21,0

COESOUrb	17	50,0	3 033 948,09	63,2
SI2E	4	11,8	57 401,75	1,2
09.10	**7**	**20,6**	**697 271,77**	**14,5**
SI2E	7	20,6	697 271,77	14,5
Total Geral	**34**	**100,0**	**4 797 673,23**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	COESOEmp	COESOInt	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	**10**	5	0	4	1	**2**	2	**12**
2.Não admitida						**4**	4	**4**
3.Não aprovada	**14**	1	0	11	2			**14**
4.Anulada	**0**				0			**0**
5.Desistida /rescindida/revogada	**3**			2	1	**1**	1	**4**
6.Submetida/admitida								
7. Total	**27**	6	0	17	4	**7**	7	**34**
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) (%)	88,9	100,0	0,0	88,2	75,0	28,6	28,6	76,5
Taxa de aprovação (1)/(7-6) (%)	37,0	83,3	0,0	23,5	25,0	28,6	28,6	35,3
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6) (%)	51,9	16,7	0,0	64,7	50,0	57,1	57,1	52,9
Taxa de desistência (5)/(7-6) (%)	11,1	0,0	0,0	11,8	25,0	14,3	14,3	11,8

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram aquém da dotação contratualizada no FEDER, mas acima dos 100% no FSE. As taxas de execução possuíam valores muito reduzidos à data de 30 de setembro. Os principais estrangulamentos apontados são as condições de elegibilidade das operações, a taxa de incentivo e o contexto socioeconómico.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação**

PI/TI	Condições de elegibilidade das operações	Tipo de despesas elegíveis	Taxa de incentivo	Contexto socio-económico
8.8/8a				X
8.3/8iii.				
10.1/10.i				X
9.1/9i				X

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. As operações com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 833 dias a essa data.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** O GAL não respondeu Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**595 000**	**10**	**1 161 011**	**13 006**	195,1	2,2	1,1
COESOEmp		5	684 425	4 109			0,6
COESOInt			0	0			0,0
COESOUrb		4	468 497	4 852			1,0
SI2E		1	8 089	4 045			50,0
09.10	**405 000**	**2**	**62 570**	**50 394**	15,4	12,4	80,5
SI2E		2	62 570	50 394			80,5
Total Geral	**1 000 000**	**12**	**1 223 581**	**63 401**	122,4	6,3	5,2

N.d. não disponível; RT Regime de Transição
Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Com a pandemia, houve regras que se flexibilizaram, o que levou a um aumento do volume de candidaturas, o que fará com que sejam superados os objetivos programados para aquela linha de financiamento.

O entrevistado considera que este DLBC teria cumprido todos os seus objetivos num ano, caso se tivessem saído os avisos, pois a instituição tinha capacidade para tal. Contudo, o ritmo de saída dos avisos condicionou a ação do GAL.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Devido a atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI que não permitiram a implementação, existiram desvios relativamente às metas definidas. Ainda assim, o GAL considera muito provável o cumprimento das metas globais definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii.: 6 10.1/10.i: 9.1/9i: 6 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	O GAL não respondeu. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Execução	Grau de cumprimento em 2018
09.10	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	1	1	Cumpriu
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	1	2	Superou
09.06	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	2	1	Não cumpriu
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	2	1	Não cumpriu

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia; Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

A implementação do DLBC tem contribuído para a prossecução do objetivo de *Fomentar o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, concertadas para o território identificado, assentes na lógica das parcerias locais e, acentuado ênfase no empreendedorismo*. O contributo tem sido mais fraco nos restantes dois objetivos, já que não se enquadram tão diretamente nas tipologias de operação lançadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promoção concertada da inclusão social local, mediante o devido enquadramento no plano estratégico de combate a problemas locais previamente elencados de pobreza e ou situação e carência de intervenção, de exclusão social e de abandono escolar	
Fomentar o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, concertadas para o território identificado, assentes na lógica das parcerias locais e, acentuado ênfase no empreendedorismo	
Promover a dinamização e revitalização de espaços urbanos fragilizados, fomentando o empreendedorismo e apoiando a iniciativa privada, numa lógica de promoção de produtos endógenos e inclusão pela cultura	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL destaca o valor acrescentado da abordagem LEADER para a generalidade das dimensões consideradas, à exceção do envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem; da coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno); melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional); da confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários e entre os parceiros, que são pontuadas com 2 (numa escala de 1 a 6).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	6
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	5
	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	5
	Reforço da governança local	5
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	5
	Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5
	Capacidade para gerir vários fundos	5
	Valorização do capital social e humano dos territórios	4
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	4

		Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4	
		Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4	
		Trabalho em rede/colaboração no território	4	
		Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	4	
		Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	4	
		Cooperação com outros territórios	4	
		Mobilização da comunidade local comunidade local	4	
		Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4	
		Inovação dos projetos apoiados	4	
		Qualidade dos projetos apoiados	4	
		Sustentabilidade dos projetos apoiados	4	
		Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	3	
		Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	3	
		Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	3	
		Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	3	
		Alavancagem financeira dos projetos apoiados	3	
		Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3	
		Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	3	
		Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	2	
		Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	2	
		Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	2	
		Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	2	

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O GAL indica que não existiram nem identificaram financiamentos que pudessem ter sido mobilizados

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	O GAL articulou o DLBC exclusivamente com instrumentos do PT 2020. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos Cf. resposta à SQ3.

Ficha de Avaliação

GAL Lagos Cidade 2020 – Vicentina

Entidade Gestora: Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Lagos Cidade 2020 abrange o território da União de Freguesias de Lagos.

Mapa do Território de intervenção:

População total abrangida: 23.653 habitantes

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceira, embora tenha existido um afunilamento da estratégia em função das medidas de operacionalização impostas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	**Na EDL, constavam os seguintes objetivos que não tiveram continuidade no DLBC:** -Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico da cidade de Lagos -Aumentar a atividade empresarial e comercial durante a época baixa A capacitação para o turismo cultural e patrimonial não foi contratualizada. **No DLBC, constava um novo objetivo:** -Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 5 8.3/8iii.: 5 10.1/10.i: 5 9.1/9i: 5 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

A versão final da EDL (apresenta na 2ª fase) sofreu uma redefinição dos eixos apresentados face versão inicial (candidatura 1ª fase), tal como é possível constatar na tabela seguinte:

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC (2ª fase)

Objetivos e Linhas Estratégicas EDL Global (1ª fase)	Objetivos Específicos EDL/DLBC (2ª fase)
Dinamização do património histórico e cultural, baseada em iniciativas criativas e inovadoras	Capacitação para o turismo cultural e patrimonial
Aumentar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos	Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos
Promover a identificação da população com o valor patrimonial da cidade de Lagos	Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões.
Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário	Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar.
Diminuir o número de famílias em situação de fragilidade socioeconómica e situações de risco associadas ao desemprego	Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da população do território.
Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico da cidade de Lagos	
Aumentar a atividade empresarial e comercial durante a época baixa	

	Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco

Fonte: Candidatura EDL 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco	1.1.1 - Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou empresa por desempregados ou inativos, que contribuam para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Lagos. Engloba as iniciativas de investimento, promovidas por desempregados que visem a criação do próprio posto de trabalho, tendo em conta a EDL. 1.2.1 - Desenvolver ações de apoio ao empreendedorismo para desempregados com vista à criação do posto de trabalho ou empresa e que contribuam para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Lagos. Visa apoiar iniciativas de apoio ao empreendedorismo, ações de consultoria e formação para desempregados, por forma a dotá-los de ferramentas para a criação e gestão do próprio emprego ou empresa, tendo em conta a EDL. 1.3.1 - Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL. Engloba as iniciativas de investimento, promovidas por mulheres que visem a criação do próprio posto de trabalho ou de empresas. 1.4.1 - Dinamizar a articulação entre os desempregados e os instrumentos de política ativa de emprego, através do gabinete de inserção profissional. Estreita articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento Algarvio através do GIP aprovado à EG.	1.1.1 Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou criação de empresa por desempregado o ou inativo, que contribua para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Lagos. 1.3.1 Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL.
Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar	2.1.1 Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolar ou promover a reinserção no sistema educativo/formativo. Contempla iniciativas diversificadas, inovadoras ou não, nos domínios pedagógico, psicológico e de orientação, que contribuam de forma eficaz para combater o abandono escolar e a promoção da reinserção de jovens que já abandonaram o sistema educativo sem concluir o secundário. Poderá ser desenvolvida em articulação entre várias entidades e agentes do sistema educativo e/ou formativo. 2.1.2 - Apoiar a constituição de respostas sociais para prevenção do insucesso e abandono escolar precoce. Promoção de atividades de animação e de serviços que contribuam para a prevenção do insucesso e do abandono escolares. 2.2.1 - Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL. Enquadra as iniciativas e ações que promovam o desenvolvimento de uma cultura empreendedora junto da população jovem, tendo por base o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Lagos. Estas iniciativas poderão adotar diversas formas e serão desenvolvidas junto de escolas, centros de educação e formação, instituições e associações afins. Neste âmbito poderão também ser apoiadas ações de empreendedorismo social. 2.3.1 - Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas. Abarca atividades de animação que potenciem o encontro, a interação e a partilha de conhecimentos entre diferentes gerações, nomeadamente relacionadas com as artes e ofícios tradicionais.	2.1.1. Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolar ou promover a reinserção no sistema educativo/formativo 4.3.1 Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Lagos. 2.3.1Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas
Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da	3.1.1 - Apoiar ações inovadoras em empreendedorismo social de apoio à família. Desenvolver ações de sensibilização e formação em torno do empreendedorismo social junto das famílias em situação de fragilidade socioeconómica. 3.1.2 - Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que promovam a empregabilidade e melhoria das condições de vida da	3.1.1 Apoiar de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família.

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
população do território	população do território. Prevê a realização de atividades de animação e de inovação social junto da população que promovam o acesso ao emprego e contribuam para o aumento da sua qualidade de vida. 3.1.3 - Apoiar ações que visem a promoção do envelhecimento ativo e saudável das populações, em especial da 3.ª idade. Execução de atividades que permitam a melhoria da qualidade de vida através de metodologias ocupacionais de envelhecimento ativo. 3.2.1 - Criação de respostas de apoio psicossocial que orientem as famílias multidesafiadas para os diferentes instrumentos de apoio existentes. Enquadra as ações de diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento de famílias, em situações de extrema fragilidade económica e social, para os diferentes apoios existentes. As ações deverão contribuir para a melhoria efetiva da qualidade de vida das famílias, bem como para prepará-las para desenvolver soluções face a sua fragilidade económica e/ou social.	
Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões	4.1.1 - Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Lagos. Visa desenvolver áreas de negócio inexistentes ou pouco exploradas relacionadas com o património. Englobam os projetos de investimento em atividades inovadoras com base nos recursos endógenos, nomeadamente através da criação de diversos produtos de promoção e interpretação do património, incorporando processos inovadores, utilizando e rentabilizando o património edificado e reabilitado. 4.2.1 - Promover ações destinadas aos jovens dos bairros do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico. Enquadra ações que contribuam para a incorporação e apropriação por parte dos jovens, dos valores relacionados com o património material e imaterial. Estas ações poderão tomar diversas formas e conteúdos, dependendo do grupo e idade dos jovens. 4.3.1 - Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Lagos. Inclui as iniciativas que visem conceber, estruturar e promover produtos turísticos tendo por base o património histórico e cultural, de forma independente ou complementar com outras atividades e produtos turísticos da cidade.	2.2.1 Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL 4.1.1Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Silves. 4.2.1 Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico.
Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos	5.1.1 - Apoiar iniciativas empresariais e inovadoras que visem a requalificação e dinamização económica do centro histórico da cidade. Inclui iniciativas empresariais de investimento, que desenvolvam e/ou reforcem a produtividade e rentabilidade do tecido empresarial, através da criação e/ou requalificação. 5.1.2 - Apoiar iniciativas que visem a implementação do plano de reabilitação urbana do centro histórico da cidade. Estão incluídas as ações que promovam a dinamização do plano de requalificação e revitalização do centro histórico, nas suas diferentes vertentes e funções, assim como as iniciativas que contribuam para a realização dos objetivos da ARU, nomeadamente através da divulgação e promoção dos incentivos associados, e outros mecanismos de valorização de projetos de investimento na respetiva área e que contribuam diretamente para a concretização dos objetivos estabelecidos no plano.	
Capacitação para o turismo cultural e patrimonial	6.1.1 - Apoiar ações de formação para ativos nas diversas componentes do turismo cultural e do património. Contempla ações de formação de caráter diferenciador com vista à dinamização, promoção e rentabilização do património histórico existente na cidade. 6.1.2 - Ações, que visem a capacitação dos agentes locais, relacionadas com a dinamização do património histórico e cultural e com o turismo cultural, que contribuam para a execução da EDL. Nomeadamente iniciativas locais desenvolvidas através da visitação	

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
	e interpretação do património que visem o reconhecimento do seu valor e potencial. 6.1.3 - Incentivar ações de sensibilização, promoção e valorização do património, junto da população residente na cidade de Lagos. Direcionada à população em geral, inclui iniciativas que contribuam para a incorporação e apropriação por parte das populações de todos os valores mencionados, podendo assumir diversos formatos, consoante o grupo e objetivos estabelecidos. Poderá assumir carácter de empreendedorismo social e comunitário, em torno dos recursos e património existente.	

A associação Vicentina é responsável pela gestão de três DLBC: um rural e dois urbanos. As três estratégias foram elaboradas em simultâneo e em complementaridade, uma vez que havia até parceiros em comum nos três projetos. Durante a conceção da estratégia, visitaram os vários bairros, para os conhecer e caracterizar, pelo que foi um trabalho enriquecedor para o desenho da estratégia. A interlocutora da entrevista expõe que o GAL ficou bastante agradado com o modelo de base local que se estabelecia na primeira fase, na pré-qualificação, tendo em conta os documentos da União Europeia que tiveram oportunidade de consultar. Todavia, na segunda fase, aquilo que era possível fazer afunilou-se e foram obrigados a reduzir as zonas de intervenção que tinham pensado para a cidade.

Entre a primeira e a segunda fase de qualificação, existiu uma redefinição dos eixos apresentados. O objetivo geral da EDL passava por "*Criar dinâmicas de desenvolvimento tendo por base a valorização da identidade e dos valores históricos e culturais da cidade de Lagos, associados aos Descobrimentos e Expansão Marítima, com vista a mobilizar iniciativas conducentes à criação de emprego, empreendedorismo e inclusão social"*. Mantendo o objetivo geral, redefiniram-se os objetivos do DLBC para serem enquadrados nas linhas do programa dos DLBC urbanos, passando a existir 6 objetivos estratégicos. Mais tarde, aquando da contratualização das medidas, não foram contempladas ações que dessem resposta ao objetivo da *Capacitação para o turismo cultural e patrimonial*.

No relatório de avaliação intercalar elaborado em 2018[46], afirma-se que a estratégia de desenvolvimento local elaborada continua coerente face à conjuntura do território e face às tendências e dinâmicas socioeconómicas locais e regionais. Não obstante, refere-se também que as medidas de operacionalização da EDL se traduziram "*num "afunilamento" da estratégia*", com grandes restrições aos projetos que se poderiam candidatar. O DLBC foca-se *"exclusivamente num sistema de incentivos"* não mobilizando outras tipologias identificadas como pertinentes para o território.

Num âmbito geral, o que veio a condicionar a prossecução dos objetivos da estratégia ou do DLBC não foi o alinhamento entre os dois instrumentos, mas sim as condicionantes que advieram da operacionalização do programa, que serão, mais à frente, explanadas.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 970 000,00€. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado na prioridade de investimento ligada à inclusão ativa (9.1/9i).

[46] Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Lagos Cidade 2020

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>405 000,00€</td><td>42%</td></tr>
<tr><td>FSE</td><td>565 000,00€</td><td>58%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>970 000,00 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);
<table>
<tr><td>8.8/8a</td><td>2</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>2</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)</td><td>- PI/TI com indicadores e metas: todas.</td></tr>
<tr><td>Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI</td><td>Existe alguma correspondência entre os indicadores de realização e de resultado e as medidas previstas.
Os indicadores e metas contratualizadas não estavam adequadas às seguintes medidas no âmbito do FSE: 2.3.1Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas; 3.1.1 Apoiar de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família; 4.1.1Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Lagos; 4.2.1 Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico.</td></tr>
<tr><td>Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado</td><td>N/A</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3, 4, 5, 6 E 7:

Não sendo tanto ao nível dos objetivos da EDL e do DLBC que se denota o desalinhamento, será mais no âmbito das tipologias e das atividades permitidas ao abrigo do programa que se verifica a desadequação com o que seriam as medidas através das quais se poderia contribuir para a prossecução da estratégia. Na opinião do GAL, o princípio *bottom-up* é expresso formalmente, mas na prática não é passível de concretização, visto que se promovem avisos de candidatura com tipologias fechadas e estandardizadas para todo o território. Os pressupostos dos avisos não tiveram em conta as especificidades dos locais. São, pelo contrário, análogos para todo o país. Daqui resulta que os indicadores não são adequados na maior parte dos casos, uma vez que não expressam convenientemente os objetivos estratégicos estabelecidos para cada território. Além disso, os indicadores adotados não são, na visão da Vicentina, indicadores de medição de impacto, mas sim apenas indicadores de mera medição da execução.

Relativamente à dotação financeira, o GAL considera que esta devia ser mais relevante para que a estratégia pudesse ter impacto e para que fosse possível realizar um trabalho de proximidade, com um reforço das equipas técnicas. O território urbano de Lagos necessitava de um grande trabalho de animação territorial. Assim, a dotação financeira afeta às funções de gestão contratualizadas foi avaliada de forma negativa.

No que diz respeito aos indicadores, no relatório de avaliação intercalar redigido em 2018, é referida uma redução dos indicadores de realização e resultado do FEDER e FSE, tendo passado a existir dois conjuntos de apenas dois indicadores. É também mencionado que as metas se encontravam desajustadas em termos de postos de trabalho.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
1.1.1.	N.D.	100 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
1.3.1.	N.D.	80 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.3.1	N.D.	150 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
5.1.1.	N.D.	75 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**405 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
1.2.1.	N.D.	100 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.1.1.	N.D.	150 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.2.1.	N.D.	40 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.3.1.	N.D.	20 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
3.1.1.	N.D.	108 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.1.1.	N.D.	47 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.2.1.	N.D.	100 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**565 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
TOTAL	N.D.	**970 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com outros instrumentos de incidência territorial na fase de programação, bem como na fase de implementação, tais como o Gabinete de Inserção Profissional e o Plano de Ação de Regeneração Urbana.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Gabinete de Inserção Profissional; • Plano de Ação de Regeneração Urbana. (Fonte: Inquérito ao GAL)

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O modelo adotado, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, contribuiu principalmente para a relevância do instrumento para a estratégia, para a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas, para a adequação da parceria aos objetivos e potencial de mobilização de recursos e para a qualidade da estratégia e o envolvimento dos parceiros na mesma. Contribuiu também para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção e das metas aos resultados esperados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território</td><td>Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Relevância do instrumento para a estratégia</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Aumento da qualidade das EDL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Envolvimento dos parceiros na EDL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Transparência do processo de seleção dos GAL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Criação de novas parcerias nos territórios</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Celeridade do processo de seleção</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC</td><td>2</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</td><td>Não foi identificado um modelo alternativo.</td></tr>
<tr><td>Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas</td><td>O processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização foi considerado pelo GAL como tendo tido um contributo moderado para todas as dimensões consideradas no inquérito.
Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta</td><td>3</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A conceção e definição da EDL contou com a participação e o envolvimento de um conjunto diversificado das 20 entidades que compõem a parceria. O seu envolvimento aconteceu sobretudo através de sessões públicas de debate e inclusão em grupos de trabalho e permitiu a identificação de atores para a conceção/execução da estratégia. Todavia, este envolvimento produziu poucos resultados efetivos, embora tenha contribuído para a perceção de participação que é relevante no território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional (IEFP, Direção Regional da Cultura)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central (IEFP)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho e realização de sessões públicas de debate, sendo a sua participação considerada pelo GAL como substantiva (à exceção da participação das agências públicas da administração regional, que, na visão do GAL, participaram apenas formalmente). (Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território
• Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 20 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Vicentina – Associação Para O Desenvolvimento Do Sudoeste</td><td>Agências e associações de desenvolvimento regional e local</td></tr>
<tr><td>AAB – Associação de Artesãos de Barlavento</td><td>Agências e associações de desenvolvimento regional e local</td></tr>
<tr><td>Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve – ACRAL</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Associação de Teatro Experimental de Lagos</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Frota do Infante – Associação Marítimo Turística de Lagos</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Associação Centro Ciência Viva de Lagos</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Laboratório de Atividades Criativas (LAC)</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Academia de Música de Lagos</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
<tr><td>Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1º de Maio</td><td>Associações e fundações privadas</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	Município de Lagos – Autarquia Local União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) – Autarquia Local Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, CRL – Cooperativa Direção Regional de Cultura do Algarve – Direção Regional Universidade do Algarve – Estabelecimento de Ensino Superior Público Agrupamento de Escolas Gil Eanes – Estabelecimentos de Ensino Público – Agrupamentos de escolas Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP – Instituto Público Região de Turismo do Algarve – Institutos Públicos NECI – Núcleo Especializado para o Cidadão Incluso – IPSS Santa Casa da Misericórdia de Lagos – Misericórdia (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL, nomeadamente o município de Lagos, a Junta de Freguesia, o Centro de Assistência Social Lucinda aninho dos Santos. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através de sessões públicas de debate e inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe – Indicadores 12, 13, 14, 15, 16 e 17:

O GAL é composto por 20 entidades parceiras e nesse verifica-se uma ampla representatividade e abrangência da população do território de intervenção. As entidades são de âmbito regional e local e representam diversos setores de atividade com interesse para o DLBC. Algumas estas entidades são também parceiras do GAL rural ADERE 2020, permitindo assim que se facilite a articulação entre os dois DLBC e, essencialmente, entre os meios rural e urbano, com relevância para o desenvolvimento local. Além disso, alguns destes parceiros já haviam participado no GAL ADELE no âmbito do PRODER, o que significa que a parceria já apresenta alguma maturidade e experiência de trabalho nestas áreas de trabalho e nestes programas.

Na fase de desenho da EDL, o sentimento geral da parceria era de entusiasmo face ao novo programa. Contudo, na fase de implementação, a parceria tornou-se em algo formal, reunindo apenas para questões de relevância acentuada, sob pena de os parceiros desmobilizarem totalmente da parceria.

Assim, de acordo com a resposta ao inquérito, as entidades com uma participação mais relevante na definição da EDL foram a CCDR, as entidades do setor económico (sem fins lucrativos) e as entidades do setor social. Por outro lado, as juntas de freguesia, a CIM, as entidades ambientais, e as agências públicas da administração central e as empresas não participaram na conceção da EDL.

O método escolhido para a mobilização dos parceiros foi a inclusão em grupos de trabalho e a realização de sessões públicas de debate. A participação das entidades foi avaliada como substantiva para a maioria das participantes. Essa participação foi, no entanto, pouco efetiva no desenho da estratégia, todavia demonstrou a importância da participação dos atores territoriais e conduziu à identificação de atores relevantes para a conceção e execução da estratégia.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Durante a implementação, a autarquia e a junta de freguesia de Lagos envolveram-se pontualmente, assim como as entidades do setor social e as agências públicas da administração central (IEFP). Este envolvimento aconteceu através de sessões públicas de divulgação e debate e inclusão em grupos de trabalho. A participação dos parceiros na implementação do DLBC contribuiu para a complementaridade das intervenções e para a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate e Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>Sim, pontualmente</td><td>NR</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Não se envolveram</td><td>NR</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Não se envolveram</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Complementaridade de intervenções
• Construção de parcerias
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

O GAL de Lagos é composto por uma parceria diversificada e representativa da cidade. Para este GAL, foi definido um par de mecanismos de participação, nomeadamente as assembleias de parceiros e o Órgão de Gestão. As assembleias foram constituídas para serem o momento dedicado ao encontro e reflexão dos parceiros sobre o GAL e sobre a EDL durante todo o período, onde se pretendia que todos os parceiros tivessem oportunidade de se envolverem na execução da EDL, desde o seu desenho, passando pela sua execução, até à sua avaliação. Contudo, até ao momento da avaliação intercalar, realizada em 2018, foi realizada uma assembleia, que contou com a presença de 17 parceiros. Como ficou plasmado no relatório supramencionado, *"A dificuldade inerente à implementação destes instrumentos no contexto urbano tem levado a dificuldades também na mobilização e interesse dos parceiros"*.

Por outro lado, o Órgão de Gestão é composto por um número de membros mais reduzido, apenas 5, e a presidência deste órgão foi determinada pela Assembleia de Parceiros, cabendo a mesma ao município de Lagos. O único membro permanente

deste Órgão é a Vicentina, na qualidade de entidade gestora do DLBC. O relatório de avaliação intercalar aponta como aspeto positivo a representatividade no Órgão de Gestão de atores locais com relevância para a implementação da estratégia. É ainda realçada a consolidação da participação de parceiros nos órgãos de decisão do GAL, nomeadamente na discussão em torno do desenvolvimento de novas iniciativas no território.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou de forma bastante positiva as competências delegadas pela Autoridade de Gestão que incluíam o acompanhamento da realização dos investimentos e da execução das operações, bem como a interlocução com os beneficiários. Avaliou também de forma bastante positiva a emissão de pareceres no processo de apreciação das candidaturas e a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO. Quanto às restantes competências, o GAL considera terem tido uma adequação e pertinência moderadas.

O GAL acredita que o presente modelo de delegação de competências teve um impacto positivo na proximidade aos beneficiários, na capacidade de ajustamento às necessidades do território, nos resultados atingidos, no alcance das metas definidas, na participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, na promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários, monitorização de resultados e resposta a necessidades do território.

O GAL considera ainda que poderiam ter sido delegadas as competências de definir os critérios de seleção a das operações, o calendário de abertura dos AAC, a aprovação das candidaturas a financiamentos e a decisão sobre pedidos de alterações às operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas)**	
		POR
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5
	Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	4
	Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos	4

Indicador	Resposta/Evidências
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: 4 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 4 Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas: 3 Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 3 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 3 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Proximidade aos beneficiários • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território **Contributo neutro do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir os critérios de seleção a das operações • Definir o calendário de abertura dos AAC • Aprovar as candidaturas a financiamento • Decidir sobre pedidos de alterações às operações (Fonte Inquérito ao GAL)

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O balanço que a entidade gestora faz da articulação com a Autoridade de Gestão, nomeadamente a CCDR do Algarve, é bastante positivo. Os meios de articulação foram reuniões periódicas, emissão de pareceres, reuniões de coordenação, ligação com um ponto focal e trabalho em cooperação técnica.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Trabalho em cooperação técnica • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal

	(Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Reuniões periódicas: 6 Outros. Quais? Trabalho em cooperação técnica: 6 Emissão de pareceres: 5 Reuniões de coordenação: 5 Ligação com um ponto focal: 5 Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera dispor de condições financeiras insuficientes à prossecução dos objetivos do DLBC. Apesar disso, a dimensão e competências da equipa técnica é considerada adequada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do total FEDER é afetado à gestão, o que corresponde a 101.250€. Corresponde a 10,44% do total do valor contratualizado para o DLBC
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 12% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 2 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: NR (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 3 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 5 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Excessiva polivalência dos técnicos (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

O GAL faz um balanço negativo da dotação financeira afeta às competências de gestão delegadas, tendo assinalado a mesma como pouco adequada na resposta ao inquérito. Para esta entidade, a verba alocada às funções de gestão era insuficiente para que a equipa fizesse tudo o que gostariam e tudo aquilo a que se propunham. No relatório de avaliação intercalar, realizado em 2018, é também mencionada a escassez de recursos financeiros para realizar as funções de animação e funcionamento do DLBC.

A Vicentina recebeu 101.250€ para desempenhar as funções de gestão do DLBC, o que corresponde a 25% do montante financiado pelo FEDER e a 10,44% do orçamento do DLBC.

O peso do financiamento da gestão do DLBC urbano na conjuntura da entidade gestora corresponde a 12%, pelo que se compreende que a associação Vicentina possui outras atividades e fontes de financiamento que extrapolam muito a dotação financeira do DLBC.

A equipa técnica é composta por quatro elementos. A dimensão da equipa é considerada adequada pelo GAL, assim como as competências profissionais da mesma. A principal necessidade ou problema da equipa assinalada no inquérito é a excessiva polivalência dos técnicos. É mencionado no relatório de avaliação intercalar que a "*disponibilidade temporal da entidade gestora e da ETL face à exigência do trabalho diário, assim como dos parceiros, para acompanhar e monitorizar a execução da estratégia com uma maior periodicidade e proximidade*[47]" foi um aspeto menos positivo.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

As competências da equipa técnica do GAL foram consideradas adequadas para assegurar a eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC, embora tenham sentido necessidade de receber formação na área da conceção dos documentos estratégicos de programação e na área da monitorização e avaliação. Durante o período de duração do DLBC, a equipa recebeu formação na área da contratação pública e dos sistemas de informação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação Pública • Sistemas de Informação Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 5 Sistemas de Informação: 4 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Conceção de documentos estratégicos de programação; • Monitorização e avaliação. Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

No relatório de avaliação intercalar, era referido que nenhum dos técnicos que integrava a equipa técnica estava afeto ao DLBC a 100%. Tinham percentagens de tempo de afetação que variavam entre os 5% e os 15%. É ainda mencionado que os técnicos participaram em várias ações de formação e que o DLBC urbano beneficiou das iniciativas formativas promovidas para DLBC rurais, uma vez que a entidade gestora era responsável por um DLBC urbano.

No mesmo relatório, são identificados alguns problemas relativamente à equipa técnica local, nomeadamente a exiguidade dos recursos financeiros para o funcionamento e animação; a exigência feita aos técnicos para que dominassem sistemas de informação diferentes para instrumentos de financiamento diferentes; e a dispersão dos técnicos por um grande número de projetos com taxas de imputação muito baixas.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

[47] Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Lagos Cidade 2020

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O envolvimento do GAL na elaboração de avisos foi bastante limitado, estando o processo bastante centralizado na autoridade de tutela.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Prazos de apresentação das candidaturas</td><td>Deram contributos, mas não foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Deram contributos, mas não foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Deram contributos, mas não foram integrados</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Deram contributos, mas não foram integrados</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Deram contributos, mas não foram integrados</td></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Não deram contributos</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>Não foram identificadas especificidades territoriais em sede de entrevista para além do enquadramento na EDL (referencial de mérito).</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 35 E 36:

Durante a entrevista, o GAL descreve que iniciaram o procedimento de elaboração dos avisos junto da CCDR, contudo esse processo foi totalmente centralizado pela autoridade de tutela, a ADC, de forma excessiva, na visão da equipa técnica. Dessa forma, de acordo com a opinião partilhada, o programa foi transformado num sistema de incentivos nacional, com os avisos abertos em simultâneo em todo o país e com divulgação a nível nacional. O GAL considera que uma estratégia que se quer local e territorializada não se operacionaliza assim.

O GAL não teve intervenção na definição do calendário de abertura dos AAC, nem na dotação financeira. Por outro lado, deram contributos que foram parcialmente integrados para a definição das tipologias de operação e para as ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. Os seus contributos não foram integrados quanto aos prazos de apresentação das candidaturas, definição dos requisitos (formais e documentais), definição de indicadores, critérios de seleção das operações e adaptação dos avisos às especificidades territoriais.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma bastante negativa o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento), o ritmo de lançamento dos concursos e a promoção de articulação entre os concursos/ projetos. O tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas foi considerado um pouco mais adequado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	3	1	1	1
8.3/8iii.	3	1	1	1
10.1/10.i	3	1	1	1
9.1/9i	3	1	1	1

Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 37:

Segundo a entrevistada, os tempos de abertura dos avisos foram curtos e, devido a isso, o GAL não teve tempo para preparar o território e criar a proximidade necessária com os promotores. Foi referido que as candidaturas que foram apresentadas eram elaboradas por consultores e algumas chegavam a conter memórias descritivas iguais. Considera que se a abertura dos avisos tivesse uma gestão territorial teria havido uma maior adaptação ao território e teria existido um trabalho faseado junto dos promotores, que resultaria na apresentação de candidaturas melhores. A Vicentina chegou a ter sete avisos abertos em simultâneo, o que fez com que alguns promotores submetessem a sua candidatura ao aviso errado, sem que existisse possibilidade de retificarem o erro. Os prazos curtos oferecidos pela ADC funcionam bem, na opinião do GAL, a nível nacional e quando o público são empresas de grande dimensão, que dispõem de equipas experientes, capacidade de contratar consultores e ideias de projetos. Quando se trata de empresas pequenas, como as que estão presentes neste território de intervenção, é necessária uma maior preparação, pois estas só depois de conhecerem todas as condições do apoio é que decidem se este é favorável à sua condição. Posteriormente, elaboram a candidatura. Dessa forma, o processo é mais demorado quando o público são empresas de menor dimensão e há necessidade de manter os avisos abertos durante um período mais longo do que aquele que se verificou nos DLBC. As empresas locais, de pequena dimensão, não tiveram capacidade de reação aos avisos, pelo que os objetivos e o potencial de impacto que o DLBC teria saíram pervertidos, na opinião da entidade gestora.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

O GAL faz uma avaliação negativa da generalidade das tipologias de operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas três tipologias de operação: • SI2E • +CO3SO Emprego • +CO3SO Urbano
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	2	2	2	2
8.3/8iii.	2	2	2	2
10.1/10.i	2	2	2	2
9.1/9i	2	2	2	2

Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

O processo de análise e seleção de operações revela-se, na opinião do GAL, pouco adequado, especialmente tendo em conta os critérios de seleção, a dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas, a periodicidade das reuniões do órgão de gestão e a interação com os sistemas de incentivos. O GAL assinala ainda que não foram compridos os prazos para análise e seleção de operações em nenhum dos domínios de intervenção. Os motivos para tal prendem-se com o elevado número de candidaturas, face a um reduzido número de membros da equipa a analisar as candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>**Indicador 40.** Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações</td><td>Adequação do processo de análise e seleção de operações
(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)
<table>
<tr><th></th><th>8.8(8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10i.</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Metodologia de apuramento do mérito</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Periodicidade das reuniões do órgão de gestão</td><td>2</td><td>2</td><td>2</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Carga burocrática</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FSE</td><td>2</td><td>2</td><td>2</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI FEDER</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Interação com o SI PDR/</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Interação com o SI IFAP</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Interação com outros SI</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>**Indicador 41.** Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação</td><td>Os prazos de análise atribuídos ao GAL não foram cumpridos.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>**Indicador 42.** Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas</td><td>**Motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas**
• Elevado número de candidaturas
• Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

De acordo com a opinião explanada na entrevista, a competência de análise e seleção de operações delegada nos GAL é bastante pertinente. O facto de ser a mesma entidade a elaborar a estratégia e a selecionar as operações permite ao GAL dominar o instrumento e garantir os projetos apoiados têm correspondência com os objetivos estratégicos delineados. A forma como decorre este processo é vista por esta entidade como uma vantagem e uma mais valia para o programa.

Adicionalmente, a análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 183 dias (cerca de seis meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**9**	**9**	**140**	**44**	**184**
COESOEmp	2	2	118	122	240
COESOUrb	3	3	125	10	135
SI2E	4	4	162	32	193
09.10	**5**	**5**	**149**	**34**	**183**
SI2E	5	5	149	34	183
Total	**14**	**14**	**143**	**41**	**183**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O Órgão de Gestão do DLBC de Lagos é composto pela autarquia, pelo Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos, pelo Laboratório de Atividades Criativas, pela Caixa de Crédito Agrícola e pela Associação Vicentina, na qualidade de entidade gestora do DLBC. A composição do GAL não se alterou ao longo do seu período de vigência, uma vez que tal não se justificou. Os parceiros do Órgão de Gestão estiveram envolvidos no processo de análise e seleção das operações através de reuniões e através da emissão de pareceres escritos. O GAL avalia este envolvimento como adequado.

Além dos parceiros do Órgão de Gestão, não foram envolvidos outros *stakeholders* no processo de análise e seleção de operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	<table><tr><th></th><th>Entidade</th></tr><tr><td>1</td><td>Município de Lagos</td></tr><tr><td>2</td><td>Centro Assistência Social Lucinda Anino dos Santos</td></tr><tr><td>3</td><td>Laboratório Atividades Criativas</td></tr><tr><td>4</td><td>Caixa de Crédito Agrícola</td></tr><tr><td>5</td><td>Vicentina</td></tr></table>
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Não existiu alteração da composição do Órgão de Gestão, porque não existiu dinâmica que o justificasse. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão** **(Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** POR 5 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foram envolvidos outros parceiros no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

No relatório de avaliação intercalar, um dos aspetos positivos salientados sobre o Órgão de Gestão é a representatividade que nele existe de atores locais com relevância para a implementação da estratégia. É ainda realçada a consolidação da participação de parceiros nos órgãos de decisão do GAL, nomeadamente na discussão em torno do desenvolvimento de novas iniciativas no território.

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados globalmente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Resposta a solicitações dos PO Financiadores • Elaboração de relatórios de monitorização periódicos • Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 4 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 4 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 4 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 4 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos • Realizou avaliação Intercalar • Pretende realizar avaliação final (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Aquando da candidatura à 2ª fase, foi instituído pelo GAL um conjunto de mecanismos e ferramentas de monitorização e acompanhamento financeiro, físico e estratégico. Estabeleceu-se a realização de um plano de monitorização, de um plano de registo de indicadores, de um plano de monitorização financeira da EDL e de um plano de reajustamento. Além disso, estabeleceu-se também a elaboração de relatórios de monitorização, bem como a utilização da ferramenta medida para resultado ou *activity to output*. Adicionalmente, ficou prevista também a possibilidade de recurso a outras ferramentas complementares, tais como *checklists* para visitas de acompanhamento e monitorização; *checklists* de entrevistas e guião; e atas das reuniões regulares da equipa técnica local e do Órgão de Gestão.

Assim, realizaram-se relatórios de monitorização periódicos, balanços com a autoridade de gestão e contactos regulares com os beneficiários e foi dada resposta às solicitações dos programas operacionais financiadores. O GAL realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos; realizou uma avaliação intercalar, em 2018; e pretende realizar uma avaliação final. Estes mecanismos foram considerados, no inquérito, como relativamente adequados.

Os intervenientes da monitorização e acompanhamento do DLBC foram o Órgão de Gestão e outros parceiros do GAL. A avaliação do DLBC foi realizada através dos recursos internos do GAL.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Não. Todavia, o GAL considera que a dimensão da equipa técnica, assim como o facto de os indicadores constantes dos avisos serem diferentes dos indicadores contratualizados, constituíram constrangimentos ao processo de monitorização e avaliação do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Dimensão da equipa técnica • Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não froam identificadas outras medidas de gestão-

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos da EDL face a alterações de contexto, embora o GAL considerasse necessária a sua existência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não, mas considero necessária a existência (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL não respondeu.

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foi assegurada a divulgação e esclarecimento sobre estes instrumentos através de um conjunto alargado de sessões, produtos de comunicação e outros instrumentos previstos na estratégia de comunicação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>1</td><td>1</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>5</td><td>14</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>5</td><td>18</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>0</td><td>0</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>4</td><td>3</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>0</td><td>5</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>3</td><td>10</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>0</td><td>0</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>0</td><td>0</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>Foram realizados seguintes os processos de auscultação:
• Inquérito enviado aos beneficiários no âmbito de um projeto de avaliação
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 57,58 E 59:

Na entrevista, é mencionado que as populações não conhecem o DLBC urbano. Devido aos constrangimentos decorrentes da operacionalização do DLBC, tais como a falta de adaptabilidade aos territórios e os prazos reduzidos dos avisos, não foi possível realizar o trabalho de proximidade que o GAL desejava. Ainda assim, realizaram sessões públicas de divulgação dos avisos. Não obstante, a experiência do GAL indica que os calendários de abertura dos avisos tiveram um tempo tão restrito que, mesmo com as sessões públicas, a população não teve tempo de assimilar o que era o programa.

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, nomeadamente o modelo de funcionamento do GAL, o modelo de gestão do DLBC, a partilha de conhecimentos e as sinergias entre projetos e sectores de atividade económica.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

A dinâmica de procura foi significativa, com um total de 47 candidaturas rececionadas. O volume de projetos aprovados traduziu-se posteriormente numa taxa de aprovação de cerca de 21%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 47 candidaturas com um custo de 3 938 716,76 euros. (Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)
Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão	**Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção (Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)** PI/TI: 8.8/8a – Escala de 1 a 6: 3 PI/TI: 8.3/8iii – Escala de 1 a 6: 3 PI/TI: 10.1/10.i – Escala de 1 a 6: 1 PI/TI: 9.1/9i – Escala de 1 a 6: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção
Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas	O GAL não respondeu a esta pergunta.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
8.3/8iii	**34**	**72,3**	**2 957 265,40**	**75,1**
COESOEmp	5	**10,6**	408 583,41	**10,4**
COESOUrb	18	38,3	2 385 244,39	60,6
SI2E	11	23,4	163 437,60	4,1
8.8/8a	**13**	**27,7**	**981 451,36**	**24,9**
SI2E	13	27,7	981 451,36	24,9
Total	**47**	**100,0**	**3 938 716,76**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	COESOEmp	COESOUrb	SI2E	09.10	SI2E	Total

1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	7	2	3	2	3	3	10
2.Não admitida					7	7	7
3.Não aprovada	22	2	14	6			22
4.Anulada	0			0			0
5.Desistida /rescindida/revogada	5	1	1	3	3	3	8
6.Submetida/admitida							
7. Total	34	5	18	11	133	13	47
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) (%)	**85,3**	**80,0**	**94,4**	**72,7**	**2,3**	**23,1**	**68,1**
Taxa de aprovação (1)/(7-6) (%)	**20,6**	**40,0**	**16,7**	**18,2**	**2,3**	**23,1**	**21,3**
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6) (%)	**64,7**	**40,0**	**77,8**	**54,5**	**5,3**	**53,8**	**61,7**
Taxa de desistência (5)/(7-6) (%)	**14,7**	**20,0**	**5,6**	**27,3**	**2,3**	**23,1**	**17,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Segundo o GAL, a crise económica, as condições de elegibilidade das operações e dos promotores e a capacidade de incitativa do território foram fatores condicionantes da adesão dos beneficiários. A impermeabilidade dos fundos face ao território e aos públicos-alvo foi também aqui uma condicionante muito forte com a qual o GAL se deparou.

Em Lagos, contudo, segundo a informação recolhida na entrevista, foi possível aplicar todo o montante disponível e existiu um reforço de verba.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram a menos de metade da dotação contratualizada e as taxas de execução detinham valores muito reduzidos à data de 30 de setembro. O principal estrangulamento apontado é o contexto socioeconómico e o motivo para o não cumprimento dos tempos de execução das operações é o atraso na implementação, devido à falta de regulamentação. Contudo, referem que não existem atrasos.

A novidade inerente à intervenção do DLBC em meio urbano também é referida como um motivo para a existência de dificuldades de mobilização dos potenciais parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro abaixo
(Cf. tabela abaixo)</td></tr>
<tr><td>Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</td><td>Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Condições de elegibilidade das operações</th><th>Tipo de despesas elegíveis</th><th>Taxa de incentivo</th><th>Contexto socio-económico</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td></td><td></td><td></td><td>X</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii</td><td></td><td></td><td></td><td>X</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC</td><td>A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
As 5 operações, no âmbito do SI2E, com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 795 a essa data.</td></tr>
</table>

Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** Outros fatores: Atraso na implementação, abertura de avisos, por falta de regulamentação. Não há atraso na execução. — 8.3/8iii. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**565 000**	**7**	**379 410**	**3 934**	67,2	0,7	1,0
COESOEmp		2	112 140	0			
COESOUrb		3	254 053	1 911			0,8
SI2E		2	13 218	2 022			15,3
09.10	**405 000**	**3**	**83 345**	**40 140**	20,6	9,9	48,2
SI2E		3	83 345	40 140			48,2
Total Geral	**970 000**	**10**	**462 756**	**44 074**	47,7	4,5	9,5

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Na opinião do GAL, o contexto socioeconómico criou alguns estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação, assim como os critérios de delimitação do território. Houve focos dentro da cidade que não foi possível apoiar e isso, na visão do GAL, contrariou desde princípio os valores do programa, tal como estavam explanados nos documentos de apresentação elaborados pela União Europeia. Acreditam que não faz sentido descartar beneficiários pela diferença de uma rua, pois havia pontos da cidade onde uma rua era considerada território elegível e a rua ao lado já não era.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Devido a atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI que não permitiram a implementação, existiram desvios relativamente às metas definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI Atraso inexplicável na regulamentação que permitisse a implementação Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 2 8.3/8iii: 2 10.1/10.i: 1 9.1/9i: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta	Execução	Grau de cumprimento em 2018
09.10	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	8	1	Não cumpriu
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	3	Não cumpriu
09.06	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	5	3	Não cumpriu
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	0	0	

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia, Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

O contributo das operações apoiadas para a prossecução dos objetivos específicos do DLBC tem sido fraco ou nulo. A entidade gestora afirma, na entrevista, que não foi possível contribuir para os objetivos estratégicos do DLBC com a abertura de apenas dois avisos e nas condições em que foram lançados, sem oportunidade de trabalhar com o território de acordo com os princípios que devem reger um programa de base comunitária.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco.	
Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar.	
Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da população do território.	
Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões.	
Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Lagos	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

Esta abordagem gerou valor acrescentado na medida em que gerou, sobretudo, capacidade para gerir vários fundos. Alé, disso, permitiu também a existência de confiança mútua entre parceiros, equipa técnica, beneficiários e GAL, possibilitou o desenvolvimento de práticas inovadoras de governação, com coordenação entre os diferentes níveis de governação e o trabalho em rede no território, numa perspetiva colaborativa. Estimulou a capacidade de interagir e negociar nos vários níveis de governação e a capacidade de gestão de vários fundos. Melhorou o sistema de governança e permitiu a Alavancagem financeira dos projetos apoiados.

Além disso, o facto de a Associação Vicentina ter experiência prévia de trabalho no âmbito dos DLBC rurais permitiu alguma familiarização e assimilação da abordagem LEADER.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	**Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)**	
	Capacidade para gerir vários fundos	5
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	4
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4
	Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4
	Trabalho em rede/colaboração no território	4
	Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	4
	Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	4
	Alavancagem financeira dos projetos apoiados	4
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3
	Reforço da governança local	3
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3

Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	3
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	3
Cooperação com outros territórios	3
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	3
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	3
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	3
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	3
Valorização do capital social e humano dos territórios	2
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	2
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	2
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	2
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	2
Mobilização da comunidade local comunidade local	2
Inovação dos projetos apoiados	2
Qualidade dos projetos apoiados	2
Sustentabilidade dos projetos apoiados	2
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	2
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	2
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	2
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	2
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

A execução do DLBC foi articulada com outras fontes de financiamento, consideradas desadequadas, a priori, aquando da conceção dos projetos, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos Cf. resposta à SQ3.

Ficha de Avaliação

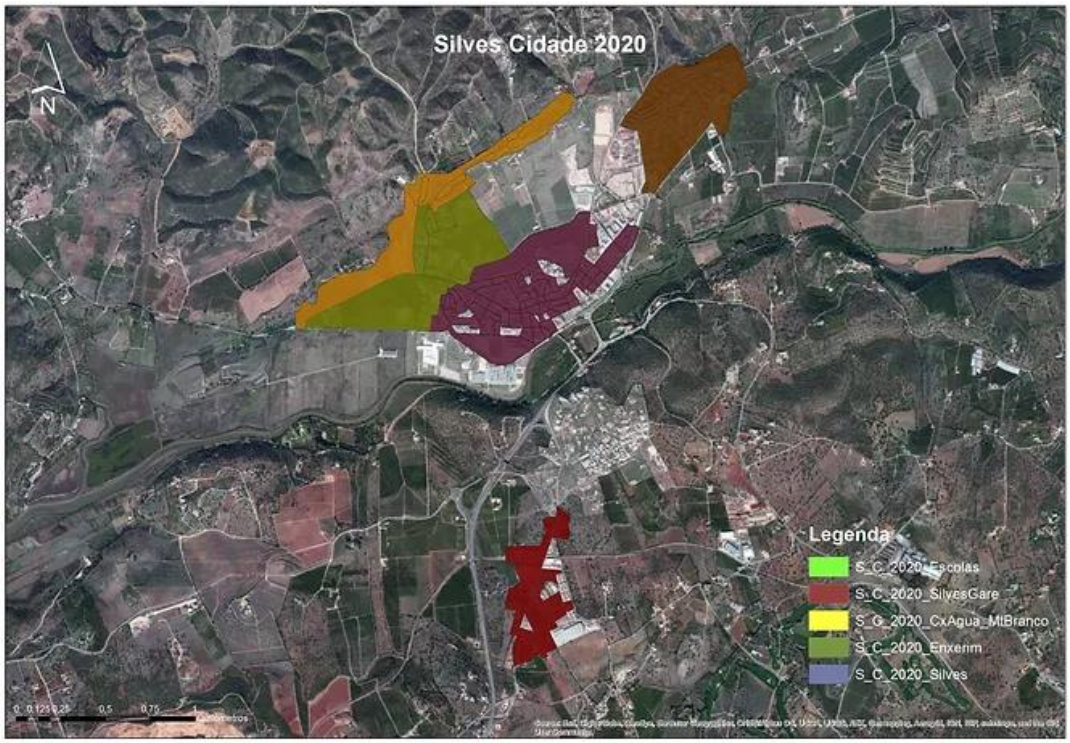
GAL Silves Cidade 2020– Vicentina

Entidade Gestora: Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

Território de intervenção:

O território de intervenção do GAL Silves Cidade abrange a freguesia de Silves.

Mapa do Território de intervenção:



População total abrangida: 10.663 habitantes

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceira, embora tenha existido um afunilamento da estratégia em função das medidas de operacionalização impostas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	As PI/domínios de intervenção mobilizadas não dão resposta a todas as necessidades identificadas para o território.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER): 6 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE): 6 10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE): 6 9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE): 6 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

A versão final da EDL (apresenta na 2ª fase) sofreu uma redefinição dos eixos apresentados face versão inicial (candidatura 1ª fase), tal como é possível constatar na tabela seguinte:

Correspondência entre objetivos da EDL Global e objetivos da EDL/DLBC (2ª fase)

Objetivos Específicos da EDL Global (1ª fase)	EDL/DLBC (2ª fase)
Criar novas abordagens de desenvolvimento e dinamização do património histórico e cultural, baseadas na criatividade e inovação	Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco
Aumentar o número de novos cidadãos que reside no centro histórico e cultural da cidade de Silves	Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar
Aumentar a atividade económica no centro histórico e cultural da cidade de Silves	Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da população do território
Aumentar a população residente em idade ativa na cidade de Silves	Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões
Aumentar o número de pessoas qualificadas em turismo cultural e do património	Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Silves
Diminuir o número de jovens que abandona o sistema educativo sem concluir o secundário	Capacitação para o turismo cultural e patrimonial

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos (2ª fase)	Eixos/Medidas (2ª fase)	Medidas contratualizadas
Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco	- Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou criação de empresa por desempregado ou inativo, que contribua para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves. Iniciativas de investimento, promovidas por desempregados que visem a criação do próprio posto de trabalho - Apoiar iniciativas desenvolvidas por desempregados, que visem a criação do próprio emprego ou empresa e que contribuam para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves. Executar ações de consultoria e de formação para desempregados por forma a dotá-los de ferramentas para a criação e gestão do próprio emprego ou empresa - Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL. Iniciativas de investimento, promovidas por mulheres que visem a criação do próprio posto de trabalho ou de empresas. - Dinamizar a articulação entre os desempregados e os instrumentos de política ativa de emprego, através do gabinete de inserção profissional. Estreita articulação com o GIP aprovado para o Município de Silves. - Desenvolver ações de apoio ao empreendedorismo relacionadas com o património histórico e cultural de cidade de Silves. Iniciativas e ações de formação e formação-ação que desenvolvam competências para a criação, gestão, promoção e comercialização de produtos e/ou serviços, tendo por base o património histórico e cultural, material e imaterial da cidade. Os destinatários são desempregados que pretendam criar o próprio posto do trabalho.	1.1.1 Apoiar iniciativas que visem a criação do próprio posto de trabalho ou criação de empresa por desempregado o ou inativo, que contribua para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves. 1.3.1 Apoiar ações de capacitação e constituição de empresas por mulheres, que contribuam para a execução da EDL. 4.3.1 Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves. 5.2.1. Apoiar iniciativas empresariais e inovadoras que visem a requalificação e dinamização económica do centro histórico da cidade. 1.2.1 Apoiar iniciativas desenvolvidas por desempregados, que visem a criação do próprio emprego ou empresa e que contribua para a consecução da estratégia de desenvolvimento da cidade de Silves. 1.5.1 Desenvolver ações de apoio ao empreendedorismo relacionadas com o património histórico cultural de cidade de Silves.
Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar	- Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolares ou promover a reinserção no sistema educativo/formativo. Iniciativas diversificadas, inovadoras ou não, nos domínios pedagógico, psicológico e de orientação, para combater o abandono escolar e promover a reinserção de jovens no sistema educativo, em articulação com entidades e agentes do sistema educativo e/ou formativo. - Apoiar a constituição de respostas sociais à prevenção do insucesso e abandono escolares precoces. Promoção de atividades de animação e de serviços que contribuam para a prevenção do insucesso e abandono escolares. - Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL. Iniciativas e ações que promovam o desenvolvimento de uma cultura empreendedora junto da população jovem, com base no património histórico e cultural, material e imaterial. Poderão adotar diversas formas e serão desenvolvidas junto de escolas, centros de educação e formação, instituições e associações afins. Engloba ações de empreendedorismo social. - Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas. Abarca atividades de animação que potenciem o encontro, a interação e a partilha de conhecimentos entre	2.1.1. Apoiar abordagens inovadoras que visem prevenir o insucesso e o abandono escolar ou promover a reinserção no sistema educativo/formativo 2.2.1 Apoiar a criação de um programa de empreendedorismo para a população jovem em torno dos domínios da EDL 2.3.1Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas

Objetivos Estratégicos (2ª fase)	Eixos/Medidas (2ª fase)	Medidas contratualizadas
	diferentes gerações, nomeadamente relacionadas com as artes e ofícios tradicionais.	
Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da população do território	- Apoiar ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família. Desenvolver ações de sensibilização e formação em torno do empreendedorismo social junto das famílias em situação de fragilidade socioeconómica. - Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que promovam a empregabilidade e melhoria das condições de vida da população do território. Prevê a realização de atividades de animação e de inovação social junto da população que promovam o acesso ao emprego e contribuam para o aumento da sua qualidade de vida. - Apoiar ações que visem a promoção do envelhecimento ativo e saudável das populações, em especial da 3.ª idade. Execução de atividades que permitam a melhoria da qualidade de vida através de metodologias ocupacionais de envelhecimento ativo. - Criação de respostas de apoio psicossocial que orientem as famílias para os diferentes instrumentos de apoio existentes. Ações de diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento de famílias, em situações de extrema fragilidade económica e social, para os diferentes apoios existentes. As ações deverão contribuir para a melhoria efetiva da qualidade de vida das famílias, bem como para prepará-las para desenvolverem soluções face à sua fragilidade económica e/ou social.	3.1.1 Apoiar de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família.
Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões	- Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Silves. Desenvolvimento de áreas de negócio inexistentes ou pouco exploradas relacionadas com o património. Abrange projetos de investimento em atividades inovadoras com base nos recursos endógenos, nomeadamente através da criação de diversos produtos de promoção e interpretação do património, incorporando processos inovadores. - Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico. Ações que contribuam para a incorporação e apropriação por parte dos jovens dos valores relacionados com o património material e imaterial, podendo tomar diversas formas e conteúdos dependendo do grupo e idade dos jovens. - Apoiar projetos de investimento para a expansão ou criação de microempresas que promovam novas formas de dinamizar o património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves. Iniciativas que visem conceber, estruturar e promover produtos turísticos com base no património histórico e cultural, de forma independente ou complementar com outras atividades e produtos turísticos da cidade.	4.2.1 Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico.
Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Silves	- Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que contribuam para a dinamização criativa da cidade sob o conceito 3S - Silves - Smart and Slow. Ações de animação que permitam a valorização da identidade e das características e especificidades do território. Estabelecimento de sinergias com redes comerciais e territoriais. - Apoiar iniciativas empresariais e inovadoras que visem a requalificação e dinamização económica do centro histórico da cidade. Iniciativas empresariais de investimento, que desenvolvam e/ou reforcem a produtividade e rentabilidade das atividades, através da criação e/ou requalificação das atividades ou recursos existentes. - Apoiar o desenvolvimento de um plano de reabilitação urbana do centro histórico da cidade. Ações de apoio à implementação de um plano de reabilitação e revitalização do centro histórico na cidade de Silves. - Apoiar a criação da ARU. Apoiar o Município na criação da ARU e reconhecimento da mesma.	4.1.1Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Silves. 5.1.1 Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que contribuam para a dinamização criativa da cidade sob o conceito 3S - Silves - Smart and Slow.
Capacitação para o turismo cultural e patrimonial	- Apoiar ações de formação para ativos nas diversas componentes do turismo cultural e do património. Contempla ações de formação de caráter diferenciador com vista à dinamização, promoção e rentabilização do património histórico existente na cidade.	

Objetivos Estratégicos (2ª fase)	Eixos/Medidas (2ª fase)	Medidas contratualizadas
	- Ações que visem a qualificação e capacitação dos agentes locais em competências relacionadas com a dinamização do património histórico e cultural e com o turismo cultural, que contribuam para a execução da EDL. Iniciativas locais desenvolvidas através da visitação e interpretação do património que visem o reconhecimento do seu valor e potencial. - Incentivar ações de sensibilização, promoção e valorização do património, junto da população residente na cidade de Silves.	

(Fonte: Candidatura DLBC 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.)

A associação Vicentina é responsável pela gestão de três DLBC: um rural e dois urbanos. As três estratégias foram elaboradas em simultâneo e em complementaridade, uma vez que havia até parceiros em comum nos três projetos. Durante a conceção da estratégia, visitaram os vários bairros, para os conhecer e caracterizar, pelo que foi um trabalho enriquecedor para o desenho da estratégia. A interlocutora da entrevista expõe que o GAL ficou bastante agradado com o modelo de base local que se estabelecia na primeira fase, na pré-qualificação, tendo em conta os documentos da União Europeia que tiveram oportunidade de consultar. Todavia, na segunda fase, aquilo que era possível fazer afunilou-se e foram obrigados a reduzir as zonas de intervenção que tinham pensado para a cidade.

Entre a primeira e a segunda fase de qualificação, existiu uma redefinição dos eixos apresentados. O objetivo geral da EDL passava por *"Reestruturar as atividades económicas em torno do património histórico e cultural, material e imaterial, da cidade de Silves, de forma criativa e dinâmica"*. Mantendo o objetivo geral, afinaram-se os objetivos do DLBC para serem enquadrados nas linhas do programa dos DLBC urbanos. Aquando da contratualização das medidas, não foram contempladas ações que dessem resposta ao objetivo da *Capacitação para o turismo cultural e patrimonial*.

No relatório de avaliação intercalar elaborado em 2018[48], afirma-se que a estratégia de desenvolvimento local elaborada continua coerente face à conjuntura do território e face às tendências e dinâmicas socioeconómicas locais e regionais. Não obstante, refere-se também que as medidas de operacionalização da EDL se traduziram "*num "afunilamento" da estratégia*", com grandes restrições aos projetos que se poderiam candidatar. O DLBC foca-se *"exclusivamente num sistema de incentivos"* não mobilizando outras tipologias identificadas como pertinentes para o território.

Num âmbito geral, o que veio a condicionar a prossecução dos objetivos da estratégia ou do DLBC não foi o alinhamento entre os dois instrumentos, mas sim as condicionantes que advieram da operacionalização do programa, que serão, mais à frente, explanadas.

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 890 000,00€. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado nas prioridades de investimento 8.8/8a e 8.3/8iii. As restantes encontravam-se adequadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 3 , 4, 5, 6 E 7:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Dotação</th><th>Peso da dotação</th></tr>
<tr><td>FEDER</td><td>375 000,00 €</td><td>42%</td></tr>
<tr><td>FSE</td><td>515 000,00 €</td><td>58%</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>890 000,00 €</td><td>100%</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado</td><td>Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);</td></tr>
</table>

[48] Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Silves Cidade 2020

	8.8/8a: 1 8.3/8iii.: 1 10.1/10.i: 2 9.1/9i: 2 Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	- PI/TI com indicadores e metas: todas.
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Existe alguma correspondência entre os indicadores de realização e de resultado e as medidas previstas. Os indicadores e metas contratualizadas não estavam adequadas às seguintes medidas no âmbito do FSE: 2.3.1Apoiar ações que promovam a transmissão de conhecimentos intergeracionais nas escolas; 3.1.1 Apoiar de ações inovadoras de empreendedorismo social de apoio à família; 4.1.1Apoiar ações de animação territorial e inovação social em torno do património histórico e cultural da cidade de Silves; 4.2.1 Promover ações destinadas aos jovens do território que visem a valorização do património cultural e histórico como fator de identidade social e desenvolvimento económico; 5.1.1 Apoiar projetos de animação territorial e inovação social que contribuam para a dinamização criativa da cidade sob o conceito 3S - Silves - Smart and Slow.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

Informação de Detalhe – Indicadores 3, 4, 5, 6 e 7:

Não sendo tanto ao nível dos objetivos da EDL e do DLBC que se denota o desalinhamento, será mais no âmbito das tipologias e das atividades permitidas ao abrigo do programa que se verifica a desadequação com o que seriam as medidas através das quais se poderia contribuir para a prossecução da estratégia. Na opinião do GAL, o princípio *bottom-up* é expresso formalmente, mas na prática não é passível de concretização, visto que se promovem avisos de candidatura com tipologias fechadas e estandardizadas para todo o território. Os pressupostos dos avisos não tiveram em conta as especificidades dos locais. São, pelo contrário, análogos para todo o país. Daqui resulta que os indicadores não são adequados na maior parte dos casos, uma vez que não expressam convenientemente os objetivos estratégicos estabelecidos para cada território. Além disso, os indicadores adotados não são, na visão da Vicentina, indicadores de medição de impacto, mas sim apenas indicadores de mera medição da execução.

Relativamente à dotação financeira, o GAL considera que esta devia ser mais relevante para que a estratégia pudesse ter impacto e para que fosse possível realizar um trabalho de proximidade, com um reforço das equipas técnicas. O território urbano de Silves necessitava de um grande trabalho de animação territorial. Assim, a dotação financeira afeta às funções de gestão contratualizadas foi avaliada de forma negativa.

No que diz respeito aos indicadores, no relatório de avaliação intercalar redigido em 2018, é referida uma redução dos indicadores de realização e resultado do FEDER e FSE, tendo passado a existir dois conjuntos de apenas dois indicadores. É também mencionado que as metas se encontravam desajustadas em termos de postos de trabalho.

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
1.1.1	N.D.	95 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
1.3.1	N.D.	70 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.3.1	N.D.	150 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
5.2.1	N.D.	60 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**375.000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
1.2.1	N.D.	60 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

1.5.1	N.D.	37 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.1.1	N.D.	85 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.2.1	N.D.	40 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
2.3.1	N.D.	15 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
3.1.1	N.D.	108 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.1.1	N.D.	45 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
4.2.1	N.D.	75 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
5.1.1	N.D.	50 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**515.000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**890.000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato.

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC articulou-se com outros instrumentos de incidência territorial na fase de programação, bem como na fase de implementação, tais como a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, o Gabinete de Inserção Profissional e o Plano de Ação de Regeneração Urbana.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial • Gabinete de Inserção Profissional - GIP • Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU (Fonte: Inquérito ao GAL)

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O modelo adotado, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, contribuiu principalmente para melhorar o alinhamento entre os objetivos e as medidas, a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas e o alinhamento entre medidas e resultados. Contribuiu positivamente também para a relevância do instrumento para a estratégia, para a criação de novas parcerias nos territórios e para o envolvimento dos parceiros na EDL. Pese embora tudo isso, este processo concorrencial criou alguns desajustes e não foi relevante, de acordo com o inquérito aplicado à entidade gestora.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território</td><td>O GAL considerou que o modelo de aprovação/negociação teve um contributo positivo ou moderado os parâmetros considerados no inquérito.

Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Relevância do instrumento para a estratégia</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Criação de novas parcerias nos territórios</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Envolvimento dos parceiros na EDL</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Transparência do processo de seleção dos GAL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Aumento da qualidade das EDL</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Celeridade do processo de seleção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</td><td>Não foi identificado um modelo alternativo.</td></tr>
<tr><td>Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas</td><td>O processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização foi considerado pelo GAL como tendo tido um contributo pouco elevado para a generalidade das dimensões consideradas no inquérito.
Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Outro. Qual? Criou algum desajustamento</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A conceção e definição da EDL constou com a participação e o envolvimento ativo das entidades do setor social, das entidades privadas com fins lucrativos (empresas), da CCDR e de consultores. GAL considerou que a participação destas entidades contribuiu para o alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação) e para a identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações. Todavia, este envolvimento produziu poucos resultados efetivos, embora tenha contribuído para a perceção de participação que é relevante no território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Outras. Quais? Consultores – trabalho com elevada tecnicidade que dificulta a participação de alguns parceiros e exige apoio técnico.</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>1</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>
As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através de sessões públicas de debate e da recolha formal de pareceres e contributos.

Participação substantiva:
• CCDR;
• Entidades representativas do setor social (sem fins lucrativos).
Participação formal:
• Municípios;
• Entidades representativas do setor económico (sem fins lucrativos).

(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>
O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território
• Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
• Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>
O GAL é constituído por 16 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste</td><td>Agências e associações de desenvolvimento regional e local</td></tr>
<tr><td>AAB – Associação de Artesãos do Barlavento</td><td>Agências e associações de desenvolvimento regional e local</td></tr>
<tr><td>Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve – ACRAL</td><td>Associação empresarial</td></tr>
<tr><td>Sociedade Filarmónica Silvense</td><td>Associação empresarial</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta
	IPSS Amigos dos Pequeninos — Associações e fundações privadas Silves Futebol Clube — Associações e Fundações privadas Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Silves — Associações Públicas Município de Silves — Autarquias locais Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves CRL — Cooperativa Instituto Piaget, Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico CRL — Cooperativa Direção Regional de Cultura do Algarve — Direção Regional Universidade do Algarve — Estabelecimento de Ensino Superior Público IEFP — Institutos Públicos Região de Turismo do Algarve — Institutos Públicos Grupo desportivo e cultural do Enxerim — IPSS Santa Casa da Misericórdia de Silves — Misericórdia (Fonte: GAL)
Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia	Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL	Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da recolha formal de pareceres e contributos. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

O GAL é composto por 16 entidades parceiras, com um universo de associados que ultrapassa os 11.000. Assim, verifica-se uma ampla representatividade e abrangência da população do território de intervenção. As entidades são de âmbito regional e local e representam diversos setores de atividade com interesse para o DLBC. Algumas estas entidades são também parceiras do GAL rural ADERE 2020, permitindo assim que se facilite a articulação entre os dois DLBC e, essencialmente, entre os meios rural e urbano, com relevância para o desenvolvimento local. Além disso, alguns destes parceiros já haviam participado no GAL ADELE no âmbito do PRODER, o que significa que a parceria já apresenta alguma maturidade e experiência de trabalho nestas áreas de trabalho e nestes programas.

Na fase de desenho da EDL, o sentimento geral da parceria era de entusiasmo face ao novo programa. Contudo, na fase de implementação, a parceria tornou-se em algo formal, reunindo apenas para questões de relevância acentuada, sob pena de os parceiros desmobilizarem totalmente da parceria.

Assim, de acordo com o inquérito aplicado, as entidades com uma participação mais relevante na definição da EDL foram a CCDR, as entidades do setor social, entidades privadas com fins lucrativos (empresas) e ainda consultores, que facultaram apoio técnico em matérias de "elevada tecnicidade". Por oposição, as juntas de freguesia, a CIM, as entidades ambientais, e as agências públicas da administração central e regional não participaram na conceção da EDL.

Os resultados gerados pela participação dos parceiros no desenho da estratégia foram pouco efetivos, contudo gerou a perceção de como a participação é importante para o território. Contribuiu ainda para a identificação de projetos complementares com os quais se poderiam criar sinergias, assim como o alargamento do âmbito da estratégia desenvolvida. O método escolhido para a mobilização dos parceiros foi a recolha formal de pareceres e contributos, bem como a realização de sessões públicas. A participação dos municípios e das entidades do setor económico foi apenas formal, enquanto a participação da CCDR e das entidades do setor social foi mais substantiva.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

Durante a implementação, a câmara municipal envolveu-se de forma continuada, enquanto as entidades do setor económico e social e a CCDR estiveram presentes de forma mais pontual.-, Este envolvimento aconteceu através de sessões públicas de divulgação e debate e da recolha formal de pareceres e contributos. Os resultados da participação dos *stakeholders* na fase de implementação contribuíram para a construção de parcerias, para o alargamento do âmbito de atuação e para a complementaridade de intervenções.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, pontualmente</td><td>NR</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>NR</td><td>Sessões Públicas de divulgação e debate</td></tr>
<tr><td>Juntas de Freguesia</td><td>NR</td><td>Recolha forma de pareceres e contributos</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Complementaridade de intervenções
• Construção de parcerias
• Alargar o âmbito de atuação
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

Tal como já foi mencionado, o GAL de Silves é composto por uma parceria diversificada e representativa do território. Para este GAL, foi definido um par de mecanismos de participação, nomeadamente as assembleias de parceiros e o Órgão de Gestão. As assembleias foram constituídas para serem o momento dedicado ao encontro e reflexão dos parceiros sobre o GAL e sobre a EDL durante todo o período, onde se pretendia que todos os parceiros tivessem oportunidade de se envolverem na execução da EDL, desde o seu desenho, passando pela sua execução, até à sua avaliação. Contudo, até ao momento da avaliação intercalar, realizada em 2018, foi realizada uma assembleia, que contou com a presença de 13 parceiros. Como ficou plasmado no relatório supramencionado, *"A dificuldade inerente à implementação destes instrumentos no contexto urbano tem levado a dificuldades também na mobilização e interesse dos parceiros"*.

Por outro lado, o Órgão de Gestão é composto por um número de membros mais reduzido e a presidência deste órgão foi determinada pela Assembleia de Parceiros, cabendo a mesma ao município de Silves. O único membro permanente deste Órgão é a Vicentina, na qualidade de entidade gestora do DLBC.

Durante a implementação, a autarquia de Silves envolveu-se de forma continuada, enquanto a CCDR esteve presente de forma pontual, bem como as entidades do setor económico e social. Este envolvimento aconteceu através de sessões públicas de divulgação e debate e da recolha formal de pareceres e contributos. Os resultados da participação dos *stakeholders* na fase de implementação contribuíram para a construção de parcerias, para o alargamento do âmbito de atuação e para a complementaridade de intervenções.

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL avaliou de forma bastante positiva as competências delegadas pela Autoridade de Gestão que incluíam a verificação da admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas, bem como da emissão de pareceres, da organização dos processos das candidaturas, do acompanhamento da execução e assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação. Por outro lado, considera pouco pertinente a atualização do Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria.

O GAL acredita que o presente modelo de delegação de competências teve um impacto positivo na proximidade aos beneficiários, na capacidade de ajustamento às necessidades do território, nos resultados atingidos, no alcance das metas definidas, na participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local, na promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários, monitorização de resultados e resposta a necessidades do território.

O GAL considera ainda que poderiam ter sido delegadas as competências de definir os critérios de seleção a das operações e definir o calendário de abertura dos AAC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

Indicador	Resposta/Evidências	
Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	**Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20**	
		POR
	Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6
	Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6
	Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	6
	Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	6

Indicador	Resposta/Evidências
	Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação: 6 Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos: 5 Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação: 4 Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos: 3 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários: 3 Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão: 3 Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria: 2 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Proximidade aos beneficiários • Capacidade de ajustamento às necessidades do território • Resultados atingidos • Alcance das metas definidas • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local • Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários • Monitorização de resultados • Resposta a necessidades do território **Contributo neutro do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Simplificação administrativa • Redução da carga administrativa • Celeridade de procedimentos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir os critérios de seleção a das operações • Definir o calendário de abertura dos AAC (Fonte Inquérito ao GAL)

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O balanço que a entidade gestora faz da articulação com a Autoridade de Gestão, nomeadamente a CCDR do Algarve, é bastante positivo. Os meios de articulação foram reuniões periódicas, emissão de pareceres, reuniões de coordenação e trabalho em cooperação técnica.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Trabalho em cooperação técnica (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação (Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** Reuniões periódicas: POR 6 Emissão de pareceres: POR 6 Reuniões de coordenação: POR 6 Outros. Quais? Trabalho em cooperação técnica: POR 6 Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL faz um balanço negativo da dotação financeira afeta às competências de gestão delegadas, tendo assinalado a mesma como nada adequada na resposta ao inquérito. Para esta entidade, a verba alocada às funções de gestão era insuficiente para que a equipa fizesse tudo o que gostariam e tudo aquilo a que se propunham.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do total FEDER é alocado à gestão, o que corresponde a 93.750€. Corresponde a 10,53% do total do valor contratualizado para o DLBC.
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 12% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação: 1 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 6 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Excessiva polivalência dos técnicos (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31:

A Vicentina recebeu 93.750€ para desempenhar as funções de gestão do DLBC, o que corresponde a 25% do montante financiado pelo FEDER e a 10,53% do orçamento do DLBC. O peso do financiamento da gestão do DLBC urbano na conjuntura da entidade gestora corresponde a 12%, pelo que se compreende que a associação Vicentina possui outras atividades e fontes de financiamento que extrapolam muito a dotação financeira do DLBC.

O GAL faz um balanço bastante negativo da dotação financeira afeta às competências de gestão delegadas, tendo assinalado a mesma como nada adequada na resposta ao inquérito. Para esta entidade, a verba alocada às funções de gestão era insuficiente para que a equipa fizesse tudo o que gostariam e tudo aquilo a que se propunham. No relatório de avaliação intercalar, realizado em 2018, é também mencionada a escassez de recursos financeiros para realizar as funções de animação e funcionamento do DLBC.

A equipa técnica é composta por quatro elementos. A dimensão da equipa é considerada adequada pelo GAL, assim como as competências profissionais da mesma. A principal necessidade ou problema da equipa assinalada no inquérito é a excessiva polivalência dos técnicos. É mencionado no relatório de avaliação intercalar que a "*disponibilidade temporal da entidade gestora e da ETL face à exigência do trabalho diário, assim como dos parceiros, para acompanhar e monitorizar a execução da estratégia com uma maior periodicidade e proximidade*[49]" foi um aspeto menos positivo.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

As competências da equipa técnica do GAL foram consideradas adequadas para assegurar a eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC, embora tenham sentido necessidade de receber formação na área da conceção dos documentos estratégicos de programação e na área da monitorização e avaliação. Durante o período de duração do DLBC, a equipa recebeu formação na área da contratação pública, dos sistemas de informação e dos critérios de análise de projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Contratação Pública • Sistemas de Informação • Critérios de análise de projetos Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Contratação Pública: 6 Sistemas de Informação: 4 Critérios de análise de projetos: 4 Monitorização e Avaliação: 1 Conceção de documentos estratégicos e de programação: 1 Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Conceção documentos estratégicos de programação; • Monitorização e avaliação Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 32., 33. E 34:

No relatório de avaliação intercalar, era referido que nenhum dos técnicos que integrava a equipa técnica estava afeto ao DLBC a 100%. Tinham percentagens de tempo de afetação que variavam entre os 5% e os 15%. É ainda mencionado que os técnicos participaram em várias ações de formação e que o DLBC urbano beneficiou das iniciativas formativas promovidas para DLBC rurais, uma vez que a entidade gestora era responsável por um DLBC urbano.

[49] Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Silves Cidade 2020

No mesmo relatório, são identificados alguns problemas relativamente à equipa técnica local, nomeadamente a exiguidade dos recursos financeiros para o funcionamento e animação; a exigência feita aos técnicos para que dominassem sistemas de informação diferentes para instrumentos de financiamento diferentes; e a dispersão dos técnicos por um grande número de projetos com taxas de imputação muito baixas.

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O envolvimento do GAL na elaboração de avisos foi bastante limitado, estando o processo bastante centralizado na autoridade de tutela.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas</td><td>Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas</td><td>Foram responsáveis pela definição</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td>Deram contributos e foram parcialmente integrados</td></tr>
<tr><td>Definição do calendário de abertura dos AAC</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição das TO/medidas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Prazos de apresentação das candidaturas</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Definição dos requisitos (formais e documentais)</td><td>Não deram contributos</td></tr>
<tr><td>Adaptação dos avisos às especificidades territoriais</td><td>Não deram contributos</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</td><td>Não foram identificadas especificidades territoriais em sede de entrevista para além do enquadramento na EDL (referencial de mérito).</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 35 E 36:

Na entrevista, o GAL relata que iniciaram o procedimento de elaboração dos avisos junto da CCDR, contudo esse processo foi totalmente centralizado pela autoridade de tutela, a ADC, de forma excessiva, na visão da equipa técnica. Dessa forma, de acordo com a opinião partilhada, o programa foi transformado num sistema de incentivos nacional, com os avisos abertos em simultâneo em todo o país e com divulgação a nível nacional. O GAL considera que uma estratégia que se quer local e territorializada não se operacionaliza assim.

O GAL não deu contributos na definição do calendário de abertura dos AAC ou nos prazos de apresentação das candidaturas, na dotação financeira, na definição das tipologias de operação, na definição dos requisitos e na adaptação dos avisos às especificidades territoriais. Por outro lado, foram responsáveis pelas ações de divulgação, informação e publicidade realizadas e deram contributos que foram parcialmente integrados na definição de indicadores e nos critérios de seleção das operações.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O GAL avalia de forma muito negativa o ritmo de lançamento dos concursos, a promoção de articulação entre os concursos/ projetos, o tempo entre a realização de ações de divulgação e o prazo para submissão de candidaturas, bem como o tempo de duração do AAC (desde a abertura ao encerramento).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	1	1	1	1
8.3/8iii.	1	1	1	1
10.1/10.i	1	1	1	1
9.1/9i	1	1	1	1

Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 37:

Segundo a entrevistada, os tempos de abertura dos avisos foram curtos e, devido a isso, o GAL não teve tempo para preparar o território e criar a proximidade necessária com os promotores. Foi referido que as candidaturas que foram apresentadas eram elaboradas por consultores e algumas chegavam a conter memórias descritivas iguais. Considera que se a abertura dos avisos tivesse uma gestão territorial teria havido uma maior adaptação ao território e teria existido um trabalho faseado junto dos promotores, que resultaria na apresentação de candidaturas melhores. A Vicentina chegou a ter sete avisos abertos em simultâneo, o que fez com que alguns promotores submetessem a sua candidatura ao aviso errado, sem que existisse possibilidade de retificarem o erro. Os prazos curtos oferecidos pela ADC funcionam bem, na opinião do GAL, a nível nacional e quando o público são empresas de grande dimensão, que dispõem de equipas experientes, capacidade de contratar consultores e ideias de projetos. Quando se trata de empresas pequenas, como as que estão presentes neste território de intervenção, é necessária uma maior preparação, pois estas só depois de conhecerem todas as condições do apoio é que decidem se este é favorável à sua condição. Posteriormente, elaboram a candidatura. Dessa forma, o processo é mais demorado quando o público são empresas de menor dimensão e há necessidade de manter os avisos abertos durante um período mais longo do que aquele que se verificou nos DLBC. As empresas locais, de pequena dimensão, não tiveram capacidade de reação aos avisos, pelo que os objetivos e o potencial de impacto que o DLBC teria saíram pervertidos, na opinião da entidade gestora.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

De uma forma geral, o GAL faz uma avaliação bastante negativa das várias tipologias de operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas três tipologias de operação: • SI2E • +CO3SO Emprego • +CO3SO Urbano
Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

adequação (Objetivos, indicadores, …)

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a	2	1	1	1
8.3/8iii.	2	1	1	1
10.1/10.i	1	1	1	1
9.1/9i	1	1	1	1

Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avalia como pouco adequadas as dimensões relativas ao processo de análise e seleção de operações. É de realçar que avalia como nada adequada a periodicidade das reuniões do órgão de gestão.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.8/8a.	8.3/8iii.	10.1/10.i	9.1/9i
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	3	3	3	3
Critérios de seleção	3	3	3	3
Metodologia de apuramento do mérito	4	4	4	4
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	3	3	3
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	1	1	1	1
Carga burocrática	3	3	3	3
Interação com o SI FSE	2	2	2	2
Interação com o SI FEDER	3	3	3	3
Interação com o SI PDR/				
Interação com o SI IFAP				
Interação com outros SI				

Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise atribuídos ao GAL foram cumpridos em todas as tipologias. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Não existiram desvios. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

De acordo com a opinião explanada na entrevista, a competência de análise e seleção de operações delegada nos GAL é bastante pertinente. O facto de ser a mesma entidade a elaborar a estratégia e a selecionar as operações permite ao GAL

dominar o instrumento e garantir os projetos apoiados têm correspondência com os objetivos estratégicos delineados. A forma como decorre este processo é vista por esta entidade como uma vantagem e uma mais valia para o programa.

O GAL afirma terem sido compridos os prazos para análise e seleção de operações em todos os domínios de intervenção.

Adicionalmente, a análise dos sistemas de informação permitiu concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato foi em média 193 dias (cerca de seis meses).

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**6**	**6**	**168**	**42**	**210**
COESOUrb	2	2	129	20	149
SI2E	4	4	187	53	241
09.10	**4**	**3**	**135**	**25**	**160**
SI2E	4	3	135	25	160
Total	**10**	**9**	**157**	**37**	**193**

Nota: Inclui 10 operações rescindida /revogadas.
Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O envolvimento dos parceiros no processo de decisão ocorre através do Órgão de Gestão, o qual é composto por 5 entidades.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	1 – Município de Silves 2 – Amigos dos Pequeninos de Silves 3 – CC Agrícola Silves 4 – Instituto Piaget – Silves 5 – Vicentina
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	O Órgão de Gestão não sofreu alterações à sua composição. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line • Emissão de pareceres escritos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão** **(Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** POR: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não foram envolvidos outros parceiros no processo de análise e seleção de operações. (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

O Órgão de Gestão do DLBC de Silves é composto pela autarquia, pela IPSS Amigos dos Pequeninos de Silves, pela Caixa de Crédito Agrícola de Silves, pelo Instituto Piaget de Silves e pela Associação Vicentina, na qualidade de entidade gestora do DLBC. A composição do GAL não se alterou ao longo do seu período de vigência, uma vez que tal não se justificou. Os parceiros do

Órgão de Gestão estiveram envolvidos no processo de análise e seleção das operações através de reuniões e através da emissão de pareceres escritos. O GAL avalia este envolvimento como relativamente adequado.

No relatório de avaliação intercalar, um dos aspetos positivos salientados sobre o Órgão de Gestão é a representatividade que nele existe de atores locais com relevância para a implementação da estratégia. É ainda realçada a consolidação da participação de parceiros nos órgãos de decisão do GAL, nomeadamente na discussão em torno do desenvolvimento de novas iniciativas no território.

Além dos parceiros do Órgão de Gestão, não foram envolvidos outros *stakeholders* no processo de análise e seleção de operações

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados pouco adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados</td><td>• Resposta a solicitações dos PO Financiadores
• Elaboração de relatórios de monitorização periódicos
• Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço
• Realização de balanço com as AG
• Reuniões/contactos regulares com os beneficiários
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados</td><td>Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)
<table>
<tr><td>Resposta a solicitações dos PO Financiadores</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Definição de indicadores de monitorização pelo GAL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Elaboração de relatórios de monitorização periódicos</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Realização de balanço com as AG</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Reuniões/contactos regulares com os beneficiários</td><td>3</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento</td><td>• Órgão de Gestão
• Parceiros do GAL
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL</td><td>• Realizou avaliação Intercalar
• Pretende realizar avaliação final
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC</td><td>• Recursos internos do GAL
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Aquando da candidatura à 2ª fase, foi instituído pelo GAL um conjunto de mecanismos e ferramentas de monitorização e acompanhamento financeiro, físico e estratégico. Estabeleceu-se a realização de um plano de monitorização, de um plano de

registo de indicadores, de um plano de monitorização financeira da EDL e de um plano de reajustamento. Além disso, estabeleceu-se também a elaboração de relatórios de monitorização, bem como a utilização da ferramenta medida para resultado ou *activity to output*. Adicionalmente, ficou prevista também a possibilidade de recurso a outras ferramentas complementares, tais como *checklists* para visitas de acompanhamento e monitorização; *checklists* de entrevistas e guião; e atas das reuniões regulares da equipa técnica local e do Órgão de Gestão.

Assim, realizaram-se relatórios de monitorização periódicos, balanços com a autoridade de gestão e contactos regulares com os beneficiários e foi dada resposta às solicitações dos programas operacionais financiadores. O GAL realizou uma avaliação intercalar, em 2018, e pretende realizar uma avaliação final. Estes mecanismos foram considerados, no inquérito, como relativamente adequados.

Os intervenientes da monitorização e acompanhamento do DLBC foram o Órgão de Gestão e outros parceiros do GAL. A avaliação do DLBC foi realizada através dos recursos internos do GAL.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A diversidade e a complexidade das intervenções foram consideradas pelo GAL um constrangimento à monitorização e avaliação do DLBC, assim como a disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores e o facto de os indicadores constantes dos Avisos serem diferentes dos indicadores contratualizados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:** • Diversidade e complexidade de intervenções • Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores • Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

O GAL assinala que não existiram mecanismos de revisão implementados, contudo considera que seriam necessários.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão implementados	Não, mas considero necessária a existência. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL fez as seguintes alterações: • Adaptação e afunilamento aos SI criados para responder a todas as medidas simultaneamente Estas alterações contribuíram para melhorar o desempenho físico e financeiro (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foi assegurada a divulgação e esclarecimento sobre estes instrumentos através de um conjunto de sessões, produtos de comunicação e outros instrumentos previstos na estratégia de comunicação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC</td><td>Sim</td></tr>
<tr><td>Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território</td><td>Ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos
<table>
<tr><th></th><th>Nº de ações</th><th>Nº de participantes/ abrangidos</th><th>Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)</th></tr>
<tr><td>Reuniões/encontros com parceiros promovidos</td><td>5</td><td>0</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento</td><td>5</td><td>14</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Reuniões, seminários, workshops públicos</td><td>3</td><td>10</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)</td><td>1</td><td>1</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)</td><td>0</td><td>0</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Grupos de trabalho temáticos</td><td>0</td><td>0</td><td>N/A</td></tr>
<tr><td>Visitas a projetos de investimento,…</td><td>8</td><td>0</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais</td><td>2</td><td>0</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos de cooperação</td><td>0</td><td>0</td><td>N/A</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios</td><td>• Foram realizados seguintes os processos de auscultação:
• Inquérito enviado aos beneficiários no âmbito de um projeto de avaliação.
• (Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

Informação de Detalhe – Indicadores 57,58 e 59:

Na entrevista, é mencionado que as populações não conhecem o DLBC urbano. Devido aos constrangimentos decorrentes da operacionalização do DLBC, tais como a falta de adaptabilidade aos territórios e os prazos reduzidos dos avisos, não foi possível realizar o trabalho de proximidade que o GAL desejava. Ainda assim, realizaram sessões públicas de divulgação dos avisos. Não obstante, a experiência do GAL indica que os calendários de abertura dos avisos tiveram um tempo tão restrito que, mesmo com as sessões públicas, a população não teve tempo de assimilar o que era o programa.

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito foram identificadas algumas boas práticas pelo GAL, mais concretamente o modelo de funcionamento do GAL, o modelo de gestão do DLBC, a partilha de conhecimentos e as sinergias entre projetos e sectores de atividade económica.

Tabela Síntese – Indicador 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Modelo de funcionamento do GAL • Modelo de gestão do DLBC • Partilha de conhecimentos • Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica (Fonte: Inquérito aos GAL)

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

Em Silves, apenas foram rececionadas 18 candidaturas, o que se traduz numa baixa procura dos promotores pelas tipologias de intervenção. Além disso, a taxa de aprovação foi de cerca de 28%, tendo sido contratualizadas apenas 5 candidaturas. Segundo o inquérito, os principais motivos para a reprovação das candidaturas foram o incumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários, o incumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos e a falta de documentos necessários à instrução da candidatura.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 18 candidaturas com um custo de 1 185 233,62 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td>2</td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>2</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td>1</td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Falta de documentos necessários à instrução da candidatura</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**11**	**61,1**	**648 860,06**	**54,7**
COESOUrb	5	27,8	594 077,72	50,1

SI2E	6	33,3	54 782,34	4,6
09.10	**7**	**38,9**	**536 373,56**	**45,3**
SI2E	7	38,9	536 373,56	45,3
Total Geral	**18**	**100,0**	**1 185 233,62**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	COESOUrb	SI2E	**Total**	SI2E	**Total**
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	3	2	1	2	2	5
2.Não admitida				3	3	3
3.Não aprovada	5	3	2			5
4.Anulada				1	1	1
5.Desistida /rescindida/revogada	3		3	1	1	4
6.Submetida/admitida						
7. Total	11	5	6	7	7	18
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) (%)	**72,7**	**100,0**	**50,0**	**28,6**	**28,6**	**55,6**
Taxa de aprovação (1)/(7-6) (%)	**27,3**	**40,0**	**16,7**	**28,6**	**28,6**	**27,8**
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6) (%)	**45,5**	**60,0**	**33,3**	**42,9**	**42,9**	**44,4**
Taxa de desistência (5)/(7-6) (%)	**27,3**	**0,0**	**50,0**	**14,3**	**14,3**	**22,2**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Segundo o GAL, a crise económica, as condições de elegibilidade das operações e dos promotores e a capacidade de incitativa do território foram fatores condicionantes da adesão dos beneficiários. Em Silves, não foi possível aplicar toda a verba disponível, pois não houve dinâmica territorial para que tal acontecesse. Por um lado, não houve tempo para trabalhar no território com proximidade e adaptação às especificidades locais; por outro, alguns beneficiários já conheciam a dificuldade de encontrar no território pessoas que correspondam ao perfil específico que é solicitado pelos concursos. A impermeabilidade ao território e aos públicos-alvo foi também aqui uma condicionante muito forte com a qual o GAL se deparou.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram aquém da dotação contratualizada e as taxas de execução detinham valores reduzidos à data de 30 de setembro. Os principais estrangulamentos apontados são o contexto socioeconómico, a taxa de incentivo e as condições de elegibilidade das operações.

A novidade inerente à intervenção do DLBC em meio urbano também é referida como um motivo para a existência de dificuldades de mobilização dos potenciais parceiros.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação**

PI/TI	Condições de elegibilidade das operações	Tipo de despesas elegíveis	Taxa de incentivo	Contexto socio-económico
8.8/8a	X		X	

	8.3/8iii.					X
	10.1/10i					
	9.1/9i					
	Fonte: Inquérito aos GAL					

Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. As 3 operações, no âmbito do SI2E, com data prevista de conclusão até 30 de setembro de 2021 registam um atraso médio de 934 a essa data.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** Outros fatores: Atraso na implementação por falta de regulamentação Fonte: Inquérito aos GAL

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**515 000**	**3**	**138 651**	**12 928**	**26,9**	**2,5**	**9,3**
COESOUrb		2	133 595	7 872			5,9
SI2E		1	5 056	5 056			100,0
09.10	**375 000**	**2**	**93 658**	**88 709**	25,0	23,7	94,7
SI2E		2	93 658	88 709			94,7
Total	**890 000**	**5**	**232 309**	**101 636**	26,1	11,4	43,8

N.d. não disponível; RT Regime de Transição
Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

O GAL considerou existir capacidade para o cumprimento das metas globais definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 6 8.3/8iii.: 6 10.1/10i: 6 9.1/9i: 6 Fonte: Inquérito aos GAL

Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta	Execução	Grau de cumprimento em 2018
09.10	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	6	1	Não cumpriu
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	6	3	Não cumpriu
09.06	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	4	4	Cumpriu
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	0	0	Cumpriu

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia, Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

A entidade gestora afirma, na entrevista, que não foi possível contribuir para os objetivos estratégicos do DLBC com a abertura de apenas dois avisos e nas condições em que foram lançados, sem oportunidade de trabalhar com o território de acordo com os princípios que devem reger um programa de base comunitária

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Promoção da inclusão económica e social dos grupos desfavorecidos ou em risco	
Dinamização do empreendedorismo junto dos jovens e prevenção do abandono escolar	
Melhorar as condições económicas e sociais das famílias e da população do território	
Promover a identificação da população com a identidade local nas suas diferentes dimensões	

Incentivar a atividade económica no centro histórico da cidade de Silves	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo faco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo

Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

Esta abordagem gerou valor acrescentado na medida em que permitiu, sobretudo, um maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território, o estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território, promoveu a capacidade de gestão de vários fundos e para o acompanhamento/proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores.

Além disso, o facto de a Associação Vicentina ter experiência prévia de trabalho no âmbito dos DLBC rurais permitiu alguma familiarização e assimilação da abordagem LEADER.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências	
	Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)	
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	4
	Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4
	Capacidade para gerir vários fundos	4
	Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	4
	Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	3
	Cooperação com outros territórios	3
	Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	3
	Inovação dos projetos apoiados	3
	Qualidade dos projetos apoiados	3
	Sustentabilidade dos projetos apoiados	3
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	3
	Valorização do capital social e humano dos territórios	2
	Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	2
	Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	2
	Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	2
	Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	2
	Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	2
	Reforço da governança local	2
	Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	**2**
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	**2**

Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	2
Trabalho em rede/colaboração no território	2
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	2
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2
Mobilização da comunidade local comunidade local	2
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	2
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	2
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	2
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	2
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	2
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	NR
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	NR

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

A execução do DLBC foi articulada com outras fontes de financiamento, consideradas adequadas, a posteriori, no sentido de procurar financiamento para projetos não abrangidos pelas tipologias de intervenção no âmbito do DLBC.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento. Esta preocupação existiu à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos. Cf. resposta à SQ3.

Ficha de Avaliação

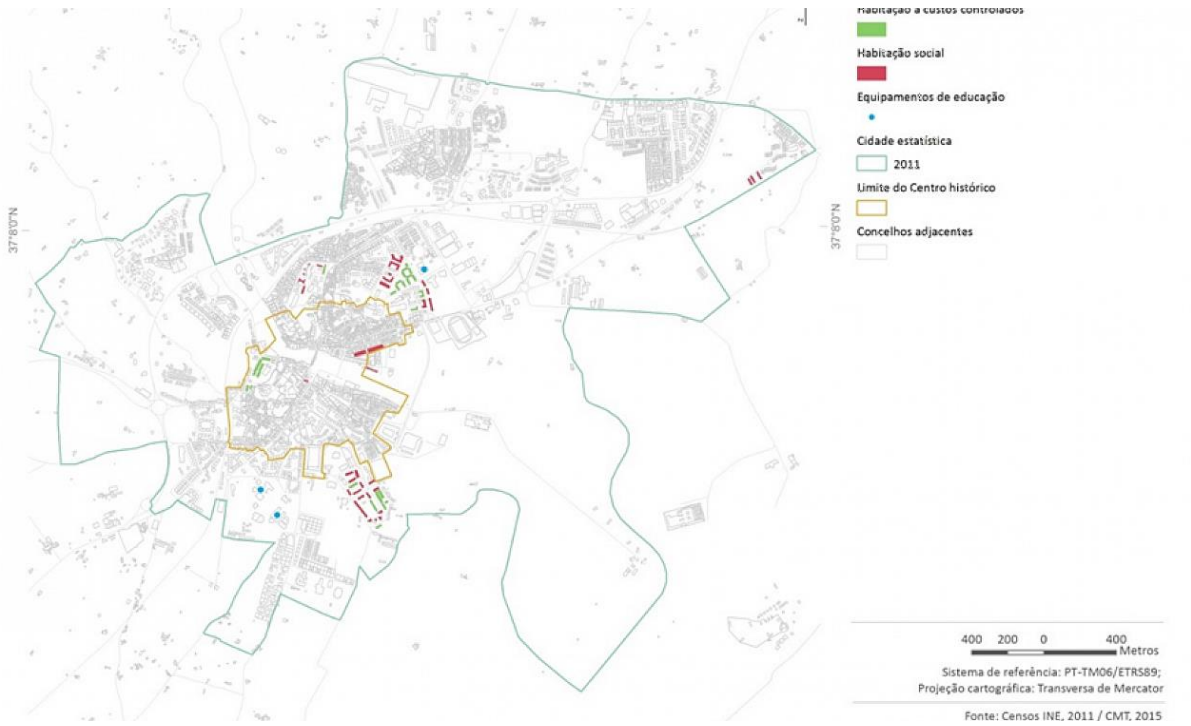
GAL Tavira 2020 – Fundação Irene Rolo

FUNDAÇÃO IRENE ROLO

Entidade Gestora: Fundação Irene Rolo

Território de intervenção: O território de intervenção do GAL Tavira 2020 abrange o território da União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago).

Mapa do Território de intervenção:



População total abrangida: 15.434 habitantes

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

DLBC1. Papel dos DLBC na concretização das prioridades das EDL

SQ1. Os PDCT e DLBC contratualizados estavam alinhados com as respetivas EIDT e EDL?

A EDL/ DLBC contratualizado estava alinhado com a EDL definida pela parceira, ainda que as prioridades de investimento estabelecidas não se encontrassem necessariamente de acordo com a estratégia definida localmente.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EDL global que não constam no DLBC e intervenções do DLBC que não constam dos objetivos das EDL	A totalidade dos objetivos dos objetivos definidos na EDL tem correspondências com os objetivos específicos do DLBC (2ª fase) ainda que as PI/domínios de intervenção mobilizadas não deem resposta a todas as necessidades identificadas para o território.
Indicador 2. Listagem de prioridades de investimento contemplados pelo DLBC por grau de adequação	**Grau de adequação das prioridades de investimento contemplados no DLBC (Escala 1 – Nada adequada a 6 – Muito adequadas; N/A PI não previsto na EDL)** 8.8/8a: 3 8.3/8iii: 4 10.1/10.i: 2 9.1/9i: 3 (Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES1 E 2:

A versão final da EDL (apresenta na 2ª fase) apresenta uma arquitetura estratégica idêntica à que constava da respetiva versão inicial (candidatura 1ª fase).

A elaboração desta EDL partiu de uma análise SWOT, que demarcou as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças ao território. Os pontos diagnosticados foram um tecido empresarial muito enfraquecido, sazonalidade do emprego e altas taxas de desemprego. Por outro lado, foram identificadas potencialidades que podem ser estimuladas de modo a promover o desenvolvimento.

Matriz de correspondência entre os objetivos da EDL e as medidas do DLBC

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
Reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica	1. Apostar na Dieta Mediterrânica Património Cultural da Humanidade como fator impulsionador da economia local, potenciando o desenvolvimento empresarial e a dinamização económica do território, através de ferramentas e mecanismos de valorização dos recursos/produtos (por exemplo: criação de selos de qualidade); 2. Diversificar e promover a oferta turística: aproveitando os recursos endógenos do concelho e a otimização das tendências emergentes, que associem o turismo a outros setores de atividade, a cultura, a saúde e o desporto, entre outros. Nos últimos anos tem-se verificado uma tendência crescente na procura turística de outras vertentes além do sol, praia e golfe, sendo que importa apostar nesta diversificação como forma de combate à sazonalidade. 3. Reforçar as competências de empreendedorismo junto dos empresários existentes, da população desempregada ou dos jovens à procura do 1ºemprego, irá conduzir à criação de emprego. Este objetivo torna-se importante na medida que tanto os empresários, como a população alvo do território de intervenção revelam baixas qualificações.	Investir no Emprego (PI 8a; PI 8iii)

Objetivos Estratégicos EDL	Eixos / Medidas	Medidas contratualizadas
	4. Promover a competitividade e inovação das empresas - o tecido empresarial para garantir a competitividade é confrontado com elevados padrões de exigência, neste sentido torna-se premente apostar na sua modernização;	
Promoção da coesão e inovação social	1. Criar bolsas de ideias na área da inovação social. Para a concretização deste objetivo será importante promover o debate entre os vários agentes sociais ou outros que se interessem por estas problemáticas com o intuito de promover o bem estar social; 2. Criar novas respostas sociais, bem como novas abordagens integradas com vista a colmatar as lacunas dos grupos socialmente mais vulneráveis. Importará dar especial relevância à promoção de encontros intergeracionais que permitam a interação e a partilha do conhecimento. Estas respostas levarão à prossecução do desenvolvimento socioeconómico do concelho e atenuação/erradicação dos problemas sociais identificados; 3. Capacitar os recursos técnico-materiais na área da inovação social Para a implementação das medidas de inovação social importa dotar as instituições dos meios necessários com vista a atingir os seus objetivos; 4. Otimizar o trabalho da rede social e promoção de parcerias. Face à conjuntura económica atual, em que as instituições viram diminuir drasticamente os seus apoios públicos, torna-se necessário o estabelecimento de parcerias e o trabalho em rede, evitando a duplicação de respostas e intervenções sociais e encontrando respostas conjuntas para as novas problemáticas atuais	Afirmar a coesão social e territorial (PI 9i)
Promover novas respostas ao ensino	1. Promover a igualdade de oportunidades aos alunos com necessidades educativas, com vista à melhoria do aproveitamento escolar bem como a diversificação da oferta formativa destinada a jovens com insucesso escolar, em áreas emergentes no concelho; 2. Apostar em intervenções sistémicas e abrangentes junto de jovens com percursos marcados pelo insucesso escolar, tendo por base metodologias de mediação escolar; 3. Promover o acesso dos alunos a orientação vocacional e acompanhamento individualizado e dinamização de projetos facilitadores da transição dos jovens para a vida ativa; 4. Implementar metodologias informais que promovam o desenvolvimento de projetos de vida, junto de jovens, tendo por base mentores de proximidade com percursos significativos em áreas de referência dos jovens (dança, desporto, música, etc,). 5. Promover projetos educativos ao nível do ensino da música, da cultura, da ciência e desporto e dinamização de clubes temáticos.	Reforçar as competências

(Fonte: Candidatura EDL 1ª Fase; Candidatura DLBC 2ª Fase.)

Na estratégia foram planeadas uma série de diretrizes que foram enquadradas nos eixos do DLBC, mas na prática não se concretizou porque muitos eixos não conseguiram dinamizar no decurso da implementação do DLBC, nomeadamente na área da educação/combate ao abandono escolar e na área da inovação social (não abriram candidaturas).

SQ2. As tipologias de intervenção/ação contratualizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A dotação financeira global contratualizada foi de 945 000,00 €. O GAL considerou que existiu um financiamento desajustado nas tipologias de operação 8.8/8a e 8.3/8iii.

Tabela síntese – Indicadores 3 , 4, 5, 6 e 7:

Indicador	Resposta/Evidências		
Indicador 3. Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (análise comparativa)		**Dotação**	**Peso da dotação**
	FEDER	395 000,00 €	42%
	FSE	550 000,00 €	58%
	Total	**945 000,00 €**	100%
Indicador 4. Adequação do Financiamento contratualizado	**Adequação do Financiamento contratualizado (1- Subfinanciamento (dotação reduzida face às prioridades) 2- financiamento ajustado 3- Sobrefinanciamento (dotação excessiva face às prioridades);**		

	8.8/8a: 1 8.3/8iii: 1 10.1/10.i: N/A 9.1/9i: N/A Fonte: Inquérito Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 5. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia: (análise por TI)	- PI/TI com indicadores e metas: todas.
Indicador 6. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Os indicadores revelam-se insuficientes, uma vez que apenas se prendem com a criação de emprego.
Indicador 7. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	N/A

Informação de Detalhe – Indicadores 3, 4, 5, 6 e 7:

Ao nível das tipologias, o DLBC lançou numa primeira fase o SI2E para as questões do empreendedorismo para o qual as candidaturas estiveram abertas durante algum tempo (tiveram três candidaturas) e em 2020 lançaram os avisos da inovação social integrada no +COESO (duas candidaturas).

Tipologias de intervenção mobilizadas no DLBC e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual (Indicador 3)

I/TI	Fundo solicitado Candidatura (2ª Fase) (Euros)	Fundo Contratua-lizado (Euros)	Fundo Reprogra-mado 2019 (Euros)	Fundo Atual (Euros)	Variação Solicitado Contratua-lizado (%)	Variação Contratuali-zado Reprogramado 2019 (%)	Variação Contratua lizado Atual (%)
Eixo 5 – Investir no emprego / PI 8a	N.D.	395 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FEDER	N.D.	**395 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Eixo 5 – Investir no emprego / PI 8iii	N.D.	135 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Eixo 6 "Afirmar a Coesão Social e Territorial"/PI 9i	N.D.	320 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Eixo 7 - Reforçar as competências	N.D.	95 000,00€	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
FSE	N.D.	**550 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Total	N.D.	**945 000,00€**	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

N.D. – Não disponível.

(Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato.)

Não foi possível à equipa de avaliação aferir a diferença entre a dotação financeira candidatada e a contratualizada, por não ter tido acesso ao orçamento prévio a uma eventual negociação entre o GAL e a Autoridade de Gestão ou reprogramação financeira.

Quando questionados sobre os motivos pelos quais consideraram as tipologias 8.8/8a e 8.3/8iii subfinanciadas referiram que, se conseguissem aumentar a verba a disponibilizar, reduzindo a comparticipação própria, seria mais fácil as pessoas aderir e criar o seu próprio emprego. A percentagem financiada era muito reduzida e os promotores tinham que suportar metade do projeto.

Os indicadores contratualizados no DLBC centravam-se na criação e manutenção de postos de trabalho, não refletindo todos os eixos da DLBC. Por outro lado, tiveram muitas dúvidas sobre quem era o público-alvo no SI2E e ouve algumas dificuldades na obtenção da informação, e quando se aperceberam que os promotores dos projetos deveriam ser residentes do bairro social, consideraram que seria impossível pois estes não teriam competência nem capacidade financeira para lançar um projeto de autoemprego. Houve um desvio entre o desenhado no DLBC e a resposta que efetivamente foi desenvolvida.

DLBC2. Papel da EDL/DLBC na definição do quadro programático de desenvolvimento do território de intervenção do GAL

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios (ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP e outras políticas públicas com forte incidência territorial, p.e. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O DLBC tem-se articulado com projetos da autarquia, tais como o PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana; a rede social; e o gabinete de empreendedorismo. O DLBC, enquanto estratégia de promoção do emprego, constituiu um reforço para outros projetos e programas de outras áreas. A articulação surge no sentido de conjugar esforços, ao invés de os sobrepor, assim como no sentido de diagnosticar e resolver os problemas do território.

A articulação foi promovida na fase de programação da estratégia e manteve-se na fase de implementação, através desta conjugação de esforços e através do contacto permanente entre as instituições.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 8:

Indicador	Resposta
Indicador 8. Instrumentos de incidência territorial com os quais a EDL foi articulada	O GAL referiu a articulação do DLBC com: • Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (Fonte: Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 8:

No relatório de avaliação intercalar, é realçada a articulação do DLBC com outros instrumentos de política regional, nomeadamente a EIDT da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), como se pode ver no quadro abaixo:

EIDT AMAL	DLBC Urbano Tavira 2020
A. Diversificar a base económica da região	Obj. 1- Reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica, de acordo com os objetivos operacionais
B. Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	Obj. 1- Reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica, de acordo com os objetivos operacionais Obj 2: Promoção da coesão e inovação social
C. Promover o desenvolvimento sócio económico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial	Obj. 1- Reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica, de acordo com os objetivos operacionais Obj 2: Promoção da coesão e inovação social

(Fonte: Relatório de avaliação intercalar 2018 – DLBC Urbana Tavira 2020)

A DLBC era uma estratégia centrada na promoção do emprego e foi um reforço aos outros projetos desenvolvidos no território que tinham com um carácter mais social ou de requalificação urbana, agindo em complementaridade.

DLBC3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos DLBC para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC e a eficiência da sua implementação?

O GAL considera que o modelo atual de aprovação e contratualização do DLBC teve um contributo fraco para a relevância e articulação da estratégia, para a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território, para a adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos, para a transparência do processo de seleção dos GAL, para a simplificação do processo de seleção, para a celeridade do processo de seleção, para o aumento da qualidade das EDL, para a dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL e para a simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC. O contributo foi quase nulo para a criação de novas parcerias e para o envolvimento dos parceiros na EDL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 9, 10. E 11.

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 9. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EDL e da programação do DLBC aos problemas de desenvolvimento do território</td><td>Contributo do modelo de aprovação/negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Relevância do instrumento para a estratégia</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Transparência do processo de seleção dos GAL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Celeridade do processo de seleção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Aumento da qualidade das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Criação de novas parcerias nos territórios</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Envolvimento dos parceiros na EDL</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 10. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</td><td>O GAL considera que seria pertinente um modelo de negociação que tivesse mais em conta as especificidades dos territórios.
(Fonte: Inquérito ao GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 11. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas</td><td>O processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização foi considerado pelo GAL como tendo tido um contributo fraco para todas as dimensões consideradas no inquérito.
Contributo do processo de negociação para os parâmetros identificados (escala 1- nulo a 6 muito elevado)
<table>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,….)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 9, 10 E 11:

As entrevistadas referem que não houve muitas hipóteses de negociação. Consideram que seria pertinente a existência de um modelo de negociação que tivesse mais em conta as especificidades dos territórios. Por exemplo, relativamente ao número de postos de trabalho criados que estavam a propor e que consideravam adequado para o seu território, uma área

onde não há grande capacidade económica e iniciativa para fazer face a uma comparticipação própria de 50% do financiamento obtido. As características dos seus públicos-alvo não correspondiam às prioridades dos avisos e viram as metas aumentadas (por imposição) em relação aos números que apresentaram em candidatura e que não conseguiram cumprir.

DLBC4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EDL e do DLBC e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A conceção e definição da EDL contou com a participação e o envolvimento de vários *stakeholders*, sendo o GAL composto por 21 entidades. De acordo com a informação disponibilizada no relatório intercalar, a maioria das entidades integrantes da parceria pertencem à Rede Social do concelho de Tavira, com uma boa representatividade dos *stakeholders* do concelho.

A autarquia foi a entidade que mais participou, enquanto os restantes atores não tiveram uma participação muito ativa nesta fase. A inclusão na conceção da estratégia foi feita sobretudo através de grupos de trabalho. Esta participação resultou no alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação).

Não contaram com a participação da Comunidade Intermunicipal, de entidades do setor ambiental, de empresas ou de agências públicas da administração central.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 12, 13, 14, 15, 16 E 17:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 12. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência)
<table>
<tr><td>Municípios</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>4</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional (IEFP)</td><td>4</td></tr>
<tr><td>CIM/AM</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração central</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</td><td>1</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 13. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EDL por tipo de entidade</td><td>As entidades que participaram na definição da EDL foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho, sendo a sua participação considerada pelo GAL como substantiva no caso do município e da CCDR e apenas formal no caso das entidades do setor social e das agências públicas da administração regional.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 14. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades</td><td>O GAL considera que a participação destas entidades produziu os seguintes resultados:
• Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta</th></tr>
<tr><td>Indicador 15. Representatividade setorial e territorial da parceria. (Tipologia de parceiros por natureza jurídica da instituição e setor de atividade).</td><td>O GAL é constituído por 21 entidades
<table>
<tr><th>Entidade</th><th>Tipo de entidade</th></tr>
<tr><td>Associação Cultural Artística de Tavira</td><td>Agências e associações de desenvolvimento regional e local</td></tr>
<tr><td>Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve - ACRAL</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira</td><td>Associação empresarial (sem fins lucrativos)</td></tr>
<tr><td>Município de Tavira</td><td>Autarquias locais</td></tr>
<tr><td>Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)</td><td>Autarquias locais</td></tr>
<tr><td>Universidade do Algarve</td><td>Estabelecimento do ensino superior</td></tr>
<tr><td>Agrupamento de escolas Dr Jorge Augusto Correia</td><td>Estabelecimentos de Ensino Público – Agrupamentos de escolas</td></tr>
<tr><td>IEFP</td><td>Institutos Públicos</td></tr>
<tr><td>Instituto da Segurança Social, IP</td><td>Institutos Públicos</td></tr>
<tr><td>Fundação Irene Rolo</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Cruz Vermelha Portuguesa</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Associação “Uma Porta Amiga”</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Associação Oficina Ciência Viva de Tavira</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Centro Social Paroquial de Santa Maria – Tavira</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Clube Náutico de Tavira</td><td>IPSS</td></tr>
<tr><td>Agrupamento de escolas D. Manuel I</td><td>Outras entidades públicas</td></tr>
<tr><td>Associação de Academia de Música de Tavira</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tavira</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Clube de Ciclismo de Tavira</td><td>-</td></tr>
</table>
(Fonte: GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 16. Participação dos parceiros do GAL na conceção da estratégia</td><td>Alguns dos parceiros que constituem o GAL participaram na conceção da EDL.
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
<tr><td>Indicador 17. Tipo de participação dos parceiros do GAL</td><td>Os parceiros foram envolvidos na conceção da EDL através da sua inclusão em grupos de trabalho. (Fonte: Inquérito aos GAL).</td></tr>
</table>

EFICIÊNCIA OPERATIVA
Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

DLBC5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos DLBC

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do DLBC?

O GAL refere que, na fase de implementação, houve participação de um grupo mais diversificado de *stakeholders*, através da participação nas reuniões do GAL. O município e a CCDR envolveram-se de forma continuada, através da inclusão em grupos de trabalho; e as juntas de freguesia, entidades do setor social sem fins lucrativos e agências da administração regional envolveram-se através da recolha formal de pareceres e contributos. O GAL considera que o envolvimento das diversas entidades contribuiu para uma melhor racionalização dos recursos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 E 19:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 18. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC</td><td>Grau de Envolvimento dos stakeholders
<table>
<tr><th>Tipo de entidade</th><th>Envolvimento</th><th>Forma de envolvimento</th></tr>
<tr><td>Municípios</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>POR/CCPPOR/CCDR</td><td>Sim, de forma continuada</td><td>Inclusão em grupos de trabalho</td></tr>
<tr><td>Juntas de freguesia</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
<tr><td>Agências públicas da administração Regional</td><td>Sim, pontualmente</td><td>Recolha formal de pareceres e contributos</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL.</td></tr>
<tr><td>Indicador 19. Resultados do envolvimento dos stakeholders</td><td>O GAL considerada que o envolvimento de diferentes entidades na implementação do DLBC contribuiu para:
• Racionalização de recursos
(Fonte: Inquérito aos GAL)</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 E 19:

No relatório de avaliação intercalar, é possível ler que *"A parceria assumiu um papel ativo em todas as atividades do projeto, tendo contado com o contributo de todos os parceiros sempre que solicitados para a dinamização de atividades."*.[50]

DLBC6. Adequação do modelo de gestão do DLBC à sua implementação

[50] Relatório de Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Tavira 2020

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)? Quais as vantagens do modelo de delegação de competências atual (OI) em comparação com uma gestão administrativa mais centralizada nas AG, nomeadamente face aos resultados atingidos (em termos de indicadores selecionados e de superação de metas definidas)? Com os modelos de delegação de competências adotados estão garantidos os requisitos de confiança, qualidade e eficiência dos procedimentos delegados?

O GAL faz uma avaliação pouco elevada da adequação do modelo de delegação de competências. Ainda assim, o GAL considera que o presente modelo teve um contributo positivo para a redução da carga administrativa e para a participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local. Teve, no entanto, um contributo negativo para a simplificação administrativa, para a celeridade dos procedimentos, para a proximidade aos beneficiários, para os resultados atingidos e para o alcance das metas definidas. Adicionalmente, o GAL considera que devia ter sido delegada a competência de definir o calendário de abertura dos AAC.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 20, 21 E 22:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 20. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas</td><td>
Grau de a pertinência/ adequação das competências delegadas no GAL por PO financiador (Escala 1- Nada pertinentes/adequadas a 6 – Totalmente pertinentes/adequadas) – Indicador 20
<table>
<tr><th></th><th>POR</th></tr>
<tr><td>Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria</td><td>2</td></tr>
</table>
(Fonte: Inquérito aos GAL)
</td></tr>
</table>

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 21. Tipo de contributo do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções com delegação de competências, segundo as dimensões de gestão consideradas	**Contributo positivo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** • Redução da carga administrativa • Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local **Contributo negativo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** •Simplificação administrativa •Celeridade dos procedimentos •Proximidade aos beneficiários •Resultados atingidos •Alcance das metas definidas **Contributo neutro do modelo de contratos de financiamento com delegação de competência para:** •Capacidade de ajustamento às necessidades do território •Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários •Monitorização de resultados •Resposta a necessidades do território (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 22. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	**Competências que poderiam ter sido delegadas pelo POregional:** • Definir o calendário de abertura dos AAC (Fonte Inquérito ao GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE - INDICADORES 20, 21 E 22:

De acordo com a entrevista realizada, a delegação de competências no GAL teve vantagens ao nível da animação do território, chegar à população alvo. Ao fazer a ponte entre os avisos e as populações as competências do GAL eram uma vantagem, pois as populações já conhecem que tipo de trabalho realizam. Na resposta ao questionário as competências consideradas menos adequadas, foram as que o GAL não executou/desenvolveu. O GAL fazia, essencialmente, a animação, divulgavam os avisos e avaliavam as candidaturas que submetiam à CCDR para aprovação. Na fase de implementação dos projetos já não tinham competências no acompanhamento dos projetos, nem nas questões financeiras, nem nas alterações efetuadas.

Seria determinante para o GAL poder definir o calendário de abertura de avisos, uma vez que o lançamento dos avisos foi uma das limitações à execução do DLBC. Estavam meses sem abertura de avisos e sem terem uma perspetiva de quando estes abririam, o que condicionava a dinamização da DLBC no território.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

O GAL considerou o funcionamento dos mecanismos de articulação entre a autoridade de gestão e a equipa do GAL relativamente adequado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 23 E 24:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 23. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Mecanismos de articulação com o PO regional:** • Reuniões periódicas • Emissão de pareceres • Reuniões de coordenação • Ligação com um ponto focal (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 24. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL	**Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação** **(Escala 1 – não funcionam a 6 funcionam muito bem)** (Fonte: Inquérito aos GAL)

	POR
Reuniões periódicas	4
Emissão de pareceres	4
Reuniões de coordenação	3
Ligação com um ponto focal	3

Informação de Detalhe - Indicadores 23 e 24:

A CCDR demonstrou sempre toda a disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas. No entanto, em determinadas alturas a CCDR não conseguia apoiar mais porque eles próprios também não tinham a informação. Foi referido na entrevista que durante todo o DLBC se sentiam num "limbo", sem conseguir obter informação concreta.

DLBC7. Suficiência dos recursos afetos à gestão dos DLBC face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. Os GAL/CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

O GAL considera ter uma equipa com competências e dimensões relativamente adequadas, tendo pontuado estas dimensões com valores entre 3 e 4, numa escala de 1 a 6. Adicionalmente, identifica como um dos problemas da equipa técnica a excessiva polivalência dos técnicos. A equipa técnica local é composta por 2 elementos e o peso do financiamento do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora é de 10%.

Tabela Síntese – Indicadores 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 25. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	25% do total FEDER é alocado à gestão, o que corresponde a 98.750€. Corresponde a 10,45% do total do valor contratualizado para o DLBC.
Indicador 26. Representatividade do financiamento associado à atividade de gestão do GAL no conjunto do financiamento da atividade da entidade gestora (grau de dependência).	Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora: 10% (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 27. Adequação da dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização	Grau de adequação 4 (Escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 28. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do DLBC (internos e externos)	Elementos internos: 2 Elementos externos: 0 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 29. Grau de adequação do nº de elementos da Equipa técnica afeta ao DLBC	Adequação do nº de elementos da equipa técnica: pontuação 3 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 30. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	Adequação das competências dos elementos da equipa técnica: pontuação 3 (escala 1 – Nada adequados a 6- Totalmente adequados) (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 31. Tipo de necessidades/problemas da equipa técnica	**Necessidades/problemas da equipa técnica:** • Excessiva polivalência dos técnicos (Fonte: Inquérito aos GAL)

Informação de Detalhe - Indicadores 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31:

Na entrevista foi referido que tiveram a preocupação de ter na equipa sempre um elemento com conhecimentos na área da gestão, pois consideram que a análise das candidaturas é muito focada na área da gestão dos orçamentos, volumes de negócios, etc. É uma mais valia na equipa do projeto. Têm uma dificuldade na segregação de funções, por serem equipas reduzidas.

Ao longo do tempo, a equipa mudou, chegando a haver dois coordenadores diferentes. As entrevistadas revelam que os promotores tinham bastante dificuldade na elaboração das propostas de projeto, contudo devido ao tamanho da equipa técnica, não foi possível oferecer esse tipo de formação ou apoio aos beneficiários do DLBC.

SQ11. As equipas de gestão dos GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do DLBC?

O GAL considerou, no inquérito, que a capacitação oferecida aos GAL foi, em geral, fraca. A equipa sentiu necessidade de formação na área da contratação pública e da gestão (como por exemplo, estudos de mercado).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 32, 33 E 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 32. Tipo de ações de capacitação realizadas	**Ações de capacitação realizadas:** • Critérios de análise de projetos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 33. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	**Adequação das ações de capacitação desenvolvidas (Escala** 1- Nada adequado a 6 – Totalmente adequado) Critérios de análise de projetos: 3 Monitorização e Avaliação: 3 Contratação Pública: 2 Sistemas de Informação: 2 Conceção de documentos estratégicos e de programação: 2 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 34. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	**Áreas de maior necessidade de ações de capacitação:** • Contratação Pública (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização à implementação da DLBC

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O GAL apenas deu contributos que foram integrados relativamente à dotação financeira. Os restantes contributos que deu (na definição do calendário, nos prazos de apresentação das candidaturas, nos critérios de seleção das operações, nas ações de divulgação, informação e publicidade e na adaptação dos avisos às especificidades territoriais) foram apenas parcialmente integrados. O GAL não contribuiu para a definição das medidas, dos requisitos, nem dos indicadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 35. Grau e tipo de envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas	Grau e tipo de **envolvimento e participação do GAL na elaboração dos Avisos de Abertura de Candidaturas**

	POR
Dotação financeira	Deram contributos e foram integrados
Definição do calendário de abertura dos AAC	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Prazos de apresentação das candidaturas	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Critérios de seleção das operações	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	Deram contributos e foram parcialmente integrados
Definição das TO/medidas	Não deram contributos
Definição dos requisitos (formais e documentais)	Não deram contributos

	Definição de indicadores: Não deram contributos (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 36. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Critério EDL no referencial de mérito.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 35 E 36:

Os GAL do Algarve procuraram entreajudar-se no processo de abertura dos avisos, debatendo em conjunto ponto a ponto o aviso com a CCDR para que este estivesse adequado. Foi um processo moroso, uma vez que não tinham conhecimentos na área, tal como outras entidades que tinham DLBC urbanos. Foi muito importante a troca e aprendizagem que tiveram com as entidades que tinham DLBC rurais e que já tinham mais experiência nesta matéria. Contaram também com o apoio da CCDR, sendo que as principais dificuldades se prenderam com questões jurídicas e de elegibilidade das despesas. A entidade gestora considera que os avisos se adequaram à estratégia que tinham desenhado.

Os avisos tiveram algumas adaptações às especificidades territoriais, uma vez que os avisos reencaminhavam para a estratégia. Ex. um dos objetivos da EDL era promover o tecido empresarial e promover os produtos endógenos e essa especificação saiu no aviso.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

O principal problema identificado pelo GAL foi o já referido ritmo de lançamento dos avisos. O GAL passava muito tempo sem ter avisos abertos e até mesmo sem o conhecimento de quando iriam abrir.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 37:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 37. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas	**Adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas e dos prazos de submissão de candidaturas (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)	Ritmo de lançamento dos concursos	Promoção de articulação entre os concursos/ projetos
8.8/8a	NR	NR	NR	NR
8.3/8iii.	3	3	3	3
10.1/10.i	NR	NR	NR	NR
9.1/9i	NR	NR	NR	NR

(Fonte: Inquérito aos GAL)

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Sobre a tipologia 8.3/8iii, o GAL faz uma apreciação geralmente negativa da sua adequação, em particular quanto aos indicadores de realização e resultados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 38 E 39:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 38. Nº de tipologias de operações previstas na DLBC vs. TO com concurso lançado	Foram lançadas três tipologias de operação: • SI2E • +CO3SO Emprego

Indicador 39. Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos, indicadores, …)	**Grau de adequação das TO/medidas com concurso lançado (Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

PI	Objetivos da EDL e DLBC	Indicadores de realização e resultados	Público-alvo	Necessidades do território
8.8/8a				
8.3/8iii.	3	2	3	3
10.1/10.i				
9.1/9i				

Fonte: Inquérito aos GAL

DLBC9.Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do DLBC

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado e eficaz à implementação dos PDCT e DLBC?

No processo de análise e seleção de operações o GAL faz uma avaliação moderada dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações, da metodologia de apuramento do mérito, dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas, periodicidade das reuniões do órgão de gestão e interação com os sistemas de informação dos programas. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente à carga burocrática.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 40,41 E 42:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 40. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	Adequação do processo de análise e seleção de operações **(Escala 1 Nada Adequados a 6 - Totalmente adequados)**

	8.3/8iii.
Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (*check-list*, manual de procedimentos, prazos)	3
Metodologia de apuramento do mérito	3
Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3
Periodicidade das reuniões do órgão de gestão	3
Interação com o SI FSE	3
Interação com o SI FEDER	3
Carga burocrática	2
Critérios de seleção	
Interação com o SI PO	
Interação com o SI IFAP	
Interação com outros SI	

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 41. Tempo médio de análise das candidaturas, por tipologia de operação	Os prazos de análise atribuídos ao GAL foram cumpridos. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 42. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas	Não se aplica uma vez que os prazos de análise das candidaturas por parte do GAL foram cumpridos (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 40,41 E 42:

De acordo com a análise dos sistemas de informação, o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato foi em média 165 dias, o que corresponde a cerca de seis meses.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas, de aprovação e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
09.06	**4**	**4**	**130**	**45**	**174**
COESOEmp	2	2	135	67	202
SI2E	2	2	125	23	147
09.10	**2**	**2**	**125**	**23**	**147**
SI2E	2	2	125	23	147
Total Geral	**6**	**6**	**128**	**37**	**165**

Nota: Inclui 10 operações rescindida /revogadas.
Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

O Órgão de Gestão tem sido envolvido no processo de análise e seleção de operações e na entrevista foi referido que esse envolvimento tem sido vantajoso, uma vez que permite à equipa técnica alargar o processo a entidades com outras experiências e visões. O método de envolvimento passa pela realização de reuniões e partilha de documentos de trabalho.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43, 44, 45, 46 E 47:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 43. Nº de elementos que compõem o órgão de gestão	1 Autarquia 2 Entidades públicas 3 IPSS 4 Junta de freguesia 5 Clubes recreativos
Indicador 44. Motivos de alteração da composição do Órgão de Gestão	Existiu alteração da composição do Órgão de Gestão. (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 45. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações	• Reuniões presenciais/on-line (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 46. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão no processo de análise e seleção de operações	**Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de Gestão** **(Escala 1 – Nada adequado a 6. Totalmente adequado)** POR 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 47. Tipo de outros parceiros/ stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações	Não têm sido envolvidos outros parceiros/*stakeholders* no processo de análise e seleção de operações.. (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC10.Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos DLBC

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os indicadores de monitorização foram estabelecidos pelo próprio GAL. O Órgão de Gestão foi a entidade envolvida na monitorização e acompanhamento da execução do DLBC. O DLBC teve uma avaliação intercalar promovida pelos recursos internos do GAL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 48. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	• Definição de indicadores de monitorização pelo GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 49. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	**Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – Nada adequados a 6 Totalmente adequados)** Resposta a solicitações dos PO Financiadores: 3 Definição de indicadores de monitorização pelo GAL: 3 Elaboração de relatórios de monitorização periódicos: 3 Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço: 3 Realização de balanço com as AG: 3 Reuniões/contactos regulares com os beneficiários: 3 (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 50. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	• Órgão de Gestão (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 51. Tipo de Avaliação da EDL	• Realizou avaliação intercalar (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 52. Entidade/ator responsável pela Avaliação do DLBC	• Recursos internos do GAL (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 48, 49, 50, 51 E 52:

De acordo com a avaliação intercalar, cabe ao Órgão de Gestão "*assegurar a participação dos parceiros locais na implementação da estratégia, acompanhamento e avaliação da mesma e garantir a sua dinamização e gestão, entre outros*."[51]

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A disponibilização de documentos de apoio e orientações dadas pelos PO financiadores foram consideradas constrangimentos à eficiente monitorização e avaliação dos contratos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 53:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 53. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	**Constrangimentos à monitorização e avaliação:´** • Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores

[51] Relatório de Avaliação Intercalar 2018 – DLBC Urbano Tavira 2020

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pelo GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 54:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 54. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Não foram identificadas medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 54:

Na entrevista foi referido que as medidas de gestão não dependiam do GAL. Enquanto os avisos estavam abertos avançavam com as medidas de publicitação, efetuando várias ações de divulgação. Assim que os avisos fechavam a sua intervenção terminava.

DLBC11. Realização das revisões necessárias à EDL e ao DLBC

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos das EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram assegurados os mecanismos necessários para a revisão e ajustamentos da EDL, contudo o GAL considera necessária a sua existência. Ainda assim, foi redistribuída alocação financeira entre tipologias, o que contribuiu para melhorias no desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 55 E 56:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 55. Existência de mecanismos de revisão	Não, mas considero necessária a existência (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 56. Tipo de alterações introduzidas nas revisões da EDL /DLBC	O GAL fez as seguintes alterações: • Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida Estas alterações contribuíram para melhorar o desempenho físico e financeiro (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC12. Conhecimento e reconhecimento que as populações têm da EDL/DLBC

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

O GAL realizou ações de divulgação, que tiveram retorno e resultaram em contactos da parte de possíveis promotores. As entrevistadas consideram que as populações estavam familiarizadas com o DLBC durante o seu período de atuação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 57, 58 E 59:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 57. Existência de estratégia de comunicação do DLBC	Sim

Indicador 58. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Ações de **divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos**

	Nº de ações	Nº de participantes/ abrangidos	Adesão (escala 1- fraca a 6 elevada)
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	NR	21	3
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	12	18	3
Reuniões, seminários, *workshops* públicos	3	NR	3
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	2	NR	NR
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais …)	1	NR	NR
Grupos de trabalho temáticos	NR	NR	NR
Visitas a projetos de investimento,…	4	NR	NR
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	2	NR	NR
Participação em projetos de cooperação	NR	NR	NR

(Fonte: Inquérito aos GAL)

Indicador 59. Tipo de processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	Não foram realizados processos de auscultação (Fonte: Inquérito aos GAL)

DLBC13.Identificação de boas práticas

No inquérito, o GAL identificou como boa prática a partilha de conhecimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	• Partilha de conhecimentos (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 60:

Para além da questão da partilha de conhecimento efetuada na elaboração do aviso, já referida anteriormente, as entrevistadas destacaram igualmente a partilha entre entidades de questões relacionadas com dificuldades na execução e na análise das candidaturas. Esta era uma relação espontânea (sem nenhuma formalização) que surgiu desde o início do DLBC.

EFICÁCIA
A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

DLBC14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do DLBC face ao previsto

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do DLBC reflete a programação contratualizada?

A dinâmica de procura foi relativamente baixa, com 14 candidaturas no total e uma taxa de aprovação de cerca de 43%. O GAL considera que um dos fatores que condicionou a adesão dos promotores foi a crise económica. Por outro lado, os principais motivos de reprovação de candidaturas foram o incumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos e dos critérios de seleção das operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

<table>
<tr><th>Indicador</th><th>Resposta/Evidências</th></tr>
<tr><td>Indicador 61. Nº e montante das Candidaturas por tipologias de Intervenção</td><td>Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 14 candidaturas com um custo de 946 187,46 euros.
(Cf. Quadro de Candidaturas receccionadas)</td></tr>
<tr><td>Indicador 62. Fatores condicionantes da adesão</td><td>Grau de adesão dos promotores a cada tipologia de intervenção
(Escala 1 – Muito fraca a 6 Muito elevada)
<table>
<tr><th>PI/TI</th><th>Escala de 1 a 6</th></tr>
<tr><td>8.8/8a</td><td></td></tr>
<tr><td>8.3/8iii.</td><td>3</td></tr>
<tr><td>10.1/10.i</td><td></td></tr>
<tr><td>9.1/9i</td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
<tr><td>Indicador 63. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td><td>Ver Quadro de Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção</td></tr>
<tr><td>Indicador 64. Motivos de reprovação de candidaturas</td><td>Motivos de reprovação de candidaturas
<table>
<tr><th></th><th>8.8/8a</th><th>8.3/8iii.</th><th>10.1/10.i</th><th>9.1/9i</th></tr>
<tr><td>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários</td><td></td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos</td><td></td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Falta de documentos necessários à instrução da candidatura</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Critérios de seleção das operações</td><td></td><td>X</td><td></td><td></td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito aos GAL</td></tr>
</table>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 61, 62,63 E 64:

Candidaturas rececionadas (Indicador 61)

PI	Candidaturas rececionadas		Custo total apresentado	
	Nº	%	€	%
09.06	**8**	**57,1**	**589 329,99**	**62,3**
COESOEmp	3	21,4	550 652,57	58,2
SI2E	5	42,9	38 677,42	4,1
09.10	**6**	**42,9**	**356 857,47**	**37,7**
SI2E	6	42,9	356 857,47	37,7
Total Geral	**14**	**100,0**	**946 187,46**	**100,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção (indicador 63)

	09.06	COESOEmp	SI2E	09.10	SI2E	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	4	2	2	2	2	6
2.Não admitida				3	3	3
3.Não aprovada	4	1	3			4
4.Anulada	0		0	1	1	1
5.Desistida /rescindida/revogada						
6.Submetida/admitida						
7. Total	8	3	5	6	6	14
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) (%)	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**33,3**	**33,3**	**71,4**
Taxa de aprovação (1)/(7-6) (%)	**50,0**	**66,7**	**40,0**	**33,3**	**33,3**	**42,9**
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6) (%)	**50,0**	**33,3**	**60,0**	**50,0**	**50,0**	**50,0**
Taxa de desistência (5)/(7-6) (%)	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

As entrevistadas referem que a adesão dos beneficiários foi bastante baixa, o que, na sua opinião, se deveu às condições de financiamento (a comparticipação de 50% com capitais próprios), à burocracia do programa, à falta de empreendedorismo e medo de arriscar do público-alvo. No inquérito, foi identificado como maior condicionante da adesão dos promotores a crise económica. Por outro lado, os principais motivos de reprovação das candidaturas são o incumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários, bem como dos projetos, e os critérios de seleção das operações.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira do DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Os níveis de compromisso ficaram aquém da dotação contratualizada e as taxas de execução possuíam valores muito reduzidos à data de 30 de setembro. Os principais estrangulamentos apontados são as condições de elegibilidade das operações, a taxa de incentivo e o contexto socioeconómico.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Níveis de compromisso e execução DLBC	Ver Quadro abaixo (Cf. tabela abaixo)

por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	
Indicador 66. Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	**Estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação** PI/TI: 8.8/8a — Condições de elegibilidade das operações: ; Tipo de despesas elegíveis: ; Taxa de incentivo: ; Contexto socio-económico: ; PI/TI: 8.3/8iii. — Condições de elegibilidade das operações: X; Tipo de despesas elegíveis: ; Taxa de incentivo: X; Contexto socio-económico: X; PI/TI: 10.1/10.i — Condições de elegibilidade das operações: ; Tipo de despesas elegíveis: ; Taxa de incentivo: ; Contexto socio-económico: ; PI/TI: 9.1/9i — Condições de elegibilidade das operações: ; Tipo de despesas elegíveis: ; Taxa de incentivo: ; Contexto socio-económico: ; Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 67. Grau de cumprimento do prazo de execução por PI/TI para a intervenção do conjunto dos DLBC	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas. Quanto às operações em execução, cuja data efetiva de conclusão é igual ou inferior a 30 de set de 2021, registavam nesta data, um atraso médio de 739 dias.
Indicador 68. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	A 30 de setembro de 2021 não existiam operações concluídas financiadas.
Indicador 69. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por DLBC	**Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações** Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): 8.3/8iii (Fonte: Inquérito aos GAL)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 65, 66, 67,68 E 69:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento (indicador 65)

	Dotação Fundo contratualizado (euros)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo Aprovado em vigor (Euros)	Fundo Executado (Euros)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)	Taxa de realização (%)
	1	2	3	4	(3/1)	(4/1)	(4/3)
09.06	**550 000**	**4**	**365 651**	**6 879**	66,5	1,3	1,9
COESOEmp		2	353 426	0			0,0
COESOInt							
COESOUrb							
SI2E		2	12 225	6 879			56,3
09.10	**395 000**	**2**	**44 958**	**19 518**	11,4	4,9	43,4
SI2E		2	44 958	19 518			43,4
Total Geral	**945 000**	**6**	**410 609**	**26 396**	43,5	2,8	6,4

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Devido a atrasos da regulamentação de operacionalização das prioridades de investimento, existiram desvios relativamente às metas definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 70. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)	Ver Quadro abaixo
Indicador 71. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 72. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI	**Capacidade de cumprimento das metas globais definidas (Escala 1 – Nada provável a 6 Muito Provável)** 8.8/8a: 8.3/8iii.: 1 10.1/10.i: 9.1/9i: Fonte: Inquérito aos GAL
Indicador 73. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não (Fonte: Inquérito aos GAL)
Indicador 74. Indicadores de realização e resultado (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Não foram mobilizados indicadores adicionais.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 70, 71,72, 73 E 74:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, Cumpriu, Superou)

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Execução	Grau de cumprimento em 2018
09.10	Realização	Empresas que beneficiaram de apoio	Nº	5	1	Não cumpriu
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	5	2	Não cumpriu
09.06	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	5	2	Não cumpriu
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	100	-	Não cumpriu

Fonte: DLBC Candidatura 2ª Fase; Contrato para a Gestão da Estratégia, Relatório de Avaliação Intercalar, Sistema de informação.

De acordo com o relatório de avaliação intercalar, não foi possível alcançar, nesta fase, as metas definidas em sede de candidatura devido à abertura tardia dos avisos de candidatura e a inexistência de informação sobre quando poderiam abrir. É ainda referida a desmotivação da parte dos promotores face ao processo moroso e burocrático da candidatura.

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT/DLBC contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

O DLBC tem contribuído bastante para a prossecução do objetivo de *reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica*. Todavia, o contributo tem sido fraco para a promoção da coesão e inovação social e inexistente no caso das novas respostas ao ensino.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 75:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 75. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do DLBC	Ver Quadro abaixo

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 75:

Contributo dos projetos apoiados para os objetivos específicos da EDL (Indicador 75)

Objetivo Específico	Nível de contributo
Reforçar o empreendedorismo e diversificar a atividade económica	
Promoção da coesão e inovação social	
Promover novas respostas ao ensino	

Legenda: Verde- Contributo evidente; Amarelo - contributo fraco; Vermelho -Ausência de evidência de contributo
Fonte: Entrevista ao GAL.

DLBC15. Valor acrescentado da abordagem LEADER

SQ28. Em que medida a abordagem LEADER integrada no DLBC conseguiu gerar valor acrescentado?

O GAL aponta para um baixo valor acrescentado da abordagem LEADER para a generalidade das dimensões apresentadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 76. Contributo do DLBC para a criação de valor acrescentado	**Valor acrescentado da abordagem LEADER integrada no DLBC (escala 1 – Nulo a 6 – Contributo Elevado)**

Valorização do capital social e humano dos territórios	3
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	3
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	3
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	3
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	3
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	3
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	3
Qualidade dos projetos apoiados	3
Sustentabilidade dos projetos apoiados	3
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	3
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	2
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	2
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	2

		Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	2
		Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, …)	2
		Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	2
		Reforço da governança local	2
		Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	2
		Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	2
		Trabalho em rede/colaboração no território	2
		Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	2
		Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2
		Capacidade para gerir vários fundos	2
		Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	2
		Cooperação com outros territórios	2
		Mobilização da comunidade local comunidade local	2
		Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	2
		Inovação dos projetos apoiados	2
		Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	2
		Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	2
		Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	2
		Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	2

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do DLBC?

O CLDS contribuiu para a prossecução dos objetivos da estratégia de desenvolvimento local.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 77:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 77. Articulação do DLBC com outras fontes de financiamento: Montantes executados no território de abrangência do DLBC no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT	Existiu preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento. Esta preocupação existiu *a posteriori*: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.